

UNIVERSIDADE FEDERAL DE UBERLÂNDIA
INSTITUTO DE GEOGRAFIA
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM GEOGRAFIA
ÁREA DE CONCENTRAÇÃO GEOGRAFIA E GESTÃO DO TERRITÓRIO

**OS DESAFIOS INSTITUCIONAIS E MUNICIPAIS PARA
IMPLANTAÇÃO DE UMA CIDADE UNIVERSITÁRIA: O CÂMPUS
GLÓRIA DA UNIVERSIDADE FEDERAL DE UBERLÂNDIA**

ÉLISSON CESAR PRIETO

UBERLÂNDIA/MG

2005

UNIVERSIDADE FEDERAL DE UBERLÂNDIA
INSTITUTO DE GEOGRAFIA
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM GEOGRAFIA
ÁREA DE CONCENTRAÇÃO GEOGRAFIA E GESTÃO DO TERRITÓRIO

**OS DESAFIOS INSTITUCIONAIS E MUNICIPAIS PARA
IMPLANTAÇÃO DE UMA CIDADE UNIVERSITÁRIA: O CÂMPUS
GLÓRIA DA UNIVERSIDADE FEDERAL DE UBERLÂNDIA**

Dissertação de Mestrado apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Geografia da Universidade Federal de Uberlândia, como requisito parcial à obtenção do título de mestre em Geografia.

Área de Concentração: Geografia e Gestão do Território.

Orientadora: Prof^a. Dr^a. Marlene T. de Muno Colesanti

ÉLISSON CESAR PRIETO

UBERLÂNDIA/MG

2005

Dados Internacionais de Catalogação na Publicação (CIP)

- P949d Prieto, Élisson Cesar
Os desafios institucionais e municipais para implantação de uma cidade universitária : o Campus Glória da Universidade Federal de Uberlândia / Élisson Cesar Prieto. - 2005.
268 f. : il.
- Orientadora : Marlene T. de Muno Colesanti.
Dissertação (mestrado) – Universidade Federal de Uberlândia, Programa de Pós-Graduação em Geografia.
Inclui bibliografia.
1. Geografia urbana - Uberlândia (MG) - Teses. 2. Planejamento urbano – Teses. 3. Instalações universitárias - Planejamento. I. Cole – santi, Marlene T. de Muno II. Universidade Federal de Uberlândia. Programa de Pós-Graduação em Geografia. III. Título.

CDU: 911.375(815.1*UDI)

UNIVERSIDADE FEDERAL DE UBERLÂNDIA

Autor: ÉLISSON CESAR PRIETO

Título da Dissertação:

OS DESAFIOS INSTITUCIONAIS E MUNICIPAIS PARA IMPLANTAÇÃO DE UMA CIDADE UNIVERSITÁRIA: O CÂMPUS GLÓRIA DA UNIVERSIDADE FEDERAL DE UBERLÂNDIA

Profa. Dra. Marlene T. de Muno Colesanti (Orientadora)

Profa. Dra. Beatriz Ribeiro Soares

Prof. Dr. Alexandre Walmott

Data: ____/____ de ____

Resultado: _____

“Não há homem no vazio”

Paulo Freire

“A Universidade existe a partir da sociedade e é para a sociedade.

Existe a partir de um saber e para um saber”

Eugenio Contreras

AGRADECIMENTOS

A Deus, primeiro e grande orientador.

À Universidade Federal de Uberlândia, fonte inspiradora deste trabalho.

Aos meus pais e meu irmão, pelo apoio de sempre, pelos exemplos de vida, pelos desejos sonhados juntos e por fazerem parte dessa família querida.

Aos companheiros de luta, Edson Pistori, José Ricardo, Fernanda dos Anjos, Marcelo Porta, Merandolino Queiroz, Nilton Pereira, Juliana Markus, Ivan Nunes, Roberta Baggio e tantos outros com que aprendi muito nesses últimos anos de caminhada.

Àqueles que tiveram a disposição e desprendimento em ajudar-me nas tarefas do trabalho, Guilherme Resende, Helga Canedo e Ana Cristina Tannús.

Ao Deputado Weliton Prado, pela amizade e pelas concessões feitas no dia-a-dia da Assembléia para minha maior dedicação a este trabalho.

Aos colaboradores deste trabalho, em especial àqueles que tive a honra de entrevistar, Juarez Altafin, Antonino Martins, Gladstone Rodrigues, Wilson Ribeiro da Silva, Galba Porto, Nestor Barbosa, Turíbio José, Arquimedes Diógenes, Wilson Shimizu e Jairo Rosa.

À professora Marlene Colesanti, pela atenção e pela amizade, mais valiosas do que qualquer orientação acadêmica e, em nome de quem, eu agradeço os professores do Instituto de Geografia, em especial aqueles em que pude participar de cursos, Roosevelt José dos Santos, Antônio Giacomini Ribeiro, Samuel do Carmo Lima e Denise Labrea Ferreira.

À Amélia e Carlos César dedico integralmente esse momento, por todo o amor e por aquilo que deram a este trabalho: o tempo que não lhes dei.

RESUMO

A implantação do câmpus Glória da Universidade Federal de Uberlândia é um projeto desenhado pela universidade desde a década de 1970 e atravessa toda sua história no imaginário da instituição. Nesse momento, em que começam a ser discutidas a reforma do sistema universitário brasileiro e a reforma do espaço municipal, a proposta do câmpus Glória tem uma grande oportunidade de ser encampada pela comunidade da UFU e de Uberlândia. Para tanto, contudo, deverão ser superados diversos obstáculos e desafios institucionais e municipais, necessários para conformar o projeto da cidade universitária.

Palavras-chave: UFU, câmpus universitário, planejamento ambiental, planejamento urbano

ABSTRACT

The implantation of the Universidade Federal de Uberlândia campus “Glória” is a project thought for the university since the decade of 1970 and crosses all its history in the institution aspiration. At this moment when starts to be argued the Brazilian university system reform and the municipal space reform, the proposal of campus “Glória” has a grate chance of being engaged by the UFU end Uberlândia community. For in such a way, however, obstacles and challenges, institucional and municipal, will have to be surpassed to conform the project of the campus.

Key words: UFU, campus, environmental planning, urban planning

LISTA DE ABREVIATURAS E SIGLAS

AEU – Autarquia Educacional de Uberlândia

ANDIFES – Associação Nacional dos Dirigentes das Instituições Federais de Ensino Superior

APA – Área de Proteção Ambiental

ASUFUB – Associação dos Servidores da Universidade Federal de Uberlândia

BID – Banco Interamericano de Desenvolvimento

BNDES – Banco Nacional do Desenvolvimento Econômico e Social

CAPES – Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior

CDHIS – Centro de Documentação e História da UFU

CEBIM – Centro de Ciências Biomédicas

CEDATE – Centro de Desenvolvimento e Apoio Técnico à Educação

CEHAR – Centro de Ciências Humanas, Letras e Artes

CEMIG – Companhia Energética de Minas Gerais

CEPES – Comissão Especial do Plano de Expansão e Melhoramento do Ensino Superior

CETEC – Centro de Ciências Exatas e Tecnológicas

CEU – Centro Esportivo Universitário

CIAEM – Centro de Incubação de Atividades Empreendedoras

CIPEDS – Centro Interdisciplinar para o Desenvolvimento do Ensino Superior

CNPq – Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico

CODEMA – Conselho Municipal de Desenvolvimento Ambiental

CONAMA – Conselho Nacional do Meio Ambiente

CPOEF – Comissão Permanente de Planejamento e Ocupação de Espaço Físico

CRUB – Conselho dos Reitores das Universidades Brasileiras

DIROB – Diretoria de Obras (da UFU)

DMAE – Departamento Municipal de Água e Esgoto

DNER – Departamento Nacional de Estradas de Rodagem (hoje, DNIT)

DNIT – Departamento Nacional de Infra-Estrutura de Transporte

EAD – Educação à Distância

EAFUDI – Escola Agrotécnica Federal de Uberlândia

EIA – Estudo de Impacto Ambiental

EIV – Estudo de Impacto de Vizinhança

ESAMC – Escola Superior de Administração, Marketing e Comunicação

ESEBA – Escola de Educação Básica (da UFU)

FAU – Fundação de Apoio Universitário

FAEPU – Fundação de Assistência, Estudo e Pesquisa de Uberlândia

FAETRIM – Faculdade de Educação Teológica do Triângulo Mineiro
FEAM – Fundação Estadual do Meio Ambiente
FEMECIU – Fundação Escola de Medicina e Cirurgia de Uberlândia
FEU – Fundação Educacional de Uberlândia
FINEP – Financiadora de Estudos e Projetos
FPU – Faculdade Politécnica de Uberlândia
FUNDAP – Fundação de Desenvolvimento Agropecuário
GEU – Grupo de Estudos sobre Universidade (da UFRGS)
GEUSU – Grupo de Estudos sobre a Educação Superior (da UFMG)
HC – Hospital de Clínicas
IBAMA – Instituto Brasileiro de Meio Ambiente e Recursos Naturais Renováveis
IBGE – Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística
IEF – Instituto Estadual de Florestas
INCRA – Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária
INEP – Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira
LDB – Lei de Diretrizes e Bases da Educação
LI – Licença de Instalação
LO – Licença de Operação
LP – Licença Prévia
MEC – Ministério da Educação e Cultura (hoje, Ministério da Educação)
NESUB – Núcleo de Pesquisa sobre Ensino Superior da Universidade de Brasília
NUPES – Núcleo de Pesquisa sobre Ensino Superior (da USP)
NTIC – Novas Tecnologias da Informação e da Comunicação
PGD – Plano Global de Desenvolvimento
PIDE – Plano Institucional de Desenvolvimento e Expansão
PMDES – Plano Mineiro de Desenvolvimento Econômico e Social
PPP – Parceria Público-Privada
PREMESU – Programa de Expansão e Melhoramento do Ensino Superior
PROEDES – Programa de Estudos e Documentação Educação e Sociedade (da UFRJ)
PUC-RS – Pontifícia Universitária Católica/Rio Grande do Sul
RIMA – Relatório de Impacto de Ambiental
RPI – Rensseler Polytechnic Institute
RPPN – Reserva Particular do Patrimônio Natural
SECQAU – Sociedade de Engenheiros Civis, Químicos e Agrônomos de Uberlândia
SIT – Sistema Integrado de Transporte (de Uberlândia)

SNUC – Sistema Nacional de Unidades de Conservação
SPACE – Sistema de Planejamento e Administração de Tempo e Espaço
UECE – Universidade Estadual do Ceará
UEG – Universidade Estadual de Goiás
UERJ – Universidade do Estado do Rio de Janeiro
UEMA – Universidade Estadual do Maranhão
UEMG – Universidade do Estado de Minas Gerais
UEPA – Universidade do Estado do Pará
UDF – Universidade do Distrito Federal (na então capital Rio Janeiro)
UFABC – Universidade Federal do ABC Paulista
UFU – Universidade Federal de Uberlândia
UFMG – Universidade Federal de Minas Gerais
UFLA – Universidade Federal de Lavras
UFRB – Universidade Federal do Recôncavo Baiano
UFRJ – Universidade Federal do Rio de Janeiro
UFT – Universidade Federal do Tocantins
UFTM – Universidade Federal do Triângulo Mineiro
UFV – Universidade Federal de Viçosa
UMG – Universidade de Minas Gerais (hoje UFMG)
UnB – Universidade de Brasília
UNE – União Nacional dos Estudantes
UNEB – Universidade do Estado da Bahia
UNESCO – Organização das Nações Unidas para a Educação, a Ciência e a Cultura
UNESP – Universidade do Estado de São Paulo
UNIPAC – Universidade Presidente Antônio Carlos
UNIUBE – Universidade de Uberaba
UNIESSA – Faculdade de Marketing e Negócios
UNIMINAS – Faculdade de Ciências Aplicadas de Minas
UNIOESTE – Universidade Estadual do Oeste do Paraná
UNITRI – Centro Universitário do Triângulo (antes, UNIT)
UNIVASF – Universidade Federal do Vale do São Francisco
UnU – Universidade de Uberlândia
USAID – United States Agency for International Development
USP – Universidade de São Paulo
VDI – Voz-Dados-Imagem

LISTA DE FIGURAS

Figura 1: Diagrama do termo Infra-Estrutura Escolar do *Thesaurus* Brasileiro de Educação

Figura 2: Foto do prédio da Universidade Federal do Paraná

Figura 3: Gráfico do número de instituições de ensino superior no Brasil (1900-1968)

Figura 4: Imagem do esquema do ciclo de formação da Universidade de Brasília

Figura 5: Mapa da Universidade Federal de São Carlos

Figura 6: Foto das construções da Universidade Federal do Rio de Janeiro

Figura 7: Imagem do plano do campus da Rensseler Polytechnic Institute

Figura 8: Foto aérea da Ilha do Fundão

Figura 9: Foto do aterramento do conjunto de ilhas da baía de Guanabara

Figura 10: Foto da construção de edifícios na UFRJ

Figura 11: Foto de construções de obras e edifícios na UFRJ

Figura 12: Foto de satélite do Campus Pampulha da UFMG

Figura 13: Foto de satélite da Cidade Universitária da USP

Figura 14: Foto aérea da gleba 1 do campus da USP Leste

Figura 15: Foto aérea da gleba 2 do campus da USP Leste

Figura 16: Foto de satélite do campus da Universidade de Brasília

Figura 17: Foto da Faculdade de Artes

Figura 18: Foto da Faculdade de Direito

Figura 19: Foto da Reitoria da Duque de Caixas

Figura 20: Foto da fachada externa da Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras

Figura 21: Foto da fachada interna da Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras

Figura 22: Foto do edifício ocupado pela Faculdade de Ciências Econômicas

Figura 23: Foto do prédio da Faculdade Federal de Engenharia no Santa Mônica

Figura 24: Foto da vista do Mineirão (prédio da Faculdade Federal de Engenharia)

Figura 25: Foto da área do Umuarama – obras da Faculdade de Medicina

Figura 26: Foto do prédio da Faculdade de Odontologia

Figura 27: Foto do prédio da Reitoria da Engenheiro Diniz

Figura 28: Foto do clube Napoleão no bairro Nossa Senhora na década de 1970

Figura 29: Foto do bairro Nossa Senhora na década de 1980, ao centro o *campus* Educação Física

Figura 30: Projeto para a Faculdade Federal de Engenharia

Figura 31: Foto do prédio que a Faculdade Federal de Engenharia ocupou

Figura 32: Maquete das instalações da Escola de Medicina e do Hospital

Figura 33: Foto aérea do campus Umuarama

Figura 34: Projeto as instalações da Fundação Educacional de Uberlândia

Figura 35: Foto do prédio da Faculdade de Direito

Figura 36: Projeto da Cidade Universitária no Santa Mônica

Figura 37: Mapa da proposta do câmpus único no Santa Mônica

Figura 38: Foto do córrego Jataí

Figura 39: Foto do campus Santa Mônica na década de 1970

Figura 40: Foto do campus Santa Mônica

Figura 41: Foto aérea do campus Santa Mônica (2004)

Figura 42: Foto do campus Umuarama na década de 1980

Figura 43: Foto aérea do campus Umuarama e adjacências

Figura 44: Foto aérea do campus Educação Física e adjacências

Figura 45: Foto da placa da Fazenda do Glória da Universidade Federal de Uberlândia

Figura 46: Foto do córrego do Glória (reserva)

Figura 47: Foto da represa do Glória

Figura 48: Declividade do Córrego Glória em graus

Figura 49: Hipsometria do Córrego Glória

Figura 50: Imagem da Carta Cachoeira do Sucupira

Figura 51: Imagem de Uso e Ocupação do Solo da Bacia do Córrego do Glória

Figura 52: Foto da Fazenda do Glória no início da década de 1980

Figura 53: Foto da Fazenda do Glória no início da década de 1980

Figura 54: Foto da estrutura para gado de corte e de leite na Fazenda do Glória

Figura 55: Foto da estrutura para gado de corte e de leite na Fazenda do Glória

Figura 56: Foto de um dos aviários da fazenda do Glória

Figura 57: Foto dos tanques que eram utilizados para piscicultura

Figura 58: Foto do ranário da fazenda

Figura 59: Foto da lavoura experimental de café

Figura 60: Foto do beneficiamento do café

Figura 61: Foto de experimentos na fazenda

Figura 62: Foto da lavoura de experimentos de irrigação de milho e laranja

Figura 63: Foto da horta de frutas e verduras

Figura 64: Foto da centrifugação de alimentos

Figura 65: Foto da plantação de soja em área arrendada

Figura 66: Foto da reserva de mata nativa

Figura 67: Foto de uma das nascentes do córrego do Glória, dentro da reserva

Figura 68: Foto de um cogumelo na reserva

Figura 69: Foto de uma cobra jararaca na reserva

Figura 70: Foto de instalações esportivas da ASUFUB

Figura 71: Foto da portaria da ASUFUB

Figura 72: Foto das quadras da ASUFUB (ao fundo a lavoura de café da fazenda do Glória)

Figura 73: Foto da área do triângulo do Glória

Figura 74: Foto da área do triângulo do Glória

Figura 75: Foto da área degradada

Figura 76: Foto da área degradada

Figura 77: Foto da área da cascalheira na fazenda do Glória

Figura 78: Foto da área da cascalheira na fazenda do Glória

Figura 79: Foto da fazenda do Glória, com destaque de uso do solo (pastagem e área degradada)

Figura 80: Foto da fazenda do Glória, com destaque de uso do solo (reserva e experimentos)

Figura 81: Foto da fazenda do Glória, com destaque de uso do solo (pastagem, reserva e lavoura)

Figura 82: Foto da fazenda do Glória, com destaque de uso do solo (lavoura de silagem e reserva)

Figura 83: Foto da fazenda do Glória, com destaque de uso do solo (lavoura de silagem, reserva e granja)

Figura 84: Foto da fazenda do Glória, com destaque de uso do solo (lavoura de silagem, reserva e lavouras experimentais de irrigação e café)

Figura 85: Foto do triângulo do Glória, tendo ao fundo a BR-050 e a sede da fazenda

Figura 86: Foto do triângulo do Glória, tendo ao fundo a reserva e a lavoura de café

Figura 87: Diagrama sintético dos instrumentos para implantação do campus

LISTA DE MAPAS

Mapa 1: Mapa do Triângulo Mineiro

Mapa 2: Mapa do *campus* Santa Mônica

Mapa 3: Mapa do *campus* Umuarama

Mapa 4: Mapa do *campus* Educação Física

Mapa 5: Mapa de Uberlândia e fazenda do Glória

Mapa 6: Mapa de acessos à fazenda do Glória

Mapa 7: Mapa de constituição da área do Glória

Mapa 8: Mapa de usos e predominâncias da fazenda do Glória

Mapa 9: Mapa da fazenda do Glória

Mapa 10: Mapa de zoneamento da cidade de Uberlândia

LISTA DE TABELAS

Tabela 1: Instituições de ensino superior sediadas em Uberlândia

Tabela 2: Razão de mudança para Uberlândia

Tabela 3: População de Uberlândia

Tabela 4: Distância de capitais em relação à Uberlândia

Tabela 5: BR's que cortam Uberlândia

Tabela 6: Cursos existentes à época da federalização e centro ao qual passaram a pertencer

Tabela 7: Inventário do espaço físico urbano utilizado pela UFU

Tabela 8: Relação de edificações do *campus* Santa Mônica

Tabela 9: Relação das edificações do *campus* Umuarama

Tabela 10: Relação das edificações do *campus* Educação Física

Tabela 11: Relação de lotes vagos da universidade

Tabela 12: Relação de fazendas utilizadas pela universidade

Tabela 13: Distâncias de pontos da cidade em relação à portaria da Fazenda do Glória

Tabela 14: Utilização agrícola e de criação da Fazenda do Glória

Tabela 15: Edificações da fazenda do Glória

Tabela 16: Relação de departamentos e de unidades acadêmicas a que foram agregados

Tabela 17: Comparativo de informações de universidade e número de unidades

Tabela 18: Relação das obras de reforma e construção na UFU (2001-2005)

Tabela 19: Variação de preços de terrenos e lotes nas áreas próximas ao Santa Mônica e Glória

Tabela 20: Prazos, Ações e Responsáveis no Projeto Câmpus Glória

SUMÁRIO

EPÍGRAFE	5
AGRADECIMENTOS	6
RESUMO	7
LISTA DE ABREVIATURAS E SIGLAS	8
LISTA DE FIGURAS	11
LISTA DE MAPAS	13
LISTA DE TABELAS	14
SUMÁRIO	15
INTRODUÇÃO	16
CAPÍTULO I – Câmpus universitário	22
1.1. O Espaço do Saber	23
1.2. A Universidade Brasileira	34
1.3. O Território Universitário	49
1.4. Algumas Universidades e sua Organização Territorial	68
CAPÍTULO II – Uberlândia, Cidade Universitária.....	77
2.1. A Cidade de Uberlândia	78
2.2. A constituição da Universidade Federal de Uberlândia	89
2.3. A constituição dos espaços da UFU	108
2.4. Uma cidade universitária para a UFU	125
2.5. A consolidação dos espaços da UFU	144
CAPÍTULO III – O câmpus Glória	166
3.1. O espaço do Glória	167
3.2. As propostas de implantação do câmpus Glória	195
3.3. Os desafios para implantação do câmpus Glória	203
3.4. Síntese dos instrumentos para implantação	243
CONSIDERAÇÕES FINAIS	260
REFERÊNCIAS	264

INTRODUÇÃO

O tema que me propus a debater nessa dissertação é a Universidade Federal de Uberlândia. Mais precisamente o espaço físico dessa universidade. Mais precisamente ainda o espaço físico do Glória, contextualizado em seu passado e presente de fazenda experimental, mas que, inevitavelmente no futuro próximo da instituição, abrigará um *campus* (ou câmpus) de ensino, pesquisa e extensão.

A opção por discutir a própria universidade que curso este Mestrado justifica-se por um compromisso pessoal em poder oferecer à instituição pública a qual tão proximamente convivi, me graduei e agora concluo a pós-graduação, uma contribuição para o planejamento de seu crescimento, expansão e melhoria.

Na verdade, o propósito dessa contribuição é fazer a própria universidade pensar sobre si mesma e planejar seu futuro. Pretende-se que este trabalho possa tornar-se uma referência para os outros estudos sobre a implantação de um câmpus na área do Glória nos próximos vinte ou trinta anos.

Algumas dificuldades pessoais como a distância entre o lugar de moradia (Belo Horizonte) e o lugar do objeto de estudo (Uberlândia) e a impossibilidade de dedicação exclusiva à pesquisa foram superadas pela vontade de apresentar o melhor trabalho possível, cumprindo os objetivos pretendidos no início da caminhada.

Outra uma dificuldade inicial, quanto à imersão de um bacharel em direito no mundo da geografia, foi enfrentada com apoio das disciplinas cursadas, dos eventos participados e da dedicação da orientadora. Além disso, como diz Milton Santos, o estudo da geografia urbana carece, necessariamente, de um enfoque multidisciplinar.

Contudo, o maior desafio foi e é, dissertar sobre uma proposta hipotética – construção de um câmpus universitário – o que não é tarefa fácil, mas é bastante instigante. A escolha desse tema, pode-se dizer, foi o exercício do método socrático da maiêutica: após outros dois projetos de pesquisa elaborados e inviabilizados, o derradeiro foi resultado daquilo que desde o início realmente gostaria de fazer.

Ora, se uma universidade que tem cerca de 15.000 estudantes de graduação e pós-graduação, 3.300 técnicos administrativos e 1.200 professores, 32 cursos de graduação e 22

programas de pós-graduação, distribuídos em 3 câmpus universitários e 2 unidades administrativas, necessita de um novo espaço, a escolha da localização, bem como os impactos dessa implantação devem ser analisados, seja para racionalizar custos ou para dinamizar a ocupação que se pretende.

Além dos impactos ambientais, urbanísticos e sócio-econômicos dessa proposta, diversas outras questões jurídicas e administrativas do licenciamento desse grande empreendimento precisam ser colocadas antes da implantação. Implantação essa que deve ser precedida do enfrentamento pela universidade e também pela prefeitura de desafios institucionais e municipais.

E para debater esses desafios, é imprescindível compreender a formação da universidade e do seu espaço e sua relação com a cidade e com a sociedade que com ela interagem.

Como reforça Fávero (1980:17) *“a criação de uma universidade, de uma instituição de ensino superior, uma reforma de ensino deve ser entendida como um fato histórico e, como tal, estão historicamente condicionadas e em íntima relação com os valores e demais instituições da sociedade onde emergem”*.

A hipótese que pretendemos, desde o início do estudo, argumentar e defender é de que o Câmpus Glória da Universidade Federal de Uberlândia, considerando os mais relevantes obstáculos e impactos, é necessário, vantajoso e viável.

Entretanto, para tratar do caso concreto, foi relevante fazer uma digressão sobre o tema câmpus universitário, aprofundando o estudo sobre as concepções de espaços do saber, de escolas e universidades, de câmpus e de cidades universitárias.

Além disso, como o lugar da Universidade Federal de Uberlândia é a cidade de Uberlândia, tornou-se primordial entender a formação urbana, cultural e sócio-econômica dessa cidade para compreender as relações que se deram para a constituição da universidade.

Como Milton Santos (1997:69) afirmava, no passado nenhum estudo sério de geografia urbana poderia deixar de retratar a história da cidade-objeto. Contar o que foi o passado da cidade era tarefa obrigatória do trabalho do geógrafo. Segundo ele, infelizmente hoje, o trabalho do geógrafo está descolado do urbanismo, preocupando-se apenas com a crítica à cidade atual e não como ela se criou.

Nesse sentido, sem dúvida, o caso de Uberlândia é instigante para o pesquisador. A cidade, que a partir da década de 1940 experimentou um grande avanço econômico e um crescimento populacional, adotou como lema o desenvolvimento, o progresso.

O ensino superior na cidade era reivindicado não apenas com o fim de elevar a cultura da cidade, mas também de atender aos anseios de uma elite que desejava ter na sua cidade do interior tudo aquilo que uma boa capital tinha.

Na década de 1960, os primeiros cursos superiores foram instalados na cidade e instituições multiplicaram-se. Algumas públicas, mas a maioria privadas, com ideologias, práticas administrativas e acadêmicas e projetos distintos uns dos outros. Essas escolas e faculdades isoladas foram aglutinadas em 1969 para formar a Universidade de Uberlândia – UnU, federalizada apenas em 1978.

Como em todas as etapas da constituição da nossa universidade, presente esteve a benesse do poder público, seja local, estadual ou federal. A universidade que adquiriu espaços doados pela Prefeitura ou particulares e se edificou com recursos públicos e privados, com faculdades mantidas pelos governos estadual e federal, teve em seu processo de federalização, não uma conquista da comunidade universitária, mas uma concessão do regime militar aos pleitos da elite uberlandense.

Além disso, outras questões específicas à constituição dos espaços da Universidade Federal de Uberlândia, merecem um sério debate e uma análise crítica: Qual a relação do interesse dos grandes proprietários imobiliários da cidade com a definição dos espaços ocupados pela universidade? E outra, por quê a universidade encontra-se tão pulverizada geograficamente – três *campi* e duas reitorias –, por razões financeiras, por decisão política?

Lembrando, é claro, de que se “*a situação dos campi nas cidades e a forma espacial-arquitetônica que assumiram constituem a dimensão espacial do processo de formação da Universidade Brasileira*”, como afirma Castello Branco (1984:15), a dinâmica de constituição dos espaços ocupados pela universidade é uma parte imprescindível do estudo que objetiva discutir a implantação de um câmpus da universidade – o câmpus Glória.

Aliás, a fazenda experimental do Glória, localizada no setor sudeste da cidade de Uberlândia, foi adquirida em 1971, mediante doação da Prefeitura Municipal à UnU, com o intuito de que lá fosse implantada a cidade universitária.

A gleba, utilizada anteriormente como manancial de águas para abastecimento da cidade, possui 685 hectares, uma represa de água, um córrego com mata ciliar, reserva de proteção permanente, áreas agricultáveis, algumas edificações utilizadas para pesquisa agropecuária, além de englobar o parque esportivo da associação dos servidores da UFU – ASUFUB.

Nessa área, discutiu-se, em dois momentos históricos distintos, a implantação de um câmpus universitário para a UFU. Na primeira vez, na década de 1970, as tentativas para

ocupar o Glória como câmpus único esbarraram na falta de financiamento e de integração universitária.

Mais recentemente, com a Comissão de Espaço Físico da UFU, a implantação de um novo câmpus universitário, voltou à baila, justificada pelo esgotamento das áreas livres para expansão nos *campi* existentes, Santa Mônica, Umuarama e Educação Física, mas também pelo aproveitamento de uma área de enorme potencial para dinamização das atividades e harmonização das relações comunitárias.

Como todo um grande empreendimento, a construção de um câmpus universitário, por óbvio, deve ter em conta alternativas para enfrentar e superar os desafios e os obstáculos que se colocam, seja de ordem financeira ou estrutural ou com relação aos impactos sobre o meio ambiente (natural e construído), o trânsito e transporte, a vizinhança, a ordenação urbana da cidade, as economias locais.

Por isso, discutiremos neste trabalho os desafios que a instituição UFU tem e como enfrentá-los. Da mesma forma, uma análise dos desafios colocados para a municipalidade (pela cidade) será feita.

Nesse sentido, tanto a Universidade Federal de Uberlândia, quanto a Prefeitura Municipal de Uberlândia, como entes públicos, têm papéis a cumprir – os quais pretendemos discutir – no encaminhamento da discussão da proposta de implantação do câmpus Glória, do licenciamento para as obras até sua execução total.

No capítulo I, procura-se dissertar sobre a universidade e o espaço que ela ocupa. A universidade sempre foi colocada como espaço do saber, do conhecimento, mas como é o espaço dela, o território universitário? A história do ensino superior brasileiro oferece alguns elementos que ajudam a compreender a formação dos espaços universitários.

Ainda no capítulo vestibular, são apresentadas relevantes experiências de cidades universitárias, a saber: Universidade Federal do Rio de Janeiro – UFRJ, Universidade Federal de Minas Gerais – UFMG, Universidade de São Paulo – USP e Universidade de Brasília – UnB.

O capítulo II retrata a cidade de Uberlândia e a história da Universidade Federal de Uberlândia. Na verdade, foram adotadas duas linhas de estudo principais, face à delimitação do tema. Primeiro, analisar o espaço universitário, enquanto inserido na dinâmica do processo de urbanização de Uberlândia e; segundo, discutir o espaço universitário da UFU e seu papel na estruturação da cidade e da universidade.

O capítulo III inicia-se com um estudo detalhado, com mapas e ilustrações sobre a área do Glória para, justamente, discutir, de forma mais objetiva, a implantação do câmpus universitário naquela gleba. Procurou-se delimitar e discutir os principais e mais relevantes

desafios colocados para a universidade (desafios institucionais) e para a cidade de Uberlândia (desafios municipais), tendo, sobretudo dois cuidados: *a)* analisar os condicionantes urbanísticos, ambientais, sócio-econômicas, considerando as normas em vigor, mas compreendendo que “*a legislação é rígida e estática e a cidade é dinâmica*” (AZEVEDO NETTO, 1999:258); e *b)* apresentar e propor sugestões e contribuições viáveis, levando em conta uma agenda tanto institucional quanto municipal de reestruturação da universidade (Reforma Universitária e Plano de Desenvolvimento e Expansão) e da cidade (Estatuto da Cidade e Plano Diretor).

Durante todas as etapas da pesquisa foram utilizadas diversas fontes de consulta e análise. Primeiramente, a *pesquisa bibliográfica* em livros, manuais, artigos, revistas, trabalhos acadêmicos e *internet* sobre os aspectos de identificação e conteúdo geográfico e jurídico do tema.

Foram realizadas *entrevistas* com todos os recentes reitores, exceto um, com outros dirigentes e ex-dirigentes da universidade e com demais membros da comunidade, que serviram para orientar as pesquisas e coleta de dados e informações históricas e atuais sobre o espaço físico da UFU e sobre a área do Glória, bem como aferir a percepção dos mesmos sobre a proposta de implantação do câmpus.

Foi procedida ainda a *coleta de dados, estudos e informações* junto a órgãos públicos federais, estaduais e municipais, principalmente, Universidade Federal de Uberlândia (Secretaria Geral e Prefeitura de Campus), Universidade Federal de Minas Gerais – UFMG, Universidade do Estado de Minas Gerais – UEMG e Prefeitura Municipal de Uberlândia, com vistas a produzir as informações necessárias ao histórico do espaço físico da UFU e à discussão sobre os desafios institucionais e municipais para implantação do câmpus Glória.

A *pesquisa cartográfica*, por meio da *análise de mapas* e do *levantamento aerofotogramétrico* da cidade de Uberlândia e da fazenda do Glória, foi utilizada para compreensão das dinâmicas de crescimento e expansão e dos correspondentes impactos da implantação de um câmpus naquela região do município, subsidiando os debates e as questões levantadas.

Para responder aos objetivos de apresentar os condicionantes ambientais e urbanísticos, bem como as propostas que se pretende sugerir para a implantação do câmpus, foi concluída uma *catalogação de leis e normas*, federais, estaduais e municipais, sobre a temática abordada.

E claro, várias *visitas de campo* no Glória foram realizadas para aferição, *in loco*, das condições e dos aspectos geográficos da área. As pesquisas de campo também serviram para estudar os atuais usos e predominâncias de atividades e sistematizar as análises sobre os

condicionantes urbanísticos (área do entorno) e ambientais (reserva de preservação com nascentes). Foram tiradas cerca de 200 fotografias que serviram às pesquisas e, parte delas, ilustra o trabalho final.

O resultado é o desenvolvimento de uma pesquisa que busca confirmar, tendo em vista a necessidade de implantação de um novo espaço universitário em Uberlândia, que o Câmpus Glória é uma proposta factível, com enormes potencialidades para a UFU e para a cidade.

CAPÍTULO I

CÂMPUS

UNIVERSITÁRIO

1.1. O ESPAÇO DO SABER

1.1.1. A Educação e o Espaço

A escola e a universidade são tidas, no senso comum, como espaços do saber. Na verdade, o rei de Castela e de Leão (Portugal), Afonso X, o Sábio, ainda no século XIII, no código das Sete Partidas, afirmava que *“a escola é o lugar onde se aprendem os saberes”* (CONTRERAS, 1984:103).

Os indivíduos, em tese, buscam nas escolas, faculdades, universidades, uma formação educacional e cultural, necessária tanto para a habilitação técnica ao mundo do trabalho, quanto para a consciência crítica e cidadã na vida social.

Muito tem se falado sobre a história da educação ou sua relevância social. Disserta-se bastante sobre a pedagogia em salas de aula, sobre métodos de aprendizagem e avaliação e sobre a relação professor-estudante. Discute-se também o financiamento da educação, a relação entre os níveis fundamental, médio, superior e o papel educacional no desenvolvimento do país.

Entretanto, muito pouco se pesquisa e se produz sobre a infra-estrutura escolar e a questão dos espaços físicos que as instituições educacionais ocupam nas cidades. Pouco também se debate a relação que as escolas e as universidades estabelecem com sua localidade.

Os estudos acerca das instituições educacionais como ESPAÇOS do SABER, são muito mais centrados no SABER do que nos ESPAÇOS. Neste trabalho, importará sim analisar a educação, mas o foco da pesquisa é a relação dos espaços educacionais com o meio físico e territorial que eles ocupam.

Primeiramente, é importante considerar que as questões relativas ao espaço físico que uma instituição escolar – seja creche, escola fundamental ou média, faculdade ou universidade, pública ou privada – ocupa na cidade e como esse espaço está ocupado (edificação, ambiente, equipamentos) são variáveis determinantes para o processo educativo, assim como os recursos humanos e os métodos pedagógicos.

Por exemplo, imaginemos um estudante que é obrigado a caminhar quatro quilômetros para chegar à escola e que, por isso, levanta às cinco da manhã; ao chegar na sala, já não encontra carteiras e tem que assistir a aula em pé e ainda, na hora do intervalo, não pode aproveitar quadras ou bancos porque sua escola não possui essas instalações. Agora, imaginemos outro estudante que dispõe de uma escola a menos de trezentos metros de sua casa, onde há cadeiras e carteiras confortáveis, espaços de vivência arborizados, lanchonetes e

quadras esportivas. Qual deles terá maiores chances de possuir um melhor rendimento no ensino?

Na verdade, o espaço e também o tempo escolares, não são dimensões neutras ou estruturas vazias da educação – ao contrário, operam como um discurso que institui, na *práxis* escolar, um sistema de valores, um conjunto de aprendizagens sensoriais e motoras e uma semiologia que recobre símbolos estéticos, culturais e ideológicos (Escolano apud VIÑAO, 1995:72).

O arquiteto Sebastião Lopes¹ apresenta o conceito de espaço-aprendizagem, como aquele que estimula a arte de ensinar e de aprender, propicia a socialização, o intercâmbio e o compartilhamento de idéias e experimentos e induz a aprendizagem pelo envolvimento da emoção e da sensibilidade através de um processo contínuo.

A relação entre a educação e o espaço físico é bem mais importante do que se tem estudado atualmente. É impossível, por exemplo, planejar ações educacionais sem planejar o espaço educacional.

Essa estreita relação torna-os um só, porque é evidente que o planejamento educacional e seu correspondente planejamento físico são consubstanciais: não existe um sem o outro, e são entre si verdadeiros complementos, ambos constituindo parte e todo de um processo geral ricamente complexo, “a educação” (CONTRERAS, 1984:103).

Outro fenômeno importante que decorre do estudo sobre o ESPAÇO do SABER, é como esses espaços estão dispostos e organizados no território brasileiro, isto é, como funcionam e quais são os produtos da espacialização da educação.

Como informam Milton Santos e Maria Laura Silveira (2000:s/p):

A educação, atividade econômica e social de peso, tem, por isso, papel fundamental na caracterização do espaço nacional; este, por sua vez, em função das suas características regionais e locais, influi sobre a natureza da atividade educacional. (...)

Lugares e sistemas de lugares, pelas suas características econômicas, demográficas e sociais constituem fatores relevantes da explicação das diferenciações geográficas da atividade educacional. A presença mais densa de estabelecimentos de ensino, assim como de professores e alunos, no litoral e suas proximidades, nas zonas de agricultura rica e nas regiões metropolitanas e de urbanização mais avançada tem esse fundamento. Podem-se, destarte, relacionar especializações produtivas e especializações educacionais, do mesmo modo que as grandes cidades

¹ Em seu sítio na internet <<http://www.sebastiaolopes.com.br>>

são os lugares da variedade e da complexidade, tanto no ensino quanto em atividades correlatas, como a pesquisa científica.

Na verdade, a dinâmica da produção do território educacional acompanha a dinâmica da estrutura social. Uma cidade em que o espaço é produzido para acentuar as desigualdades, por exemplo, com bairros para população pobre, afastados dos condomínios de alto luxo, terá também espaços educacionais reprodutores dessas desigualdades: escolas para os pobres e escolas para os ricos.

O espaço escolar, seja o câmpus universitário ou o prédio escolar, além de fato físico, é também um fato social, uma manifestação social. Esse espaço representa relações que se estabelecem entre os homens e desempenha um papel de reprodutor material no interior da sociedade (ALMEIDA, FARRET E KOOSAH, 1989:388).

Segundo Ana Fani Carlos (2001:21):

O desenvolvimento do processo de reprodução da sociedade produz um novo espaço e novas formas de relação na sociedade e entre as pessoas, a partir das trocas em todos os sentidos e da modificação dos modos de apropriação e uso do espaço, que, normatizado, redelimita ações a atos, redefinindo as relações das pessoas entre si e com o lugar.

No mesmo sentido, Castells (2000:435) compreende que “*espaço é a expressão da sociedade (...) o espaço não é uma fotocópia da sociedade, é a sociedade. As formas e processos espaciais são constituídos pela dinâmica de toda a estrutura social*”.

A espacialização da educação, portanto, é resultado da organização da sociedade, espelhando as suas desigualdades, problemas e virtudes. Não é apenas somatória das condições e características atuais, mas de toda sua história.

Como afirmou Milton Santos (1997:69) “*a configuração territorial, apresentada ou não em forma de paisagem, é a soma de realizações atuais e de realizações do passado*”.

1.1.2. O espaço escolar

Um estudo acadêmico sobre o espaço escolar deve referir-se a, pelo menos, quatro elementos: a arquitetura, o mobiliário, o ambiente natural e construído e a localização.

Enquanto a *arquitetura escolar* compreende a construção, estrutura dos edifícios e equipamentos imóveis, o *mobiliário escolar* compreende todos os equipamentos e materiais móveis necessários ao desenvolvimento da atividade educacional.

O *meio ambiente natural e construído* é o conjunto de materiais que dão significância e embelezamento ao espaço escolar. Esse meio é o que mais contribui para a valorização ou desvalorização do espaço escolar. A diferença, por exemplo, de uma escola pichada e sem árvores, daquela ajardinada e bem pintada é muito grande, pra quem lá estuda, trabalha ou visita.

A *localização*, por fim, relaciona-se com a interação do estabelecimento educacional com a cidade, especialmente considerando o acesso, o transporte, a capacidade de atração de outros serviços e atividades para as proximidades, etc.

Além desses elementos, poderíamos citar as relações das pessoas com aquele espaço ou a imagem e a significação do espaço escolar no imaginário social como estruturantes de uma discussão sobre o ESPAÇO do SABER.

Ressalve-se, contudo, que essa divisão do campo de estudo “espaço físico escolar” em quatro ou mais elementos é apenas uma contribuição. Há diversas outras formas de organizar os trabalhos e conceitos relacionados ao espaço físico escolar.

O Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira – INEP, por exemplo, publica, em seu sítio na internet, o *Thesaurus*² Brasileiro da Educação (Brased), que é um vocabulário controlado que reúne termos e conceitos, extraídos de documentos analisados no Centro de Informação e Biblioteca em Educação (Cibec)³, relacionados entre si a partir de uma estrutura conceitual.

No que concerne ao espaço físico escolar, o *Thesaurus* apresenta uma relação hierárquica, a partir do conceito *Infra-Estrutura Escolar*, definida como:

1. Conjunto de recursos materiais e técnicos necessários ao bom funcionamento da escola. 2. Conjunto de instalações físicas e de recursos institucionais que dão suporte às atividades acadêmicas e ao bom funcionamento da Instituição. Nota: A Infra-estrutura escolar divide-se em duas partes: infra-estrutura acadêmica e infra-estrutura administrativa, cada qual incluindo recursos físicos, humanos e tecnológicos. (cf. UFMG, 2003)

² Tesouro em latim. O acervo do *Thesaurus* está disponível em <<http://www.inep.gov.br/pesquisa/thesaurus>>.

³ Disponível em <<http://www.inep.gov.br/pesquisa/cibec/>>

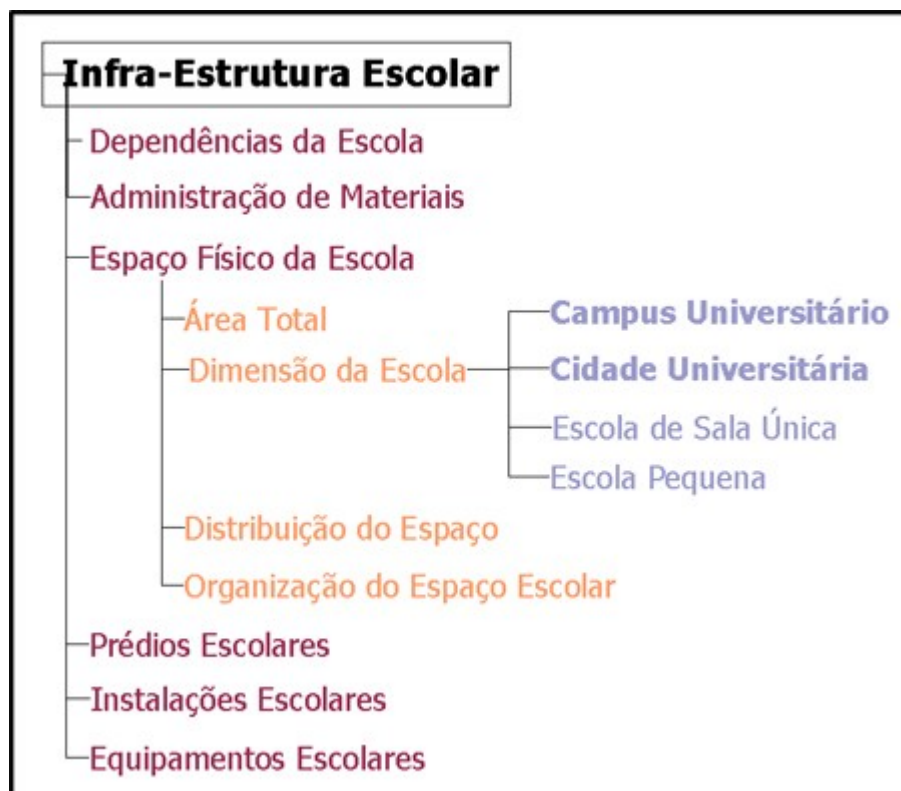


Figura 1: Diagrama conceitual do termo Infra-Estrutura Escolar. Nota: Os conceitos de *campus universitário* e *cidade universitária* estão relacionados à dimensão (tamanho) da escola, que faz parte do temário *Espaço Físico da Escola*. **Fonte:** <http://www.inep.gov.br/pesquisa/thesaurus>

Para compreender, então, a questão do espaço físico na evolução da educação, é preciso, inicialmente e considerando a raridade de obras sobre o tema, fazer uma digressão de registros históricos acerca das relações entre espaço e educação.

Como afirma França (1994:13), a “*escola é um espaço atravessado por tempos diferentes, justapostos, que aparecem na forma de seus edifícios, no estilo de seu mobiliário e em toda sua configuração*”. Daí porque, resgatar historicamente a conformação dos espaços escolares, ajuda a entender o estágio atual dessa questão.

A Grécia antiga, berço da filosofia e do conhecimento, é tida como palco das primeiras experiências de escolas organizadas. Nesses estudos, a relação entre a educação e o espaço físico, é sempre relatada. O que se conhece, por exemplo, dos mestres Sócrates, Platão e Aristóteles é bastante relacionado com o lugar em que as aulas ou ensinamentos eram proferidos. De Sócrates, sabe-se que ensinava nas praças, nas ágoras, inquirindo os que achavam que algo sabiam.

Já Aristóteles fundou o Liceu, assim chamado devido ao território que em estava situado, consagrado a Apolo Lício. A escola também era chamada de Perípatos pelo fato do mestre sempre ensinar em aulas-passeios, caminhando pelos corredores (ou *peripatos*) com os discípulos.

Sobre a instrução escolar egípcia, os poucos registros que restaram sempre apresentavam o mestre sentado em uma esteira, no interior de um prédio ou à sombra de uma figueira, com os alunos a sua volta (FRANÇA, 1994:58).

A educação helenística⁴ era ministrada em espaços, *a priori*, mais adequados, como prédios públicos, inclusive com locais para palestras e exercícios, e privados, geralmente alugados pelos mestres individualmente.

Na Idade Média, durante o período da Escolástica⁵, que era a pedagogia da Igreja medieval, a educação era tida como um instrumento da religião e, por isso, as escolas funcionavam junto às igrejas ou nos conventos e mosteiros. A palavra “escola”, inclusive, vem de *schola*, *scholasticus* (FRANÇA, 1994:60).

Nesse período, as ordens e entidades religiosas empreendiam as atividades educacionais no lugar do Estado. Certamente, as orientações e os modelos educacionais que foram desenvolvidos, tinham laços estreitos com as igrejas, senão vejamos:

os Colégios (etimologicamente a palavra deriva de confraria, associação) surgiram no século XIII, ligados a instituições religiosas e eram assim chamados porque abrigavam os estudantes pobres;

os Institutos de Educação apareceram no século XV e depois foram substituídos pelos colégios-modelo dos Jesuítas⁶;

as Sinagogas eram instrumentos de culto e educação para os hebraicos (judeus);

tanto na Reforma de Lutero (que criou a Igreja Protestante) e quanto na Contra-Reforma da Igreja Católica, foram utilizados projetos paralelos de educação para afirmação das ideologias religiosas junto aos fiéis.

A forte influência da igreja no campo da educação, notadamente soberana no período medieval, se mantém até hoje. Diversos estabelecimentos educacionais são mantidos por igrejas e ainda propalam doutrinas religiosas.

Entretanto, a partir do Renascimento, tendo também como pano de fundo a industrialização, o comércio e as cidades, o modelo educacional vinculado à religião decaiu. A ação do Estado na educação passa a ser reivindicada pela burguesia para permitir a massificação da instrução, destinada a atender às necessidades de formação de mão-de-obra.

⁴ A civilização helenística refere-se aquela que se desenvolveu fora da Grécia, resultante da fusão da cultura grega com as tradições do Egito, Mesopotâmia e Pérsia (Oriente), conquistadas por Alexandre, O Grande.

⁵ A Escolástica era a filosofia ensinada nas escolas medievais de influência do pensamento cristão. As matérias eram representadas pelas chamadas artes liberais, divididas em trívio (gramática, retórica e dialética) e quadrívio (aritmética, geometria, astronomia e música). A figura soberana da Escolástica é Tomás de Aquino.

⁶ Os Jesuítas constituem a Companhia de Jesus, uma ordem religiosa da Igreja Católica Apostólica Romana criada por Ignácio Loyola e aprovada pelo Papa Paulo III em 1540.

A política de educação, então, passa a buscar um modelo mais utilitarista, cujo fim era transformar agricultores vindos do campo em trabalhadores da indústria urbana. Por isso, desde a Revolução Industrial, as escolas próprias e outros estabelecimentos de instrução se expandem muito.

Para França (1994:80), isso se justifica porque a escola, que é consequência da urbanização das cidades, torna-se também um dos mecanismos para viabilizar a vida nessa nova comunidade urbana. Como se vê, muda o agente hegemônico – Igreja para Burguesia – no campo da educação, mas não sua utilização estratégica.

No mundo moderno, a escolarização da população é parte integrante dos planos e ações fortalecedores das estruturas de poder estatais (FARIA FILHO e VIDAL, 2000:24).

Anísio Teixeira (1989:60), resgatando a relação entre a Metrópole e a Colônia na situação acadêmica e cultural, afirmou que *“a educação, como sempre, era o instrumento utilizado para impor o modelo social desejado”*.

Nesses casos, em que a educação é muito mais um instrumento de manutenção das relações de poder na sociedade, do que fim para transformação social, o espaço é discutido tão somente em aspectos quantitativos, desconsiderando as relações estabelecidas a partir dele na educação. Para França (1994:66-67), *“discute-se a questão do espaço escolar minimizando-a, apresentando problemas como a questão física ou a questão do mobiliário sem estabelecer relações com implicações de diferentes ordens, mas restringindo-as ao utilitarismo”*.

De outro lado, quando se compreende a dimensão real da educação, a visão utilitarista, que tem predominado para questões relativas ao espaço físico escolar, perde lugar para a visão transformadora.

Como profetiza Paulo Freire, *“Se a educação sozinha não transforma a sociedade, sem ela tampouco a sociedade muda”*. Se a necessária mudança social vem da educação, é preciso também que um conjunto de ações-meio – que incluem o espaço físico escolar –, sejam vistos a partir de uma ótica transformadora.

Cristóvam Buarque (2001:01), no mesmo sentido e em tom de esperança, anuncia que *“O Brasil não será eficiente nem decente enquanto todo o seu território não for uma enorme e competente escola para toda sua população (...) nossos melhores prédios terão de ser nossas escolas, em quantidade e qualidade”*.

Por isso, se compreendemos que a educação é transformadora e deve cumprir sua missão social, obviamente, estamos entendendo que o planejamento e a construção de espaços próprios para a atividade educacional é condição *sine qua non* para a realização da função social da educação.

1.1.3. O espaço escolar no Brasil

Não há como uniformizar a discussão em torno do espaço universitário e das demais escolas, porque no Brasil, a educação superior aparece tardiamente e de forma isolada, apenas quando a família imperial se instala na colônia.

Por isso, os primeiros registros de discussão acerca dos espaços educacionais no Brasil se dão no período colonial e se referem tão somente ao ensino primário, que era a instrução fundamental a ser ofertada para a população.

Logo após sua chegada no território brasileiro, os portugueses iniciaram a colonização utilizando-se da educação. Menos de quinze dias depois da fundação da cidade de Salvador (1549) já havia uma escola de ler e escrever, mantida pelos padres jesuítas.

No início não havia qualquer preocupação com o espaço escolar, apenas com a necessidade de reunir o educador e os educandos – indígenas ou colonos –, para a instrução.

Exceção a essa regra, era a localização dos estabelecimentos de ensino que levavam em conta a segurança. Em São Paulo, por exemplo, a construção do Colégio de São Paulo do Piratininga em 1554, foi pensada estrategicamente pelos Padres Jesuítas. A localidade escolhida foi uma escarpa que permitia acesso por apenas um lado para que a edificação pudesse servir também como fortaleza ante as possíveis reações de nativos e bandeirantes⁷.

A construção de espaços próprios para o ensino, ainda que não adequados, passou a ser reivindicada a partir do século XVIII no Brasil, com o intuito de fazer a escola cumprir sua função social e produzir a singularidade de instituição educacional e de cultura.

Os séculos XVIII e XIX foram marcados principalmente por escolas, em número muito reduzido e de improviso. As escolas de improviso eram geralmente sediadas em igrejas, sacristias, dependências de Câmaras Municipais, lojas de maçonaria, prédios comerciais ou na própria residência dos professores. Nesse período, as escolas particulares ou domésticas contavam em maior número do que aquelas que mantinham vínculo direto com o Estado, isto é, as escolas públicas (FARIA FILHO e VIDAL, 2000:20-21).

Em Minas Gerais, por exemplo, segundo estudo de Bernardo Pereira de Vasconcelos⁸, em 1827, havia 23 (vinte e três) escolas públicas e 170 (cento e setenta) escolas privadas ou domésticas – essas constituídas na maioria por um único professor que ministrava aulas em sua residência ou na de outras famílias.

⁷ Fonte: Projeto Aprenda 450 anos sobre a história de São Paulo. In <www.aprenda450anos.com.br>

⁸ Bernardo Pereira Vasconcelos (1775-1850), mineiro, foi jornalista, deputado constituinte e ministro da Justiça. Sua biografia foi marcada pela mudança abrupta do liberal radical (defensor do voto direto e da federalização) para o ultra-conservador (a favor da escravidão e do centralismo).

A instituição da instrução escolar e a localidade de escolas foi objeto de uma legislação específica da então província mineira, a Lei n.º 13, de 1835, que estabelecia o seguinte:

(...) a instrução primária consta de dois graus. No primeiro se ensinará a ler, escrever e a prática das quatro operações aritméticas, e no segundo a ler, escrever, aritmética até as proporções, e noções gerais dos deveres morais e religiosos. As escolas de 2º grau são aquelas que se localizavam em cidades e vilas (maiores) e as de 1º grau em locais de menor população. Nas localidades onde houvesse as de 2º grau, as de 1º não seriam abertas. (In FARIA FILHO e VIDAL, 2000:20).

A principal referência de estabelecimento escolar em Minas Gerais era o Colégio Caraça fundado em 1820. A edificação que abrigou o colégio foi construída para sediar, inicialmente, um convento, depois passou a ser hospício e então foi transformado em escola, sem qualquer reforma na sua estrutura (FRANÇA, 1994:66).

Outro registro que atesta a situação precária das escolas de improviso e a necessidade de construção de espaços próprios é uma referência ao Imperador Dom Pedro II. Em 1865 após o fim da Guerra do Paraguai, o imperador teria se recusado a receber como homenagem, uma estátua, para a qual estavam sendo angariados fundos. Dom Pedro II teria dito que preferia que os recursos fossem empregados para a construção de edifícios mais apropriados para o ensino das escolas primárias (FRANÇA, 1994:86).

É somente na segunda metade do século XIX que a questão do espaço para abrigar a escola pública é tratada como uma questão de Estado. Havia o interesse do poder público em generalizar a instrução no país, com a implantação do método mútuo – um professor para dezenas de estudantes reunidos num mesmo local para as aulas. Para tanto, a edificação e a ocupação de espaços próprios para a educação passou a ser uma necessidade (FARIA FILHO e VIDAL, 2000:22).

A lei imperial de 15 de outubro de 1827 foi o principal instrumento de expansão do método mútuo. A lei determinava que “*em cada capital de província haverá uma Escola de Ensino Mútuo; e naquelas cidades, vilas e lugares mais populosos, em que haja edifício público que se possa aplicar esse método, a escola será de ensino mútuo (...)*”.

A necessidade de implantar escolas de método mútuo para massificar a educação trouxe as primeiras experiências de construção e ocupação de espaços próprios tidos como colégios, escolas ou grupos. Entretanto, isso foi exceção e não regra.

Apenas com a proclamação da República, é que a edificação escolar passou a ser considerada um componente da política educacional. Segundo Rosa Fátima de Souza (1998:122):

(...) em determinado momento, políticos e educadores passaram a considerar indispensável a existência de casas escolares para a educação de crianças, isto é, passaram a advogar a necessidade de espaços edificadas expressamente para o serviço escolar. Esse momento coincide com as décadas finais do século XIX e com os projetos republicanos de difusão da educação popular.

Já na última década do século XIX com a proclamação da República, a construção de espaços próprios para as atividades educacionais passou a ser fundamental para a expansão da educação, principalmente nas capitais e maiores cidades. Contudo, não bastava construir escolas, era preciso também dar uma identificação própria para o novo momento do Estado brasileiro.

Inaugura-se, nesse momento, o período das escolas-monumento, isto é, das construções para as escolas ou grupos escolares com contornos de monumentalidade nas obras. O objetivo de dar essa forma física ao projeto educativo da nova República fazia parte da estratégia de consolidação do novo regime. Segundo Wolff (1992:48):

A arquitetura escolar pública nasceu imbuída do papel de propagar a ação de governos pela educação democrática. Como prédio público, devia divulgar a imagem da estabilidade e nobreza das administrações (...) Um dos atributos que resultam desta busca é a monumentalidade, consequência de uma excessiva preocupação em serem as escolas públicas, edifícios muito “evidentes”, facilmente percebidos e identificados como espaços da esfera governamental.

Os grupos escolares daquele período, especialmente em São Paulo, eram, como templos do saber, encarnando todo um conjunto de saberes e projetos político-educativos que consolidaram o modelo educacional das escolas (FARIA FILHO e VIDAL, 2000:25).

O monumentalismo também marcou presença nas edificações das faculdades e escolas de ensino superior já existentes e naquelas que surgiam. É de 1912, por exemplo, a construção moderna do prédio da Universidade Federal do Paraná. A edificação, que foi escolhida como símbolo oficial da cidade de Curitiba, apresenta os traços da monumentalidade identificadores da instituição escolar como espaço do saber para aquele período.



Figura 2: Foto do prédio da Universidade Federal do Paraná. **Fonte:** <http://www.ufpr.br>

Nesse período, se consolida a imagem da instituição educacional e do edifício escolar como identificador da função educacional. Rosa Fátima de Souza (1998:122-123) relata que:

“Sem bons prédios é impossível fazer boas escolas”, afirmava o secretário dos Negócios do Interior, Cesário Motta Júnior, em 1895. O secretário expressava assim o que se constituiria, nas últimas décadas do século XIX no Brasil, numa nova sensibilidade para a questão da configuração da escola como um lugar, situada em edifício próprio especialmente escolhido e construído para ela, dotando-a, dessa maneira de uma identidade.

(...) O edifício escolar torna-se portador de uma identificação arquitetônica que o diferenciava dos demais edifícios públicos e civis ao mesmo tempo em que o identificava como um espaço próprio – lugar específico para as atividades de ensino e do trabalho docente.

(...) O espaço escolar passa a exercer uma ação educativa dentro e fora de seus contornos.

1.2. A UNIVERSIDADE BRASILEIRA

1.2.1. Os primórdios do ensino superior no Brasil

O surgimento das primeiras instituições de ensino superior no Brasil foi demasiadamente tardio. Enquanto os espanhóis, a partir de 1538, abriram dezenas de universidades em suas colônias na América Latina, o Brasil só veio a ter cursos superiores propriamente ditos, no século XIX, em razão da transferência da família real para o Brasil em 1808.

No dizer de Anísio Teixeira (1989:65), por muito tempo, a universidade do Brasil foi a Universidade de Coimbra em Portugal que, nos três primeiros séculos de nossa história, formou cerca de 2.500 jovens brasileiros em Teologia, Direito Canônico, Direito Civil, Medicina e Filosofia.

Importante ressaltar que há autores como Luiz Antônio Cunha (2001a:39), que consideram o aparecimento de estudos superiores no Brasil ainda no período colonial, nos colégios dos padres jesuítas (cursos de Filosofia e Teologia) com apoio do império português e, depois, nos conventos franciscanos.

Todavia, a grande maioria dos autores, afirma que o ensino superior no país só se inaugura com a transferência da família real portuguesa. O Brasil, que passou a ser a sede da Coroa, começou a experimentar a implementação de diversas medidas administrativas, econômicas e culturais visando estabelecer aqui a infra-estrutura necessária ao funcionamento do Império.

A criação dos primeiros estabelecimentos estatais de ensino superior buscava formar quadros profissionais para dois segmentos principalmente: funcionários públicos na área de direito e voltados à administração do aparelho estatal; e militares nas áreas de engenharia (chamada politécnica na época) e medicina e cirurgia.

Em Salvador, tão logo chega o Príncipe Regente D. João VI em 1808, o comércio local reivindica a criação de uma universidade literária, entretanto, é criado o Curso de Cirurgia, Anatomia e Obstetrícia. No Rio de Janeiro, é criada uma Escola de Cirurgia (também em 1808), além de Academias Militares, Escolas de Belas-Artes, Museu, Biblioteca Nacional e Jardim Botânico (TEIXEIRA, 1989:66-67).

Após a Independência do Brasil, a criação de universidades no país foi pautada na Assembléia Constituinte de 1823. Entretanto, com a dissolução da assembléia, o tema foi também dissolvido e o ensino superior continuou preterido ante aos outros níveis de instrução.

Em 1827, foram fundadas duas escolas de direito simultaneamente, uma em São Paulo e outra em Olinda, beneficiando as duas regiões em que o movimento pela independência havia sido mais forte.

A Faculdade de Direito de São Paulo, que hoje pertence à USP e é conhecida como Faculdade de Direito do Largo São Francisco, ocupou o prédio do Convento São Francisco. Já a de Olinda, o edifício do Mosteiro de São Bento.

Em 1858, foi fundada a politécnica (faculdade de engenharia) no Rio de Janeiro e em 1875 começou a funcionar a Escola de Minas em Ouro Preto.

É marcante ressaltar que, desde a independência (1822) até a proclamação da República (1889), todo o ensino superior ministrado no Brasil era estatal, pertencia ao império (CUNHA, 2001a:39).

Já na República, as primeiras faculdades brasileiras eram independentes uma das outras e se caracterizavam pela localização em cidades importantes e por possuírem orientação profissional bastante elitista. Além disso, seguiam o modelo das escolas francesas, mais voltadas ao ensino do que à pesquisa, e organizavam-se no regime de cátedras vitalícias – professores que dominavam um campo do saber e exerciam o poder didático e administrativo (OLIVEN, 2002:32).

Essa aproximação com o modelo francês se deu, não no padrão cultural das escolas européias, mas essencialmente no ensino técnico-profissionalizante. Como consta da publicação oficial do Ministério da Educação e Cultura – MEC (MEC-PREMESU, 1974:15) sobre administração de tempos e espaços em universidades:

As primeiras instituições de ensino superior no Brasil obedeceram ao modelo europeu de formação de profissionais liberais e se destinavam fundamentalmente a assegurar aos filhos das elites rurais e urbanas o 'status' cultural necessário para as tarefas de administração de uma sociedade ainda fundamentalmente agrário-exportadora.

Ao adotar o modelo francês, o governo brasileiro republicano optou por expandir o ensino superior baseado em escolas e faculdades profissionais e não em universidades, como os demais países latino-americanos.

As conseqüências foram profundas, como relata Anísio Teixeira (1989:74):

Uma das funções da universidade é cultivar e transmitir a cultura comum nacional: não havendo o Brasil criado a universidade, mas apenas escolas profissionais superiores, deixou de ter o órgão matriz da cultura comum nacional, a qual se

elabora pelo cultivo da língua, da literatura e das ciências naturais e sociais na universidade, ou nas respectivas escolas superiores do país. Como se poderia elaborar a cultura nacional apenas com escolas de Direito, Medicina e Engenharia?

Apesar de haver espírito universitário presente nos colégios jesuítas, com ampla formação filosófica e teológica e na Universidade de Coimbra, o regime monárquico recusou-se a inaugurar universidades no Brasil. Dos 42 (quarenta e dois) projetos de criação de universidades apresentados por personalidades como José Bonifácio e Rui Barbosa, nenhum foi implementado (TEIXEIRA, 1989:83).

Em 1911, o governo federal editou a Lei Orgânica do Ensino Superior e do Ensino Fundamental que, inspirada nos ideais do liberalismo e do positivismo, típicos do início republicano, abriu o ensino superior a entidades particulares e confessionais, mas desde que os cursos fossem autorizados a funcionar e reconhecidos pelo governo.

O pensamento liberal republicano marcado pela idéia de que a educação competia à sociedade e ao indivíduo, e não ao Estado, reduz a função pública no campo da cultura a regular e promover a atividade privada, reforçando-se assim a tradição, nascido no Império, dos colégios e escolas particulares (TEIXEIRA, 1989:104).

1.2.2. O ensino superior em Minas Gerais

Em 1750 foi inaugurado, na cidade de Mariana, o Seminário de Nossa Senhora da Boa Morte dirigido pelos padres jesuítas e que ministrou, no Estado de Minas Gerais, os primeiros cursos de estudos superiores, de cunho muito mais religioso do que universitário (CUNHA, 1980:35).

Anos depois, um dos primeiros movimentos, senão o primeiro, para fundação de universidades no país, ocorreu justamente em Minas Gerais, entre 1788 e 1789, quando os inconfidentes propuseram a criação de uma universidade em Vila Rica na Carta de Intenções do Movimento da Inconfidência Mineira.

Apesar de não conseguirem a sonhada independência, os inconfidentes venceram ideologicamente o Império, e foi exatamente na antiga Vila Rica, que passou a se chamar Imperial Cidade de Ouro Preto, que surgiu o primeiro núcleo de ensino superior de Minas Gerais.

Na então Ouro Preto, foi fundada em 1839, a Escola de Farmácia e, em 1875, a Escola de Minas⁹. Posteriormente, após a proclamação da República, foi criada a Faculdade de Direito (1892), com o objetivo de formar os bacharéis necessários à administração do Estado.

Em 1898, a capital do Estado de Minas Gerais foi transferida para Belo Horizonte, levando a escola de direito para a nova cidade. A capital e outras cidades do entorno continuaram sendo o principal centro de formação de profissionais para a administração do Estado e para os serviços públicos necessários, situação esta que perdurou até 1930.

Em Minas Gerais, antes de 1930, só existiam cursos superiores na capital Belo Horizonte (a Universidade de Minas Gerais – UMG, depois UFMG), na antiga capital Ouro Preto, nas cidades de Lavras e Viçosa, com cursos na área agrícola criados pelo Estado de Minas Gerais, em Alfenas e Itajubá, nas áreas de Odontologia e Engenharia, respectivamente, e em Juiz de Fora, centro urbano influenciado pelo Rio de Janeiro.

1.2.3. O surgimento das universidades brasileiras

Durante todo o século XIX e nas primeiras décadas do século XX, as autoridades brasileiras, imperiais ou republicanas, recusaram-se a aglutinar as escolas superiores em universidades, compreendendo o modelo ideal como de cursos de orientação técnica profissionalizante, o mesmo estimulado por Napoleão na França (RIBEIRO, 1978b:48-49).

As poucas instituições universitárias criadas nesse período funcionaram temporariamente. Foi o caso da Universidade de Manaus, resultante do ciclo da borracha, criada em 1909; da Universidade de São Paulo, criada por um grupo particular em 1911; e da Universidade do Paraná, de 1912.

Apesar de serem projetos ambiciosos, não duraram muito tempo. As universidades de Manaus e Paraná foram fragmentadas em escolas isoladas que, posteriormente, foram aglutinadas e federalizadas formando as atuais Universidade Federal do Amazonas e Universidade Federal do Paraná. A Universidade de São Paulo foi extinta em 1917.

A medida legal que motivou a extinção daquelas universidades foi o Decreto 11.530 de 18 março de 1915, que colocou barreiras à multiplicação de cursos, impedindo, inclusive com efeitos retroativos, o funcionamento de universidades em cidades com menos de cem mil habitantes, a não ser que o Estado tivesse, pelo menos, um milhão de moradores (CUNHA, 1980:168).

O mesmo decreto permitia ainda ao governo federal promover a reunião, no Rio de Janeiro, da Escola Politécnica, da Escola de Medicina (antiga Academia de Medicina e

⁹ O documento de fundação da Escola de Minas de Ouro Preto é datado de 1832 – uma lei aprovada pela Assembléia Geral Legislativa. Entretanto, a instituição só começou a funcionar 43 anos depois.

Cirurgia, criada em 1808) e de uma faculdade de direito com o objetivo de constituir uma universidade.

Entretanto, essa reunião de escolas isoladas só foi consumada em 1920, com a edição de um novo decreto¹⁰ criando a primeira universidade do Brasil: a Universidade do Rio de Janeiro.

De acordo com Darcy Ribeiro (1978b:50) a instituição da Universidade do Rio de Janeiro tinha um propósito específico: *“conceder um título de doutor honoris causa ao rei da Bélgica que visitava o Brasil para as festas de comemoração do centenário da independência”*.

Assim, não surgiu no Brasil, a universidade como um modelo de educação superior desejado. Na verdade, a criação da Universidade do Rio de Janeiro serviu apenas a uma conveniência comemorativa do governo republicano.

Esse episódio foi o início de um período em que a regra para constituição de universidades no Brasil era a aglutinação de faculdades e escolas isoladas e autônomas de uma mesma cidade ou região.

Em 1925, ocorreu uma nova reforma, conhecida como reforma Rocha Vaz, que, através do decreto n.º 16.782-A, autorizava os Estados de Pernambuco, Bahia, São Paulo, Minas Gerais e Rio Grande do Sul a constituírem universidades, desde que seguissem o modelo da Universidade do Rio de Janeiro e possuíssem patrimônio em edifícios e instalações das faculdades não inferior a três contos de réis (FÁVERO, 1980:36-37).

Em 1927, do mesmo modo como ocorreu com a Universidade do Rio de Janeiro, a Universidade de Minas Gerais foi criada por ato do Presidente do Estado, Antônio Carlos, através da aglutinação das faculdades de engenharia, direito, medicina, odontologia e farmácia, existentes em Belo Horizonte.

No restante do país, escolas, faculdades superiores e universidades foram sendo criadas, quase sempre nas capitais. Conforme estudo de Anísio Teixeira (1989:115), até 1930 eram somente 86 (oitenta e seis) estabelecimentos de ensino superior em todo Brasil.

O passo realmente decisivo para a expansão do ensino superior no país se deu no governo Getúlio Vargas, com a criação, em 1930, do Ministério da Educação e Saúde Pública, dirigido por Francisco Campos¹¹.

O recém-criado ministério promoveu reformas educacionais no ensino primário e secundário por meio de decreto, e criou o Conselho Nacional de Educação.

¹⁰ Decreto n.º 14.343 de 07 de setembro de 1920, assinado pelo Presidente Epitácio Pessoa.

¹¹ Francisco Campos (1891-1968), mineiro, advogado, foi deputado estadual, federal, secretário do Interior de Minas Gerais, ministro da Educação e Saúde Pública e depois, da Justiça. Substituiu Anísio Teixeira em 1935 no Departamento de Educação do Distrito Federal. Foi tido como um dos homens fortes dos períodos autoritários (Vargas, 1937 e ditadura militar, 1964), tendo sido responsável pela elaboração dos Atos Institucionais 1 e 2.

Outra medida do ministério foi a promulgação do Estatuto das Universidades Brasileiras – decreto 19.851 de 11 de abril de 1931 –, que estabeleceu padrões de organização do ensino superior, classificando as universidades em oficiais (públicas) ou livres (particulares), que deveriam incluir, pelo menos, três dos seguintes cursos: Direito, Medicina, Engenharia, Educação, Ciências e Letras; além de organizar-se em faculdades autônomas e vinculadas, administrativamente, a uma reitoria (OLIVEN, 2002:34).

Em 1934, por iniciativa do governo do Estado de São Paulo, foi fundada a Universidade de São Paulo, reunindo as escolas e faculdades preexistentes numa instituição universitária de alto padrão acadêmico-científico. A principal inovação da Universidade de São Paulo consistia na reunião de escolas isoladas na Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras com o intuito de fazê-la o eixo central da formação universitária, o que esbarrou na contrariedade das faculdades tradicionais.

Um ano depois, Anísio Teixeira, então Diretor de Instrução do Distrito Federal, criou a Universidade do Distrito Federal – UDF no Rio de Janeiro incluindo novos campos do saber e áreas profissionais tradicionais, numa estrutura organizacional articulada de escolas e centros de pesquisa – Instituto de Educação, Escola de Ciências, Escola de Economia e Direito, Escola de Filosofia e Letras e Instituto de Artes.

Segundo Fávero (1980:75), Anísio Teixeira pretendia fazer uma mudança radical no sistema universitário. A UDF deveria, além de formar profissionais, preparar os quadros intelectuais do país que antes ficavam ao sabor do autodidatismo.

De acordo com Darcy Ribeiro (1978b:53), por ter iniciado “*do zero*”, a nova universidade não sofreu a resistência de faculdades tradicionais ao projeto universitário, como ocorreu em São Paulo. Entretanto, a instituição foi hostilizada pelo Ministério da Educação, a tal ponto que a extinguiu em 1937.

O então ministro Gustavo Capanema, por meio de decreto presidencial de Getúlio Vargas, extinguiu a Universidade do Distrito Federal e transferiu seus cursos para a Universidade do Brasil¹² – novo nome da Universidade do Rio de Janeiro. Nesse período, marcado pelo autoritarismo, a Universidade do Brasil deveria servir de modelo único para todas as outras instituições de ensino superior.

De 1937 em diante, período político do Estado Novo de Getúlio Vargas, o modelo de instituição de ensino superior caracterizava-se por ser uma “*instituição altamente hierarquizada e controlada pelo poder central: rígida e elitista, transformando o saber em símbolo de distância social e a atividade universitária em fonte de poder*” (FÁVERO, 1980:11).

¹² Recriada através da Lei nº. 452 de 1937.

A partir de 1945, o processo de abertura de cursos e escolas superiores pelo país se acelerou com um novo ingrediente. Novamente estimuladas pelo governo central, as faculdades isoladas voltaram a ser aglutinadas em universidades, muitas das quais prontamente federalizadas.

Ressalte-se que a orientação do governo quanto à política para o ensino superior não mudou no sentido de inaugurar grandes universidades, como já fazia, séculos antes, boa parte dos países latino-americanos. O Brasil, naquele período, não criou universidades, apenas reuniu escolas e faculdades autônomas, isoladas e sem qualquer integração, inclusive territorialmente, que continuaram, agora sob a égide e o nome de uma universidade, como escolas e faculdades autônomas, isoladas e sem qualquer integração, inclusive territorialmente.

Após 1960 ocorre o maior salto na expansão do ensino superior brasileiro. Esse surto de instituições, segundo Anísio Teixeira (1989:118), se dá por influência da nova Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDB) – Lei n.º 4.024 de 1961, que acentuou a cooperação da atividade privada no campo da educação¹³.

Prevaleceu, portanto, o interesse privatista como medida para expandir a educação superior no país. Nesse período, com o aumento da procura pelo ensino superior e a estagnação do número de vagas e instituições públicas (por ação deliberada do governo federal), a opção privilegiada foi a abertura, quase indiscriminada, de estabelecimentos privados com ensino pago.

A antiga LDB ainda manteve o regime de cátedras vitalícias, a autonomia de faculdades agregadas às universidades que surgiam e a maior preocupação com o ensino em detrimento da pesquisa. Coube ao Conselho Federal de Educação, de acordo com a legislação, a autorização e fiscalização dos cursos superiores, que se fazia por severas exigências.

Entretanto, como afirmou Darcy Ribeiro (1978b:55-56), as exigências eram meramente formais e

seu cumprimento era examinado com tanta complacência pela burocracia do Ministério da Educação, que qualquer político poderoso podia criar as faculdades que quisesse, tivesse ou não casa para abrigá-las, livros em que se estudasse, ou professores minimamente competentes.

O gráfico a seguir mostra quão grande foi esse salto do número de instituições de ensino superior no Brasil no período de 1900 a 1960:

¹³ O artigo 2º da Lei 4.024/61 – LDB estabelecia que o ensino no Brasil poderia ser público ou privado. O artigo 95 ia mais além, dispondo sobre a possibilidade do Estado financiar a escola privada.

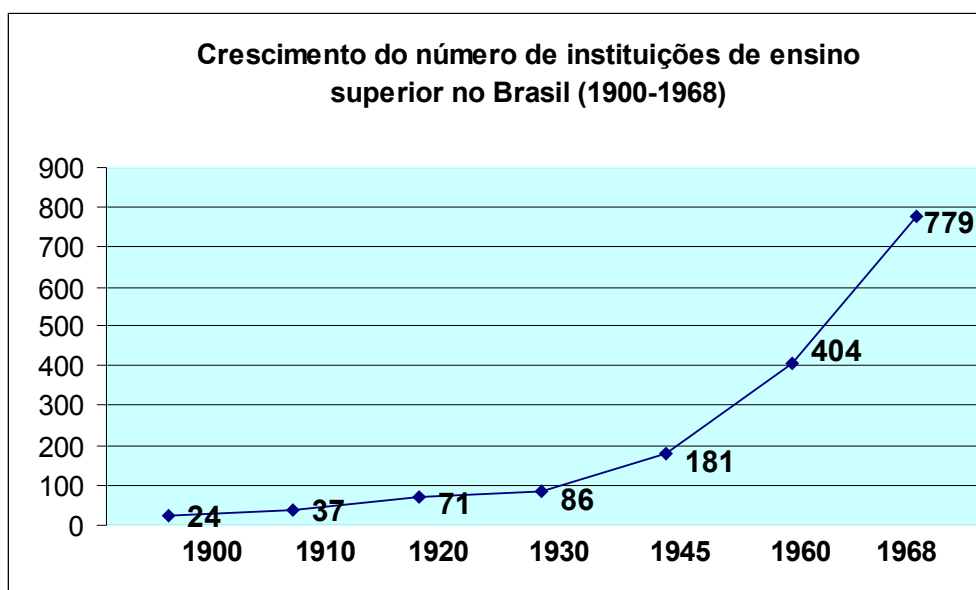


Figura 3: Gráfico da evolução do número de instituições de ensino superior no Brasil entre 1900 e 1968. Elaborado por PRIETO, 2005, a partir dos dados *In* TEIXEIRA, 1989:115.

1.2.4. A Reforma Universitária de 1968

Rudolph Atcon (1963:51) assim resumiu a problemática da universidade, não só brasileira, mas de toda a América Latina nos anos de 1960:

Não é nenhum segredo que a atual universidade latino-americana não corresponde às exigências da sociedade que a financia; não corresponde à atual explosão demográfica; não corresponde a sua obrigação de aumentar o conhecimento útil e de ampliar, ou de consolidar ao menos o que já se conhece; não corresponde a sua obrigação de ministrar em quantidade suficiente o pessoal qualificado para o bom funcionamento da sociedade; não corresponde ao princípio de uma política fiscal sadia, de investimentos sólidos encaminhados a objetivos estabelecidos, tais como os de qualquer empresa, privada ou pública, deve adotar para manter sua solvência e produtividade. (apud RODRÍGUEZ, 2000:s/p).

O seguinte relato dispõe sobre a estrutura universitária antes do período em que ocorreram as maiores mudanças no sistema universitário brasileiro: “*Quem não se lembra da universidade brasileira dos anos 50-60? A ‘torre de marfim’. A mansão dos eleitos onde pontificava o catedrático vitalício, voto soberano numa congregação formada quase exclusivamente de catedráticos vitalícios*” (CUNHA e GÓES, 1987:16).

Nesse período, diante da necessidade de uma reestruturação do ensino superior no país, foram buscadas alternativas ao modelo francês técnico-profissionalizante adaptado à contingência de formação de universidades por justaposição de escolas e faculdades isoladas.

Num primeiro momento, pensou-se em resgatar uma proposta feita na década de 1950 pelo educador Anísio Teixeira e pelo consultor norte-americano Hunter. A proposta consistia em adotar o esquema de *community colleges* e universidades. Existiriam cerca de noventa instituições municipais ou comunitárias que ofereceriam o ensino por dois anos (ciclo geral de formação universitária). Depois, os estudantes iriam para as quinze ou vinte universidades para o complemento dos estudos em mais dois a quatro anos, para receberem o diploma do ensino superior (CUNHA, 1988:190).

Entretanto, essa proposta foi sepultada por um novo modelo criado por Darcy Ribeiro, para a Universidade de Brasília – UnB (criada na nova capital do Brasil para conferir excelência cultural e intelectual à cidade), com a implementação de institutos centrais de ciências básicas, divididos pelas áreas de especialidade e que operariam em três níveis de ensino e pesquisa: cursos básicos ou introdutórios, formativos e pós-graduados, ao lado das escolas e faculdades profissionalizantes.

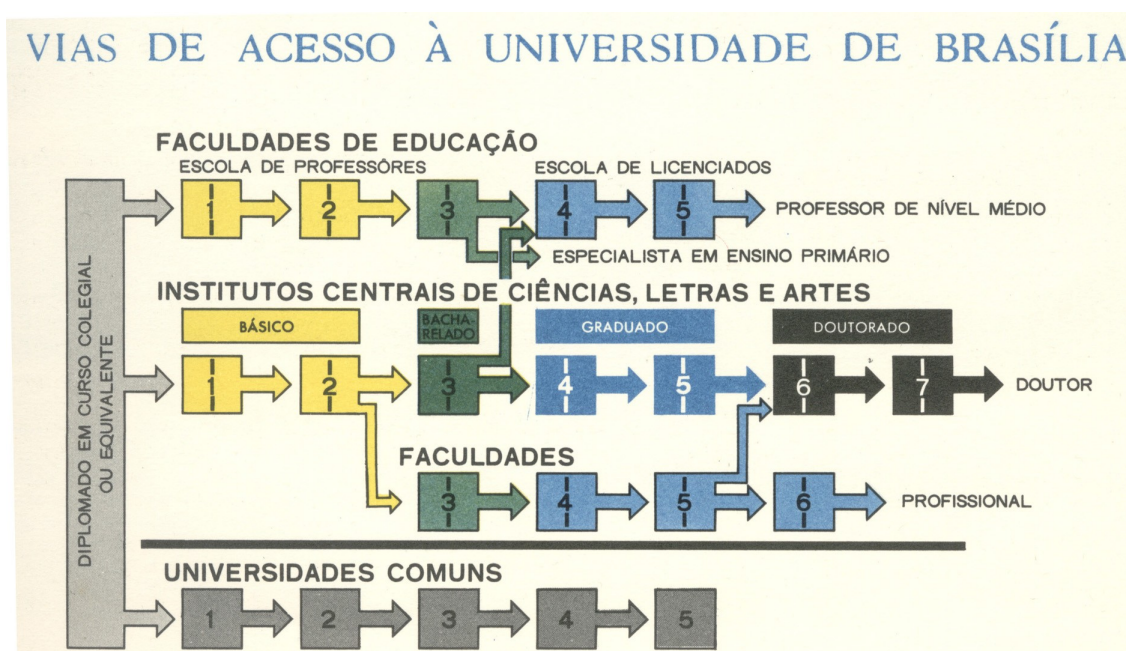


Figura 4: Esquema do ciclo de formação da Universidade de Brasília. **Fonte:** UnB, 1962.

Tratava-se, na verdade, do “*primeiro projeto orgânico de criação de uma universidade integrada*” (RIBEIRO, 1978a:132). O modelo da Universidade de Brasília deveria ser tomado como diretriz, acadêmica, administrativa e territorial para as universidades que fossem criadas no país.

Entretanto, em 1964, o golpe militar que derrubou o Presidente João Goulart do poder provocou, também na educação, profundas mudanças na relação do Estado com as

universidades, marcadas principalmente pelo autoritarismo, pela repressão a tudo aquilo que fosse considerado ameaça e pela ingerência do governo nas instituições.

Nos primeiros dias após o golpe, reitores foram demitidos – como Anísio Teixeira da UnB – e sistemas e programas educativos foram severamente atingidos – como o Programa Nacional de Alfabetização que utilizava o método Paulo Freire (CUNHA e GÓES, 1987:36).

Uma das primeiras ações do governo militar no campo educacional foi firmar convênios de consultoria para reformular toda a educação brasileira. Foram os acordos firmados entre o Ministério da Educação e Cultura e a Agência Norte-Americana para o Desenvolvimento Internacional, que ficaram conhecidos pela união das siglas, acordos MEC-USAID¹⁴.

Na definição de Márcio Moreira Alves¹⁵ (1988:33), foram os *“acórdos pelos quais os governos Castelo Branco e Costa e Silva entregaram o planejamento do ensino brasileiro aos Estados Unidos, abrangendo a educação primária, média e superior”*.

Segundo Luiz Antônio Cunha (1988:168), a *“USAID encarava o ensino superior como elemento da formação de recursos humanos e estes como meios para o aumento da produção industrial e da produção agrícola”*.

Foram firmados doze convênios e aditivos nos anos de 1965 a 1968, em todas as modalidades da educação, primária, secundária, profissionalizante, superior e agrícola¹⁶. No que se refere ao ensino superior, foi assinado em 30 de junho de 1966 o Acordo MEC-USAID de assessoria para modernização da administração universitária. Um ano mais tarde, o acordo foi reformulado, substituindo o anterior por *“assessoria do planejamento do ensino superior”*, com vigência até 30 de junho de 1969.

A finalidade do acordo e sua alteração era a consultoria norte-americana para elaboração de um conjunto de propostas visando à reformulação da educação superior brasileira.

Para isso, foram escolhidas dezoito universidades públicas e particulares, que seriam visitadas pelos consultores da USAID e por uma comissão brasileira (designada pelo MEC). Dentre as universidades escolhidas estavam as universidades federais do Pará, Ceará, Rio Grande do Norte, Paraíba, Pernambuco, Bahia, Minas Gerais, Rio Grande do Sul, Santa Maria, Santa Catarina e Rio de Janeiro e a Universidade Católica do Rio Grande do Sul.

¹⁴ United States Agency for International Development – USAID.

¹⁵ Márcio Moreira Alves foi deputado federal e um dos únicos congressistas a criticar com veemência os acordos MEC-USAID. Seu discurso em 1968 da tribuna da Câmara, propondo o boicote ao 7 de setembro e a não-autorização do legislativo para que o governo o processasse é tido como o estopim para a edição do Ato Institucional AI-5 que fecha o Congresso, cassa mandatos e censura a imprensa.

¹⁶ A relação de todos esses acordos pode ser obtida em Cunha e Góes (1987:33).

Após as visitas, seriam prestados serviços de consultoria a essas instituições e realizados seminários sobre os problemas do ensino superior. Um dos temas dos seminários era o planejamento físico de cidades universitárias (MOREIRA ALVES, 1988:35).

Na prática, a participação de educadores brasileiros nesse processo de consultoria, apesar de previsto, foi inexistente ou irrelevante na maior parte das discussões, prevalecendo sempre os relatórios dos consultores norte-americanos. Também por essa razão, os acordos MEC-USAID sofreram forte e insistente oposição de educadores e da União Nacional dos Estudantes – UNE.

Rudolph Atcon foi um dos consultores norte-americanos que ficaram mais conhecidos pelo conjunto de propostas que apresentou e que foram incorporadas ao projeto da reforma universitária do governo militar. Dentre suas propostas, destacam-se:

- a transferência de universidades para câmpus suburbanos e afastados da cidade;
- a adoção da estrutura de centros de formação de grandes áreas em substituição às escolas e faculdades autônomas e a troca das cátedras vitalícias pelos departamentos, reunindo os professores de uma mesma área;
- o estímulo à implantação de estabelecimentos privados como forma de responder à demanda de vagas no ensino superior, sem grandes investimentos estatais.

Muitas das recomendações de Atcon foram ao encontro das políticas de transformação autoritária dos regimes militares. Isso porque a expansão do ensino superior no Brasil já não poderia representar mais apenas acréscimo de estudantes a um sistema sem modificação.

A educação superior, antes restrita às elites, deveria dar lugar à educação para as massas, para a formação e qualificação de mão-de-obra necessária ao desenvolvimento do país. Essa mudança de concepção acerca do papel da educação forçava uma profunda mudança no sistema. O estímulo ao ensino privado era uma das principais alternativas para massificar o ensino superior.

O texto do Relatório do Grupo de Trabalho da Reforma Universitária – GTRU é bem claro no sentido de aproximar o sistema universitário da formação de mão-de-obra para o progresso econômico do Brasil:

“a Reforma tem objetivos práticos e visa a conferir ao sistema universitário uma espécie de racionalidade instrumental em termos de eficiência técnico-profissional, que tem por consequência o aumento da produtividade dos sistemas econômicos.”
(MEC-PREMESU, 1974:16)

No regime de exceção, a reforma da universidade foi tomada como uma das mais importantes. Como informa Marilena Chauí (2001a:47-48), os motivos para essa reforma advinham de duas frentes, uma pressão para reprimir o poder contestatório da universidade e outra pressão por atendimento de serviços:

Momentaneamente convertida em problema político e social prioritário, a universidade será reformada para erradicar a possibilidade de contestação interna e externa e para atender às demandas de ascensão e prestígio sociais de uma classe média que apoiara o golpe de 64 e reclamava sua recompensa.

A reforma na educação começou a ser implementada tão logo os estudos norte-americanos dos acordos MEC-USAID eram elaborados. Não se pode dizer que houve um único momento da reforma universitária, mas sim um conjunto de medidas, amparadas em leis e decretos-leis, no intervalo de 1966 a 1969.

O decreto-lei n.º 53/1966, por exemplo, vedava a duplicação de meios para fins idênticos ou equivalentes, determinava a unidade entre ensino e pesquisa e obrigava a criação, pelas universidades, de faculdades de educação destinadas à formação de professores de 1º e 2º graus e a divisão das faculdades de filosofia, ciências e letras.

Outro decreto-lei, de n.º 252/1967, instituiu a departamentalização em substituição às cátedras, manteve as escolas e faculdades como unidades universitárias e regulou a organização de unidades para formação de ciclo comum – cursos básicos por áreas do conhecimento.

Esses dois decretos, inclusive, são os que, no entender de Anísio Teixeira (1989:93), estendem os conceitos e a estrutura da Universidade de Brasília às demais universidades do país.

Em 1968 veio o principal instrumento legal da reestruturação do sistema, a Lei de Reforma Universitária – Lei nº 5.540 de 28 de novembro 1968 – que reafirmava os departamentos como unidade acadêmica e administrativa básica e criava o sistema de créditos em substituição ao regime seriado, o vestibular classificatório e os cursos de curta duração, dentre outras inovações.

Outra mudança feita por decreto, foi a que vedava a autorização para funcionamento de universidade instituída diretamente, ou estabelecimento isolado de ensino superior quando, embora satisfeitos os requisitos mínimos para criação, não correspondesse às exigências do mercado de trabalho, em confronto com as necessidades do desenvolvimento nacional ou regional – decreto-lei 464/1969.

Já o decreto-lei 477/1969, um dos mais utilizados pelo regime militar, estabelecia como infração disciplinar sujeita à demissão se professor e expulsão se estudante, deflagrar movimento de paralisação das aulas ou organização de passeatas, comícios ou produzir ou distribuir os chamados materiais subversivos (CUNHA e GÓES, 1987:38).

Esse conjunto de medidas legais impulsionou as universidades a se reestruturarem. Tanto é verdade, que o Conselho Federal de Educação reviu o estatuto de praticamente todas as universidades brasileiras naquele período.

1.2.5. A Estrutura universitária pós-reforma

Um dos principais elementos da reforma estrutural da universidade brasileira ocorreu na reorganização de sua estrutura, com a substituição das faculdades, escolas e institutos autônomos, pelos centros e departamentos (CUNHA, 2001c:129).

Na verdade,

embora se fale muito de universidade brasileira, o que predominou sob essa designação foi apenas um conglomerado de faculdades, escolas e institutos superiores. Sob a designação de universidades encontramos, a partir de 1920 até hoje, desde modestas instituições de ensino até enormes organizações constituídas de dezenas de unidades estanques (FÁVERO, 1980:9).

Florestan Fernandes (1979:74) apontou que “a conglomeração de escolas superiores é um fator de desorganização, de desperdício e de atrofiamento da expansão do ensino”.

Burton Clark¹⁷, um dos maiores estudiosos da educação, considerava que a imagem mais adequada para as universidades era a da débil articulação entre escolas, faculdades, institutos, departamento e cátedras, se comportando como estados soberanos, ligados como numa federação (CUNHA, 2001c:128).

A proposta tida como solução desse problema organizacional das universidades, foi substituir a estrutura de escolas e faculdades autônomas por departamentos reunindo professores de uma mesma área do conhecimento e subordinados a uma administração central universitária.

Segundo Marilena Chauí (2001a:48), a departamentalização instituída pela reforma de 1968 constituiu-se em mera reunião de disciplinas afins,

¹⁷ Burton Clark notabilizou-se pela análise das relações do chamado triângulo de forças formado pela universidade, o estado e a sociedade, in CLARK, Burton. The Higher Education System. Academic Organization in Cross-National Perspective, 1983.

de modo a oferecer cursos num mesmo espaço (uma única sala de aula), com o menor gasto material (desde o giz e o apagador até mesas e cadeiras) e sem aumentar o número de professores (um mesmo professor devendo ministrar um mesmo curso para um número maior de alunos).

Ou seja, o departamento ao invés de democratizar a universidade, como preconizava Darcy Ribeiro no projeto da Universidade de Brasília, significava apenas a diminuição de gastos, ao lado da maior possibilidade de controle administrativo e ideológico de professores e estudantes.

A departamentalização criou também as coordenações de curso e colegiados de curso. O curso seria composto pelas disciplinas de responsabilidade dos departamentos. À coordenação e ao colegiado caberia dar a devida unidade aos cursos.

O intuito, na prática, era possibilitar a massificação do ensino superior, sem grandes investimentos, graças ao rebaixamento do nível dos cursos. Para Marilena Chauí (2001a:50-51), como não houve crescimento da infra-estrutura, tampouco do corpo docente, “*é porque está implícita a idéia de que para a ‘massa’ qualquer saber é suficiente*”.

De outro lado, é preciso reconhecer que:

As universidades públicas desenvolveram-se bastante durante o regime militar, quando foram construídos campus suburbanos, por vezes monumentais, instituído o trabalho docente em tempo integral, como regra, criada a pós-graduação articulada à carreira dos professores e providas linhas de financiamento à pesquisa científica e tecnológica (CUNHA, 2001a:41).

Foi a reforma de 1968 que propiciou condições institucionais para a criação efetiva de universidades no Brasil, onde existiam apenas aglomerados de escolas e faculdades ligados por laços simbólicos (CUNHA, 2001c:126).

A reforma também estimulou a pesquisa tecnológica e científica e a pós-graduação, graças a uma política bancada por órgãos de fomento. Se até a reforma, havia o predomínio absoluto da orientação técnico-profissionalizante do ensino superior, após 1968, houve uma concorrência para a pesquisa fomentada por agências como o Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico – BNDE (hoje BNDES), a Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior – CAPES, o Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico – CNPq e a Financiadora de Estudos e Projetos – FINEP.

Anísio Teixeira (1989:92) sintetiza historicamente, a situação da estrutura do ensino superior brasileiro até a reforma de 1968:

Vacilando entre a idéia de ensino superior como formação profissional das primeiras escolas do Império e a da universidade como consolidadora da cultura nacional, manifesta na década de 30 e depois na Universidade de Brasília em 1960, o país viveu todo esse longo período de mais de 100 anos a multiplicar vegetativamente aquelas primeiras escolas profissionais, dentro das precárias condições em que criara o primeiro curso médico em 1808, entremeando esse laissez-faire com os assomos ocasionais de criação da verdadeira universidade.

A reforma da estrutura da universidade tem reflexos em outro elemento, o território universitário, que é objeto de nossa pesquisa.

1.3. O TERRITÓRIO UNIVERSITÁRIO

1.3.1. Cidade Universitária versus Câmpus

Antes de tecer considerações sobre a universidade e o espaço físico universitário, é salutar comentar algumas terminologias e conceitos que serão utilizados nesse estudo. É notório que as referências sobre o espaço de universidades são muitas e variadas: *campus*, *campi*, câmpus, cidade universitária.

No Brasil, até meados da década de 1960, “cidade universitária” era a designação de um local específico, um bairro ou região da cidade, para onde seriam transferidas as faculdades, escolas e institutos daquela universidade existente, inclusive os equipamentos e espaços destinados à prática desportiva.

O termo “cidade universitária” tem origem francesa e designava o local de moradia dos estudantes – a *Cité Universitaire* de Paris¹⁸, nunca abrigou faculdade alguma, só residências estudantis. Houve, portanto, uma nova significação do termo cidade universitária que, no Brasil, passou a designar o agregado urbano que tem, na universidade, sua função principal (CUNHA, 2003:226).

O termo *campus* foi trazido ao Brasil das universidades norte-americanas, em substituição ao termo “cidade universitária”. Os norte-americanos traduziram, em seu país, o termo cidade universitária, do modelo francês, para *campus* (com plural *campuses*) uma expressão latina de uso corrente nos EUA. No Brasil, os tradutores mantiveram a versão latina *campus* (com plural *campi*).

Um dos responsáveis pela substituição do termo “cidade universitária” por “*campus*” foi o consultor norte-americano Rudolph Atcon, através do Manual sobre o Planejamento Integral do *Campus* Universitário, publicado pelo Conselho de Reitores das Universidades Brasileiras – CRUB em 1970.

Segundo Atcon (1974:157-158), cidade universitária correspondia apenas ao desejo de união das unidades de ensino que se encontravam geograficamente dispersas. Já o termo *campus* teria como seu elemento principal, a integração universitária como um todo e não apenas física.

“campus” universitário (...) um local geográfico que reúne todas as atividades de uma universidade e as integra da maneira mais econômica e funcional num serviço

¹⁸ A Cidade Universitária de Paris, hoje *Cité Internationale Universitaire de Paris*, funciona até hoje na região central da capital francesa, hospedando estudantes, professores e pesquisadores de todas as nacionalidades que participam de cursos naquele país. In: <http://www.maisondubresil.org> e <http://www.ciup.fr>.

acadêmico-científico coordenado e da maior envergadura possível, respeitadas as limitações de seus recursos humanos, técnicos e financeiros.

A “Cidade Universitária” – corresponde à universidade tradicional – dá, numa só área geográfica, expressão física ao desejo de união das unidades isoladas e dispersas que a compõem. Porém, não ultrapassa u’a mera aproximação dos edifícios que abrigam autarquias independentes entre si.

O *Thesaurus* Brasileiro da Educação do Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira – INEP relata a seguinte distinção entre os termos:

Campus Universitário: Conjunto de edifícios e de terrenos de uma universidade.

Nota: O conceito de ‘campus’ universitário está ligado a uma concepção de universidade como um todo integrado, que forma uma comunidade de mestres e de alunos situada fora das grandes cidades. (cf. Par. 848/68 CFE, Documenta 96).

Cidade Universitária: Complexo urbanístico destinado a estudantes de uma universidade. Nota: A cidade universitária inclui, entre outros, biblioteca, restaurante, centros de lazer, praças, quadras esportivas e pavilhões residenciais.

A definição utilizada como principal referência teórica neste trabalho é aquela de Luiz Antônio Cunha (2003:225-226):

câmpus é um espaço contínuo, delimitado e exclusivo, onde se reúnem os edifícios de uma universidade, podendo estar situado dentro da cidade, na sua periferia ou fora dela. A idéia limite do câmpus consiste no território que reúne todas as instalações de uma universidade, inclusive as residências de docentes, discentes e funcionários.

1.3.2. O verbete câmpus

A maioria das universidades brasileiras, ao adotar o modelo norte-americano, a partir dos estudos de Atcon e dos consultores dos acordos MEC-USAID, abandonou a expressão cidade universitária em proveito de *campus* e preferiu a forma latina original (cujo plural é *campi*) a traduzir a expressão para “campo universitário”.

Neste trabalho, utilizaremos o verbete câmpus, aplicado tanto no plural quanto no singular. A utilização do neologismo se justifica, muito mais por apego à língua pátria, do que desprezo pelo latim ou pelo academicismo.

Campus é mais uma das palavras de nosso rico vocabulário que foram incorporadas à língua portuguesa sem tradução, como *quorum*, *forum*. Posteriormente, com a maior

freqüência da utilização desses vocábulos, eles foram aportuguesados respeitando as regras fonéticas para acentuação: quórum, fórum (PIACENTINI, 2000:s/p).

Compreendemos que se trata ainda de um neologismo. O dicionário Houaiss, por exemplo, cita apenas o termo *campus* em latim, cujo plural é *campi*, para designar a área de edifícios e terrenos de uma universidade.

Porém, Napoleão Mendes de Almeida, no Dicionário de Questões Vernáculas defende o aportuguesamento: câmpus. O manual de redação do jornal O Estado de São Paulo (Estadão) também já recomenda: o câmpus, os câmpus.¹⁹

A utilização de “*campus, campi*” pressupõe conhecimento do Latim – que nem a maioria do público acadêmico domina – e acarreta complicações desnecessárias na forma de escrevê-la, por exemplo, a grafia sempre em itálico ou sublinhada por tratar-se de palavra “estrangeira”.

Além disso, quando se utiliza a grafia *campus* em latim, a pronúncia deveria ser “campús” (oxítone), sob pena de incoerência e de infringência da convenção ortográfica em vigor, já que vocábulo terminado em “i” ou “u”, seguidos ou não de “s”, sem acento, é oxítono²⁰, assim como, bambus, urubus.

O aportuguesamento do termo tem ainda a vantagem de evitar o emprego do plural latino *campi* (o chamado plural estranho) – o câmpus, os câmpus. A regra lingüística é a mesma de “o pires, os pires”; “o lápis, os lápis”; “o ônibus, os ônibus”.

Quanto à relação gráfico-fonética, o vocábulo câmpus configura caso não apenas semelhante, mas análogo ao de bônus, ônus, cáctus, múnus, húmus, lúpus, etc., devendo ser acentuado por ser uma paroxítona terminada em “us”.

Neste trabalho, o verbete utilizado será a forma aportuguesada câmpus. Porém preservaremos as formas latinas *campus* e *campi* quando a referência for à nomenclatura dos espaços de alguma universidade.

1.3.3. A conformação do território universitário

No caso da maioria dos estabelecimentos de ensino superior, a preocupação com o espaço físico sempre se limitou a atender necessidades razoáveis para comportar os estudantes, os professores e os meios de ensino, como salas, laboratórios, auditórios, bibliotecas, dentre outros.

¹⁹ Segundo Hélio Consolaro, in http://www.portradasletras.com.br/pdtl2/sub.php?op=tira_duvidas/docs/tira-duvidasc.

²⁰ De acordo com Cláudio Moreno, in http://educaterra.terra.com.br/sualingua/06/06_campus.htm.

A inauguração do ensino superior no país, adotando o modelo francês de escolas profissionalizantes, atrasou o surgimento de universidades. E as que foram criadas, após 1920, na imensa maioria dos casos, se formaram através da reunião e incorporação de escolas e faculdades (unidades autônomas e isoladas).

A tradição do ensino superior brasileiro, antes da universidade, foi a de escolas superiores isoladas, de tempo parcial, com professores e estudantes reunidos em certos períodos para um curso de conferências (TEIXEIRA, 1989:105).

Nas grandes cidades em que o ensino superior já havia sido implantado, era comum encontrar várias escolas e faculdades isoladas, cada qual em um espaço próprio, conforme suas necessidades e possibilidades, sem qualquer integração com as outras instituições.

A proposta de reunião de escolas e faculdades dispersas pela cidade apareceu tardiamente. Parece ter sido na III Conferência Nacional de Educação, ocorrida em São Paulo, em setembro de 1929, que a idéia de reunião das faculdades foi lançada por Álvaro Osório de Almeida²¹:

Agrupados os institutos num mesmo local, evitar-se-ia a duplicação de dispêndio em instituições afins (...) Coloque-se, pois, todas as escolas ao lado umas das outras, junte-se uma biblioteca completa, providencie-se alojamento fácil e barato para alunos do interior, facilitem-se jogos e recreios, e ter-se-ia perfeita, embora se possa a partir de uma organização modesta, a instalação material da Universidade (In CASTELLO BRANCO, 1984:17).

A reforma universitária de 1931, ao inaugurar um novo projeto educacional no país, pressupôs uma nova organização física: a Cidade Universitária. O prédio acadêmico em meio à estrutura urbana da cidade e utilizado para uma formação técnico-profissionalizante, dava agora lugar a um conjunto planejado de edifícios em um terreno exclusivo e distante do núcleo urbano para permitir a tranqüila interação e difusão dos diversos campos do conhecimento (MEC-CEDATE, 1984:11).

Uma das soluções pioneiras foi sugerida no Plano Agache para o Rio de Janeiro, com as instalações universitárias agrupadas em quadras próximas umas das outras, sem interrupções e barreiras entre o sítio universitário e área urbana (ALMEIDA, FARRET e KOOSAH, 1989:373).

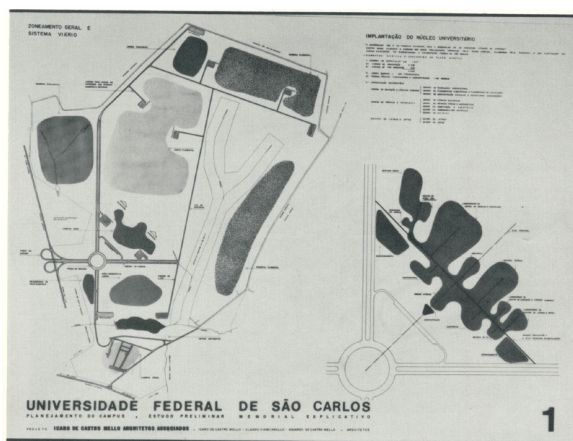
A instituição, ainda que experimental, das Faculdades de Filosofia, Ciências e Letras como tronco comum da universidade, como ocorreu na Universidade de São Paulo e na

²¹ Álvaro Osório de Almeida (1882-1952) era um defensor da organização do sistema de ensino superior brasileiro em universidades. Foi fundador da Associação Brasileira de Educação – ABE e era professor titular da Faculdade de Medicina do Rio de Janeiro.

Universidade do Distrito Federal no Rio, é também marcante porque influenciou a necessidade da integração física da universidade. Antes, cada escola ou faculdade isolada era responsável pelas disciplinas de todo o currículo. Com o aparecimento de uma unidade para as disciplinas de fundamentos, apareceu a necessidade de aproximar fisicamente os cursos, evitando ou minorando os dispêndios de locomoção de uma unidade para outra.

Segundo Ernesto S. Campos (1940:387-389), as razões para reunir todos os institutos e faculdades em uma cidade universitária eram, geralmente:

- a centralização das fontes bibliográficas, tendo em vista tanto a quantidade de jornais, revistas e publicações, quanto o caráter interdisciplinar de várias delas;
- as facilidades de ligação entre ensino e pesquisa;
- o reconhecimento da validade do intercâmbio entre professores na universidade;
- a formação do espírito universitário através da reunião de estudantes de diversos cursos;
- a vantagem de intercâmbio de materiais científicos;
- a eliminação dos serviços em duplicidade através da centralização de atividades;
- a centralização do esporte, ampliando o acesso dos estudantes;
- a maior possibilidade de ação e controle da universidade pela reitoria.



24. Para a ocupação da nova área para o campus da Universidade Federal de São Carlos, o trabalho da equipe de planejamento do FUNDUSP seguiu o mesmo procedimento, tentando racionalizar não somente a ocupação física da parte acadêmica, como também aspectos de instalações técnicas, serviços e circulação de pedestres. O resultado foi um campus compacto, versátil em suas expansões e socialmente integrado. Os projetos já se encontram em desenvolvimento.

Figura 5: Mapa da Universidade Federal São Carlos. Fonte: MEC-PREMESU, 1978



Figura 6: Foto das construções da UFRJ. Fonte: <http://www.ufrj.br>

1.3.4. A Reforma Universitária e do Território

A partir da década de 1960, ocorreram profundas transformações na estrutura do ensino superior. Primeiro, a expansão das universidades públicas e particulares. Depois, as mudanças no espaço universitário, com a transferência de faculdades inteiras para câmpus situados nas periferias ou fora das cidades, a substituição de salas de aulas cativas de cursos

dando lugar a blocos de salas compartilhadas e a recriação de espaços para sediar prédios de departamentos, faculdades e institutos (CUNHA, 2003:231).

Nesse cenário, a justificativa do câmpus como elemento indispensável da organização universitária era a condição espacial para que os objetivos econômicos da reforma universitária de 1968 fossem alcançados: o princípio da *“eliminação da duplicação de meios para fins idênticos ou equivalentes”*, e como consequência a minimização do custo médio da matrícula adicional em um ensino superior em rápida expansão (CUNHA, 2003:232).

Quando as faculdades e escolas foram justapostas para dar origem a universidades, houve a manutenção não só de sua autonomia, mas também de sua estrutura. Dessa forma, em uma mesma instituição universitária, várias faculdades e escolas possuíam cada qual uma cátedra de economia, ou de estatística, ou de pedagogia, bem como, uma biblioteca cada, gerando ociosidade de espaços físicos.

Daí a proposta da organização em departamentos que reunissem os professores de um determinado campo do saber no mesmo lugar. Do mesmo modo, se buscava reunir as diversas e isoladas unidades acadêmicas (escolas, faculdades e institutos) em um lugar só, em um câmpus universitário.

Dentre os problemas físicos das universidades que impactavam sobre as questões acadêmicas estavam, a utilização de uma base territorial inadequada para as novas estruturas acadêmicas e administrativas definidas pela reforma universitária e a crescente expansão das matrículas levando à saturação dos espaços físicos existentes (MEC-PREMESU, 1978:9).

A proposta encampada pelo governo militar, com eco em muitas universidades, era a de transferência das escolas e faculdades das áreas centrais das cidades para a periferia, ou mesmo para áreas rurais, reunindo-as em um câmpus único.

Rudolf Atcon, um dos consultores norte-americanos contratados pelo acordo MEC-USAID para propor a reestruturação do ensino superior, foi o principal defensor da transferência de universidades para áreas distantes dos centros urbanos. Segundo Luiz Antônio Cunha (1988:206),

(...) a proposta que [ele, Atcon] fazia ou reforçava, em todas as universidades visitadas, foi a de transferência para áreas situadas fora da cidade. Naquela época, poucas eram as universidades instaladas em ‘cidades universitárias’. Quase todas se encontravam distantes em antigos, inapropriados e apertados prédios distantes um dos outros, situação que dificultava bastante a substituição do aglomerado de unidades autônomas de ensino profissional por uma universidade integrada.

A proposta de transferência de unidades universitárias para áreas afastadas da cidade seguia o modelo norte-americano das grandes universidades localizadas fora das cidades.

Nos Estados Unidos, os sistemas de ensino superior se desenvolveram para dar suporte ao progresso econômico e social. A Lei Morrill de 1862 criou as *Land Grant Colleges and Universities* com o objetivo de ajudar a agricultura e a vida rural. (CASTELLO BRANCO, 1984:24). Daí a necessidade de que o campo universitário estivesse localizado próximo ao campo produtivo.

Em Minas Gerais, há dois exemplos típicos desse modelo, a Escola Superior de Agricultura de Lavras, fundada em 1908, hoje Universidade Federal de Lavras – UFLA e Escola Agrícola de Viçosa, de 1927, hoje Universidade Federal de Viçosa – UFV.

Tal modelo é caracterizado por contar com amplos câmpus, centros residenciais de professores e alunos, bem como instalações para a prática de esportes (RIBEIRO, 1978a:68).

O modelo norte-americano valoriza especialmente as instalações acadêmicas e as residências estudantis. As únicas preocupações espaciais referem-se, geralmente, à existência de uma ampla área e de facilidades de acessos.

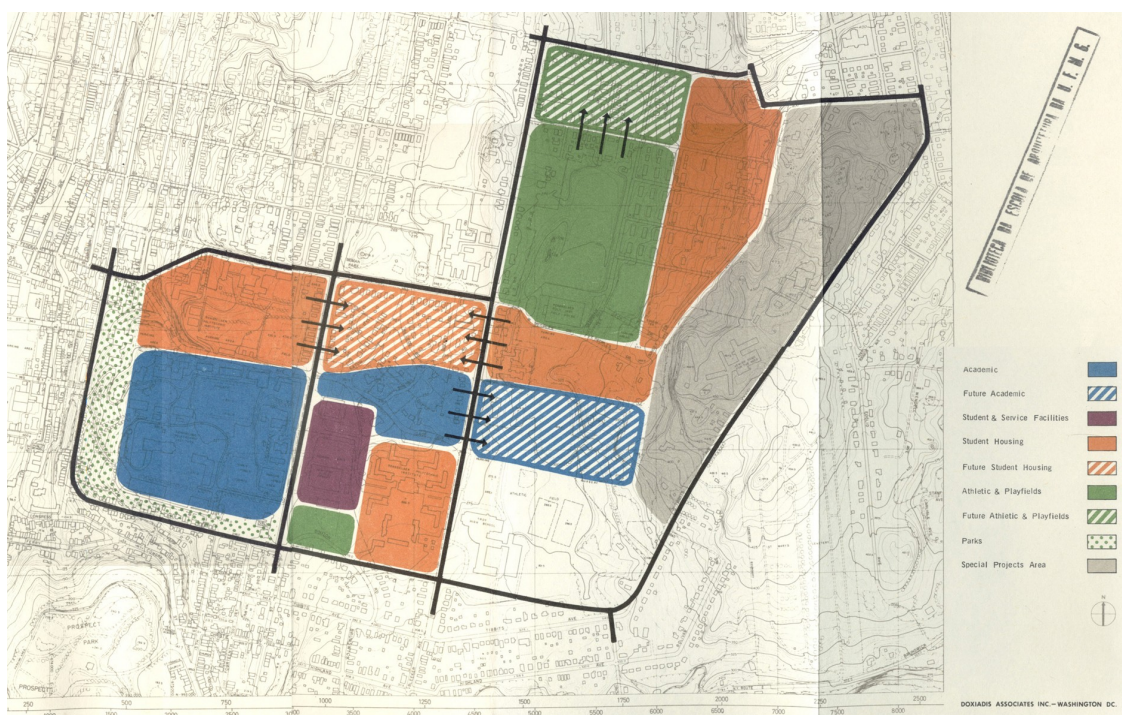


Figura 7: Plano para a Rensseler Polytechnic Institute – RPI, na cidade de Troy, em que as preocupações eram assegurar áreas de expansão, separar trânsito de veículos e pedestre e diminuir as distâncias a serem percorridas pelos estudantes. **Legenda:** Azul (área acadêmica, com área para expansão hachurada); Verde (área para instalações esportivas, com área para expansão hachurada), Laranja (área para moradia estudantil, com área para expansão hachurada), Roxo (área de serviços). **Fonte:** DOXIADIS, 1971.

Na verdade, as consultorias norte-americanas valorizavam o modelo universitário de câmpus afastado na cidade porque era o que conheciam. Além disso, acreditavam que a idéia seria apropriada para atenuar a excessiva politização dos estudantes, que estavam localizados nas regiões centrais de grandes cidades. Afastar as universidades dos centros urbanos, era afastar as manifestações, passeatas e protestos contra o regime militar.

Um importante instrumento legal do regime militar nesse sentido foi o decreto n.º 63.341 de 1º de outubro de 1968, que definiu a organização física das universidades em cidades universitárias e estabeleceu as orientações gerais para a atuação do governo central quanto à construção de câmpus universitários, dentre as quais:

- a realização de um levantamento geral dos projetos globais de implantação de cidades universitárias;
- a seleção das universidades que teriam prioridade na construção dos câmpus, dando-se preferência aquelas com sistema básico;
- a concessão de financiamento dos projetos mediante autorização para alienar os imóveis fora do câmpus.

Dentre as principais vantagens apontadas pelos consultores para adoção desse modelo, estava a possibilidade de reunir as faculdades e escolas isoladas em um único espaço e conseqüentemente aumentar a sinergia e a integração acadêmica, necessárias à constituição de fato de uma universidade.

Darcy Ribeiro (1978a:182), mesmo considerando inatingível a idéia de transferir unidades para um câmpus único, face à dispersão de espaços universidades pelas cidades, concordava que seria altamente desejável a implantação física de todos os componentes da universidade numa só área, constituindo um câmpus universitário com as facilidades de moradia, alimentação e assistência para certa parte do professorado e do corpo discente.

Além disso, a reunião de todos os estabelecimentos num câmpus permitiria que uma economia de gastos, principalmente de custeio, pudesse ser feita, por exemplo, com a reunião de bibliotecas, com uma administração central, com a desnecessidade de transporte entre unidades, dentre outras.

A questão da economia foi utilizada, inclusive em documentos institucionais do Ministério da Educação como justificativa para a implantação dos câmpus unificados:

As universidades formadas da forma tradicional – pela justaposição de faculdades ou escolas isoladas – refletem essa característica estrutural no plano físico, com “campi” constituídos por prédios também isolados e autônomos, onde a não

duplicação de equipamentos que poderiam atender à mesma necessidade por parte de turmas diferentes torna-se praticamente impossível, o que implica um aumento considerável da capacidade ociosa desses equipamentos (MEC-PREMESU, 1974:17).

Por isso, esse modelo conseguiu tanto apoio institucional das esferas de governo – Conselho Federal de Educação, com eco nas reitorias –, quanto apoio financeiro a partir de fontes de financiamento público nacional, do Ministério da Educação, e internacional, do Banco Interamericano de Desenvolvimento – BID.

O Ministério ainda dispunha de órgãos internos de assessoria e apoio à expansão das instalações físicas, como a Comissão Especial para a Execução do Plano de Melhoramento e Expansão do Ensino Superior – CEPES, que depois passou a organizar-se como Programa de Expansão e Melhoramento do Ensino Superior – PREMESU e, finalmente, como Centro de Desenvolvimento e Apoio Técnico à Educação – CEDATE.

Na década de 1970, o Ministério da Educação ainda lançou o Projeto “Construção de Instalação dos *Campi* Universitários”, cujo objetivo geral era:

Racionalizar e integrar, estrutural e funcionalmente a universidade, através da organização espacial do campus, definida como parte de um processo integral de planejamento acadêmico, administrativo e físico, implementada pela construção de instalações físicas, remanejamento e alienação dos edifícios existentes, bem como aquisição e distribuição de equipamentos (MEC-PREMESU, 1978:9).

Entretanto, muitas críticas sobrevieram a essa justificativa, de que câmpus único representava economia. O modelo, por certo, não era o mais econômico porque os custos de implantação de um câmpus afastado da cidade eram muitíssimo caros, além do impacto causado pelas transferências de unidades.

Segundo Castello Branco (1984:23-24), além do grande volume de recursos necessários à construção e equipamento dos edifícios destinados às atividades acadêmicas e administrativas, a localização distante em relação à cidade, a grande extensão e a organização espacial dos câmpus, levaram o MEC a executar gastos vultuosos de investimento com aquisição de áreas e obras de infra-estrutura urbana. Além disso, os gastos correntes também aumentaram com as despesas de manutenção de serviços públicos, tais como transporte coletivo, limpeza pública, paisagismo, segurança e até mesmo saneamento básico, resultando em prejuízo das atividades-fim da universidade.

Na prática, em decorrência dos problemas administrativos e financeiros das instituições, o que ocorreu foi a fragmentação do espaço universitário em locais, às vezes muito distantes, a segregação de certos câmpus em relação ao centro urbano e a caríssima manutenção de áreas e edificações existentes.

Graeff (1984:86) aponta que a política distorcida de pressionar as universidades a implantarem câmpus fora dos limites urbanos provocou muito mais prejuízos do que benefícios. O afastamento dos câmpus atingiu docentes, discentes, pessoal administrativo, comunidade local e a economia das universidades, inclusive seu regime de funcionamento. Some-se a isso, o fato de que a maioria das escolas de maior tradição das grandes universidades – como direito e medicina – se recusaram a transferir suas atividades para os câmpus afastados, agravando a dispersão, a polarização e o isolamento entre as unidades.

Em suma, a concepção ambiciosa de cidade universitária se mostrou inviável financeiramente, pelos custos de implantação e manutenção, resultando no agravamento da fragmentação e na desarticulação da universidade, com parte dos professores e estudantes em prédios dispersos nas periferias das cidades enquanto outros ficaram em prédios, também dispersos, nos centros urbanos, contribuindo para a perda da identidade universitária (CASTELLO BRANCO, 1984:19).

O fortalecimento da identidade e integração universitárias era justamente uma das razões alegadas pelos elaboradores da política educacional do governo militar para a implantação de câmpus universitários, mas que, como atestado, não passou de mera desculpa para adoção desse modelo de câmpus segregados das cidades.

1.3.5. As características dos câmpus universitários

Assim como qualquer conjunto de moradias instalado em uma área da cidade forma um assentamento de pessoas, ao ocupar espaços na cidade, as instituições de ensino superior produzem um território próprio, sejam grandes e complexas universidades ou estabelecimentos isolados de reduzida expressão.

De acordo com Almeida, Farret e Koosah (1989:371), a dimensão espacial da universidade abrange quatro aspectos interdependentes: a localização da universidade, a morfologia urbanística do território, a solução arquitetônica dos edifícios e o processo de produção desses edifícios.

Na verdade, as características dos câmpus universitários são determinadas, principalmente, pelo projeto ou modelo de instituição, isto é, pela sua estrutura acadêmica e

administrativa. Contudo, a infra-estrutura física, como já reiterado anteriormente, também condiciona as atividades acadêmicas e administrativas.

No Brasil, as características dos câmpus sempre seguiram os padrões morfológicos predominantes. Segundo Almeida, Farret e Koosah (1989:380-384), eram:

Padrão tipo cidade jardim: com as diretrizes da Carta de Atenas (1933) e da Cidade Jardim de Ebenezer Howard (1898) e caracterizada pela setorização das atividades da universidade, este tipo orientou as cidades universitárias da USP, UFRJ e UnB;

Padrão tipo malha: onde predomina a modulação dos edifícios e dos espaços, como é o caso do *campus* da Pampulha da UFMG;

Padrão tipo cidade linear: em que o câmpus se estrutura a partir de um eixo central de pedestres ou veículos, como aplicado na Universidade Federal do Mato Grosso;

Padrão tipo vertical: decorrente da presença de espaços universitários nos centros urbanos que se caracterizam por edifícios verticais. É o caso da UERJ e da PUC-RS.

Esses padrões foram influenciados, segundo Nogueira (2002:s/p) e Almeida, Farret e Koosah (1989:376), pela introdução dos princípios da arquitetura moderna nas universidades, que se traduziu na: utilização de unidade funcional ou módulos para atender diversas atividades ou funções (ensino prático, teórico, atividade administrativa e serviços); setorização rígida das diversas funções; plantas livres, pilotis e brises; reprodução de edificações em série; estrutura despojada de adornos; não hierarquização dos espaços na forma e na utilização dos materiais; integração da arquitetura com o entorno pelo paisagismo; implantação isolada dos edifícios em meio a extensas áreas; estrutura viária que separa o automóvel do pedestre, dentre outros.

Para os modernistas, o planejamento urbano deveria se orientar de acordo com os seguintes princípios: (i) divisão das cidades em áreas de atividade, de modo a separa as zonas residenciais, de trabalho, de lazer e de circulação; (ii) ordenação e separação das zonas residenciais por meio de áreas verdes; (iii) diminuição da densidade de ocupação e aumento das superfícies livres por meio da construção de edifícios de grande altura; (iv) criação de zonas residenciais como espaços fechados e diferenciados, com um núcleo urbano próprio; (v) solução dos problemas de tráfego motorizado e de estacionamento; e (vi) separação entre o tráfego de pedestres e de veículos. Já os prédios, conforme as diretrizes da arquitetura moderna, deveriam ser edificadas sobre pilotis, possuir terraços-jardins, planta livre, fachadas independentes, janelas de ponta a ponta e “brise-soleil” (CUNHA, 2001b:8).

Entretanto, a arquitetura moderna não conseguiu resolver os problemas da planificação de câmpus universitários, com relação à ausência de interação com a comunidade, com o seu entorno e tampouco com a cidade.

Isso porque, na maior parte dos casos, o planejamento e a implantação dos câmpus colaborou para agravar o distanciamento entre a universidade e a comunidade. Como sintetiza Neiva (1984:71), as características dos projetos de câmpus universitários implantados a desde a reforma universitária de 1968, eram:

- o distanciamento dos demais níveis de ensino, em suas diversas modalidades – fundamental, médio, técnico-profissionalizante;
- a caracterização dos projetos físicos, distantes dos padrões usuais naqueles níveis e modalidades de ensino, e estranhos à prática de manifestações culturais próprias da comunidade envolvente;
- o distanciamento físico da cidade, seja pela sua localização, seja pelo contraste que marca o câmpus em relação ao padrão da própria cidade;
- a programação de atividades, na maior parte das vezes, voltada apenas para dentro do câmpus e não para fora dele.

Esse tipo de planejamento de câmpus universitário serviu concretamente aos interesses políticos e educacionais dos governos militares autoritários, ao perpetuar práticas e atitudes paternalistas em relação às comunidades locais, provenientes da centralização de poder e da postura do precisa-se construir muito e rapidamente (NEIVA, 1984:70).

1.3.6. A localização dos câmpus universitários

Após a reforma universitária de 1968, a diretriz da universidade mudou da instituição isolada e de efeitos reduzidos para uma instituição de massa, responsável por atender a demanda crescente de instrução das camadas médias urbanas. Entretanto, os planos físico-territoriais mantiveram a universidade em grandes áreas distantes e segregadas, conforme o modelo norte-americano (CASTELLO BRANCO, 1984:23).

Na verdade, ocorreu uma evolução da organização do ensino superior brasileiro, em especial das universidades, que depois de reunidas em faculdades e escolas isoladas, antes dispersas em vários edifícios no centro urbano do município, buscaram a constituição de um espaço próprio: a cidade universitária ou câmpus.

Se, como afirma Marilena Chauí (2001:183), a idéia de autonomia universitária buscava garantir que a universidade fosse regida por normas próprias, democraticamente

instituídas por órgãos representativos, visando assegurar independência em relação ao Estado; a constituição de um câmpus próprio e muitas vezes isolado, representava independência da universidade em relação à cidade.

Rudolph Atcon (1974:163), que disseminou a plena autonomia e a não-interferência estatal na universidade, inclusive para organizar-se como uma empresa, formulou contribuições que influenciaram a escolha de lugares para implantação de câmpus, estabelecendo uma gestão do território universitário, também autônoma.

Para o consultor norte-americano, a escolha da área para o câmpus deveria atender alguns critérios de seleção, dentre eles: a maior distância possível do aeroporto, a maior abundância de água, a ausência de grandes desníveis topográficos, os melhores acessos asfaltados à cidade, a disponibilidade de fatores climáticos favoráveis e o preço razoável (ATCON, 1974:175).

Os planos urbanísticos incorporavam o discurso da autonomia no sentido de independência em relação à cidade onde a universidade estava localizada. Segundo Almeida, Farret e Koosah (1989:379), *“a autonomia geográfica da instituição parece reforçar o modelo arquitetônico e urbanístico configurado nas formas convencionais do campus, enquanto equipamento urbano – independente e auto-suficiente em relação à malha urbana”*.

A tendência de implantação de câmpus universitários afastados da cidade não foi verificada apenas no Brasil. Segundo Rodríguez (2000:s/p), as universidades latino-americanas criadas nas décadas de 1960 e 1970, sob a influência norte-americana, apresentavam como características, a localização em centros urbanos de médio porte, afastadas das grandes universidades com massas estudantis radicalizadas, bem como a construção de câmpus distantes das cidades e com escassa relação com a comunidade do entorno.

Sem dúvida, a localização do território universitário é uma das questões mais importantes do planejamento físico, sobretudo quando se discute a implantação de uma universidade ou faculdade, isso porque a localização implica na conformação de diversos outros fatores relacionados à cidade que abriga a universidade.

Na opinião de Nogueira (2002:s/p) *“a presença do Campus Universitário é um fator importante e condicionante do processo de constituição desse ambiente como espaço de interação e trocas”*.

Entretanto, em oposição a isso, alguns câmpus afastados dos centros urbanos que foram implantados no Brasil, tinham ainda sua morfologia marcada pela implantação de um anel protetor em torno do câmpus para separá-lo da cidade, para reduzir a interação e as trocas (ATCON, 1974:180).

O câmpus segregado e afastado dos centros urbanos denunciava um caráter desmobilizador, segundo aponta França (1994:67):

Distantes das cidades e dotados de um plano diretor que dificulta a integração entre institutos e, conseqüentemente, o engajamento do estudante, que se vê departamentalizado, isolado, sem se integrar ao contexto da universidade, eles são reflexo de uma política que precisava desarticular o movimento estudantil para garantir sua posição.

Contreras (1984:111), no mesmo sentido, argumentava que a mudança das estruturas acadêmica e administrativa a partir da reforma de 1968 modificou inevitavelmente a estrutura física das universidades. Infelizmente, a opção já questionada de câmpus fora das cidades, havia representado apenas um conjunto de edifícios afastado do contexto urbano, sem presença urbana e com difíceis possibilidades de utilização do recurso material para parte dos cidadãos.

Para Carlos Nelson Santos (1979:101-102), o câmpus universitário que foi apresentado como uma inovação revolucionária não serviu aos fins pretendidos e tal opção tinha de ser revista:

(...) as propostas erraram ao acreditar no campus como fronteira física, em vez de vê-lo como um significante aberto a muitas contribuições. Paradoxalmente, um campus não tão materializado, nem tão formalmente definido, um campus mais esperso, mais misturado com todas as outras ações quotidianas que acontecem no espaço das cidades (as de produção, de consumo, de circulação, de gestão, etc), seria muito mais urbano.

Contudo, Atcon insistia na transferência das universidades para fora das cidades, não como forma de isolá-las, mas aguardando que o crescimento urbano acelerado faria com que, em alguns anos, as cidades chegassem até os sítios universitários. Assim, “a ‘cidade universitária’ se reintegraria na Cidade” (CUNHA, 1988:206).

O que ocorria, na verdade, era uma interação cada vez menor entre o espaço universitário e o meio urbano. Um afastamento não só físico-territorial, mas também ideológico, separando a cidade da universidade e reduzindo a necessária interação entre ambas.

Entretanto, mesmo localizado em regiões distantes da cidade, o câmpus pode criar ambientes que aproximam o território universitário do cotidiano urbano dos estudantes, professores, servidores e da sociedade em geral. Para Assunção (1984:76):

Se o Campus está distante da cidade, nós podemos começar a pensar em trazer a Cidade para dentro do Campus e não levar o Campus à Cidade. (...) Deve-se entender o processo urbano da região onde o Campus está localizado, e deixar aquele processo entrar dentro da Universidade. Nós não vamos criar alguma coisa para que a vida comunitária seja mais parecida com a Cidade próxima, nós vamos deixar simplesmente que certos aspectos da vivência urbana entrem na Universidade.

Isso poderia ser plenamente realizado, através de atividades culturais, desportivas e de vivência dos próprios câmpus. O mesmo autor cita como exemplo a administração de um bar no edifício das faculdades de Filosofia e Ciências e Letras da USP pelos estudantes, o que tornou o local, dentro da universidade, um ambiente urbano, com música e bate-papo – como os estudantes tinham fora do câmpus (ASSUNÇÃO, 1984:77).

Outro aspecto que a discussão sobre a localização de câmpus universitários provoca é a bipolarização Cidade versus Periferia. Comumente, a área urbana central é a cidade desenvolvida, que exerce a centralidade das atividades comerciais, de serviços, etc, enquanto a cidade subdesenvolvida tem a condição de periferia.

A universidade é uma instituição “da e para” a cidade desenvolvida. Prova disso é, segundo Castello Branco (1984:26), a força de rejeição que ela exerce sobre o meio social da sua vizinhança, determinando, muitas vezes, a expulsão das pessoas pobres e sua substituição por outras camadas médias e superiores. Para ele, a localização da cidade universitária na periferia não contribui para a promoção da população pobre, pelo contrário, resulta até mesmo em prejuízo a essas camadas, além de acarretar a elitização da universidade, face às dificuldades daqueles que trabalham de percorrer longas distâncias até a faculdade.

No mesmo sentido, Luiz Antônio Cunha (2003:233) afirma que esse modelo de câmpus afastado da cidade serviria para dar suporte à necessidade de acabar com a gratuidade do ensino superior, pois a distância maior das universidades fazia com que lá estudassem filhos das classes mais abastadas, enquanto os de renda mais baixa, que necessitavam trabalhar, estavam nas universidades privadas.

Não há como negar que a escolha da localização dos prédios de uma universidade, tanto como a morfologia de seu território, precisa levar em conta fatores extra-universitários, sem o que o fracasso do projeto é inevitável. Por exemplo, prédios dispersos numa grande cidade pode ser uma solução pertinente se se dispõe de uma rede de transporte coletivo que os ligue. Por outro lado, se todos os professores, funcionários e estudantes dispõem de automóvel, o campus situado na periferia da

cidade pode ser uma solução adequada, assim como no caso em que eles residem no próprio campus ou em suas proximidades (CUNHA, 2001c:141).

Após o período que chamamos de “milagre econômico” do país, esse modelo de câmpus afastados das cidades passou a ser muito questionado e sua implantação desestimulada pelo governo federal.

O fim do “milagre brasileiro” (1967/73) e a conseqüente emergência da crise econômica dos anos 80 possibilitou o ganho de influência, no âmbito do MEC e da direção das universidades públicas, de urbanistas e arquitetos que se opunham ao câmpus segregado e ao monumentalismo, defendendo maior inserção das universidades na malha urbana, a utilização de materiais mais baratos e mais de acordo com o estilo de cada cidade, a construção de prédios mais simples e a definição de centros de convivência.

Como a maioria das universidades públicas não conseguiu transferir todas suas unidades para os novos câmpus, a solução que esses urbanistas e arquitetos deram foi a desaceleração dos planos de mudanças, quando não o abandono desses planos (CUNHA, 2003:236).

1.3.7. Tendências atuais e futuras

Cláudio C. Neiva (1984:72) afirmou que, historicamente, no planejamento dos câmpus universitários, prevaleceu a compreensão daquele espaço como o edificado para as atividades de ensino e pesquisa de nível superior, em detrimento das outras atividades, também universitárias, marcadas pelo compromisso com o estado e com a perspectiva de desenvolvimento social, econômico e cultural, local e regional.

Tendo como preocupação justamente o desenvolvimento econômico local e regional, tem-se notado algumas novas tendências na conformação dos espaços universitários. Da implantação de cidades universitárias afastadas, passa-se agora para a implantação de câmpus fora da sede da universidade (câmpus avançado), ou de universidades já constituídas em vários câmpus e organizadas de forma multi-territorial (multicampi).

O primeiro caso é do câmpus avançado ou núcleo avançado que, geralmente, é um embrião de câmpus instalado em uma cidade da área de influência de uma grande universidade. Na prática, as universidades consolidadas mantêm um *campus-sede* com as principais atividades acadêmicas e a administração central e avançam com unidades em cidades da região onde está localizada.

De acordo com o *Thesaurus* Brasileiro da Educação, *câmpus* avançado é a “*área que uma universidade escolhe, longe de sua sede, para estender suas atividades. Nota: No Brasil, na década de 70, em conexão com o Projeto Rondon, foram instituídos vários ‘campi’ avançados*”.

A idéia do *câmpus* avançado atende a uma carência no ensino superior em determinada cidade, que ganha instalações e cursos. Por isso, o *câmpus* avançado de uma universidade, trabalha com caráter mais imediatista em relação à comunidade do entorno e precisa apenas de adequações de normas do estatuto e regimento.

Como exemplos de *câmpus* avançados, podemos citar o *campus* da USP na zona leste (periferia) de São Paulo, o *campus* da UFMG em Montes Claros, as unidades da UFG em Jataí e Catalão, etc. A Universidade Federal de Uberlândia já estuda a implantação de um *câmpus* avançado na cidade de Ituiutaba, no pontal do Triângulo Mineiro.

Já as universidades *multicampi* ou *pluricampi* são aquelas com unidades distribuídas por um estado ou região. Funciona como se fossem várias universidades em uma só. Geralmente, essa aglutinação de *câmpus* envolve uma maior engenharia institucional, trabalha com conceitos de pólo regional e necessita de um novo arcabouço legal-institucional específico.

A organicidade dessa universidade é imprescindível para o funcionamento do sistema *multicampi*, no sentido de que a desintegração territorial deve ser suprida pela integração organizacional e acadêmica.

O sistema *multicampi* parece ter sido inaugurado com a Universidade do Estado da Bahia (UNEB) e que hoje possui 24 (vinte e quatro) *câmpus* em diferentes cidades. Aliás, grande parte das universidades estaduais são constituídas como *multicampi*.

- Universidade do Estado de São Paulo (UNESP): dezesseis *câmpus* e sete unidades diferenciadas;
- Universidade Estadual de Goiás (UEG): trinta e nove unidades;
- Universidade do Estado do Pará (UEPA): dezesseis *câmpus*, sendo cinco na capital;
- Universidade do Estado de Minas Gerais (UEMG): dez unidades²²;
- Universidade Estadual do Ceará (UECE): nove *câmpus*, sendo três na capital;
- Universidade Estadual do Maranhão (UEMA): sete *câmpus*.

²² O caso da UEMG merece uma ressalva porque parte das unidades consideradas como *câmpus* são, na verdade, fundações privadas de ensino, com vínculo de agregadas à universidade estadual.

As recém-criadas universidades federais do Tocantins – UFT²³, do Vale do São Francisco – UNIVASF²⁴, do ABC Paulista – UFABC²⁵ e do Recôncavo Baiano – UFRB²⁶ já incorporam a constituição *multicampi*.

A UFT organiza-se em sete câmpus, sendo seis no interior do Estado mais novo da federação. No caso da UNIVASF são três câmpus, um em Juazeiro/Bahia e outro em Petrolina/Pernambuco – as duas cidades que são separadas apenas pelo Rio São Francisco – e mais um em São Raimundo Nonato/Piauí.

A universidade do ABC estará sediada inicialmente em Santo André/SP, mas sua integração *multicampi* está prevista na lei de criação. Já a do Recôncavo Baiano nascerá com sete câmpus previstos.

Outra tendência com relação ao espaço físico escolar, alinhada com as novas tendências da educação é a Educação à Distância – EAD. A EAD tem tornado a internet e os telões e monitores de computador, um verdadeiro e completo espaço para a educação.

As chamadas Novas Tecnologias da Informação e da Comunicação (NTIC), que já operam uma revolução na educação tradicional, têm ganhado cada vez mais adeptos. A massificação da educação à distância já é uma questão bem debatida atualmente, tendo inclusive regulamentação e utilização em vários países.

O documento final da Conferência Mundial sobre o Ensino Superior da UNESCO, realizada em Paris/1998 dedica dois capítulos específicos sobre a educação à distância e aponta essa modalidade como principal inovação a ser perseguida pelos países participantes.

No documento da UNESCO (1998:479), estão descritos conceitos de “universidade aberta”, “universidade global”, “universidade internet”, “universidade virtual”, dentre outros:

Universidade Virtual: é aquela onde é desejável um conceito integrador do novo paradigma, onde o espaço físico e a necessidade de sincronismo desapareçam. Entretanto, pode-se introduzir uma restrição semântica em relação ao ensino superior, uma vez que no novo paradigma o terreno do ensino tende a reduzir as fronteiras entre os diversos tipos de estudos (primário, superior, profissional).

Chega-se até em falar em “*Campus Virtual*” como uma modalidade menos abrangente da universidade virtual.

Sem dúvida o debate que a educação à distância tem promovido é intenso. Alguns autores, como o francês Pierre Lévy (1992:127) questionam de forma corajosa e provocativa:

²³ Criada pela Lei Federal n.º 10.032 de 23 de outubro de 2000, mas em funcionamento desde maio de 2003.

²⁴ Criada pela Lei Federal n.º 10.473 de 27 de junho de 2002.

²⁵ Criada pela Lei Federal n.º 11.145 de 26 de julho de 2005.

²⁶ Criada pela Lei Federal n.º 11.151 de 29 de julho de 2005.

“Por que construir universidades em concreto em vez de encorajar o desenvolvimento de teleuniversidades e de sistemas de aprendizagem interativos e cooperativos acessíveis em qualquer ponto de território?”

A grande revolução que a educação à distância provoca é a relativização do espaço do saber. Contudo, apesar de todos os avanços tecnológicos, ainda não se pode pensar seriamente em uma universidade sem espaço físico. Por esses motivos, fica evidente a importância da discussão sobre os espaços do saber, hoje ainda incipiente.

1.4. CASOS DE ORGANIZAÇÃO DO TERRITÓRIO UNIVERSITÁRIO

1.4.1. Universidade Federal do Rio Janeiro

É na Universidade do Rio de Janeiro que aparece a primeira experiência de câmpus universitário no Brasil. O decreto federal n.º 19.852/1931 determinou providências do governo para reunir num mesmo local os diversos institutos universitários existentes na então capital do Brasil, com o intuito de garantir à universidade a unidade material necessária ao seu funcionamento e “*iniciar a fundação da futura Cidade Universitária*”.

Em 1935 foi nomeada pelo então Ministro da Educação, Gustavo Capanema, uma comissão responsável pela implantação da cidade universitária, que sugeriu a localização da universidade na Praia Vermelha, conforme o plano urbanístico da cidade do Rio de Janeiro, elaborado por Alfred Agache em 1929 (CUNHA, 2001b:7).

Após recusar os projetos modernistas de Le Corbusier e de Lúcio Costa, o Ministro da Educação e Cultura, Gustavo Capanema, importou o arquiteto italiano Marcello Peacentini – autor do plano da Universidade de Roma –, que apresentou uma proposta exemplar da arquitetura fascista:

(...) tendo em seu núcleo, prédios dispostos ao longo dos lados de um retângulo, marcado por altas colunas em toda a sua volta; a reitoria ocupava um prédio mais alto e de colunas mais elevadas, em um dos lados menores, como um patriarca à cabeceira da mesa, numa disposição espacial que não deixava dúvidas quanto à sede do poder e à insignificância dos estudantes (e dos professores) contidos naquela massa simétrica e ordenada (CUNHA, 1980:269).

Entretanto, essa proposta também não prosperou. Em 1937, a Lei 452 que transformou a Universidade do Rio de Janeiro em Universidade do Brasil, definiu o local para implantação da cidade universitária em outra área, na Quinta da Boa Vista, em um terreno de 2,3 milhões de metros quadrados. Entretanto, a mudança de prioridades do governo central em razão da segunda Guerra Mundial, fez parar o processo de implantação do câmpus.

Em 1945, o processo foi retomado com a conclusão de estudos sobre a localização da Cidade Universitária da Universidade do Brasil que sugeriram uma nova área, oriunda do aterramento de um conjunto de nove pequenas ilhas na baía de Guanabara, em localização afastada, mas dentro da cidade.

As obras para construção da cidade foram iniciadas em 1954 de forma muito lenta e, só em 1970 foram aceleradas com vultosos recursos do governo federal. Em verdade, recursos

destinados à comemoração do sesquicentenário da independência foram transferidos pelo Presidente Médici para acelerar as construções.

A Universidade Federal do Rio de Janeiro implantou seu câmpus universitário nesse conjunto de ilhas, depois chamado Ilha do Fundão em uma área total de 450 hectares. O planejamento físico da cidade universitária seguiu o princípio do zoneamento funcional com organização do câmpus por setores (administração, unidades, alojamentos, serviços, etc.).

Darcy Ribeiro (1978b:55) criticou o *“faraonismo do planejamento do campus universitário, que há mais de quarenta anos vem sendo edificado nos mangues do Fundão, como a cidade universitária mais absurda do mundo”*.

Entretanto, como na grande maioria das universidades, a opção desejada do câmpus único frustrou-se. A UFRJ encontra-se hoje dividida em dois grandes câmpus, um na Ilha do Fundão que abriga também diversos órgãos do governo federal e outro na Praia Vermelha, além de diversos espaços espalhados pela cidade.



Figura 8: Foto aérea da Ilha do Fundão onde está instalada a Cidade Universitária da UFRJ. **Fonte:** <http://www.ufrj.br>



Figura 9: Foto do aterramento do conjunto de ilhas na baía Guanabara que deu origem à Ilha do Fundão. **Fonte:** idem



Figura 10: Foto da construção de edifícios na Cidade Universitária da UFRJ (idem)



Figura 11: Foto de construções de obras e edifícios na Cidade Universitária da UFRJ (idem)

1.4.2. Universidade Federal de Minas Gerais

Os câmpus das universidades de Minas Gerais e Rio de Janeiro foram, inicialmente, planejadas para áreas únicas, mas centrais (próximas aos núcleos urbanos de Belo Horizonte e Rio de Janeiro, respectivamente), o que não se mostrou viável depois.

No caso da Universidade de Minas Gerais, que foi formada em 1927 pela aglutinação de várias faculdades e escolas de Belo Horizonte, a definição da localização definitiva de seu câmpus se deu apenas em 1942.

A área escolhida, na região da Pampulha, foi a dos terrenos da Fazenda Dalva com 343 hectares. A localização da universidade naquela região fazia parte de um plano conjunto do governo do Estado e da prefeitura municipal para fazer da Pampulha um bairro nobre destinado ao turismo e ao lazer.



Figura 12: Foto de satélite do Campus Pampulha da UFMG. **Fonte:** <http://earth.google.com>

Em 1956, com a federalização da universidade, as construções foram retomadas e intensificadas por interesse direto do Ministério da Educação. O *Campus* da Pampulha só passou a ser efetivamente ocupado pela comunidade a partir da década de 1960, com a construção dos principais prédios.

Em 1969, um novo planejamento a partir da reforma universitária, possibilitou a implantação e transferência de unidades do chamado sistema básico para o *Campus* da Pampulha. Entretanto, o sistema de escolas profissionais – Saúde (Medicina, Farmácia,

Odontologia), Direito, Arquitetura, Ciências Econômicas e Engenharia – manteve-se quase todo no centro urbano (CASTELLO BRANCO, 1984:21).

Em 1998, a UFMG aprovou um plano de consolidação do *Campus* da Pampulha, denominado *Campus 2000*, planejando intervenções e investimentos com o intuito de promover a transferência de unidades localizadas em outras regiões da cidade e de ampliar e melhorar as instalações existentes na área da cidade universitária.

Estão sendo realizadas, desde então, obras de construção das novas sedes das faculdades de Educação, Farmácia, Engenharia, Ciências Econômicas, dos departamentos de Química e Fisioterapia/Terapia Ocupacional, e também reformas, ampliações e obras de infraestrutura. A previsão é que todo o projeto seja concluído até o final de 2007.

1.4.3. Universidade de São Paulo

Em 1934, logo após sua criação, a USP planejou a construção da Cidade Universitária na Fazenda Butantã, uma área mais distante e isolada do centro urbano. Em 1954, a USP já havia concluído o plano diretor de sua cidade universitária e intensificado as construções.

A USP foi uma das poucas universidades empenhadas em fazer do planejamento físico de seu espaço, um instrumento importante para o desenvolvimento e a expansão desta que é, atualmente, a maior instituição pública de ensino superior do país.



Figura 13: Foto de satélite da Cidade Universitária da USP. **Fonte:** <http://www.usp.br>

Hoje, o câmpus, que é conhecido como Cidade Universitária Armando de Salles Oliveira, ocupa uma área total 430 hectares de área e sedia 23 (vinte e três) das 35 (trinta e cinco) unidades acadêmicas da Universidade de São Paulo.

O caso territorial da USP é mais um daqueles que mescla câmpus universitário e unidades isoladas na região central. Ficaram unidades no centro urbano, como da Faculdade de Direito do Largo São Francisco e no Anhembi. Além disso, a USP possui cinco câmpus no interior do Estado, nas cidades de Ribeirão Preto, Bauru, Piracicaba, Pirassununga e São Carlos.

Com relação à organização do espaço universitário da USP, cabe destacar dois fatos, um histórico, sobre a Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras no prédio da Maria Antônia e outro atual, a implantação de um câmpus na zona leste da cidade.

A Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras, concebida para ser o elo universitário entre todos os cursos da USP, ocupava desde 1949, o prédio da rua Maria Antônia (típico do período monumentalista) no centro de São Paulo, próximo aos prédios das faculdades do Mackenzie, de Arquitetura, de Economia, da Escola de Sociologia e Política e da Fundação Armando Álvares Penteado.

Essa presença dos estudantes tornou a região o principal centro nervoso das atividades estudantis em São Paulo, praticamente um câmpus universitário no coração da cidade. Em 1968, no auge das manifestações estudantis, a direção da USP determinou a transferência da Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras para a Cidade Universitária para ser instalada em barracões improvisados, provocando protestos imediatos dos estudantes. O confronto chegou a tal ponto que o edifício da Maria Antônia foi incendiado naquele ano.

Outro fato de destaque, este dos dias atuais, é a proposta do *Campus* da USP Leste, surgida a partir da compreensão de que a universidade deve crescer na direção das populações hoje fora dela, inclusive territorialmente. A localização escolhida para esse projeto de inclusão através do ensino superior foi justamente a zona leste da cidade, região de quatro milhões de habitantes, contígua ao aeroporto de Guarulhos, e uma das mais pobres e com maior carência de equipamentos educacionais.

Para a conclusão do projeto, que se iniciou em 2004, a USP está investindo R\$ 62 milhões para erguer 48 mil metros quadrados de construção, em prédios ergonômicos (a partir do modelo criado na USP São Carlos) e adaptados para portadores de necessidades especiais, com padrões racionais de consumo de água e energia.

O *Campus* da USP Leste é constituído por duas áreas: a gleba 1, vizinha ao parque ecológico do Tietê com 250 mil metros quadrados, e a gleba 2, com 1 milhão de metros quadrados, ao lado do rio Tietê.



Figuras 14 e 15: Glebas 1 e 2 do Campus da USP Leste. **Fonte:** <http://www.uspleste.usp.br>

A preconizada integração do câmpus com o entorno, não se dá apenas com a localização. A USP Leste criou, nos currículos de todos os cursos, a matéria Resolução de Problemas, cujo objetivo é discutir temas ligados ao desenvolvimento da zona leste e propor e organizar, através de grupos de estudantes, atividades de iniciação científica para intervenções na região.

1.4.4. Universidade de Brasília

A Fundação Universidade de Brasília foi criada pela Lei n.º 3.998 de 15 de dezembro de 1961 como uma instituição autônoma, não governamental (UnB, 1962:2), apesar de mantida por recursos do governo federal.

A capital do Brasil estava sendo transferida do Rio de Janeiro para Brasília e, por isso, necessitava de todos os equipamentos administrativos, políticos e também culturais que fizessem daquela região no planalto central, uma capital federal. A construção de uma universidade, nesse caso, era imprescindível.

Em 1961, o Presidente Juscelino Kubitschek incumbiu a um grupo de descontentes com a política superior implantada no país, o projeto de construção da Universidade de Brasília – UnB. Esse grupo, do qual fazia parte Darcy Ribeiro, Anísio Teixeira, Oscar Niemeyer e Lúcio Costa, desenhou um modelo original de universidade, integrando planejamento acadêmico e físico.

O desafio que cabia aos poderes públicos, aos intelectuais, artistas, professores e estudantes era conceber e planejar uma universidade modelada em novas bases que constituíssem um estímulo e um complemento para elevar Brasília à categoria cultural que necessitaria (UnB, 1962:3).

A universidade estava inserida no projeto de tornar Brasília, de fato, a nova capital do Brasil. A UnB tinha a missão de *“abrir à população de Brasília amplas perspectivas culturais que a livrassem do grave risco de fazer-se medíocre e provinciana no cenário urbanístico e arquitetônico mais moderno do mundo”* (RIBEIRO, 1978b:103).

Sem dúvida, a construção da Universidade de Brasília, foi a experiência de maior de inovação em termos espaciais das universidades. Primeiro, porque a universidade não foi criada a partir da reunião de escolas isoladas e dispersas, como a maior parte das universidades.

Segundo, porque a universidade nasceu junto com seu câmpus, planejado e levando em conta o planejamento da capital federal, elaborado pelo urbanista Lúcio Costa (que situou o câmpus na ponta da asa norte do Plano Piloto, ao lado do Lago Paranoá, em uma área 257 hectares, em conformidade com a orientação de periferia predominando sobre o centro).

No relatório de Lúcio Costa, que se converteu no plano piloto de Brasília, há uma menção a respeito da nova universidade que se constituiria:

Ao longo da esplanada – (...) foram dispostos os ministérios e autarquias (...) sendo o último o da Educação, a fim de ficar vizinho do setor cultural, tratado à maneira de parque para melhor ambientação dos museus, da biblioteca, do planetário, das academias, dos institutos, etc., setor este também contíguo à ampla área destinada à Cidade Universitária com o respectivo Hospital de Clínicas, e onde também se prevê a instalação do Observatório (UnB, 1962:7).

Para Luiz Antônio Cunha (2003:229), *“o fato dela [UnB] ter nascido junto com a cidade-capital, propiciou a sintonia da concepção da instituição, em termos acadêmicos e estruturais, assim como da organização do seu espaço”*.

Além disso, a UnB foi a primeira universidade no Brasil a aliar a concepção de sua estrutura com a da morfologia de seu câmpus – edifício longo reunindo institutos centrais rodeado pelos prédios de faculdades profissionais, tida como a maneira mais racional de traçar as diferenças e as complementaridades entre institutos e faculdades.



Figura 16: Foto de satélite do campus da Universidade de Brasília. **Fonte:** <http://earth.google.com>

De acordo com Darcy Ribeiro (1978b:101) o propósito estruturador do espaço universitário da UnB foi:

construir um verdadeiro campus universitário onde alunos e professores convivessem numa comunidade efetivamente comunicada tanto pelo co-governo de si mesma, como pela integração dos estudos curriculares, com amplos programas de atividades sociais, políticas e culturais, com o propósito de criar um ambiente propício à transmissão do saber, à criatividade e à formação de mentalidades mais abertas, mais generosas, mais lúcidas e mais solidárias.

O Plano Orientador da UnB (1962:24) dispôs que a nova estrutura da universidade daria oportunidade de constituir-se um verdadeiro *campus* universitário, com a reunião em uma mesma área de todos os institutos centrais, faculdades e órgãos auxiliares, com professores e estudantes vivendo numa comunidade efetivamente universitária.

O estudante de medicina fará sua formação científica básica junto com o de engenharia, por exemplo, nos mesmos Institutos Centrais; residirá na mesma casa com colegas que seguem os mais diversos cursos; com eles praticará esportes e freqüentará os centros recreativos e culturais da Universidade. Os Museus, o Instituto de Arte, a Biblioteca Central, a Rádio Universidade de Brasília funcionarão como centros de integração que, além de suas funções específicas,

permitirão construir um lastro de experiência cultural básica para todos os que passem pela Universidade, qualquer que seja a carreira que abracem.

Propunha-se que a convivência no câmpus comum comporia um ambiente mais propício à transmissão da experiência, não só através de atividades curriculares, mas também pelo convívio e interação pessoal.

Além disso, a participação ativa dos arquitetos da UnB no movimento modernista, especialmente no IV Congresso Internacional para a Arquitetura Moderna, em 1933, onde foi elaborada a Carta de Atenas, foi decisiva na concepção morfológica da Universidade de Brasília. Entretanto, não houve uma mera reprodução dos cânones modernistas nos projetos, mas sim uma ênfase na dimensão funcional do projeto, maior do que a beleza plástica. Foram principalmente esses arquitetos, que ajudaram o MEC a frear a política de localização centrífuga das universidades federais (CUNHA, 2003:230).

A implantação da Universidade de Brasília em 1962 constituiu o exemplo de aplicação do ideário educacional da chamada Nova Educação, que entre descontinuidades e impasses vinha amadurecendo desde os anos 30. Seu padrão de organização acadêmica, administrativa e física (agora com o nome de Campus Universitário) serviu de modelo para as Universidades implantadas na década de 70 (MEC-CEDATE, 1984:11).

A experiência inovadora da UnB, especialmente quanto a sua estruturação, foi mantida, de certa forma, pela Universidade Federal de Minas Gerais, na gestão do Prof. Aloísio Pimenta e na Unicamp, com Zeferino Vaz (CUNHA e GÓES, 1987:82).

CAPÍTULO II
UBERLÂNDIA,
CIDADE UNIVERSITÁRIA

2.1. A CIDADE DE UBERLÂNDIA

2.1.1. A cidade universitária

Comumente ouvimos falar que Uberlândia é uma cidade universitária, pela presença da Universidade Federal de Uberlândia e pelo seu papel no desenvolvimento do município. A implantação de uma universidade pública em Uberlândia gerou impactos sócio-econômicos significativos, principalmente quanto ao crescimento populacional, à arrecadação de tributos e ao desenvolvimento de novas idéias e culturas.

Entretanto, a instituição da UFU e o crescimento da cidade acarretaram problemas ambientais, especulação imobiliária, expansão de periferias, pobreza nas ruas, carência de habitações, dentre outros (SOARES, 1995:167).

Uberlândia conta atualmente – 2005 – com oito estabelecimentos educacionais de ensino superior sediados na cidade, ostentando o título de maior pólo educacional da região do Triângulo Mineiro, que já conta com tem dez cidades com estabelecimentos de ensino (Uberlândia, Uberaba, Tupaciguara, Araguari, Ituiutaba, Frutal, Monte Carmelo, Iturama, Coromandel, Campina Verde).

TABELA 1 – Instituições de ensino superior sediadas em Uberlândia

Instituição	Organização	Ano	Cursos*
Universidade Federal de Uberlândia – UFU	Universidade	1969	32
Escola Agrotécnica Federal de Uberlândia – EAFUDI	Centro Federal de Educação Tecnológica	2004	1
Centro Universitário do Triângulo – UNITRI	Centro Universitário	1997	22
Faculdade de Ciências Aplicadas de Minas – UNIMINAS	Faculdade	2000	12
Faculdade Politécnica de Uberlândia – FPU	Faculdade	2000	14
Escola Superior de Administração, Marketing e Comunicação – ESAMC	Faculdade	2000	2
Faculdade Católica de Uberlândia – CATÓLICA	Faculdade	2001	6
Faculdade de Marketing e Negócios – UNIESSA	Faculdade	2004	2

* Cursos de graduação

Fonte: MEC/INEP, <http://www.educacaosuperior.inep.gov.br>, dados de 2005.

Além dessas instituições, Uberlândia ainda conta com, pelo menos, outras quatro unidades educacionais de ensino superior que, apesar de não estarem sediadas no município, mantém suas atividades como extensões de suas matrizes:

Campus Uberlândia da Universidade de Uberaba – UNIUBE

Faculdade isolada vinculada à Universidade Presidente Antônio Carlos – UNIPAC

Faculdade de Educação Teológica do Distrito Federal – FAETEDIF

Faculdade de Educação Teológica do Triângulo Mineiro – FAETTRIM

De acordo com o Censo da Educação Superior, Uberlândia tinha em 2002, 25.128 estudantes de graduação e pós-graduação, o que correspondia a 8,18% de todas as matrículas no Estado de Minas Gerais e 0,7% de todos que cursavam o ensino superior no país¹.

Para essas instituições convergem alunos da própria região do Triângulo, do sul do Estado de Goiás, do interior do Mato Grosso, Mato Grosso do Sul e São Paulo, além de mineiros de outras partes do Estado, que aspiram desenvolver seus conhecimentos culturais, científicos e profissionais. Daí porque a referência à Uberlândia como uma cidade universitária.

Somados aos 130.150 (cento e trinta mil, cento e cinquenta) estudantes matriculados desde a pré-escola até o ensino médio², que a cidade possui, segundo dados do Censo Escolar 2004, chega-se ao contingente de mais de 150 mil estudantes, consolidando Uberlândia enquanto pólo que exerce uma centralidade na área educacional.

Segundo a pesquisa “*Condições Sócio-Econômicas das Famílias de Uberlândia*” feita pela Prefeitura Municipal de Uberlândia em parceria com a UFU em 2001, tabulada por Campos Leme e Juliano (2002:12), as migrações de pessoas que chegaram à cidade há menos dez anos (ao longo da década de 1990), aumentaram sensivelmente em razão da busca por escolaridade mais avançada. Entre aqueles que optaram por mudar-se para Uberlândia, nos quatro anos anteriores à pesquisa (1997-2001), 12,5% apontam a educação como razão da mudança.

Isso indica a consolidação de Uberlândia como um centro regional na área educacional, sobretudo no ensino superior, com a abertura de novas instituições e aumento de cursos e vagas.

TABELA 2 – Razão de mudança para Uberlândia	
Anos de residência	Educação como razão da mudança
0 a 4 anos	12,5 %
5 a 9 anos	7,3 %
10 a 20 anos	6 %
mais de 20 anos	6,9 %
TOTAL	7,3 %

Fonte: CAMPOS LEME e JULIANO (2002:12)

¹ Fonte: Censo da Educação Superior no Brasil – MEC/ Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira (INEP), disponível em <http://www.educadatabrasil.inep.gov.br>

² Censo Escolar 2004 – Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira (INEP), disponível em <http://www.inep.gov.br/basica/censo>

Dentre todas as instituições educacionais da região, a maior e mais importante é a Universidade Federal de Uberlândia. Além da UFU, há somente outras duas universidades, a particular Universidade de Uberaba – UNIUBE e a recém-transformada Universidade Federal do Triângulo Mineiro, antiga Faculdade de Medicina do Triângulo Mineiro – FMTM, ambas com sede no município vizinho de Uberaba.

A Universidade Federal de Uberlândia tem em 2005 uma população maior do que muitos municípios brasileiros: cerca de 15.000 (quinze mil) estudantes de graduação e pós-graduação, 3.300 (três mil e trezentos) técnicos administrativos e 1.200 (mil e duzentos) professores. É uma instituição com 32 (trinta e dois) cursos de graduação e 22 (vinte e dois) programas de pós-graduação em todas as grandes áreas do conhecimento.

2.1.2. O espaço da UFU

Na mesma época em que era formada a Universidade de Uberlândia – no final da década de 1970 –, surgia a geografia humanista, calcada nas filosofias do significado, valorizando o subjetivismo, a experiência e os sentimentos no estudo do espaço. É na geografia humanista que o conceito de espaço vivido desabrocha nos trabalhos de Y. F. Tuan: “*Segundo Tuan (1979) no estudo do espaço no âmbito da geografia humanista consideram-se os sentimentos espaciais e as idéias de um grupo ou povo sobre o espaço a partir da experiência*” (CORRÊA, 1995:30).

O estudo sobre o espaço físico da Universidade Federal de Uberlândia, não pode deixar de ser também um estudo sobre esse espaço vivido, repleto de sensações, de visões daqueles que participaram dessa história.

Na introdução da obra “*A UFU no Imaginário Social*”, principal referencial utilizado neste capítulo, Caetano e Dib (1988:XXXII) comentam suas impressões sobre o debate feito a respeito do espaço físico da universidade:

Preocupou-nos apresentar os projetos alternativos e os projetos instituídos, com o propósito de demonstrar como o debate em torno das instalações físicas assume importância crucial na definição do que se compreende como ‘Universidade’. Inquietou-nos, ao mesmo tempo, inserir a expansão do espaço universitário na dinâmica do processo de urbanização da cidade.

Em muitos momentos, a história da Universidade Federal de Uberlândia realmente se confunde com a da cidade e vice-versa. Nesse sentido, é importante contextualizar a formação

dos espaços ocupados pela universidade em relação à história da formação urbana da cidade de Uberlândia.

Qualquer estudo sobre espaço universitário, que se pretenda abrangente, deve considerar especialmente a dinâmica da cidade que o abriga e da universidade que o ocupa. Daí a importância de reconhecer e analisar as relações espaciais presentes em Uberlândia e na UFU.

Nesse sentido, compreender o histórico da formação urbana, cultural e sócio-econômica de Uberlândia como cidade-pólo, bem como as raízes da constituição da Universidade Federal de Uberlândia é primordial para este trabalho.

2.1.3. A urbanização no Triângulo Mineiro

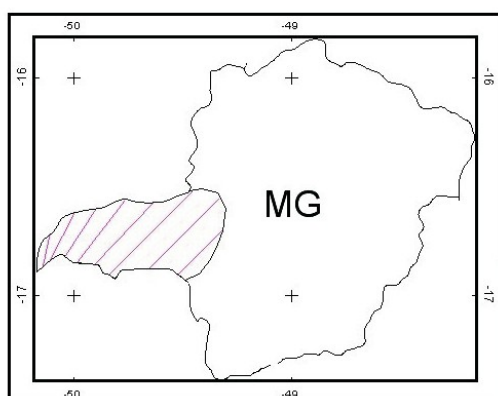
A região do Triângulo Mineiro está localizada na parte oeste do Estado de Minas Gerais, abrangendo 35 (trinta e cinco) municípios, sendo Uberlândia, Uberaba, Ituiutaba, Araguari e Frutal, as maiores cidades.

É comum também se referir a essa região como Triângulo Mineiro e Alto Paranaíba, abrangendo uma área a oeste com importantes cidades como Araxá, Patrocínio e Patos de Minas. Entretanto, adotamos a divisão por macrorregiões do Estado de Minas Gerais³, como se vê no mapa 1.

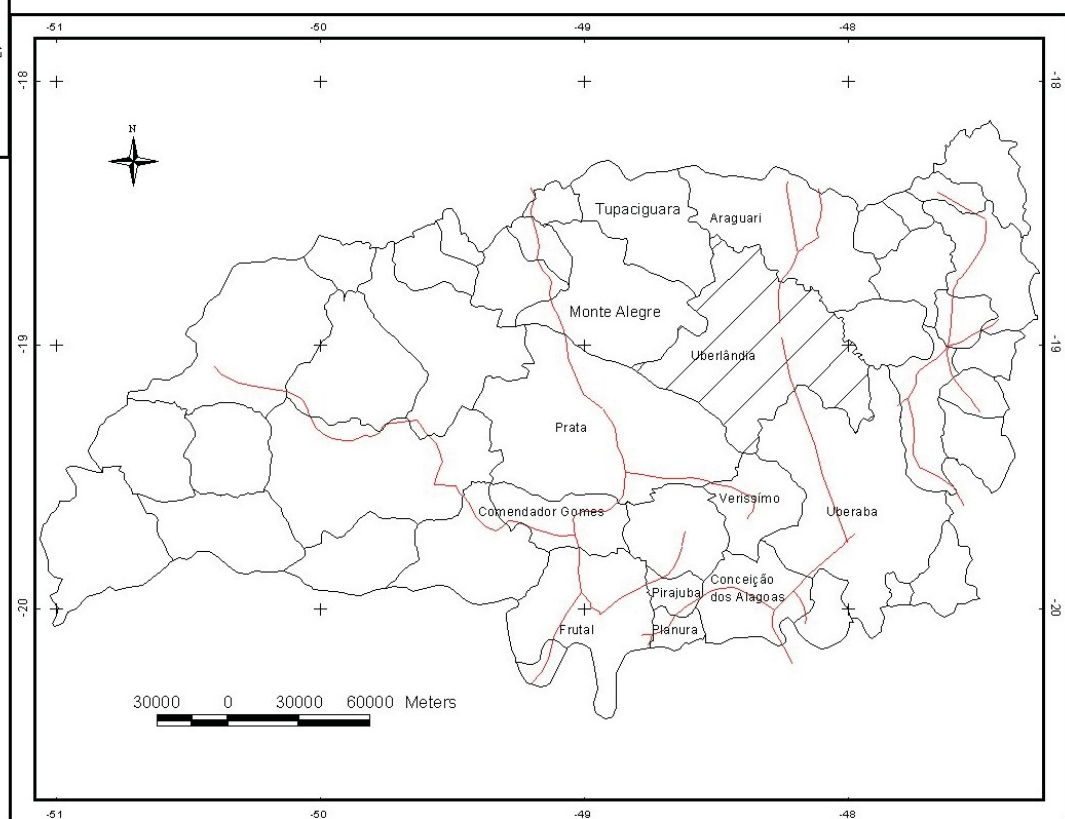
³ Organização em macrorregiões do Estado, disponível para consulta em <http://www.almg.gov.br>.

MAPA 1

UBERLÂNDIA NO TRIÂNGULO MINEIRO



Localização de Uberlândia no Triângulo Mineiro



Adapt.: SANTOS, C. R. 2005

A ocupação e a posterior urbanização das cidades da região do Triângulo Mineiro são marcadas sobremaneira pela influência de sua posição geográfica estratégica no contexto econômico nacional. Segundo Beatriz Soares (1997:111-112):

O processo histórico de constituição da estrutura econômica e política triangulina principia-se no início do século XVII, quando essa região era apenas um ponto de passagem de mineradores e tropeiros. Entretanto sua efetiva ocupação somente ocorreu no final do século XVIII, quando a expedição de Bartolomeu Bueno da Silva cruzou as terras entre os rios Grande e Paranaíba, rumo a Goiás.

A descoberta de ouro e diamantes no interior de Goiás e Mato Grosso provocou a formação de alguns arraiais nas terras do chamado Sertão da Farinha Podre (atual Triângulo Mineiro), em decorrência do afluxo de pessoas em direção ao Brasil Central, em busca de riquezas. Assim, desde aquele momento, essa região se constituiria em um ponto de passagem entre o litoral e o sertão.

No entanto, foi somente no período da decadência da mineração em Minas Gerais, Goiás e Mato Grosso que ocorreu o parcelamento de terras no Triângulo Mineiro, a partir da distribuição das primeiras sesmarias (...)

No início do século XIX, novas concessões de terras, com uma extensão de três léguas de comprimento por uma légua de largura deram origem às aglomerações urbanas das atuais cidades do Prata, Uberaba e Uberlândia.

A situação geográfica do Triângulo – no caminho de importantes rotas comerciais – foi um dos principais fatores que impulsionaram a inserção do Triângulo Mineiro na economia nacional.

Com a implantação da estrada de ferro Mogiana (1880 em Uberaba, 1886 em Uberlândia e 1887 em Araguari), a produção e a comercialização de gêneros alimentícios de toda a região ganhou impulso. Além disso, o Triângulo tornou-se ponto de convergência da comercialização entre Goiás, Minas Gerais e São Paulo, o que promoveu um grande crescimento econômico.

Em 1909, a construção da Ponte Afonso Pena sobre o Rio Paranaíba – que divide os estados de Minas Gerais e Goiás, ao norte de Uberlândia – possibilitou um aumento maior ainda do contato comercial da região mineira com o sul e sudoeste de Goiás. A produção agrícola e comercial das regiões vizinhas passou a vir a Uberlândia para ser escoada através da ferrovia Mogiana.

O crescimento de Uberlândia ainda foi impulsionado por acontecimentos importantes. O projeto “Marcha para o Oeste” de Getúlio Vargas na década de 1940 que tem na cidade uma de suas bases; a construção de Brasília em meados de 1950 que torna a região ponto de passagem obrigatório para o Distrito Federal; a política de descentralização industrial de

1960, com aporte de fábricas em Uberlândia e; já em 1970, os planos de estímulo à agropecuária para exportação no cerrado (milho, soja e café), são fatores que impulsionaram nesse período o desenvolvimento da cidade (GOMES, WARPECHOWSKI e SOUSA NETTO, 2003:16-18).

Na década de 1970, o então governador de Minas Gerais, Israel Pinheiro, preparou para Rondon Pacheco, seu sucessor no governo – e político uberlandense, diga-se de passagem – o I Plano Mineiro de Desenvolvimento Econômico e Social (PMDES) consolidando boa parte das ações governamentais para o estímulo a uma “*marcha para o interior*” (SIQUEIRA, 2001:92).

O somatório desses acontecimentos tem como resultado, fazer com que Uberlândia, a partir da década de 1940, tenha um crescimento populacional considerável com altos e constantes índices, como se vê da tabela a seguir:

TABELA 3 – População de Uberlândia				
Ano	População urbana	População rural	Total	Crescimento
1940	22.143	20.036	42.179	-
1950	35.799	19.185	54.984	30,3 %
1960	71.717	16.565	88.282	60,5 %
1970	111.466	13.420	124.886	41,4 %
1980	231.598	9.363	240.961	92,9 %

Fonte: Censo Demográfico de Minas Gerais – 1940-1950-1960-1970-1980, <http://www.ibge.gov.br>

Suely Del Grossi (1993) afirma que:

A população do município de Uberlândia, teve em 40 anos, um crescimento demográfico acentuado, que se acelera na década de 60-70, quando em apenas 10 anos sua população dobra, (...). Esse quadro impressiona ainda mais quando se verifica que esta população é predominantemente urbana. (In GOMES, WARPECHOWSKI e SOUSA NETTO, 2003:20-21)

A título comparativo, no Brasil o crescimento populacional total de 1940 a 1980, segundo o Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística – IBGE⁴, foi de 188% – pulou de 41 milhões para 119 milhões –, enquanto Uberlândia alcançou o percentual de 471%.

O acentuado crescimento demográfico de Uberlândia foi impulsionado, principalmente, pela elevação dos serviços produtivos e do comércio, com destaque para o papel de base urbana para apoio da agroindústria e da pecuária (FERREIRA, 2002:66).

O crescimento demográfico, o desenvolvimento econômico e a intensa urbanização elevaram Uberlândia aos postos de cidade média e a principal pólo do Triângulo Mineiro.

⁴ Fonte: http://www.ibge.gov.br/home/estatistica/populacao/censohistorico/1940_1996.shtm

De acordo com Beatriz Soares (1999:56), uma cidade média é caracterizada por

possuir altas taxas de crescimento, tanto populacional como econômico; por sua geração de empregos, que absorvem números expressivos de força de trabalho; por apresentarem altos índices de qualidade de vida; por sua especialização econômica, particularmente no que diz respeito à diversificação e concentração de atividades comerciais e de serviços; pela existência de redes de transporte, comunicação e informação modernas; enfim, as mesmas difusoras de inovações e desenvolvimento para as cidades sob sua área de influência.

O ex-vice prefeito Durval Garcia, em depoimento para a obra “*A UFU no Imaginário Social*”, reproduz a influência de Uberlândia no cenário regional pelo seu desenvolvimento ainda na década de 1960:

Ao lado de ser um centro de fluxo e refluxo de toda a vida região, incluindo Mato Grosso e sul de Goiás, Uberlândia teve muita influência na construção da capital de Goiás, como posteriormente teria na implantação de Brasília. Há um aspecto histórico muito interessante que possibilitou isso. O término da estrada de ferro em nossa região era praticamente em Uberlândia. Todo produto manufaturado, industrializado de São Paulo chegava a Uberlândia pelos trilhos da antiga Mogiana e daqui era levado ao sul, ao norte, ao Mato Grosso através de caminhões. Isso criou um comércio muito grande e Uberlândia, lentamente começou a ser um grande empório, um centro de desenvolvimento comercial, o que se percebe até hoje, porque mesmo com o advento da indústria, Uberlândia ainda é uma cidade marcadamente comercial. E foi essa posição privilegiada de final de ferrovia, como uma espécie de boca de sertão, que possibilitou esse desenvolvimento material de início e, ao lado desse desenvolvimento, as iniciativas relacionadas às Faculdades, impulsionando Uberlândia e permitindo que o crescimento não fosse um crescimento apenas material, unilateral (In CAETANO e DIB, 1988:10).

Com essas condições favoráveis e em virtude da privilegiada posição geográfica, Uberlândia tornou-se um entreposto comercial de grande importância.

TABELA 4 – Distâncias de capitais em relação à Uberlândia

Cidade	Distância (km)
Belo Horizonte	556
São Paulo	590
Brasília	435
Goiânia	360
Campo Grande	894
Rio de Janeiro	979

Fonte: <http://www.guialog.com.br>

Além das distâncias favoráveis à centralidade de Uberlândia como entreposto comercial, a cidade é cortada por uma ferrovia, possui uma estação aduaneira (porto seco) para operações de movimentação, armazenagem e despacho de mercadorias e bagagens, um grande aeroporto de passageiros e cargas e é ponto de cruzamento de cinco importantes rodovias federais:

TABELA 5 – BR's que cortam Uberlândia	
Acesso	Trajeto
BR 050	Brasília/DF – Cristalina/GO – Uberlândia/MG – Uberaba/MG – Ribeirão Preto/SP – Campinas/SP – São Paulo/SP – Santos/SP
BR 365	Montes Claros/MG – Pirapora/MG – Patos de Minas/MG – Patrocínio/MG – Uberlândia/MG – Ituiutaba/MG – São Simão/MG
BR 452	Rio Verde/GO – Itumbiara/GO – Tupaciguara/MG – Uberlândia/MG – Araxá/MG
BR 455	Uberlândia/MG – Campo Florido/MG – Planura/MG
BR 497	Uberlândia/MG – Campina Verde/MG – Iturama/MG – Porto Alencastro – Entroncamento com a BR-158

Fonte: Departamento Nacional de Infra-Estrutura de Transporte – DNIT, <http://www.dnit.gov.br>

Com essas condições favoráveis, logo, grandes grupos atacadistas, como Martins, Arcom e Peixoto se instalaram em Uberlândia, com o intuito de usufruir dessa posição estratégica para a distribuição de mercadorias e da infra-estrutura favorável ao desenvolvimento econômico da cidade e da região.

Outras empresas da área de agroindústria (Planalto, Resende, Brasfrigo, Braspelco, Cargill), de cigarros (Souza Cruz), de bebidas (Cola-Cola, Pepsi Cola e Refrigerantes Uberlândia), de alimentos (Nestlé, Itambé), dentre outras, inclusive de serviços sofisticados como telecomunicações (Companhia de Telecomunicações do Brasil Central – CTBC, pertencente ao grupo Algar), também se instalaram na cidade.

Com a implantação desses empreendimentos, vários serviços de apoio às atividades econômicas e atividades complementares, como setores de transporte, educacional, saúde, hotelaria, bancos, se desenvolveram.

Isso possibilitou a estruturação de uma rede urbana polarizada em Uberlândia com influência na região do Triângulo Mineiro e que se estende até o Alto Paranaíba, e municípios do interior de Goiás e São Paulo. Segundo Bessa e Soares (1999:16):

Na nova estruturação da rede urbana regional, Uberlândia projetou-se enquanto cidade-pólo, à medida que criou uma significativa área de polarização, exercendo um poder de comando sobre suas áreas circundantes, passando a subordinar outros municípios com menor concentração demográfica e menor diversidade de funções, bem como concentrando parte importante das atividades e dos recursos, tornando-se o principal centro de recepção e emissão das modernizações. Dela partem e

chegam fluxos de várias naturezas e intensidades, compondo uma teia de relações com as cidades em posições inferiores e superiores na rede urbana.

Esse *status*, para Uberlândia, de pólo regional do Triângulo Mineiro, reivindicado por uma oligarquia formada por empresários e proprietários rurais e urbanos, desde a década de 1950, foi usado como justificativa para que fosse solicitada aos poderes públicos a implantação de escolas de ensino superior na cidade.

O anseio da sociedade uberlandense pela implantação de cursos superiores fazia parte de um projeto desenvolvimentista das forças políticas e econômicas da cidade e foi determinante para a instalação das primeiras escolas e faculdades.

Na verdade, esse anseio podia ser traduzido em uma simbologia: a de que a abertura de faculdades significaria mais progresso à cidade, uma meta há muito perseguida pela elite local.

Nas palavras de Tomaz Machado (2003:27): *“Cidade destinada a cumprir um papel teleológico na história regional, Uberlândia delinea na construção de imagens políticas um único alvo a atingir – o progresso”*.

2.1.4. Uma universidade para o progresso

A implantação do ensino superior, que estava restrita até os anos 1950 apenas às grandes cidades do país, significaria, para a elite política, econômica e intelectual de Uberlândia, mais um passo ao progresso da cidade.

Essa noção, entretanto, de universidade como símbolo de progresso é *sui generis*, especialmente no interior dos grandes Estados. Isso porque, o processo de urbanização das grandes cidades brasileiras, nos séculos XIX e XX, trouxe a idéia de que os símbolos do progresso eram as estradas ou ferrovias, as indústrias, as grandes construções, as usinas hidrelétricas.

É possível encontrar algo similar – educação como símbolo do progresso – apenas no início do regime republicano em que os grupos escolares faziam parte de um processo mais amplo e significativo de desenvolvimento, que incluía crescimento urbano e do comércio, com saneamento básico, água, iluminação, transportes públicos, ajardinamentos, teatros. *“O grupo escolar fazia parte desse conjunto de melhoramentos tornando-se um denotativo do progresso de uma localidade”* (SOUZA, 1998:91).

A universidade, nos grandes centros, não era tida como símbolo de progresso, mas somente de avanço cultural, não valorado como um bem econômico. Já nas cidades do

interior, onde o governo militar estimulou a criação de cursos superiores, a idéia de implantação de escolas superiores em localidades em desenvolvimento era um sinal do progresso, também porque se acreditava no incremento de vultuosas verbas públicas que seriam “despejadas” na economia local.

Conforme aponta Oliven (2002:39-40):

Como a pressão pelo aumento de vagas tornava-se cada vez mais forte, logo após 1968, ocorreu uma expansão do setor privado, que criou inúmeras faculdades isoladas, nas regiões onde havia maior demanda, ou seja, na periferia das grandes metrópoles e nas cidades de porte médio do interior dos estados mais desenvolvidos. Essa expansão do sistema ocorreu com a aquiescência do governo.

Essa orientação governamental era, na verdade, recorrente nos países da América Latina. Segundo Rodríguez (2000:s/p), as universidades latino-americanas criadas nas décadas de 1960 e 1970, sob a influência norte-americana, tinham como característica a regionalidade através da criação de pólos de desenvolvimento vinculados às universidades para atender às camadas médias e às elites locais que pressionavam pela implantação do ensino superior para evitar os problemas do deslocamento dos filhos para as grandes cidades.

Por essa razão principal – o desejo da sociedade uberlandense, representada por uma elite de intelectuais, políticos, fazendeiros e comerciantes, de implantar a educação superior aqui, facilitado pelas boas relações políticas com o governo federal – Uberlândia passou a ser palco de lutas pró-ensino superior, primeiro, pela implantação de faculdades particulares, depois, para que elas fossem reconhecidas e assumidas pelo poder público.

2.2. A CONSTITUIÇÃO DA UNIVERSIDADE FEDERAL DE UBERLÂNDIA

2.2.1. Os primeiros passos

Como asseverado anteriormente, a cidade de Uberlândia, a partir da década de 1940, começou a experimentar um avanço econômico, com impactos demográficos, culturais e políticos, transformando a pequena cidade interiorana em pólo regional.

O rápido e pujante crescimento econômico de Uberlândia fizeram surgir no seio da sociedade uberlandense um sentimento de desejo, de anseio pelo progresso. “Uberlândia precisa se desenvolver!”, era o lema daquele período.

A implantação do ensino superior, na década de 1950, fazia parte do projeto de progresso ou desenvolvimentista de Uberlândia. Queria-se, a qualquer custo se necessário, inaugurar o ensino superior na cidade. “*Uberlândia precisa de uma Faculdade*”⁵, era a manchete de um jornal no longínquo ano de 1952.

O primeiro grande movimento pela implantação de cursos superiores na região foi inaugurado em Uberlândia no mesmo ano de 1952, quando da visita do deputado federal Mário Palmério à cidade. Políticos, intelectuais e personalidades manifestaram-se em uma inédita campanha pró Faculdade de Medicina em Uberlândia, como retrataram jornais⁶ da época: “*Uberlândia há dias vem sendo agitada por uma onda de entusiastas que querem edificar aqui uma Faculdade de Medicina, aliás uma ótima campanha em benefício à nossa culta e progressista cidade*”.

O deputado Mário Palmério empenhou-se e conseguiu a criação da Faculdade de Medicina do Triângulo Mineiro junto ao governo federal, mas não em Uberlândia e sim em sua terra natal, Uberaba. A FMTM foi fundada em 1953, tornando-se uma das primeiras instituições de ensino superior da região⁷.

Apesar do insucesso inicial, o movimento continuou nos anos posteriores, tendo inclusive sido organizada uma comissão pró-escolas superiores que intentava mobilizar a cidade de Uberlândia por essa idéia.

Essa reivindicação prendia-se não apenas ao fato de que a cidade apresentava deficiências nas áreas de educação e cultura, mas também porque a vizinha cidade de Uberaba já havia conseguido implantar uma escola de Medicina, e, portanto,

⁵ Jornal O Repórter, 19 de janeiro de 1952. In Caetano e Dib (1988:XXI).

⁶ Jornal O Repórter, 5 de fevereiro de 1952. In Caetano e Dib (1988:11).

⁷ De acordo com Machado (1980), há registros anteriores de instituições de ensino superior apenas em Uberaba: Faculdade de Odontologia em 1947, Faculdades Integradas São Tomás de Aquino – FISTA em 1949 e Faculdade de Direito do Triângulo Mineiro em 1951, todas elas que foram posteriormente incorporadas à atual Universidade de Uberaba – UNIUBE.

devido à antiga rivalidade entre essas cidades, a instalação em Uberlândia era uma questão de honra para as elites políticas locais (SOARES, 1995:161).

Esses movimentos e as razões desse processo são essenciais para reconhecer a história da Universidade Federal de Uberlândia que se forma, segundo Gomes, Warpechowski e Sousa Netto (2003:8), *“a partir do ‘ajuntamento’ de escolas superiores isoladas que constituíram, primeiramente, um centro universitário (Universidade de Uberlândia) que alcançou sua federalização em 1978”*.

2.2.2. Os cursos superiores

A Universidade Federal de Uberlândia não foi criada por um único ato instituidor, tampouco de ações do poder público. A universidade foi constituída anos depois da implantação de seus primeiros cursos, por obras e feitos da comunidade uberlandense, a partir de escolas e faculdades independentes e com interesses e projetos distintos umas das outras.

Como vimos, a implantação dos cursos superiores em Uberlândia fazia parte de um projeto de desenvolvimento, de progresso da cidade, encampado pela elite local que sempre manteve relações políticas estreitas com os governos conservadores.

É importante registrar que o Brasil vivia um regime de exceção desde 1964, quando os militares assumiram o poder através de um golpe de estado. No que se referia à política educacional universitária, o regime militar preferia dispersar os estudantes em cidades do interior com a criação de novas faculdades e universidades, do que ampliar as existentes nos grandes centros o que, na visão deles, aumentaria os poderes do movimento estudantil.

Essa preferência dos militares pela interiorização de cursos universitários, atendia a um anseio das elites locais, como relatam Cunha e Góes (1985:58):

Tal medida foi ao encontro de uma demanda interiorana, que os elaboradores da política educacional preferiram manter dispersa nas pequenas cidades, submetida ao controle social da oligarquia local, do que expostas às influências desconhecidas ou simplesmente temidas nas residências universitárias das cidades maiores e das capitais (In GOMES, WARPECHOWSKI e SOUSA NETTO, 2003:22-23).

A abertura de cursos superiores em cidades do interior era, no regime militar, facilitada, mesmo que não houvesse um projeto de educação superior elaborado. A decisão de

autorizar ou não a abertura de escolas e faculdades era motivada, quase sempre, pelo interesse dos governos da ditadura em atender aos pleitos das elites locais.

A história da criação da Faculdade de Direito representa bem como se dava a abertura de cursos superiores no país, nesse relato do Prof. Jacy de Assis:

Fiz um trabalho com Tancredo Neves, Clóvis Balbino e mais alguns amigos que me prometeram colaborar e dar seus nomes para 'fazer as cadeiras'. Depois, fui ao Rio de Janeiro, procurei o Rondon Pacheco que era deputado federal, para nos ajudar a conseguir a Faculdade. Fui ao Ministério da Educação e Cultura e, no gabinete do Dr. Jurandir Lopes, pedi a ele a Faculdade de Direito. Ele foi contra e protestou dizendo que era um absurdo querer fazer isso em Uberlândia porque havia uma em Goiânia e outra em Uberaba, não havia razão para criar outra Faculdade de Direito aqui. Ficamos calados enquanto ele falou, mas depois que ele falou bastante, zangado e nervoso, o Rondon tornou a falar com ele. Ele continuou negando '– Eu não aceito isso, não concordo'. Aí ele se levantou, virou para o Rondon e disse: '– Pois bem, deputado Rondon Pacheco, eu vou lhe fazer uma proposta: eu quero fundar lá em Uberlândia a Faculdade de Engenharia. O senhor tem um projeto de lei no Congresso que cria uma Universidade no Rio Grande do Sul, o senhor aproveita e intercala, na emenda, a criação da Faculdade de Engenharia em Uberlândia. Se o senhor fizer isso, eu crio a Faculdade de Direito em Uberlândia'. Então o Rondon disse: '– Faço isso amanhã'. Ele bateu a campainha, chamou uma moça lá e disse: '– Você fica à disposição do Dr. Jacy aqui no Rio essa semana e dá a ele todos os papéis necessários para a criação de uma Faculdade de Direito em Uberlândia'. Então nasceu a Faculdade de Direito no gabinete do Dr. Jurandir Lopes (In CAETANO e DIB, 1988:24).

Sem qualquer preocupação com a qualidade, a estrutura necessária ou o impacto regional mensurável, cursos superiores eram autorizados pelo Ministério da Educação e Cultura – MEC, atendendo interesses políticos. Esse foi um fator determinante naquela época para disseminação dos cursos em Uberlândia, mas também provocou diversos problemas, de ordem acadêmica e financeira. O principal deles, a instalação de escolas e faculdades isoladas sem qualquer projeto de universidade definido.

2.2.3. As faculdades isoladas

A primeira escola, tida como superior, sediada em Uberlândia foi o Conservatório Musical, instalado pela Prof^a. Cora Pavan Capparelli ainda em 1957 com autorização do Ministério da Educação e Cultura – MEC. A escola iniciou-se com aulas de música e artes e

teve grandes dificuldades para seu reconhecimento tanto social, porque muitos não a consideravam como estabelecimento de educação superior; como legal, em vista de um demorado processo de reconhecimento dos seus cursos pelo MEC.

A segunda faculdade superior da cidade foi a de Direito. Em 1959, numa conversa entre o então advogado e vereador Homero Santos, Dr. Jacy de Assis (ex-promotor de justiça e professor de Direito) e Dr. Ciro de Castro Almeida (juiz) no fórum da cidade, foi resolvida a criação de uma faculdade de Direito na cidade.

A partir de colaboração financeira de uberlandenses, naquele mesmo ano foi criada a Faculdade de Direito, primeiro curso superior reconhecido pelo Ministério da Educação e Cultura, e instituída a Fundação Educacional de Uberlândia – FEU, sua mantenedora. O curso atendia a uma demanda de Uberlândia e também de estudantes de várias partes do país, muitos dos quais vinham à faculdade apenas para prestar provas.

A Faculdade de Filosofia foi criada pela Igreja Católica, por decisão do bispo Dom Alexandre de Gonçalves do Amaral, atendendo ao pedido de intelectuais da cidade liderados pelo padre Mário Florestan. As irmãs do Colégio Nossa Senhora foram incumbidas dessa tarefa. A faculdade foi autorizada a funcionar em 1960, junto com a Faculdade de Direito. Nela foram criados os cursos de Pedagogia e Letras (anglo-germânicas e neo-latinas) e mais tarde, História, Geografia, Estudos Sociais, Matemática, Ciências Biológicas, Química e Psicologia.

Em 1963, tendo à frente o Prof. Juarez Altafin, na época, professor e juiz de Direito, começou a funcionar a Faculdade de Ciências Econômicas. A motivação e os passos para a criação foram dados pelo grupo que estava à frente da Faculdade de Direito, tanto que a mantenedora era a mesma, a Fundação Educacional de Uberlândia. Na faculdade foram ministrados os cursos de Ciências Contábeis, Administração e Economia.

A Faculdade Federal de Engenharia, apesar de ter sido criada em 1961, através da Lei n.º 3.864 de 24 de janeiro, só começou a funcionar em 1965. Isso porque, por ser uma instituição federal, ela necessitou de outras leis criando cargos e de previsão no orçamento de recursos para sua manutenção. Foi uma instituição que, quando criada, nem espaço físico tinha, tanto que só recebeu o terreno, aliás doado pela comunidade de Uberlândia, em 1964.

A criação da Faculdade Federal de Engenharia em Uberlândia em 1961 respondia a um desejo do então Ministro da Educação, Jurandir Lopes, buscando interiorizar cursos que formassem profissionais técnicos para obras e indústrias. Não há quaisquer registros de que a criação da faculdade era reivindicada pela cidade na época.

Constituídas as faculdades isoladas elas foram consolidando um patrimônio físico, empregando professores e servidores, graduando profissionais com qualificação técnica e

formação cultural e contribuindo para o desenvolvimento da cidade como previsto. E novos cursos continuaram surgindo.

A Escola de Medicina teve os primeiros passos para sua criação dados em 1966, com a reunião de vários médicos para instituir a mantenedora, a Fundação Escola de Medicina e Cirurgia de Uberlândia – FEMECIU. Autorizada a funcionar em 1968, a Faculdade de Medicina enfrentou diversos problemas para sua instalação, de financiamento por ser uma instituição particular e muito dispendiosa, e também resistências na Sociedade Médica, receosos de concorrência com os novos profissionais que seriam formados.

Contudo, na época não havia em Uberlândia, uma rede de atendimento à saúde da população em geral, apenas clínicas particulares. O centro regional de atendimento era em Uberaba, o que significava um desprestígio aos médicos uberlandenses que tinham que encaminhar pacientes para lá. Com a criação da faculdade, Uberlândia passou a ser um centro de referência também na área médica.

Em 1966, a partir de um projeto de lei do governador Israel Pinheiro, a Assembléia Legislativa de Minas Gerais, aprovou a Lei n.º 4.257 de 27 de setembro de 1966, criando a Autarquia Educacional de Uberlândia – AEU, com a finalidade de instituir e manter, com dotação de orçamento do governo estadual, as Faculdades de Odontologia, Medicina e Medicina Veterinária.

A Faculdade de Odontologia foi a primeira a funcionar, sendo autorizada em 1967, mas com início de fato apenas em 1970, face às dificuldades de orçamento e espaço físico. O curso de Odontologia foi fruto inicial de uma luta dos odontólogos, a maioria formada em Uberaba, contra o exercício ilegal da profissão pelos práticos. A faculdade só inaugurou suas atividades graças a um convênio com a Escola de Medicina, que deixou de fazer parte dos planos da AEU por ter sido criada antes pela FEMECIU.

A Faculdade de Medicina Veterinária da AEU começou a funcionar em 1971. Por razões políticas, ela foi instalada em Tupaciguara, mas sempre funcionou em Uberlândia. O curso básico era ministrado na Escola de Medicina e o profissionalizante em instalações precárias na cidade vizinha, até que o Conselho Universitário da UnU aprovou a transferência para a Uberlândia.

Em 1972, a Autarquia Educacional de Uberlândia criou sua terceira escola, a de Educação Física, instalando-a no antigo clube Napoleão, que foi comprado pela instituição.

Por essa síntese histórica, vê-se que foram surgindo faculdades isoladas sem qualquer preocupação de universidade.

O passo seguinte à implantação das escolas isoladas de Uberlândia foi, justamente, a sua reunião em uma universidade. Na verdade, para a oligarquia local, como a cidade já

possuía diversos estabelecimentos e cursos, era necessário progredir mais com a instituição de uma universidade.

2.2.4. A Universidade de Uberlândia – UnU

No ano de 1969, Uberlândia dispunha de cinco escolas superiores isoladas, quais sejam: a Faculdade de Artes; a Faculdade de Direito e a Faculdade de Ciências Econômicas, cuja mantenedora era a Fundação Educacional de Uberlândia; a Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras com os cursos de Pedagogia, Letras, História e Matemática; a Escola de Medicina, todas essas particulares, e mais a Faculdade Federal de Engenharia, mantida pelo governo federal.

De acordo com os registros e impressões pessoais, relatadas em Caetano e Dib (1988:102), a idéia de criação de uma universidade reunindo as escolas e faculdades existentes, foi de Rondon Pacheco, então Ministro-Chefe da Casa Civil do governo Costa e Silva.

Rondon Pacheco encomendou ao Prof. Juarez Altafin um processo para a criação da universidade, que foi rapidamente elaborado. Uma grande vantagem que possibilitou a reunião das faculdades em universidade foi o fato de que nenhum dos estabelecimentos isolados pertencia a uma pessoa ou família, nenhum visava o lucro – ou as instituições pertenciam à comunidade uberlandense, ou ao poder público ou à instituição religiosa (ALTAFIN, 1997:42).

Na proposta, ficariam integradas à Universidade de Uberlândia, as Faculdades de Engenharia (governo federal), de Direito e de Ciências Econômicas (mantidas pela Fundação Educacional de Uberlândia) e de Filosofia, Ciências e Letras (ligada à Igreja) e ainda o Conservatório Musical – que se tornou Faculdade de Artes. A Escola de Medicina (mantida por outra fundação particular) seria incorporada à universidade tão logo obtivesse seu reconhecimento.

Coube então ao Ministro Rondon Pacheco a tarefa de encaminhar o decreto-lei para assinatura do Presidente Costa e Silva, assim relatado por Wilson Ribeiro da Silva:

O ministro Rondon Pacheco, muito inteligentemente, levou ao Presidente da República, num dia de inspiração, dois decretos-lei já redigidos: o Decreto-lei 761 [na verdade, Decreto-lei n.º 774⁸] e o Decreto-lei 762. O Decreto-lei 761 [Decreto-lei n.º 774] criava a Universidade da cidade do Rio Grande do Sul [na verdade,

⁸ O Presidente Costa e Silva assinou vários decretos-lei datados de 14 de agosto e que foram publicados no mesmo dia. A numeração final não seguiu a ordem em que foram assinados, mas a ordem em que foram publicados no Diário Oficial da União, daí a diferença.

cidade do Rio Grande, estado do Rio Grande do Sul], terra natal do presidente Costa e Silva que tinha por coincidência cinco escolas superiores, uma das quais federal, igualzinho a Uberlândia. Ao apresentar o decreto-lei ao Presidente, este ficou entusiasmado: nunca havia pensado em criar uma Universidade em sua cidade. Ficou muito feliz com a idéia e assinou o Decreto-lei 761 [Decreto-lei n.º 764]. Ele assinou e o ministro tirou outro papel, mostrou-lhe e disse: ‘– Bom, Presidente, agora temos esse outro aqui’. Ele riu e assinou, criando a Universidade de Uberlândia (In CAETANO e DIB, 1988:102).

Em que pese a esperteza política de Rondon Pacheco, a constituição da Universidade de Uberlândia – UnU foi impulsionada também por dois fatores importantes, a aprovação da Reforma Universitária de 1968 – Lei n.º 5.540 e a política de interiorização dos cursos superiores do regime militar.

A Universidade de Uberlândia foi criada, então, através do Decreto-lei n.º 762 de 14 de agosto de 1969. Um Decreto-Lei, de acordo com a Constituição da época, era editada pelo Presidente com força de lei e sem necessidade de ser apreciada pelo poder legislativo. Por isso, a nossa universidade foi criada sem sequer passar pelo Congresso Nacional, sem ouvir o Conselho Federal de Educação, sendo tão somente decidida pelo Presidente.

Fax-símile do Decreto-lei n.º 762

Decreto-lei n.º 762 de 14 de agosto de 1969

Autoriza a funcionamento da Universidade de Uberlândia e dá outras providências

O Presidente da República, no uso da atribuição que lhe confere o §1º do artigo 2º do Ato Institucional n.º 5, de 13 de dezembro de 1.968;

CONSIDERANDO que a Reforma Universitária apenas a título precário e transitório admite a presença da escola isolada no sistema do ensino superior do País;

CONSIDERANDO a conveniência de alcançar uma aplicação mais econômica e rentável dos investimentos destinados à formação de recursos humanos necessário ao desenvolvimento; e

CONSIDERANDO o disposto no artigo 10, e seu Parágrafo único, da Lei n.º 5.540, de 28 de novembro de 1.968, e no artigo 3º do Decreto-lei n.º 464, de 11 de fevereiro de 1.969;

DECRETA:

Art. 1º - Fica autorizado o funcionamento da Universidade de Uberlândia, com sede na cidade de mesmo nome, Estado de Minas Gerais.

§ 1º - A Universidade de que trata este artigo será uma fundação de direito privado, com autonomia didática, científica, administrativa, financeira e disciplinar, nos termos da legislação federal e dos seus estatutos.

§ 2º - O Presidente da República designará o representante da União nos atos constitutivos da fundação.

(...)

Art. 3º - Integrarão a Universidade de Uberlândia, inicialmente, as seguintes unidades:

I – Faculdade Federal de Engenharia (Lei n.º 3.864-A, de 24 de janeiro de 1961; Lei n.º 4.170, de 5 de dezembro de 1962; e Decreto-lei n.º 379, de 23 de dezembro de 1968);

II – Faculdade de Direito de Uberlândia (Decretos n.º 47.732, de 2 de fevereiro de 1960, e 52.831, de 14 de novembro de 1963);

III – Faculdade de Ciências Econômicas de Uberlândia (Decretos n.º 1.842, de 5 de dezembro de 1962; 52.447, de 3 de novembro de 1966; e 58.656, de 16 de junho de 1966);

IV – Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras de Uberlândia (Decretos n.º 47.736, de 2 de fevereiro de 1960, e 53.477, de 23 de janeiro de 1964);

V – Conservatório Musical de Uberlândia (Decreto n.º 61.479, de 5 de outubro de 1967)

(...)

§ 2º. A Escola de Medicina e Cirurgia de Uberlândia deverá integrar a Universidade de Uberlândia, assim que venha a ser legalmente reconhecida (Decreto n.º 62.261, de 14 de fevereiro de 1968).

(...)

Brasília, 14 de agosto de 1969; 148º da Independência e 81º da República.

A. Costa e Silva

Tarso Dutra

Com a promulgação do decreto-lei, foram elaborados dois estatutos, um para a Fundação Universidade de Uberlândia, que seria a entidade mantenedora, e outro para a própria universidade, onde constava que as unidades – faculdades e escolas – continuariam a manter sua autonomia diante da universidade criada. Esse estatuto foi submetido ao Ministério da Educação que os acatou. O parecer n.º 512/70 de 25 de junho de 1970 do Conselho Federal de Educação consubstanciou a aprovação do estatuto da UnU.

Uma das conseqüências da ausência de um debate interno e externo sobre a criação da Universidade de Uberlândia, foi a necessidade de se admitir a autonomia das faculdades isoladas que compuseram a UnU, reforçando a tese do “ajuntamento” das escolas.

O Prof. Juarez Altafin afirmou em depoimento que:

Na estruturação da Universidade a grande dificuldade constituiu na recusa de muitas Escolas de abrir mão de sua autonomia financeira e administrativa em favor da nova entidade. Concordaram em compor a Universidade, mas continuando com sua autonomia (In CAETANO e DIB, 1988:94).

Daí, o fato de referir-se à UnU como uma “*federação de escolas*” (ALTAFIN, 1997:75). Isso não foi uma experiência casual ou local, mas uma orientação da política educacional para o ensino superior em toda a América Latina.

Conforme aduz Darcy Ribeiro (1978b:105), “*o modelo inspirador das universidades latino-americanas, de hoje, foi o padrão francês de Universidade napoleônica – na realidade, não uma Universidade mas um conglomerado de escolas autárquicas*”.

O passo seguinte à constituição da universidade foi consolidar a transferência do patrimônio das instituições isoladas para a UnU, o que ocorreu nos anos seguintes, e a constituição do seu Conselho Universitário, que se reuniu pela primeira vez em 1970.

Com a Universidade de Uberlândia constituída, a política de expansão de cursos universitários na cidade continuou. Foi criado o curso de Ciências em 1970. Em 1971, o curso de Geografia da Faculdade de Filosofia também começou a funcionar.

Em 1972, através da Lei estadual n.º 6.053 de 11 de dezembro de 1972, o patrimônio da Autarquia Educacional de Uberlândia, pertencente ao governo estadual e que mantinha as Faculdades de Odontologia, Medicina Veterinária e a Escola de Educação Física, foi incorporado ao patrimônio da UnU e essas unidades passaram a integrar a universidade.

No mesmo ano, a Faculdade de Filosofia criou os cursos de Estudos Sociais e Ciências Biológicas. Em 1974 foi criado o curso de Química e em 1975, o de Psicologia.

Em todo esse período, algumas dificuldades enfrentadas pela UnU, especialmente as financeiras, fizeram ressurgir a discussão sobre a federalização da universidade, na verdade sobre a conveniência do poder público assumir a responsabilidade pela manutenção e desenvolvimento daquela universidade.

Segundo Gomes, Warpechowski e Sousa Netto (2003:22):

o projeto de criação da UnU (Universidade de Uberlândia) foi pensado desde o início para alcançar a federalização sem perder o controle político da mesma, utilizando-a como um ‘cartão de visitas’, elevando o ‘status’ e o poder de atração da cidade, caracterizando-a como uma cidade universitária e conseguindo, ao mesmo tempo, a injeção de volumosas verbas federais na economia local.

Essa mentalidade voltada à concretização de uma universidade pública em Uberlândia não tinha origem apenas na elite da cidade. Também o governo federal, especialmente durante o regime militar, estimulava em todo o país a justaposição de escolas e faculdades isoladas para sua federalização. Conforme Cunha e Góes (1987:87) relatam que

por volta de 1960 é que começou a vingar um movimento pela agregação das faculdades em universidade. A ‘federalização’ das faculdades foi o caminho para isso. O governo encampava as faculdades de uma cidade, fossem estaduais ou particulares, e as juntava numa universidade. A maioria das universidades federais autárquicas, nasceu assim.

As características do ensino superior na década de 1970 eram, em nome da massificação: a abertura indiscriminada de cursos superiores, o vínculo entre universidade e oligarquias regionais e subordinação total ao Ministério da Educação e ao Ministério do Planejamento (CHAUÍ, 2001:189).

2.2.5. A federalização

Apesar dos problemas da Universidade de Uberlândia – UnU decorrentes da autonomia das escolas isoladas, o projeto de unificação começou a se consolidar. O Conselho Universitário foi instalado em 1970 e passou a resolver as questões atinentes à Universidade. Em 1972, o vestibular unificado foi realizado pela primeira vez.

Em 1973, a UnU apresentou seu primeiro Plano Global de Desenvolvimento, com o intuito de captar recursos do convênio MEC/BID (Ministério da Educação e Cultura/Banco Interamericano de Desenvolvimento) para a construção de um câmpus único.

A não aprovação da proposta da UnU, sob justificativa de que a universidade não tinha projeto nem definição do que era, se pública ou particular, começou a fortalecer, segundo o Prof. Antonino Martins da Silva Júnior⁹, os movimentos para garantir a federalização.

No início, suscitou-se retomar a discussão de que a UnU já era federal por ter sido instituída por um decreto-lei. A legislação federal da época determinava que as universidades eram autorizadas a funcionar por simples decreto e não por decreto-lei, que tinha efeito de lei ordinária, conforme artigo 47 da Lei nº 5.540/1968.

Como afirma o Prof. Antonino Martins da Silva, essa interpretação tinha embasamento:

(...) a Universidade tinha sido criada para ser federal, com todas as características de Universidade Federal, tanto é verdade que a outra Universidade criada na mesma data, no mesmo ato, no Rio Grande do Sul [na cidade de Rio Grande], nunca mais teve necessidade de qualquer mudança legal para ser uma Universidade federal com as mesmas características que a nossa, com uma diferença, ela teve tratamento de Universidade federal desde 1969 (In CAETANO e DIB, 1988:111).

Juarez Altafin (1997:74-79) sintetiza esses argumentos alegando que, pelo instrumento de autorização para o funcionamento da UnU (por lei e não decreto), pelo conteúdo daquele ato legal que dispunha sobre a denominação, sede, fins, unidades que integravam a

⁹ Em entrevista concedida em 14 de outubro de 2004.

Universidade, pelos recursos financeiros, incluindo-se nestes a obrigatoriedade de dotação orçamentária na União para a unidade da Engenharia, pela designação do diretor daquela escola para ocupar a Reitoria *pro tempore* e ainda por estabelecer a participação de um representante do Ministério da Educação e da Cultura na Assembléia Geral da fundação mantenedora, a Universidade de Uberlândia tinha todas as características de instituição federal, desde que foi instituída.

Entretanto, o Ministério da Educação e Cultura não reconhecia a UnU como instituição federal, razão pela qual, dirigentes da universidade e políticos locais envolveram-se em longo um processo de federalização da instituição.

Em 1974, uma comissão do MEC veio à UnU estudar suas finanças para uma possível inclusão no orçamento federal. Tendo em mãos esse estudo de impacto financeiro, as lideranças políticas buscaram entendimentos com o governo federal, enquanto a universidade começou a tomar as providências para a federalização.

Na verdade, a União já mantinha a Faculdade Federal de Engenharia e destinava recursos, principalmente para obras e equipamentos das demais unidades. Essa relação do orçamento federal com instituições particulares era, inclusive, muito comum.

A privatização do ensino superior, ainda durante o governo militar, atingiu patamares tão alarmantes que até consultores norte-americanos no Brasil passaram a criticá-la. Em 1976, segundo a USAID, o governo drenava recursos públicos para as escolas privadas em montantes elevadíssimos: 40% do total de recursos alocados para 2º grau e 39% do superior, eram transferidos para estabelecimentos particulares (CUNHA e GÓES, 1987:51).

Outro passo dado rumo à federalização foi a adaptação do estatuto da UnU à Lei n.º 5.540 – reforma universitária de 1968 que, dentre outros temas, previa a estrutura departamentalizada, os colegiados, além de admitir a reunião de escolas e faculdades em universidades, conforme a conveniência do Ministério da Educação.

Em 1975, após um longo tempo de debates e discussões, o Conselho Universitário, aprovou um novo estatuto, no qual as faculdades isoladas perdiam sua autonomia e eram criados três centros reunindo todos os cursos, Centro de Ciências Humanas, Letras e Artes – CEHAR, Centro de Ciências Biomédicas – CEBIM e Centro de Ciências Exatas e Tecnológicas – CETEC.

Entretanto, a implementação da nova organização esteve longe de ser tranquila. Professores e estudantes da Faculdade de Engenharia acreditavam que o novo estatuto estava “desfederalizando” a faculdade e iniciaram um grande movimento de oposição à nova organização.

Naquele mesmo ano, a UnU conseguiu incluir boa parte das despesas da Escola de Medicina no orçamento do governo federal para 1976. Com isso, mais do que 50% (cinquenta por cento) dos gastos da UnU – referentes aos repasses à Faculdade Federal de Engenharia e à Escola de Medicina – passaram a ser de responsabilidade do MEC.

Somado a isso, o mandato de Reitor do Prof. Juarez Altafin estava prestes a se encerrar e pairava a dúvida se a nomeação do novo Reitor deveria estar a cargo da Fundação Universidade de Uberlândia ou do Presidente da República.

Predominou uma interpretação de que, considerando que mais da metade do orçamento da universidade, provinha de recursos federais, a nomeação dos dirigentes superiores da instituição caberia ao Presidente da República. Assim, em janeiro de 1976, o Presidente Ernesto Geisel, nomeou como Reitor *pro tempore* da UnU, o Prof. José de Paulo Carvalho. Naquele mesmo ano, após elaboração de lista sêxtupla, o Presidente da República escolheu o Prof. Gladstone Rodrigues da Cunha Filho para administrar a universidade.

A escolha do Reitor pelo chefe do executivo federal foi um passo decisivo para o reconhecimento da UnU como universidade federal. Para concluir o processo, o então deputado federal Homero Santos apresentou um projeto de lei para federalizar a Universidade de Uberlândia.

Nesse período, houve diversas visitas, reuniões e encontros para convencer o governo federal da necessidade de federalizar a Universidade de Uberlândia.

Então, em 24 de maio de 1978 foi assinada pelo Presidente Ernesto Geisel, a Lei n.º 6.532, alterando o Decreto-Lei n.º 762/69 e transformando a UnU em Universidade Federal de Uberlândia.

Fax-símile da Lei n.º 6.532/78

Lei n.º 6.532 de 24 de maio de 1978

Acrescenta e altera dispositivos no Decreto-lei n.º 762, de 14 de agosto de 1969, que “autoriza o funcionamento da Universidade de Uberlândia” e dá outras providências.

O PRESIDENTE DA REPÚBLICA Faço saber que o Congresso Nacional decreta e eu sanciono a seguinte Lei:

Art. 1º - A Universidade de Uberlândia, autorizada a funcionar pelo Decreto-lei n.º 762, de 14 de agosto de 1969, passa a denominar-se Universidade Federal de Uberlândia, com sede na Cidade de Uberlândia, Estado de Minas Gerais.

Parágrafo Único - A Universidade é uma fundação, com personalidade jurídica de direito privado, e gozará de autonomia nos termos da legislação federal e de seu estatuto.

Art. 2º - Além das modificações introduzidas no art. 1º e seu §1º, os dispositivos do Decreto-lei n.º 762, de 14 de agosto de 1969, adiante indicados, passam a vigorar com a seguinte redação:

(...)

“Art. 5º - São recursos financeiros da Universidade Federal de Uberlândia:

I – dotação que lhe for anualmente consignada no Orçamento da União;

II – doações, auxílios e subvenções que lhe venham a ser feitos ou concedidos pela União, Estados e Municípios ou por quaisquer entidades públicas ou privadas;

III – remuneração de serviços prestados a entidades públicas ou particulares, mediante convênio ou contratos específicos;

IV – taxas, emolumentos e anuidades que forem fixados pelo Conselho Diretor, com observância da legislação específica sobre a matéria;

V – resultado das operações de crédito e juros bancários;

VI – receitas eventuais.

Art. 6º - Serão transferidos à Universidade Federal de Uberlândia a totalidade dos bens patrimoniais das instituições incorporadas nos termos deste Decreto-lei.

Parágrafo Único. O Ministério da Educação e Cultura adotará as medidas administrativas necessárias à integração dos bens patrimoniais previstos neste artigo, providenciando, inclusive, a transcrição, no Cartório competente, das respectivas escrituras de doação, comodato ou cessão.”

Art. 3º A Universidade Federal de Uberlândia prestará contas de sua gestão financeira ao Tribunal de Contas da União e quando receber dotações, subvenções ou auxílios dos Estados e Municípios, obedecerá à legislação destes na comprovação das despesas efetuadas.

(...)

Art. 5º O Reitor e o Vice-Reitor da Universidade Federal de Uberlândia, obedecidas as disposições do art. 16 e parágrafos da Lei 5.540, de 28 de novembro de 1968, serão nomeados pelo Presidente da República.

(...)

Art. 7º Os bens e direitos da Universidade serão utilizados ou aplicados exclusivamente para consecução de seus objetivos, não podendo ser alienados os imóveis e os bens que forem gravados de inalienabilidade, sem prévia autorização, obedecidas, também, as disposições da Lei n.º 6.120, de 15 de outubro de 1974.

(...)

Brasília, 24 de maio de 1978; 157º da Independência e 90º da República.

Ernesto Geisel

Por esse histórico, claramente se percebe que a federalização representou, na verdade, uma concessão, ainda que demorada, do regime militar aos pleitos da elite uberlandense e não uma conquista da comunidade universitária. De acordo com Tomaz Machado (2003:29):

O ano de 1978 constituiu-se em mais um grande marco político para a cidade de Uberlândia. Fruto da ação das classes empresariais, detentoras do capital, e de seus representantes políticos, com grande poder de penetração e ingerência junto ao poder central, foi criada a Universidade Federal de Uberlândia, através da Lei 6.532, de 24 de maio de 1978.

A história da criação da Universidade Federal de Uberlândia apenas reflete as grandes mazelas por que passava a educação em nível nacional quando, por decretos-leis e influências políticas, se autorizavam, sem nenhuma estrutura física e competência acadêmica, o funcionamento de cursos superiores.

A partir de maio de 1978, a Universidade de Uberlândia passou, definitivamente, a ser reconhecida como instituição pública federal de ensino superior. Entretanto, como fundação e dotada de personalidade jurídica de direito privado.

Na época da federalização, a Universidade de Uberlândia já contava com um grande patrimônio acadêmico, composto por vinte e quatro cursos de graduação.

TABELA 6 – Cursos existentes à época da federalização e centro ao qual passaram a pertencer				
Curso	Ano*	Faculdade	Mantenedora	Centro
Música	1957	Faculdade de Artes		CEHAR
Direito	1960	Faculdade de Direito	Fundação Educacional de Uberlândia – FEU	CEHAR
Letras	1960	Faculdade de Filosofia	Igreja Católica	CEHAR
Pedagogia	1960	Faculdade de Filosofia	Igreja Católica	CEHAR
continua...				
Ciências Contábeis	1963	Faculdade de Ciências Econômicas	FEU	CEHAR
História	1964	Faculdade de Filosofia	Igreja Católica	CEHAR
Engenharia Química	1965	Faculdade Federal de Engenharia	Governo Federal	CETEC
Engenharia Mecânica	1965	Faculdade Federal de Engenharia	Governo Federal	CETEC
Ciências Econômicas	1966	Faculdade de Ciências Econômicas	FEU	CEHAR
Medicina	1968	Escola de Medicina	FEMECIU	CEBIM
Administração	1969	Faculdade de Ciências Econômicas	FEU	CEHAR
Ciências	1970	Faculdade de Filosofia	Igreja Católica	CEHAR
Odontologia	1970	Faculdade de Odontologia	Autarquia Educacional de Uberlândia – AEU	CEBIM
Engenharia Civil	1971	Faculdade Federal de Engenharia	Governo Federal	CETEC
Engenharia Elétrica	1971	Faculdade Federal de Engenharia	Governo Federal	CETEC
Geografia	1971	Faculdade de Filosofia	Igreja Católica	CEHAR
Medicina Veterinária	1971	Faculdade de Medicina Veterinária	AEU	CEBIM
Artes Plásticas	1972	Faculdade de Artes		CEHAR
Educação Física	1972	Faculdade de Educação Física	AEU	CEBIM
Estudos Sociais	1972	Faculdade de Filosofia	Igreja Católica	CEHAR
Matemática	1972	Faculdade de Filosofia	Igreja Católica	CETEC
Ciências Biológicas	1973	Faculdade de Filosofia	Igreja Católica	CEBIM
Química	1974	Faculdade de Filosofia	Igreja Católica	CETEC
Psicologia	1975	Faculdade de Filosofia	Igreja Católica	CEHAR

* Ano de início do funcionamento do curso

Fontes: 1. Catálogo de Cursos de Graduação da UFU, 2004; 2. Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira – INEP, <http://www.educacao superior.inep.gov.br>.

2.2.6. Natureza privada do bem público

A Fundação Universidade Federal de Uberlândia já apresentava peculiaridades quanto a sua natureza desde sua constituição em universidade. Uma em especial merece destaque mesmo com a federalização, a natureza jurídica da instituição.

A Lei n.º 6.532/78 dispôs em seu artigo 1º que a Universidade de Uberlândia passava a denominar-se Universidade Federal de Uberlândia, mas manteve um parágrafo estabelecendo que a “*Universidade é uma fundação, com personalidade jurídica de direito privado*”.

A nova lei manteve as disposições trazidas pelo Decreto-Lei n.º 762/69, que criou a Universidade de Uberlândia – UnU, apenas acrescentando o termo “Federal” ao nome da instituição, mas mantendo-a como fundação de natureza privada.

O ex-Reitor da UFU, Prof. Nestor Barbosa de Andrade, resume muito bem esse raciocínio:

A nossa Universidade é fundacional. Ela se estrutura como Fundação de caráter privado. A própria Fundação Universidade Federal de Uberlândia é uma entidade pública de caráter privado. Aparentemente contraditória, mas é assim a sua conformação jurídica. O governo federal, após a reforma universitária de 68, impôs esse projeto das Fundações, tendo como base um modelo muito mal construído pelos técnicos do acordo MEC-USAID com o objetivo de adquirir instituições de ensino superior de autodinamismo gerencial que se relacionasse de forma desburocratizada com os projetos de maior relevância social. Porém, o que vimos com o passar do tempo é que as Universidades estruturadas como Fundações foram aquelas que receberam a maior intervenção autoritária ditada pelo MEC. Isso no âmbito político. No âmbito gerencial elas também foram sufocadas através de mecanismos burocratizadores da administração, à semelhança do que ocorria com as autarquias (In CAETANO e DIB, 1988:230).

Muito se questionou sobre essa natureza pública da fundação privada ou o contrário, a natureza privada da fundação pública. O também ex-Reitor da UFU, Prof. Gladstone Rodrigues da Cunha Filho, comentou as implicações dessa problemática:

Uma primeira interpretação era de que para consertar a Universidade de Uberlândia bastava a desfederalização da Engenharia e deixá-la como ente privado, como uma instituição particular. Aí houve um movimento intenso na Engenharia para que, uma vez federal, ser sempre federal, pois o pessoal da Engenharia não concordava com a desfederalização.

Quando saiu a lei, em 1978, algumas medidas que o Ministério gostaria de fazer no sistema federal como um todo, tivemos que acatar e implantar para conseguir a federalização, como, por exemplo, o ensino pago, como queria o ministro Golbery. Então, essa universidade já deveria, embora federalizada, continuar cobrando dos alunos porque era o que deveria acontecer nas outras Universidades posteriormente.

Em 1979, já no governo Figueiredo, houve uma greve para não pagar, porque no governo Geisel nós não conseguimos nunca deixar de cobrar dos alunos. No

finalzinho de sua campanha, o presidente Figueiredo esteve em Uberlândia, e prometeu, em praça pública, que quando assumisse, regularizaria isso e daria a gratuidade, o que de fato aconteceu (In CAETANO e DIB, 1988:122).

Como se vê, mesmo após a federalização, a UFU continuava cobrando anualidades de seus alunos, já que os recursos da União não eram suficientes para a manutenção das atividades. Inclusive, a fixação das anualidades e outras taxas consta na lei de federalização como competência do Conselho Diretor da universidade.

Além disso, essa nova concepção de universidade pública, mas de natureza privada, intentava privar a comunidade de outras ações inclusivas, como relata o Prof. Gladstone Rodrigues da Cunha Filho:

Outra condição imposta foi a não criação do restaurante universitário. Essa Universidade não teria restaurante universitário porque os alunos que estudavam na rede particular não tinham restaurante universitário. Como essa nunca teve, pela federalização o restaurante universitário não teria tratamento ao nível do Ministério.

Era preferível federalizar, ter a estabilidade do governo federal, a política salarial do governo federal e não ter outras coisas se o governo federal pretendia tirar isso dos outros, e seríamos então os primeiros a assumir isso. Enfim, eram as dificuldades normais de implantação de uma instituição que era híbrida e que começou a se definir para se tornar pública (In CAETANO e DIB, 1988:122).

De acordo com Juarez Altafin (1988:10), “*juridicamente as universidades não só podem assumir estruturas organizacionais diversas, como variáveis podem ser os tipos do seu relacionamento com o Estado*”. Ele exemplifica a questão a partir dos modelos de universidade na Europa e sua relação com o Estado.

Na França, a universidade napoleônica, por exemplo, encontrava-se inserida no aparelho estatal, o reitor era, até certo ponto, um funcionário do governo. Já a universidade inglesa era independente do governo, mantendo uma relação de comprometimento estatal mediante acordos.

Isto é, embutida na discussão do regime e da natureza jurídica da universidade está a questão da sua relação com o Estado. No caso da UnU/UFU, a relação de uma instituição criada pela justaposição de escolas e faculdades, algumas públicas, outras privadas mas que receberam recursos públicos, com o ente estatal que ora se obrigava pela sua manutenção.

Para entender a questão, é preciso expor os conceitos de administração direta e indireta. No plano da União, a administração direta compreende as atividades integradas na

estrutura da Presidência da República e dos Ministérios. Já a administração indireta é composta pelas fundações, autarquias, empresas públicas e sociedades de economia mista e que exercem um poder descentralizado da administração direta.

A Universidade Federal de Uberlândia como fundação faz parte da administração indireta. Segundo Di Pietro (2000:352), a fundação *“instituída pelo poder público caracteriza-se por ser um patrimônio, total ou parcialmente público, a que a lei atribui personalidade jurídica de direito público ou privado, para consecução de fins públicos”*.

Quando a lei instituidora da fundação estabelece a natureza pública ela incorre em todas as prerrogativas e restrições de qualquer órgão da administração direta ou de autarquia. Mas se a natureza jurídica da fundação for privada, ela se sujeita a um regime híbrido, público e privado ao mesmo tempo – organização e funcionamento estatutária e de registro conforme Código Civil, mas necessidade de realizar licitação pública, por exemplo.

É exatamente esse caso – fundação de direito privado – o da Universidade Federal de Uberlândia, um patrimônio já existente, ao qual a Lei n.º 6.532/1978 atribuiu personalidade jurídica de direito privado para prestar um serviço público de educação superior.

Tanto é verdade, que desde a criação das primeiras escolas e faculdades superiores, seus bens móveis e imóveis foram doados ou adquiridos tanto por particulares quanto pelo poder público (federal, estadual ou municipal), bem como as verbas que foram recebidas, em parte subvenções e dotações públicas e outra parte em mensalidades e taxas pagas pelos particulares.

A política educacional do regime militar compreendia que as universidades fundacionais, diferentes das universidades autárquicas, não deveriam sobreviver apenas com recursos públicos, mas buscar também parcerias com a sociedade local e regional (lê-se subordinação das atividades de ensino, pesquisa e prestação de serviços ao setor privado, na maioria dos casos).

O consultor Rudolph Atcon (1966:87) defendia a idéia de autonomia como a libertação da universidade das malhas do poder executivo, do Estado. Para ele, o modelo administrativo ideal para as universidades era o da empresa privada e não o do serviço público: *“Porque é um fato inescapável de que uma universidade autônoma é uma grande empresa e não uma repartição pública”*.

O projeto pensado para implantação como experiência na Universidade Federal de Uberlândia e que serviria, posteriormente, às demais instituições federais, previa as dotações orçamentárias, a hierarquização administrativa e a normatização acadêmica, pelo MEC. Porém, exigia da comunidade universitária e externa, uma co-responsabilidade na manutenção das atividades daquele estabelecimento.

Edson Machado de Souza, ex-Diretor do Departamento de Assuntos Universitários – DAU do MEC e apontado como um dos maiores colaboradores para a federalização, comentou o seguinte:

Sempre achei que a Universidade de Uberlândia poderia ser um exemplo para outras Universidades do Brasil, porque ela já nasceu de um esforço da comunidade no sentido de obter meios de sobrevivência. Sempre pareceu que uma boa universidade além de receber verbas do governo federal que se destinaria principalmente para manter seu pessoal, a sua carreira docente, ela poderia também captar recursos junto à comunidade. E uma das coisas que sempre me preocupou, no caso específico de Uberlândia, tendo em vista a sua história passada, era que a partir do momento em que a Universidade fosse tida como federal, a comunidade retirasse o apoio que até então vinha prestando (In CAETANO e DIB, 1988:225).

A Universidade Federal de Uberlândia, desde o seu início com as faculdades isoladas, contou com a parceria da comunidade, algumas vezes, com interesses particulares escondidos por “boa vontade”, como no caso das doações de terrenos. Contudo, as administrações souberam, igualmente, exigir dos governos federais, militares ou democráticos, a responsabilidade pelo custeio das suas atividades.

Isso, sem dúvida, caracteriza a Fundação Universidade Federal de Uberlândia como uma fundação de natureza privada prestando um serviço público com patrimônio e recursos públicos – portanto, uma universidade pública.

2.3. A CONSTITUIÇÃO DOS ESPAÇOS DA UFU

2.3.1. O espaço de Uberlândia para a universidade

No processo de criação da Universidade de Uberlândia, o grande anseio da sociedade local era pela implantação de cursos superiores. Não havia qualquer preocupação com o espaço que esses cursos ocupariam, até porque o desenvolvimento urbano da cidade, ainda incipiente, e a estrutura administrativa muito tímida das faculdades, pouco requeria em termos territoriais. Na maioria dos casos, bastavam salas de aulas e, quando muito, laboratórios.

Com as faculdades já criadas e em funcionamento, passou a haver pressão pela definição de melhores espaços a serem ocupados e que fossem capazes de permitir a expansão dos estabelecimentos.

Some-se a isso, a intenção, nascida na própria comunidade, de estimular a constituição de uma cidade universitária, a exemplo de outras cidades de grande e médio porte que estavam vendo implantadas universidades em seu território.

O voluntarismo e o anseio da sociedade uberlandense na constituição de uma “cidade universitária” era tão grande que pode ser medido, por exemplo, pela aprovação da Câmara Municipal de uma lei, a de n.º 783 de 23 de outubro de 1959 criando a tal cidade, quando só as Faculdades de Direito e de Artes e Música estavam instituídas, mas nem funcionavam ainda.

Tal legislação foi vetada parcialmente pelo então Prefeito Geraldo Mota Batista, mas os vereadores derrubaram o veto e promulgaram a lei que vigora até hoje, apesar de ter perdido a eficácia. De acordo com a aquela lei, a cidade universitária seria construída com recursos do erário municipal em uma área da Prefeitura denominada Pedreira n.º 1, próxima onde hoje está o Praia Clube, segundo Wilson Ribeiro da Silva¹⁰.

¹⁰ Ex-Prefeito Universitário da UFU, em entrevista concedida em 27 de julho de 2005.

Fax-símile da Lei n.º 783 de 23 de outubro de 1959

LEI n.º 783, de 23 de Outubro de 1959

Cria a Cidade Universitária e dá outras providências.

A Câmara Municipal de Uberlândia decreta e promulga a seguinte lei:

Art. 1º - Fica criada a Cidade Universitária de Uberlândia em terrenos da Prefeitura, na Pedreira n.º 1 e toda área circunjacente.

Art. 2º - A área da cidade Universitária de Uberlândia será delimitada pelo serviço competente da Prefeitura, que traçará ruas e cuidará da sua urbanização.

Art. 3º - Dentro da Cidade Universitária de Uberlândia serão destinadas áreas para a construção de faculdades, dando-se preferência, no momento à Faculdade de Direito, já criada, e subseqüentemente às de maior interesse para a região.

Art. 4º - O Município incluirá em seus orçamentos, em 4 anos consecutivos, em subvenções extraordinárias, a quantia de Cr\$300.000,00 para a Faculdade.

§ Único – As Escolas de nível superior que se fundarem e legalmente funcionarem gozarão, em igualdade de condições, do mesmo benefício.

Art. 5º - As escolas beneficiadas com a presente lei colocarão à disposição do Município 10 (dez) bolsas de estudo, cada uma, que serão indicadas, no preenchimento, pelo Prefeito Municipal.

Art. 6º - As despesas com a criação da Cidade Universitária de Uberlândia, abertura de ruas e competente urbanização, correrão por doação própria do orçamento de 1960.

Art. 7º - Revogadas as disposições em contrário, esta lei entrará em vigor na data de sua publicação.

Câmara Municipal de Uberlândia, 23 de Outubro de 1959.

a) Moacyr Lopes de Carvalho

Presidente em exercício

Os veículos de comunicação da cidade sempre deram apoio e destaque à consolidação de um espaço para a educação superior em Uberlândia. Em 1967, o jornal Tribuna de Minas tinha como manchete: “*A Cidade Universitária é esquecida*”¹¹, relatando que a idéia de criação de uma cidade universitária não era mais pautada pela comunidade. As campanhas para doação de terras e de recursos financeiros de modo que mais faculdades pudessem se instalar na cidade, sempre tiveram apoio irrestrito da imprensa.

Com a criação da Universidade de Uberlândia – UnU em 1969, a necessidade de um espaço próprio para a universidade ficou concretizada, inclusive com o planejamento de uma área única que abrigasse e promovesse a integração de todos os cursos universitários.

¹¹ Jornal Tribuna de Minas, edição n.º de 13.08.1967. In CAETANO e DIB, 1988:328.

Na verdade, apesar da UnU não passar de um aglomerado de unidades isoladas, havia uma intenção de parte dos professores, principalmente, em patrocinar medidas para a integração acadêmica com a integração física.

Entretanto, quatro elementos caracterizadores da ocupação de espaços físicos pelas escolas e faculdades e depois pela UnU, foram determinantes para a constituição dos territórios universitários que a universidade ocupa hoje:

- o surgimento de escolas autônomas, isoladas e com patrimônio próprio;
- o interesse imobiliário determinante da localização dos espaços;
- a ausência de planejamento institucional;
- a precariedade das instalações físicas.

2.3.2. As Escolas Autônomas e Isoladas

a) Faculdade de Artes

A Prof^a. Cora Pavan Caparelli ministrava aulas de artes e música em sua própria residência até que fundou o Conservatório de Música de Uberlândia. O primeiro imóvel que o conservatório ocupou ficava localizado na avenida Benjamin Constant.

Em 1974, a escola, já transformada em Faculdade de Artes, passava por grandes dificuldades financeiras e começou a se reestruturar sob administração de Wilson Ribeiro da Silva – advogado que, segundo ele mesmo nada tinha a ver com artes, mas que era da confiança do então reitor da UnU, Prof. Juarez Altafin. Com o apoio da reitoria, a Faculdade obteve um empréstimo junto ao banco estadual para saldar as dívidas.

Na mesma época, houve a mudança da sede da Faculdade que passou a ser um prédio localizado na avenida Fernando Vilela, onde hoje funciona a Faculdade Politécnica de Uberlândia – FPU. O edifício, que na época estava literalmente “caindo aos pedaços”, foi reformado pela Prefeitura para abrigar as aulas.

Os cursos da faculdade ocuparam o imóvel até sua transferência total para o campus Santa Mônica.



Figura 17: Foto da Faculdade de Artes (Arquivo CDHIS)

b) Faculdade de Direito

A Faculdade de Direito também iniciou suas atividades em uma residência. Segundo Vicente Augusto Santa Cecília Franco – um dos primeiros professores da Faculdade de Direito – *“a primeira coisa que o Dr. Jacy fez ao criar a Faculdade de Direito foi mudar da sua casa para um apartamento, e deixar a casa onde morava à disposição da escola”* (In CAETANO e DIB, 1988:295).

O prédio onde a Faculdade de Direito funcionou de 1960 a 1976, era a casa da família de Jacy de Assis. Quando da constituição da UnU, o Prof. Jacy de Assis doou todo aquele patrimônio pessoal à universidade. No prédio funciona atualmente Reitoria da Duque de Caxias.



Figura 18: Foto do prédio da Faculdade de Direito na década de 1970 (Arquivo CDHIS)



Figura 19: Foto atual Reitoria da Duque de Caxias (PRIETO, 2005)

Em 1977, parte das atividades do curso de Direito passou a ocupar instalações no *campus* Umuarama, onde permaneceu até 1992, quando terminou a construção do bloco 3D no *campus* Santa Mônica, onde está hoje instalada.

c) Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras

A Faculdade de Filosofia, criada pela Igreja Católica e mantida pelas irmãs do Colégio Nossa Senhora, ministrava os cursos de Pedagogia e Letras (anglo-germânicas e neo-latinas) e mais tarde, História, Geografia, Estudos Sociais, Matemática, Ciências Biológicas, Química e Psicologia.

No início da faculdade (1960), foram utilizadas as dependências do próprio Colégio Nossa Senhora, que havia sido ampliado há pouco tempo.



Figura 20: Foto da fachada externa da Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras, onde hoje funciona o Colégio Nossa Senhora (Acervo CHIS)

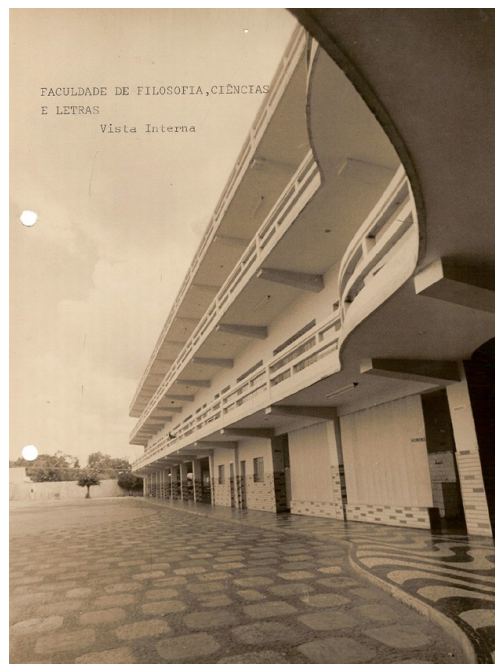


Figura 21: Foto da fachada interna da Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras (Acervo CHIS)

Em 1975, a Sociedade Feminina de Instrução, entidade mantenedora do Colégio Nossa Senhora sediada em São Paulo, ingressou na justiça para solicitar o “despejo” da Faculdade de Filosofia, alegando necessitar das 27 (vinte e sete) salas alugadas para a faculdade.

Num período transitório, alguns cursos passaram a funcionar no prédio da Engenharia no Santa Mônica, sofrendo muitos problemas devido à resistência da faculdade federal em dividir o prédio com os alunos e professores dos departamentos da antiga Faculdade de Filosofia. Outros foram instalados, também de forma precária, no *campus* Umuarama.

Apenas em 1977, com a conclusão de blocos de salas de aula e departamentos nos *campi* Santa Mônica e Umuarama é que houve a transferência para espaços definitivos dos cursos.

d) Faculdade de Ciências Econômicas

A Faculdade de Ciências Econômicas, responsável pelos cursos de Ciências Contábeis, Administração e Economia, após sua criação em 1963 pela Fundação Educacional de Uberlândia, foi instalada no mesmo prédio da Faculdade de Direito.

Mais tarde, diante dos problemas de espaço físico com a escola de direito, a faculdade foi transferida para o Colégio Brasil Central. Segundo Celso Corrêa dos Santos, ex-professor da faculdade, o contrato de aluguel das salas foi “*camaradíssimo*” (In CAETANO e DIB, 1988:300).



Figura 22: Foto do edifício ocupado pela Faculdade de Ciências Econômicas (Acervo CHIS)

Entretanto, com a venda do Colégio por seus proprietários, a faculdade foi pressionada a deixar aquelas instalações. A saída encontrada foi fazer uma “rifa” na cidade para angariar fundos que permitissem a aquisição de uma nova sede.

O prédio comprado e reformado localizava-se na Praça Dr. Duarte, onde era a casa do engenheiro Luiz Rocha e Silva. O prédio foi totalmente adquirido e reformado com recursos doados, não houve ajuda do poder público, nem cobrança de alunos.

Com a extinção da faculdade, seus cursos que passaram a integrar o CEHAR foram transferidos para o *campus* Santa Mônica.

e) Faculdade Federal de Engenharia

A Faculdade Federal de Engenharia foi criada no papel pela Lei n.º 3.864 de 24 de janeiro de 1961. E no papel ficou até 1964 porque a criação da faculdade foi resultado de uma emenda apressada no Congresso Nacional, na qual não foram estabelecidos cargos de professores, nem os recursos necessários a sua manutenção. Sequer espaço físico havia para a faculdade.

Em 1962, a Lei n.º 4.170 de 05 de dezembro de 1962 dispôs sobre o funcionamento da Faculdade Federal de Engenharia, consignando verbas no orçamento da União para a sua manutenção. Mas a mesma lei, dizia que o prédio para as instalações da escola deveria ser doado pelos uberlandenses. Isto é, havia dinheiro para as despesas de custeio da faculdade, mas não para adquirir o espaço físico.

Iniciou-se, então, uma campanha na cidade, liderada pela Sociedade de Engenheiros Civis, Químicos e Agrônomos de Uberlândia – SECQAU, para angariar recursos destinados a aquisição de um prédio que pudesse abrigar a Faculdade Federal de Engenharia.

De acordo com José Pepe Júnior, ex-diretor da faculdade:

(...) pensou-se na ocasião em adquirir a residência do fazendeiro Olímpio de Freitas e, isso já estava mais ou menos deliberado, quando o Dr. Genésio, numa reunião do SECQAU, discordou do local porque, na sua visão, e com muita razão, ali ficaria uma instalação sem muita possibilidade de ampliação. O grupo CARFEPE propôs então uma troca de um imóvel com a paróquia Nossa Senhora Aparecida, onde seria o seminário (In CAETANO e DIB, 1988:312).

Esse imóvel era um prédio distante da cidade, localizado em uma área onde, futuramente, seria um bairro residencial – o Santa Mônica. No prédio ainda não acabado funcionaria o Colégio dos Padres Salesianos. O grupo Carfepe – que tinha como sócio Genésio de Melo Pereira, primeiro diretor da faculdade – efetuou a troca com a paróquia Nossa Senhora Aparecida e doou o prédio para a faculdade.

Em 1964, pouco antes do golpe militar, o Presidente João Goulart veio a Uberlândia e assinou a escritura em que o governo federal recebia em doação o prédio para sediar a Faculdade Federal de Engenharia.

A edificação onde começaram a ser ministradas as aulas dos cursos de Engenharia Mecânica e Engenharia Química, em 1965, ficou conhecido como Mineirão e hoje é o bloco 1Q do *campus* Santa Mônica, que abriga o Centro de Documentação e História da UFU – CDHIS e o Museu de Rochas e Minerais.



Figura 23: Foto do prédio da Faculdade Federal de Engenharia no Santa Mônica (acervo CDHIS)

O professor Celso Corrêa dos Santos detalha ricamente como eram os primeiros tempos no Mineirão:

Quem estava lá no alto via o prédio do Mineirão no meio do matagal. E foi feita essa estrada em linha reta, um quarteirão antes de atingir a Av. João Naves quebrava-se à esquerda num L, andava-se uns três metros e quebrava-se à direita para atingir onde hoje está o posto de gasolina e daí entrava-se numa elevação para passar sobre os trilhos da Mogiana e não havia cancela, não havia nada, tínhamos que tomar muito cuidado para atravessar e uma das preocupações dos primeiros diretores da escola foi exatamente com os estudantes e professores que vinham de carro. Mas então veja como é interessante você imaginar que isso era um mato com aquele prédio no meio e a única coisa que se movia por ali era o trem da Mogiana quando passava em seu leito; ele passava a toda em frente do Mineirão. E, no início, a gente estava dando aula, era muito gostoso, as primeiras aulas de Engenharia, todos íamos para a janela ver o trem passar lá do prédio do Mineirão (In CAETANO e DIB, 1988:313)



Figura 24: Foto da vista do Mineirão (prédio da Faculdade Federal de Engenharia). A figura mostra os trilhos da ferrovia Mogiana, onde hoje passa a avenida João Naves de Ávila (Acervo CDHIS).

f) Escola de Medicina

A Escola de Medicina, ainda em seu processo de criação, recebeu doação de várias terras para a construção de suas instalações. Primeiramente, pensou-se em construí-la, por proposta de Genésio de Melo Pereira, na mesma área da Faculdade de Engenharia, mas o terreno era muito pequeno para abrigar as duas unidades.

Outra opção era um terreno na avenida dos Andradas, mas também de dimensões pequenas que cerceariam o crescimento e a expansão da escola. A decisão da mantenedora – FEMECIU – foi então ocupar outro terreno doado, onde seria mais tarde o bairro Jardim Umuarama, na parte alta da cidade. Essa área, era considerada muito distante da cidade, mas havia sido escolhida por um arquiteto por permitir a expansão e porque, sendo plana, iria baratear as construções em 30%, segundo o Prof. José Olympio de Freitas Azevedo (*In* CAETANO e DIB, 1988:316).

Foram doadas, inicialmente quatro quadras e depois mais duas a pedido da Escola de Medicina. Terrenos esses que foram doados pela imobiliária Bom Jardim, de propriedade do Sr. Rui Santos e que já estava iniciando naquela localidade o loteamento Jardim Umuarama.

Com a instalação da Escola de Medicina e a construção de prédios de salas e laboratórios e do Hospital de Clínicas no Umuarama, a Universidade de Uberlândia já enfrentava, quando criada em 1969, uma situação que a perseguiria até hoje, a fragmentação de seu espaço universitário em duas grandes e principais áreas, Santa Mônica e Umuarama.



Figura 25: Foto da área do Umuarama – obras da Faculdade de Medicina (Acervo CDHIS)

g) Autarquia Educacional de Uberlândia

A Autarquia Educacional de Uberlândia – AEU instalou sua primeira faculdade, a de Odontologia, sem um prédio próprio. O primeiro ano do curso foi ministrado nas instalações da Escola de Medicina. Somente a partir do segundo ano, é que a Faculdade de Odontologia passou a ocupar um prédio onde funcionava o colégio Nossa Senhora de Fátima, localizada na avenida Engenheiro Diniz, vila Martins.

Esse prédio, onde funciona atualmente a Reitoria da UFU foi, em 1976, segundo o jornal O Triângulo¹, doado pelo governo do Estado à Fundação Universidade de Uberlândia.



Figura 26: Foto do prédio da Faculdade de Odontologia (acervo CDHIS)



Figura 27: Foto atual do prédio da Reitoria da Engenheiro Diniz (PRIETO, 2005)

A Faculdade de Veterinária, segunda unidade da autarquia, foi criada para funcionar em Tupaciguara, segundo o Prof. José Olympio, “*por uma jogada política do deputado Homero Santos*” (In CAETANO e DIB, 1988:324). A faculdade recebeu a doação de um grande terreno da Prefeitura e algumas instalações foram construídas. Entretanto, não havia condições para o início do curso naquela cidade.

Em 1971, as aulas do curso básico foram dadas na Escola de Medicina e só no curso profissionalizante, os alunos e professores iriam para Tupaciguara. Entretanto, quando o ciclo profissional começou diversos problemas ocorreram: os fazendeiros não permitiam acesso dos estudantes às propriedades, os professores e alunos tinham dificuldades para morar na cidade, etc.

Então, diante da impossibilidade de continuar o curso em Tupaciguara, professores e estudantes apelaram ao Conselho Universitário da UnU para aprovar a transferência da faculdade para Uberlândia, o que ocorreu em 1975. Mais tarde, a universidade devolveu todos os bens que havia recebido à Prefeitura daquela cidade.

¹ Jornal O Triângulo, edição de 3.11.1976. In CAETANO e DIB, 1988:320.

Por fim, a Escola Superior de Educação Física, também mantida pela AEU, funcionou desde seu início no antigo clube Napoleão, uma praça de esportes de propriedade particular de Napoleão Carneiro que atendia à população carente do bairro e tinha piscinas, campos de futebol e rinha de galo. O terreno com todas as instalações foi adquirido pela autarquia por um preço abaixo do de mercado.

A área ocupada, com alguns acréscimos, é a mesma do *campus* Educação Física.



Figura 28: Foto do clube Napoleão no bairro Nossa Senhora na década de 1970 (Acervo CDHIS)



Figura 29: Foto do bairro Nossa Senhora na década de 1980, ao centro o *campus* Educação Física (Acervo CDHIS)

2.3.3. O interesse imobiliário

Outra característica marcante da formação histórica dos espaços da Universidade Federal de Uberlândia, é o interesse imobiliário como componente dos arrazoados que definiram a localização dos *campi* Santa Mônica e Umuarama.

Como reiterado anteriormente, a maior parte dos espaços das faculdades isoladas e depois, da Universidade de Uberlândia foram constituídos, através de doações da comunidade de Uberlândia, especialmente, de comerciantes e proprietários de extensas áreas na cidade, no caso, Urbanizadora Segismundo Pereira no Santa Mônica e Imobiliária Bom Jardim no Umuarama.

Merece destacar que a imprensa uberlandense sempre enalteceu essas iniciativas como de desprendimento, de nobreza, não expondo outras motivações que poderia estar por trás daquelas doações.

Por exemplo, em março de 1964, o jornal Correio de Uberlândia² anunciava o contrato para construção da Cidade Universitária pela Fundação Educacional de Uberlândia, no bairro Santa Mônica ao lado da Escola de Engenharia, a partir da doação de terras pela família Segismundo Pereira.

² Jornal Correio de Uberlândia, edição de 01.03.1964. In CAETANO e DIB, 1988:296.

Em junho, também o jornal O Triângulo³ ao noticiar a doação dos terrenos pelos proprietários da urbanização Segismundo Pereira, enalteceu que *“aí está uma empresa nova em nossa cidade, nascendo essa organização com o interesse de auxiliar as relevantes causas do nosso município, como é verificado nas doações de terreno para todas as escolas superiores”* (In CAETANO e DIB, 1988:304).

O interesse imobiliário sempre esteve estreitamente relacionado com a implantação de equipamentos públicos e grandes empreendimentos urbanos. Esses grandes investimentos em áreas específicas de uma cidade trazem grandes valorizações imobiliárias que beneficiam os proprietários de terras.

Conceitualmente, a diferença resultante da compra e venda de um imóvel é o principal componente do interesse imobiliário na implantação de empreendimentos atrativos. O preço de um imóvel urbano sofre, ao longo dos anos, a influência de variáveis como a oferta e a procura, a instalação de infra-estrutura (asfaltamento, calçadas, rede elétrica e de esgoto) e a proximidade com edificações públicas ou particulares que podem valorizar ou desvalorizar a terra, dentre outros. Um imóvel situado próximo a um viaduto, por exemplo, tem o preço diminuído com a obra pública, enquanto aquele vizinho a um *shopping center* ou um câmpus universitário sofre, geralmente, aumento do valor.

Na implantação das instituições de ensino superior em Uberlândia, o interesse de proprietários imobiliários era levar as escolas e faculdades para as proximidades de futuros loteamentos residenciais, como forma de valorizar suas propriedades e atrair investidores e moradores.

Por isso, a definição dos locais de instalação da universidade no Santa Mônica e no Umuarama foi fortemente influenciada pelo interesse dos donos de imobiliárias da cidade, que efetuaram doações de terras contíguas a outras para as quais já planejavam loteamentos.

O Prof. Antônio Andrada Prieto, ex-secretário municipal, embora reconheça o despreendimento de muitas pessoas que colaboraram com o intuito de ajudar a cidade a se desenvolver sem interesses próprios, confirma a influência do interesse imobiliário na definição dos espaços a serem ocupados pela universidade. Segundo ele:

Se analisarmos a história de Uberlândia, o seu crescimento foi sempre em função do interesse imobiliário. Por que a Engenharia está no Santa Mônica? Tecnicamente seria o melhor lugar? Não, inclusive houve estudos, na época, não tenho como fazer referência, mas eu tenho notícia de que houve estudos de uma comissão técnica, por exemplo, do MEC que dizia o seguinte: que todo campus universitário teria que ser no sentido oposto ao crescimento geográfico da cidade.

³ Jornal O Triângulo, edição de 13.06.1964. In CAETANO e DIB, 1988:304.

Então, pelo estudo da época, o ideal para a Universidade seria, por exemplo, a Tubalina, Caraíba, qualquer coisa assim. A cidade crescia para o lado oposto. Mas não vamos julgar a validade disso. O fato é que na época precisava-se instalar uma Faculdade de Engenharia. Então os donos do loteamento aqui no Santa Mônica naturalmente viram a oportunidade de fazer um crescimento populacional, o assentamento demográfico da sua área de loteamento. E assim deve ter sido o raciocínio que precedeu à doação (In CAETANO e DIB, 1988:332).

Outro a reforçar a tese, é o Prof. José Olympio de Freitas Azevedo, ex-presidente da FEMECIU e um dos fundadores da Escola de Medicina:

O início da Universidade foi marcado pela disputa dos donos de loteamento em Uberlândia para localizar a Universidade. O campus Santa Mônica foi aí localizado porque a família Pereira, proprietária da firma que estava fazendo o loteamento do Santa Mônica, atraiu a instalação do curso de Engenharia com a doação de áreas.(...) a área do Umuarama, uma área nobre, foi doada pelo dono do loteamento, o Rui Santos, cunhado do Virgílio Galassi que se tornou prefeito depois. Havia um interesse muito grande em sediar as faculdades isoladas que tinham expectativa de crescimento e desenvolvimento, propiciando o loteamento das periferias (In CAETANO e DIB, 1988:330).

Sobre a área do Umuarama especificamente, José Olympio diz que:

(...) quando foram fazer a Escola de Medicina, também os donos dos lotes, do que é hoje o Jardim Umuarama, entenderam que era uma oportunidade e doaram os terrenos. Depois houve pessoas que doaram os prédios. Enfim, é por isso que os campus ficaram separados. O Umuarama é um lugar bom para um campus? Acho que é o pior que podia haver. Você tem tudo o que não podia ter perto de um hospital: tem ferrovia passando, cidade industrial poluindo, rodovia interrompendo o fluxo. Mas na época era o lugar que havia porque não tinha dinheiro (In CAETANO e DIB, 1988:334).

A implantação da Escola de Medicina no Umuarama e a consolidação da área contígua à Faculdade de Engenharia no Santa Mônica, coincidiu com o período em que a expansão urbana de Uberlândia se deu pela proliferação de loteamentos, valorizados por uma política, quase governamental, de especulação imobiliária.

De acordo com William Rodrigues Ferreira (2002:76):

Após a década de 70, Uberlândia apresentou uma grande expansão urbana, quando novas áreas foram sendo incorporadas mediante a proliferação de novos loteamentos destinados à autoconstrução e à construção de conjuntos habitacionais, respondendo aos interesses da especulação imobiliária.

A especulação imobiliária como forma de valorizar os terrenos da cidade é um dos maiores problemas urbanos, sobretudo pelas relações promíscuas entre os agentes públicos e proprietários das glebas urbanas.

Uberlândia é um caso exemplar dessa relação. Desde a década de 1970, poucos prefeitos – dos últimos apenas Zaire Resende que administrou a cidade duas vezes – não eram proprietários de imobiliária. A administração 2005-2008 tem o vice-prefeito ligado a esse setor.

Não há dúvidas de que o principal agente da produção do espaço urbano é o poder público, pois ele é o responsável pela distribuição e administração de equipamentos de uso coletivo (ruas, praças, mobiliário urbano), que são pagos pela população por meio de tributos.

Entretanto é o mercado que exerce maior influência na organização urbana. Para Azevedo Netto (1999:259), *“o mercado, ou melhor, o produto final, comanda o processo de urbanização ou reurbanização e o espaço público é consequência”*.

A cidade de Uberlândia reuniu esses elementos na formação dos espaços urbanos – o interesse imobiliário dos particulares em valorizar suas terras, do mesmo lado do poder público, atuando como promotor de grandes empreendimentos públicos.

Para Rolnik (1995:63) *“a valorização ou a desvalorização de uma região depende dos investimentos públicos e privados naquele espaço”*.

E a construção de câmpus universitário, especialmente, de universidades públicas, como um dos maiores investimentos públicos que uma cidade pode receber, foi, é e será um dos casos em que o interesse imobiliário de proprietários privados de terras adjacentes se apresenta.

Como reitera Marques (1984:55) *“O Campus é uma ilha dentro da Cidade. Ele serviu basicamente em dados momentos, em algumas cidades nossas, apenas para valorizar e aumentar o valor da renda fundiária das terras próximas ao Campus”*.

É o que explicitamente aconteceu no início da formação dos espaços da UFU quanto à localização, escolhida para valorizar propriedades particulares de influentes grupos políticos da cidade – a Urbanizadora Segismundo Pereira (que doou os terrenos do Santa Mônica) pertencia a Raul Pereira, que foi prefeito da cidade; e a Imobiliária Bom Jardim (terrenos no Umuarama) de Rui Santos, cunhado do também ex-prefeito Virgílio Galassi.

2.3.4. Ausência de planejamento e precariedade das instalações

A terceira característica que marcou a formação dos espaços universitários da Universidade Federal de Uberlândia, foi a ausência de planejamento institucional, muito comum no caso das universidades brasileiras.

A universidade pública é uma instituição secular, com papel de destaque no desenvolvimento de comunidades locais e regionais e até nacionais. Não é admissível, portanto, que lhe falte o domínio do planejamento, já que é essencial que a própria instituição pense em seu futuro, sob pena da improvisação e das urgências dominarem-lhe a pauta acadêmica, administrativa e física.

Em Uberlândia o ensino superior se desenvolveu a partir de escolas isoladas, sem qualquer preocupação de planejar, desde o início, a constituição de uma universidade.

Nunca houve planejamento institucional porque não havia uma instituição, mas várias, autônomas e aglutinadas sob a forma de universidade. Além disso, sempre houve ingerência de políticos locais e do governo militar dentro da universidade, quadro esse que só se alterou na década de 1990, o que dificultava a tomada de decisões próprias da universidade, frente à vigilância e ao controle externo.

Além disso, a UFU não tem, nem nunca teve uma cultura de planejamento e gestão administrativa. A universidade não foi dotada de um corpo técnico próprio para sua administração central, tampouco criou mecanismos de planejamento de médio ou longo prazo. O maior horizonte administrativo foi sempre o final do mandato dos reitores.

A ausência de um planejamento físico para a UFU repercutiu negativamente na ocupação dos espaços pela cidade, como menciona o ex-arquiteto da UFU, Paulo de Freitas:

(...) Tudo que nasce de uma forma desordenada, sem projeto, na medida que vai atendendo às necessidades, vai se expandindo, evidentemente, da mesma forma. Essa expansão, por não ter tido um plano diretor, vai com o tempo aumentando essa área física construída e vai gerando conflitos porque não existe uma definição
(In CAETANO e DIB, 1988:370-371).

O Plano Diretor Físico da Universidade Federal de Uberlândia é um exemplo. Foi elaborado pela primeira vez em 1991, quando praticamente todos os *campi* (Santa Mônica, Umuarama e Educação Física) já estavam consolidados. Foi um plano muito rico no diagnóstico das áreas físicas da universidade, mas que foi quase totalmente descumprido nas proposições que apresentava.

Na verdade, o planejamento acabou sendo substituído pelas contingências e urgências do dia-a-dia. Com isso, o “planejamento” de quais construções, e como deveriam ser feitas, ficou, quase sempre, a cargo da vontade da administração superior da universidade.

O ex-arquiteto da UFU, Paulo de Freitas, atesta a ausência de planejamento:

Os blocos foram construídos, foram sendo edificados na medida da necessidade de cada curso, havendo esfacelamento do plano. Isso pode ser constatado no Umuarama e no campus Santa Mônica, apesar de que, evidentemente, os blocos atendem às necessidades de cada curso. A Universidade se constitui a partir de um aglomerado de faculdades. E esse espírito de unidades isoladas permaneceu durante certo tempo e foi o que causou esse esfacelamento (In CAETANO e DIB, 1988:352).

O quarto elemento da constituição do espaço físico da UFU, que é a precariedade das instalações, é resultado também da ausência de planejamento físico.

O Prof. Nestor Barbosa de Andrade⁴ comenta que a sociedade uberlandense conseguiu vender um projeto rudimentar de escolas e faculdades como universidade para federalização. Contudo, lembra que isso só se deu, pela influência dos políticos uberlandenses no governo federal.

O Prof. Antonino Martins da Silva Júnior⁵, no mesmo sentido, comenta que a arquitetura dos prédios da UFU não era ideal. Os blocos “modelo de hospital horizontal” foram largamente utilizados porque eram baratos e fácil de serem construídos.

O exemplo mais claro e concreto da precariedade das instalações que foram ocupadas pela universidade em seus primeiros tempos é a discrepância entre os projetos elaborados e as construções que serviram à universidade.

Em muitos os casos, o que era provisório ficou definitivo, como a Faculdade de Direito que permaneceu por 15 (quinze) anos numa antiga residência particular, acarretando diversos problemas físicos. Em outros casos, grandiosos e sofisticados projetos de obras sequer saíram do papel, como o Hospital de Clínicas e a Faculdade de Engenharia.

⁴ Entrevista concedida em 23 de julho de 2005.

⁵ Em entrevista concedida em 14 de outubro de 2004.

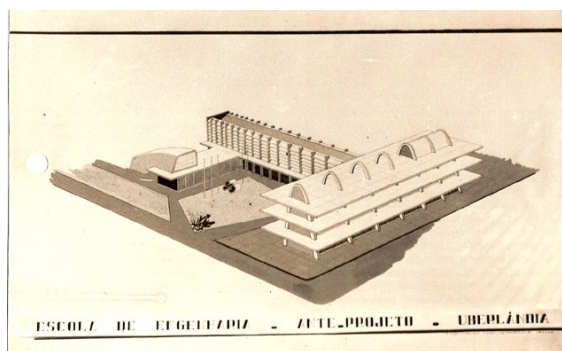


Figura 30: Projeto para a Faculdade Federal de Engenharia (Acervo CDHIS)



Figura 31: Foto do prédio que a faculdade ocupou após sua criação (Acervo CDHIS)

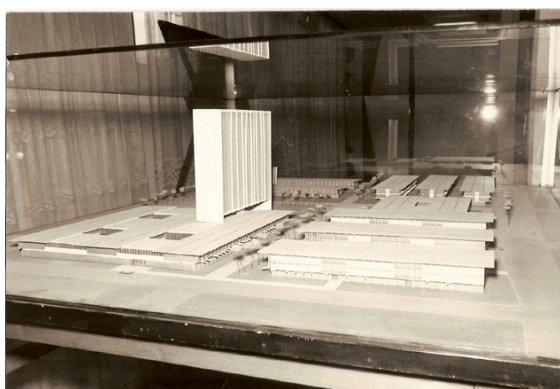


Figura 32: Maquete das instalações da Escola de Medicina e do Hospital (Acervo CDHIS)



Figura 33: Foto aérea do *campus* Umuarama (Acervo CDHIS)



Figura 34: Projeto para as instalações da Fundação Educacional de Uberlândia (Faculdades de Direito e Ciências Econômicas) (Acervo CDHIS)



Figura 35: Foto do prédio da Faculdade de Direito, ocupado provisoriamente por mais de 15 anos (Acervo CDHIS)

2.4. UMA CIDADE UNIVERSITÁRIA PARA A UFU

2.4.1. A unificação dos campi

Uma primeira polêmica em torno da constituição do espaço físico da Universidade de Uberlândia, dá-se na questão da distribuição fragmentada dos seus espaços ocupados pela cidade.

A Universidade Federal de Uberlândia encontra-se, como conhecemos hoje, em três câmpus de atividades acadêmicas e administrativas – Santa Mônica, Umuarama e Educação Física – e outros dois espaços administrativos – Reitoria da Engenheiro Diniz e Reitoria da Duque de Caxias –, isso sem falar nas fazendas experimentais e nas unidades espalhadas pela cidade.

A polêmica reside nos motivos dessa fragmentação. Haveria uma orientação para se evitar a unificação dos câmpus, ou a divisão originou-se da constituição isolada das faculdades e escolas, antes da universidade?

A versão trazida na obra que marca os 25 anos de federalização da universidade – *“Fragmentos, Imagens, Memórias: 25 anos de federalização da Universidade Federal de Uberlândia”*, é a de que a natureza da divisão das universidades em três câmpus foi uma decisão política tomada para minorar os efeitos da unificação dos estudantes em um só espaço:

Essa decisão [da divisão do espaço], em parte, é costumeiramente justificada pela doação dos terrenos. Mas, na verdade, havia o receio de que a proximidade pudesse favorecer a unificação dos estudantes, aumentando os ‘riscos’ de reivindicações políticas e sublevações contra o regime militar – conforme estava acontecendo no resto do país (GOMES, 2003:26).

Essa hipótese parte do contexto político em que o ensino superior em Uberlândia é desenvolvido, sob a égide do autoritarismo do poder militar e da repressão a focos de resistência ao regime que, na maioria dos casos, eram as universidades.

Entretanto, essa opinião – de que o espaço dividido da UFU é fruto de uma decisão política – não é partilhado por outros personagens da história recente da universidade.

Segundo o Prof. Antonino Martins da Silva Júnior, em depoimento à obra, também institucional, *“UFU no Imaginário Social”* foi a doação de terrenos no Umuarama para a Escola de Medicina, pouco antes da constituição da UnU, que suscitou uma importante

discussão sobre o espaço que os cursos universitários deveriam ocupar, ainda antes da constituição da UnU:

Naquela época discutiu-se onde é que íamos fazer a Faculdade de Engenharia, onde é que íamos fazer a Universidade porque a Escola de Medicina também estava começando suas construções. Então houve a tentativa de fazer tudo num lugar só. Infelizmente não houve entendimento. É que para colocar a Escola de Medicina aqui [Santa Mônica] teríamos que expandir a área e não havia dinheiro. Para fazer a Engenharia lá [Umuarama] era longe demais, seis quilômetros do centro da cidade e naquela época era longe mesmo, não tinha nada ali. Precisava-se também expandir aquela área e, realmente, não existia essa possibilidade de expansão. Então não houve entendimento entre as partes. Depois, era uma Fundação particular, aqui era federal, havia uma série de questões complicadas. As pessoas não se entenderam e no ano de 1973 começamos a construir aqui e lá (In CAETANO e DIB, 1988:314).

O Prof. Arnaldo Godoy, em depoimento à mesma obra, reforça a tese de que a formação de unidades isoladas e dispersas pela cidade foi a causa da fragmentação dos espaços universitário da UFU:

Não resta dúvida de que a não formação de um só campus é devida à formação inicial. Primeiro foram faculdade criadas em casas particulares como a de Direito; a de Filosofia foi criada num colégio de Irmãs; a Faculdade de Engenharia foi no antigo prédio do colégio de padres; quer dizer, cada qual localizada num ponto isolado. E quando se pensou numa Universidade elas já estavam isoladas. Então, tornou-se difícil unir num só local devido ao fator financeiro. O dinheiro que vinha era para desenvolver a Universidade, para desenvolver as unidades. Então a Engenharia ficou num campus, a Medicina noutro, mas o ideal seria que tivesse um só campus (In CAETANO e DIB, 1988:336).

O Prof. Galba Porto, lembrando da destinação de recursos da União para construção de um bloco, também corrobora desse entendimento, apontando que “*Houve sempre um interesse em reunir os dois campus de um futura Universidade que fosse criada porque, naquela época, existia apenas o anseio da sociedade uberlandense e das comunidades que aqui congregavam seus estudantes*” (In CAETANO e DIB, 1988:347).

Ademais, havia sim um interesse do governo federal de estimular, até o início da década de 1970, a partir dos financiamentos de longo prazo do Banco Interamericano de

Desenvolvimento (BID), a construção de câmpus únicos pelas universidades. A Universidade de Uberlândia – UnU, por duas vezes, manifestou seu interesse de participar do programa.

O Conselho Universitário da UnU foi inclusive demovido em 1971 de uma posição já tomada no sentido de consolidar as áreas ocupadas pela Faculdade de Engenharia e pela Escola de Medicina como câmpus universitários, por uma “ordem” dada por representantes do Ministério da Educação ao então Reitor Prof. Domingos Pimentel de Ulhôa de que o ministério não aceitaria a UnU dividida em dois câmpus¹.

Wilson Ribeiro da Silva, justificando a necessidade de uma rápida decisão do Conselho Universitário sobre a implantação do câmpus universitário, argumentou em documento dirigido ao então Reitor²:

Expusemos então ao Magnífico Reitor Dr. Juarez Altafin, as nossas inúmeras dificuldades de ordem financeira, que já vinham atrasando prejudicialmente o programa da Universidade, inclusive em atender a filosofia do Governo Federal quanto à implantação de Campus, que aliás é muito importante e fundamental para nossa instituição: Campus é a consolidação da Universidade.

A nosso ver, o componente desarticulação do movimento estudantil, fazia parte do cardápio da política do governo militar para o território universitário. Entretanto, não no sentido de impedir a unificação dos espaços universitários em um só, mas estimular esse modelo, desde que fosse afastado da cidade.

O temor verdadeiro dos militares era que, freqüentes manifestações estudantis no centro das cidades, onde se localizam as principais escolas isoladas – direito, medicina, engenharia, humanidades – poderiam contagiar a população. Por isso, era melhor ter universidades em câmpus suburbanos ou em cidades interioranas.

Segundo Luiz Antônio Cunha (2001b:5),

as insistentes recomendações dos consultores norte-americanos, nos anos 60 e 70, sobre as vantagens do câmpus suburbano resultaram não só do fato de que esse era o modelo que eles conheciam e valorizavam em seu país, como, também de que o consideravam adequado para eliminar ou atenuar o que julgavam ser a excessiva politização dos estudantes das universidades brasileiras.

¹ Conforme ata da reunião da 9ª reunião do Conselho Universitário de 14.07.1971.

² Documento datado de setembro de 1973 do Prefeito de Campus Wilson Ribeiro da Silva ao Reitor Prof. Juarez Altafin sobre as opções da UnU para implantação de seu *campus* universitário, constante dos arquivos da Secretaria-Geral da UFU.

A reforma universitária que se fez na América Latina criou pólos de desenvolvimento e universidades de pequeno e médio porte longe dos grandes centros urbanos, deslocando o problema da falta de controle sobre estudantes e professores para as elites e oligarquias locais (RODRÍGUEZ, 2000:s/p).

2.4.2. A proposta de cidade universitária da UnU

A primeira vez que se falou em “cidade universitária” foi na já mencionada Lei municipal n.º 783 de 1959, que criava a Cidade Universitária de Uberlândia, mesmo quando os cursos estavam para iniciar seu funcionamento.

Em 1964, portanto, antes da criação da Universidade de Uberlândia – UnU, a Fundação Educacional de Uberlândia – entidade mantenedora das faculdades de Direito e Ciências Econômicas – já havia planejado a construção da cidade universitária no Santa Mônica, numa área de 50 mil metros quadrados, contígua à Faculdade Federal de Engenharia, cujos terrenos seriam doados Urbanizadora Segismundo Pereira.

No projeto da fundação, a cidade universitária teria seis edifícios: um para Faculdade de Direito, outro para a de Ciências Econômicas, outro para a casa do estudante, para o clube universitário com restaurante, cantina, um para o ginásio e o último edifício central, com biblioteca, auditório, cinema.

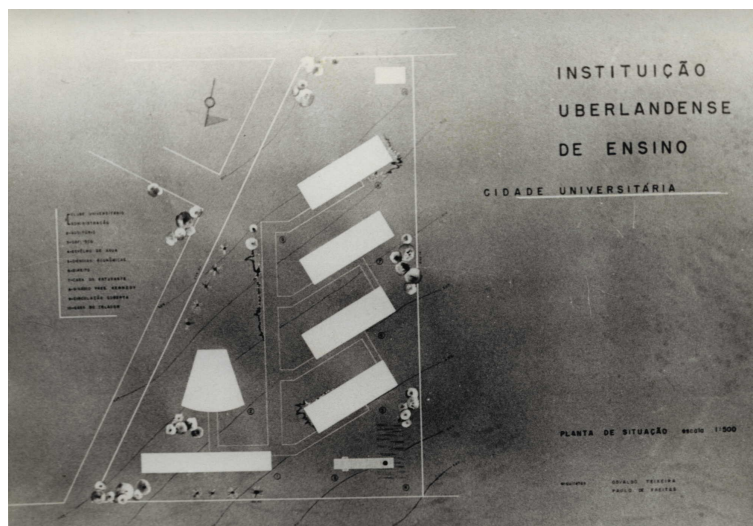


Figura 36: Projeto da Cidade Universitária no Santa Mônica (Acervo CDHIS)

Segundo o Prof. Juarez Altafin³, em 1967 é que se começou a discutir a construção de um câmpus universitário, pois a Escola de Medicina estava iniciando sua implantação. Foi proposta na época uma área próxima onde hoje é o Centro Universitário do Triângulo –

³ Em entrevista concedida em 15 de outubro de 2004.

UNITRI, bem ao sul da cidade, mas nada se avançou porque não havia universidade ainda, nem se poderia proibir a Medicina de construir suas instalações no Umuarama.

Em que pese essas três frustradas tentativas de uma criar a Cidade Universitária em Uberlândia, apenas após 1969, com a reunião das escolas e faculdades existentes na UnU, é que a proposta foi levada a sério.

O fórum em que as discussões em torno do planejamento e da construção de um câmpus único para a Universidade de Uberlândia começaram foi o Conselho Universitário.

O assunto da constituição de uma cidade universitária foi comentado pela primeira vez no conselho, já em sua 4ª reunião, datada de 28 de janeiro de 1971. Coincidentemente, foi a mesma reunião que aprovou a criação do curso de Geografia da Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras.

Nessa reunião, o reitor Prof. Domingos Pimentel de Ulhôa expôs a necessidade de implantação do câmpus universitário, mencionando que nenhuma verba para investimento do Ministério da Educação e Cultura seria liberada sem que a universidade elaborasse um planejamento para a localização e para as construções do espaço universitário. O conselho designou uma comissão para apresentar propostas de áreas que serviriam à ocupação do campus.

Na reunião seguinte do Conselho Universitário, dada em 24 de fevereiro de 1971, foi discutida a necessidade de compatibilizar as decisões da comissão designada e do conselho, no que se refere ao estudo de áreas para implantação do campus universitário.

As hipóteses eram definir uma área única para o câmpus, o que implicaria a transferência das faculdades existentes, ou manter as áreas onde estavam instaladas a Escola de Medicina e a Faculdade Federal de Engenharia.

A 6ª reunião do conselho, realizada em 10 de março de 1971, aconteceu dois dias após uma reunião do Reitor com a referida comissão, sobre a qual foi dado o seguinte informe, constante da ata⁴:

De início, o Sr. Presidente pôs os presentes a par dos resultados da reunião havida com a Comissão escolhida para opinar sobre a localização do futuro 'campus' universitário, declarando que, em suma, o que ficou acertado pela maioria dos membros da comissão é que não se deve pensar num terceiro local, além dos já existentes onde se localizam a Faculdade de Engenharia e de Medicina, ficando, ainda, para discussões futuras o assunto.

⁴ Livro de Atas do Conselho Universitário da UFU 1970-1980 – Secretaria-Geral da UFU

Na reunião seguinte, ocorrida em 22 de março de 1971, foi apreciado o relatório final da comissão de estudo sobre a localização do câmpus. Após a discussão, os conselheiros deliberaram o seguinte:

O 'campus' será constituído nas áreas da Faculdade de Engenharia e da Escola de Medicina e Cirurgia. Nesta serão instalados os cursos de Ciências Biológicas; os demais cursos serão instalados na área da Faculdade de Engenharia. Para todos os ciclos e cursos instalados em ambas as áreas, haverá racionalização de organização, com plena utilização dos recursos materiais e humanos, vedada a duplicação de meios para fins idênticos ou equivalentes, nos termos do art. 11, da Lei n.º 5.540/68.

Dessa decisão tomada, de forma esclarecida, não consta um registro específico nem um processo, apenas a ata da reunião atesta seu teor. Pode-se até interpretar que, a partir daquela decisão datada de março de 1971, a UnU iniciou o processo de consolidação dos dois câmpus Umuarama (área da Escola de Medicina e Cirurgia, onde seriam instalados os cursos de biomédicas) e Santa Mônica (área da Faculdade de Engenharia, para onde iriam os demais cursos) e que culminou com a atual situação de espaço físico da universidade hoje. Contudo, não foi o que aconteceu.

Na 9ª reunião do Conselho Universitário, realizada em 14 de junho de 1971, aquela decisão foi posta em questão. Segundo a ata da referida reunião “o Prof. Dr. Domingos Pimentel de Ulhôa, antes de licenciar-se, esteve em Brasília e foi informado pelo Professor Newton Sucupira de que o Ministério da Educação não aceitaria o Campus da Universidade de Uberlândia, dividido em duas áreas”.

A reunião da universidade em um mesmo local – câmpus único e suburbano – era proposta do governo militar sob influência americana, como condição para a integração e visibilidade como instituição unitária e para o desenvolvimento de uma comunidade com consciência de classe (CASTELO BRANCO, 1984:18).

A proposta defendia o planejamento de um território isolado, segregando a comunidade universitária da externa, como um lugar de trabalho, lazer e moradia. Portanto, era realmente uma orientação do Ministério da Educação e Cultura, a adoção desse modelo.

Diante da necessidade de, mais uma vez, deliberar sobre a ocupação de espaços na cidade de Uberlândia pela universidade, o Conselho Universitário emitiu a seguinte decisão:

O Conselho, por unanimidade de votos e aprovando proposta dos Conselheiros Jacy de Assis e Madre Ilar Garotti, resolveu o seguinte: o Campus será construído na área já pertencente à universidade, com a inclusão de áreas em anexo, se

necessário, de acordo com as exigências do Ministério da Educação e Cultura. O Reitor deverá agir no sentido da presente resolução, podendo entrar em contato com proprietários de áreas ligadas a já pertencentes à Universidade, visando à aquisição da mesma, por doação, desapropriação, etc. Parte do ciclo profissional poderá funcionar em outras áreas.

Tratava-se da área do Santa Mônica que deveria ser ocupada por toda a universidade como câmpus único, conforme ordenação do Ministério da Educação e Cultura.

Apesar da decisão do conselho ter sido a definição do Santa Mônica como local para o câmpus, o Reitor Prof. Juarez Altafin, atuou em duas frentes distantes. Primeiro, cumprindo a decisão do conselho, obteve, junto à Prefeitura Municipal, um decreto declarando de utilidade pública uma área contígua ao Santa Mônica para que os lotes pudessem ser desapropriados mediante pagamento pela universidade aos proprietários particulares, lotes que pertenciam, majoritariamente, à Urbanizadora Segismundo Pereira.

Depois, no uso da liberdade que o conselho lhe deu para tomar providências no sentido de obter uma área para o câmpus, procurou um novo espaço para a universidade através de doação da Prefeitura, que tanto poderia servir para a construção da cidade universitária, quanto para posterior alienação com reversão dos recursos para o câmpus do Santa Mônica.

Conforme o próprio Prof. Juarez Altafin relata,

Com a instalação da usina de Sucupira, os mananciais do Glória e do Jataí foram desativadas e a água passou a vir toda de Sucupira. Então o município ficou com duas grandes áreas que as áreas do Jataí e a área do Glória. Eu sabia que o Virgílio Galassi tinha um plano secreto para fazer um clube popular e um estádio na área do Jataí. O plano era, salvo engano, do Cícero Diniz. Mas essa área seria ótima para instalar o nosso campus. Por quê? Com a criação da Universidade já havia o campus lá na Medicina e outro da Engenharia, com edificações nos dois lugares. Seria interessante que a Universidade conseguisse um local para fazer o campus delas. Essas edificações não seriam perdidas. Então pensei no Jataí, onde é hoje o Estádio do Parque do Sabiá, mas sabia que já havia um compromisso, um plano para aquela área (In CAETANO e DIB, 1988:345).

Diante dessa impossibilidade de obter, com a Prefeitura, a área do Jataí, já reservada para o Parque do Sabiá – o objetivo do reitor foi conseguir a gleba do Glória – que era uma grande área localizada a sudeste da cidade – mas mantendo o pedido do Jataí como estratégia:

Então, pensei no Glória, motivei o pessoal da Fundação Universidade de Uberlândia, Milton Porto, Cícero Naves e outros mais e fomos ao Virgílio Galassi. Fiz que não sabia do plano dele para o Jataí e solicitei a área para a Universidade mostrando que ali era o ideal para o campus da Universidade e todo mundo aprovou. Mas na medida em que eu falava, o Virgílio Galassi ficava inquieto porque a minha posição estava correta, mas ele já tinha outro plano para aquela área. No final, muito inquieto, ele falou: “– Olha Reitor, infelizmente nós temos compromisso com essa área, mas se os senhores quiserem a Fazenda do Glória (que era o que eu queria) eu posso trabalhar para o município transferi-la”. Então, como quem está frustrado, aceitei relutantemente, já que ele insistiu. Virgílio ficou muito feliz porque eu aceitei. Cuidamos de passar a escritura, fizemos uma festa de transferência. A Universidade não pagou nem a escritura, não pagou nada e recebemos de mão beijada do prefeito Virgílio Galassi aquele patrimônio inestimável (In CAETANO e DIB, 1988:345).

A doação da área do Glória à Fundação Universidade de Uberlândia foi obtida com a aprovação e sanção da lei municipal n.º 1.966 em 04 de outubro de 1971. Na mesma lei também foram doados à universidade outras duas grandes áreas:

- a gleba do “Lagoinha”, com cerca de 108 hectares e onde fica hoje o parque de exposições do Camaru;
- um terreno no bairro Santa Mônica, antigo estádio municipal, com 39.812 m².

Fax-símile da Lei n.º 1.966 de 04 de outubro de 1.971

Lei n.º 1.966, de 04 de outubro de 1.971

Autoriza a Doação de Imóveis de propriedade do Município à Fundação Universidade de Uberlândia e Desapropriação em Benefício da mesma.

A Câmara Municipal de Uberlândia decreta e eu sanciono a seguinte Lei:

Art. 1º - Fica o Poder Executivo autorizado a doar à Fundação Universidade de Uberlândia os seguintes imóveis de sua propriedade, localizados neste Município.

a) Uma gléba no local denominado “Lagoinha”, com cento e oito hectares, setenta e cinco ares e cinquenta e três centiares, (...)

b) Uma gléba no local denominado “Glória”, com trezentos e dezenove hectares e vinte ares, (...)

c) Um terreno situado nesta cidade, (...), com área total de 39.812 m² (...)

Parágrafo Único – A doação autorizada na presente lei será feita com reserva para o Município do direito sobre os mananciais existentes nas glébas descritas nas alíneas a e b deste artigo.

Art. 2º - Fica igualmente o poder Executivo autorizado a desapropriar as áreas necessárias que se fizerem necessárias para a implantação definitiva do “Campus” da Universidade de Uberlândia, podendo, para isso, expedir decretos, correndo as despesas por conta de dotações próprias a serem incluídas nos orçamentos.

Art. 3º - Revogadas as disposições em contrário, esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.
Virgílio Galassi

A partir desta lei, a UnU passou a deter, além de todos os terrenos onde estavam instaladas as escolas e faculdades, outras três grandes áreas desocupadas que poderiam servir para financiar a implantação do câmpus único ou mesmo para sediar a futura cidade universitária (art. 1º) e ainda um título que lhe permitia desapropriar mediante indenização, áreas, onde necessário fosse, para implantação do câmpus (art. 2º).

Em 08 de novembro do mesmo ano, foi assinada a escritura pública de doação de bens do município para a Universidade de Uberlândia. Da escritura constata-se que a área doada do Glória, constitui-se de *“uma gléba de 40 hectares, 50 ares, de cultura e 253 hectares e 70 ares de campo, confrontando com Aristides Fernandes, Francisco Virgílio, Artur de Paula, Rubens Pereira e Carivaldo Pereira, conforme Registro n.º 27.919, livro 3-A-E, fls. 33, do primeiro Registro de Imóveis desta cidade”*.

2.4.3. A definição do local da cidade universitária

Concluído o processo de obtenção de áreas, o Conselho Universitário voltou a encaminhar as discussões sobre a cidade universitária. Em 19 de abril de 1972 – 15ª reunião, foram criadas três comissões tendentes à implantação do câmpus universitário, uma de negócios mobiliários, uma de programação e outra de planejamento, todas presididas pelo reitor Prof. Juarez Altafin.

Durante esse período a UnU já havia criado diversos cursos e contava não mais com seis faculdades e escolas, mas dez, que estavam assim distribuídas nos bairros da cidade:

- Centro: Faculdades de Direito, Faculdade de Ciências Econômicas, Faculdade de Artes, Faculdade de Educação e Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras;
- Santa Mônica: Faculdade Federal de Engenharia;
- Umuarama: Escola de Medicina e Faculdade de Veterinária;
- Martins: Faculdade de Odontologia;
- Nossa Senhora Aparecida: Faculdade de Educação Física.

A definição de um novo espaço deveria prever edificações para a implantação de todas essas unidades universitárias e ainda contar com uma área para expansão de novos cursos que já se alinhavavam.

Segundo Wilson Ribeiro da Silva, então Prefeito Universitário, em documento dirigido ao Reitor, datado de 05 de julho de 1973, havia três opções para definição do local para a construção de um campus universitário:

a) *Santa Mônica*

A primeira opção da universidade era comprar lotes no Santa Mônica, conforme proposta da proprietária Urbanizadora Segismundo Pereira, à razão de Cr\$400,00 (na época US\$65 dólares⁵) cada um, o que representaria um investimento na totalidade, de Cr\$2.200.000,00 (US\$360 mil dólares). Esses terrenos já tinham sido declarados de utilidade pública por decreto da prefeitura municipal.

De acordo com o próprio Wilson Ribeiro da Silva “segundo consta, a intenção da Prefeitura ao doar o Glória e a Lagoinha, era de proporcionar condições de permuta com os proprietários da área declarada de utilidade pública”⁶ – área do Santa Mônica, contígua à Faculdade Federal de Engenharia.

Já havia até um mapa ilustrativo como sugestão à ocupação do Santa Mônica como câmpus da universidade. Nessa sugestão, fica delimitada exatamente a área pretendida pela universidade que havia sido declarada de utilidade pública: a parte do atual *Campus Santa Mônica*; mais a área do bairro Santa Mônica entre avenidas Segismundo Pereira e João Naves até a antiga rua 36, exceto os bairros Progresso, Santos Dumont e Jardim Finotti, na época com ocupação existente, mas rarefeita.

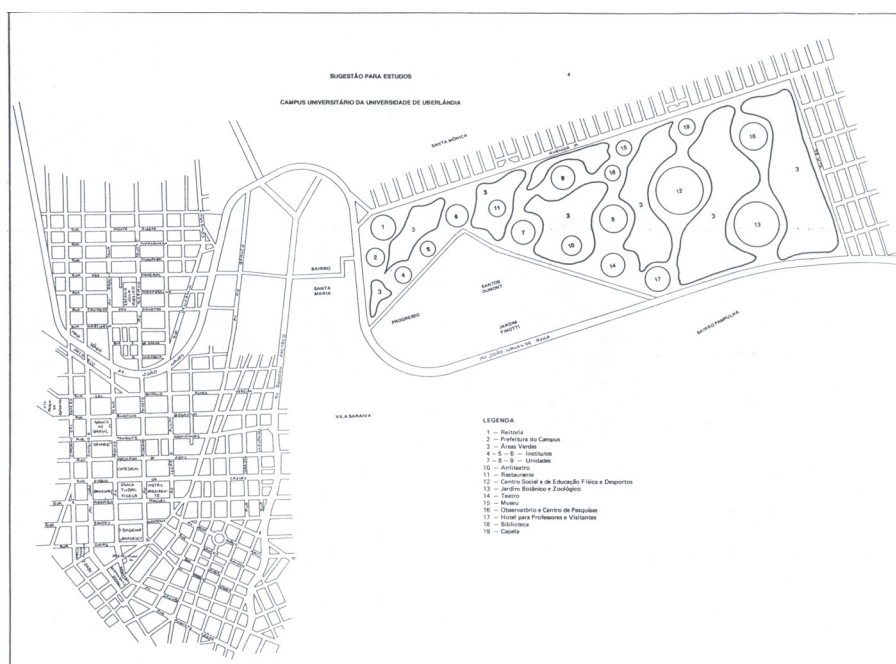


Figura 37: Mapa da proposta do câmpus único no Santa Mônica (In CAETANO e DIB, 1988: 345)

⁵ Cotação do dólar em Cr\$ 6,13 (julho de 1973) – <http://www.cnppl.embrapa.br/indicadores/dolar.php>

⁶ documento de setembro de 1973.

Entretanto, a venda das áreas do Glória e Lagoinha, para obtenção dos recursos para compra da área designada, não traria o retorno financeiro esperado, uma vez que as duas áreas só poderiam ser vendidas como glebas rurais, por preço de alqueire. Ademais, a universidade não tinha condições de promover o loteamento imediato das áreas pois seria exigida a construção de toda a infra-estrutura para a aprovação dos loteamentos e os prováveis compradores de lotes, seriam em sua maioria de classes menos favorecidas.

Pelos cálculos do prefeito universitário, a venda por alqueire das duas glebas, viria a totalizar cerca de Cr\$250.000,00 (ou US\$ 40 mil dólares), que somado ao terreno do Jatay, representaria um total de Cr\$400.000,00 (pouco mais de US\$ 65 mil dólares), completamente insuficiente para inverter na compra da área designada no Santa Mônica.

Por essas razões, essa opção não foi recomendada.

b) Jataí

Outra alternativa apontada, era a permuta com a Prefeitura Municipal das áreas da UnU – glebas na Lagoinha e no Glória – pela área do “Jatay”. A vantagem era que essa área estava localizada entre a Faculdade de Engenharia (Santa Mônica) e a Escola de Medicina (Umuarama) em suas atuais instalações, as quais, poderiam até permanecer com os cursos profissionalizantes.

Contudo, a impossibilidade na aquisição da área já havia sido alertada pelo então prefeito Virgílio Galassi que havia definido uma destinação própria para aquele espaço, a de um clube popular, o Parque do Sabiá. Apesar da universidade argumentar que a melhor área para a municipalidade construir um parque seria o Glória, por deter uma valiosa reserva de água e muito próxima à Sucupira, dificilmente a prefeitura seria demovida de sua intenção.



Figura 38: Foto do córrego Jataí (Acervo CDHIS)

c) Glória

A opção restante, segundo o prefeito universitário e a comissão responsável pela definição do local do câmpus da UnU, era o aproveitamento da gleba do “Glória”, de propriedade da universidade, doada pela Prefeitura em 1971. Os pontos favoráveis à implantação do campus na área do Glória eram o tamanho, cerca de 2,942 milhões de metros quadrados ou cerca de 61 alqueires – a maior de todas as áreas em pauta –, o terreno plano propício à construção de edifícios, os aspectos paisagísticos privilegiados, a água abundante para abastecimento e a rede de energia elétrica já disponibilizada.

O acesso ao futuro câmpus seria facilitado pela rodovia que ligava a cidade a Patrocínio (hoje BR-365). A distância – cerca de 9 (nove) quilômetros do centro da cidade – que poderia ser uma dificuldade, não era considerada relevante, face a existência de outros câmpus de universidades localizadas a distâncias muito maiores dos núcleos urbanos. O Glória ainda contaria com facilidade de comunicação rodoviária com as duas áreas do Santa Mônica e Umuarama, permitindo que a universidade pudesse contar com aquelas localidades para atividades profissionalizantes.

Além disso, a Prefeitura já havia anunciado que iria, em convênio com o Departamento Nacional de Estradas de Rodagem – DNER (hoje DNIT), construir o anel rodoviário, circundando a cidade de Uberlândia além da área do Glória, o que a aproximaria mais do centro urbano. Merece registrar que tal obra – anel rodoviário de Uberlândia –, até hoje, não foi concluída.

Na verdade, a principal vantagem do Glória era ter toda a sua área de propriedade da universidade. Assim, a UnU não precisaria desembolsar nenhum valor para aquisição de terrenos, bastaria dar início à implantação do câmpus com as obras de infra-estrutura e posteriormente de construção dos edifícios, podendo utilizar para isso, os recursos advindos da alienação das outras áreas de sua propriedade.

O reitor Prof. Juarez Altafin designou uma comissão que visitou o local para apreciação e parecer. Conhecendo o terreno e analisando a questão da distância, a comissão concluiu que a área do Glória atenderia os anseios da Universidade de Uberlândia para implantação de seu câmpus naquela gleba.

Na 26ª reunião do Conselho Universitário, ocorrida em 19 de setembro de 1973, o prefeito universitário apresentou, tendo em vista também a visita da comissão responsável à área do Glória atestando a viabilidade do empreendimento, seu parecer favorável à implantação do câmpus no “Glória”⁷:

⁷ Documento do Prefeito universitário Wilson Ribeiro da Silva, dirigido ao Conselho Universitário e datado de 19 de setembro de 1973.

Em vista dessa exposição que espelha com realismo e sinceridade, a situação do 'Campus da Universidade de Uberlândia', proponho, data vênia, que o Egrégio Conselho Universitário decida favoravelmente pela opção do "Glória", dando assim, historicamente, o passo mais avançado e decisivo para a fundação da Cidade Universitária de Uberlândia.

Na mesma reunião, diante desse estudo apresentado pelo Prefeito de *Campus*, o conselho aprovou, por unanimidade, a localização da cidade universitária na área do Glória.

Segundo Wilson Ribeiro da Silva⁸, o projeto aprovado previa que todos os cursos fossem para o Glória. No prédio da Engenheira funcionaria uma escola técnica e no Umuarama ficaria apenas o Hospital.

2.4.6. Em busca de financiamento

A universidade, intentando viabilizar a construção do futuro câmpus do Glória, buscou financiamento de duas formas e fontes: por meio de recursos do orçamento federal para as obras e de negociação de terrenos de sua propriedade para ampliação da gleba.

No âmbito do Ministério da Educação, existia um convênio com o Banco Interamericano de Desenvolvimento – BID, que transferia recursos para construção de câmpus universitários. Para concorrer a esses recursos, a universidade deveria elaborar um Plano Global de Desenvolvimento – PGD.

Conforme informação do encontro de coordenadores de PGD's realizado em 1974, estavam programados naquela etapa a aplicação de US\$150 milhões de dólares e, a médio prazo, de mais US\$200 milhões de dólares nas instituições aptas⁹.

A UnU, em prazo exíguo, elaborou seu PGD ainda em 1973, visando atender a uma das exigências do MEC para habilitar a universidade ao convênio MEC-BID. No documento constava a solicitação verbas para obras físicas em três áreas¹⁰:

- para realização de obras civis visando a implantação do câmpus universitário do Glória, em maior montante, cerca de Cr\$80 milhões (ou cerca de US\$13 milhões de dólares), valor esse baseado no número de alunos matriculados, na área média por aluno e nos preços correntes por unidade de área construída;
- para aquisição de equipamentos e construção de instalações do Centro Técnico Científico (a ser localizado junto à Faculdade de Engenharia no Santa Mônica) e;

⁸ Em entrevista concedida em 27 de julho de 2005.

⁹ Correspondência do Prof. Antonino Martins, presidente da comissão de elaboração do Plano Global de Desenvolvimento – PGD da UnU, de 28 de maio de 1974.

¹⁰ Orçamento Econômico do PGD, item 118, fl. 1.

- para expansão do câmpus do Umuarama para atender o ciclo profissionalizante do Centro Biomédico.

Segundo o Prof. Antonino Martins da Silva Júnior, que presidiu a comissão responsável pelo PGD, o principal motivo para sua elaboração era a concorrência aos recursos do convênio MEC-BID para construção do câmpus no Glória:

Em 1973 foi realizado o primeiro Plano Global de Desenvolvimento da Universidade de Uberlândia (PGD) do qual eu tive a honra de ser o presidente da comissão. Fizemos o Plano Global de Desenvolvimento da Engenharia e depois, por ação do então governador Rondon Pacheco, conseguimos que a Universidade fosse incluída nesse programa e aí fizemos o projeto de Universidade. Em 1973 tivemos o primeiro projeto de Universidade, um projeto bastante interessante, com área do campus integrado. Fizemos um projeto completinho inclusive com sistema de desenvolvimento, com diretor físico, tudo orçamentado. Precisava somente de dez milhões de dólares e nós os pedimos. Fomos ao governador Rondon Pacheco, apresentamos o projeto no Palácio, e ele ao governo federal, etc. Acontece que a Universidade não era federal; era federal, mas não era federal. Ali começaram os problemas (In CAETANO e DIB, 1988:342).

Em comunicação ao reitor, datada de maio de 1974, quando do encontro de coordenadores de PGD's, o presidente da comissão da UnU, Prof. Antonino Martins da Silva Júnior expôs o parecer da Comissão Especial para a Execução do Plano de Melhoramento e Expansão do Ensino Superior – CEPES sobre a proposta da instituição: “*A I.E.S. não tem estrutura acadêmica e administrativa como suporte para implantação de seu campus, conforme a Reforma Universitária*”.

Isto é, a UnU não foi considerada, pela avaliação de seu PGD, apta a receber os recursos do convênio MEC-BID para implantação do câmpus universitário. Entretanto, o próprio Prof. Antonino Martins, noticiou na mesma correspondência que:

Em contato verbal com o Professor Jarbas, relator do P.G.D. da Universidade de Uberlândia, recebemos orientação no sentido de não considerarmos a Universidade de Uberlândia afastada definitivamente do programa atual de oferecimento de recursos para implantação do seu Campus. O relatório encaminhado ao Exmo. Sr. Ministro da Educação não inclui a Universidade de Uberlândia no projeto de aplicação de verbas, mas poderia ou deveria ser tentada uma inclusão da Universidade, por interferência direta, junto ao Sr. Ministro.

Como já era sabido, a influência de políticos uberlandenses junto ao governo militar sempre foi um trunfo da universidade. Apesar disso, a UnU não foi incluída em nenhum programa que lhe permitisse recursos para a implantação do câmpus.

A outra estratégia utilizada pela UnU para constituir o seu câmpus no Glória foi a de aumentar a área que a universidade havia recebido em doação da Prefeitura de Uberlândia. Mais precisamente, a reitoria desejava adquirir uma área contígua à gleba, por ser mais plana e onde, segundo estudos, seria mais propícia à construção das edificações necessárias ao câmpus.

Em uma reunião dos membros dos Conselhos Diretor e Curador da Fundação Universidade de Uberlândia – a entidade mantenedora da UnU, realizada em 29 de outubro de 1974, “o Sr. Wilson Ribeiro da Silva, que explanou a situação do Campus, da necessidade de aquisição da área contígua ao Glória, de propriedade do Sr. Dr. Pedro Cheruli com aproximadamente dezoito alqueires”¹¹.

A proposta da universidade era efetuar uma troca dessa área no Glória pela gleba da Lagoinha (onde hoje fica o Camaru). O próprio prefeito universitário, Wilson Ribeiro da Silva, que conduziu as negociações explicou os motivos da aquisição:

A Lagoinha, negociamos com o Pedro Cheruli para aumentar o terreno do Glória. O nosso terreno não vinha até a rodovia que vai para Patrocínio, começava no alto do espigão. Então consegui trocar com o Pedro Cheruli e aí ampliamos a nossa área até a rodovia, a parte plana. A idéia seria implantar ali o campus da Universidade (In CAETANO e DIB, 1988:346-347).

A imprensa uberlandense, na época, noticiou o fato como início da implantação do câmpus da universidade. O Jornal Correio de Uberlândia, de 16 e 17 de agosto de 1975, anunciou em 1ª página:

“Campus da UnU tem 67 alqueires e fica a nove quilômetros do centro da cidade. Depois de longos meses de trabalho da Reitoria, a Universidade de Uberlândia definiu terça-feira última a área de seu ‘CAMPUS’. O Reitor Juarez Altafin e o presidente em exercício da Fundação Universidade de Uberlândia, Dr. Aluysio de Avelar Marques, assinaram terça-feira a escritura de permuta do imóvel denominado ‘LAGOINHA’ por outro de propriedade do Sr. Pedro Cheruli, junto à área do imóvel ‘GLÓRIA’, já pertencente à Universidade. Em ambos imóveis será construída a Cidade Universitária, próxima à zona urbana de Uberlândia, junto ao trevo de acesso à cidade, pela Avenida João Naves de Ávila.

¹¹ Ata da reunião dos Conselhos Diretor e Curador da Fundação Universidade de Uberlândia – Fonte: Arquivo Geral da UFU – campus universitário.

A aquisição feita pela Universidade, é da mais alta relevância para o nosso ensino superior. Por determinação do Reitor Juarez Altafin, o prefeito do Campus, Dr. Wilson Ribeiro da Silva, deverá iniciar os estudos para a implantação do Campus Universitário, numa área de 328 hectares e 8 acres, ou 67 alqueires e setenta litros. A determinação definitiva da localização do Campus, só foi possível graças à doação feita pelo Município de Uberlândia à Universidade, na gestão do sr. Virgílio Galassi”.

Outras ações foram desenvolvidas pela administração da UnU no sentido de assegurar condições para a implantação do câmpus universitário no Glória. Uma delas foi a construção do viaduto sobre a BR-365, que facilitou acesso à parte superior (aquela mais plana) do Glória, segundo Wilson Ribeiro da Silva:

Conseguimos do DNER, através do sr. Galba Porto [diretor do DNER e professor da Faculdade de Engenharia], aquele viaduto da rodovia que vai para Uberaba, logo em seguida a gente passa sobre um viaduto que está acima da estrada de ferro. Aquele viaduto já foi construído para dar acesso ao campus da Universidade (In CAETANO e DIB, 1988:346-347).

Em 1976, o convênio MEC-BID entrou em uma nova etapa, desta vez, tendo na coordenação do planejamento físico uma equipe da Universidade Federal de Minas Gerais – UFMG. A UnU, mais uma vez, apresentou um projeto para concorrer aos recursos do convênio.

Como relata o Prof. Antonino Martins da Silva Júnior, apesar do projeto muito bem feito e de todas as condições do Glória para sediar o câmpus único, a UnU não teve êxito no pleito:

(...) veio o pessoal da UFMG para nos ajudar. Eles fizeram um estudo e apresentaram um relatório ao Conselho Universitário, onde diziam claramente que seria muito interessante fazer a Universidade em um só campus e tínhamos uma área muito boa que era lá no Glória. Área espetacular, perto da cidade, servida de sistema de transporte muito bom, com estrada asfaltada, etc. Mas não possuía ainda uma infra-estrutura e naquele momento não existia em andamento no Ministério da Educação e Cultura, nenhum projeto que permitisse um investimento tão grande de dinheiro para a construção do campus. Além disso, ele levantou duas questões que para nós, foram contundentes: a Universidade não tinha definição do que queria, não tinha amadurecimento de Universidade, além de estar ainda lutando para ser reconhecida como Universidade Federal. (...) Além disso, um terceiro argumento que era essa idéia da Universidade funcionar em campus

único, isolado da comunidade, já estava sendo muito questionada no país (In CAETANO e DIB, 1988:342).

Contudo, o próprio estudo da UFMG recomendou que seria lamentável perder toda aquela estrutura. A implantação do câmpus único do Glória não seria viável a curto prazo, mas seria uma grande alternativa de longo prazo para a universidade.

2.4.5. Novas definições

Tendo em vista o estudo elaborado pelos técnicos da Universidade Federal de Minas Gerais recomendando a curto prazo, a implantação de dois câmpus universitários e que, a longo prazo, se planejasse a ocupação do Glória, o Conselho Universitário voltou a debater o tema do câmpus universitário. A 51ª reunião do CONSUN, realizada em 24 de fevereiro de 1976, foi presidida pelo Reitor *pro tempore* Prof. José de Paulo Machado, que havia sido nomeado um mês antes, enquanto o ministério definia a forma de indicação do novo reitor.

Da ata da reunião, consta a síntese do debate e a deliberação:

Primeiro ponto da pauta: Câmpus Universitário. O Sr. Presidente – Reitor pro tempore Prof. José de Paulo Machado – fez ao Conselho explanação sobre estudos feitos pela Reitoria e por técnicos do Ministério da Educação sobre o câmpus da Universidade de Uberlândia, tendo os mesmos chegado à conclusão de que, a curto prazo, devem ser criados dois pré-câmpi, localizados, um na área da Escola de Medicina e outro na da Faculdade Federal de Engenharia; ao final dos debates sobre o assunto, o Conselho aprovou a seguinte proposição: “O Câmpus será construído no Glória; o Conselho autoriza a construção de obras provisórias, visando à integração universitária, a título de pré-câmpi, de acordo com o planejamento da Reitoria, dando-se prioridade aos edifícios da Reitoria e das Faculdade de Medicina Veterinária e Filosofia, sendo a primeira e a última na área anexa à Faculdade Federal de Engenharia.

Assim, mesmo tendo o estudo da UFMG apontado para a consolidação dos dois câmpus existentes como a alternativa viável naquele momento para a UnU, o Conselho Universitário deliberou pela construção da cidade universitária no Glória, mantendo a posição anterior.

Entretanto, essa decisão não teve nenhuma eficácia, pois na prática, com a negativa da aprovação de recursos do convênio, não restaram fontes de financiamento capazes de garantir

a execução de um projeto de implementação do câmpus no Glória. Os pré-*campi* no Santa Mônica e Umuarama, além da Educação Física, foram consolidados.

Em maio daquele ano (1976), foi nomeado reitor o Prof. Gladstone Rodrigues da Cunha Filho, para o mandato de quatro anos. Em todo esse período, constam como oficiais poucas reuniões do Conselho Universitário.

Segundo o Prof. Gladstone Rodrigues da Cunha Filho¹², a cada quinze dias, às vezes até semanalmente, o conselho se reunia, entretanto, os encontros passaram a não ser registrados no livro de atas da Universidade de Uberlândia, pois havia questionamentos sobre a validade jurídica das decisões nesse período em que se intentava a federalização.

Os relatos obtidos apontam que pouco se resgatou da idéia de implantar um câmpus no Glória naquele momento. A prioridade absoluta era a construção de blocos de salas de aula e laboratórios nos *campi* Santa Mônica e Umuarama para a viabilizar a transferência dos cursos que estavam no centro da cidade.

Na 57ª reunião do Conselho Universitário, realizada em 24 de setembro de 1979, a UnU já havia se tornado Fundação Universidade Federal de Uberlândia – UFU. Esta reunião foi uma das últimas que fez referência à questão do câmpus universitário, abordando a intenção do Reitor de consolidar os atuais *campi* Santa Mônica e do Umuarama, transferindo os diversos cursos ministrados na área central da cidade para os dois locais, com o intuito de promover a integração da universidade e o aproveitamento dos laboratórios e instalações, inclusive do espaço físico ocioso no período noturno.

¹² Em entrevista concedida em 21 de julho de 2005.

2.5. A CONSOLIDAÇÃO DOS ESPAÇOS DA UFU

2.5.1. O patrimônio atual

A decisão do Conselho Universitário, datada de 1979, de definir como política de espaço físico da universidade a consolidação dos *campi* Umuarama e Santa Mônica, além da Educação Física, apenas conferiu legitimidade a um processo em curso, onde foi observada uma forte expansão das instalações físicas, especialmente, com o intuito de transferir para os espaços no Santa Mônica e Umuarama, os cursos que pertenciam às faculdades autônomas da UnU.

Como ressalta o Prof. Nestor Barbosa de Andrade¹³, em 1978 os três *campi* da UFU já estavam consolidados. Nenhuma remodelação foi feita após esse período, nunca se derrubou nada, praticamente só houve acréscimos.

É importante reforçar que, com a constituição da UnU, o patrimônio das faculdades isoladas, passou a ter um único e grande proprietário, a Fundação Universidade de Uberlândia. Com isso, diversos negócios e investimentos puderam ser realizados. Além desses bens, a maioria imóveis, a transferência de recursos municipais, estaduais e sobretudo federais também viabilizou o forte incremento do patrimônio da universidade.

Ademais, boa parte dos acréscimos de terrenos e glebas do Santa Mônica, Umuarama e Glória, além de várias construções, foram possíveis graças ao excedente financeiro da Fundação de Assistência, Estudo e Pesquisa de Uberlândia – FAEPU que administrava o convênio da universidade com o sistema de saúde e assistência social.

Quando a universidade foi federalizada em 1979 todo o patrimônio que a UFU dispõe hoje já estava adquirido e buscava-se consolidar as unidades físicas do Santa Mônica e do Umuarama para abrigar as faculdades que estavam no centro da cidade.

A área total ocupada pela universidade está distribuída em três câmpus – Umuarama, Santa Mônica e da Educação Física; duas unidades administrativas – a Reitoria da Engenheiro Diniz e a Duque de Caxias; três fazendas experimentais – Fazenda Capim Branco, Fazenda do Glória e Fazenda Água Limpa; e uma reserva ecológica, a do Panga.

De acordo com a Pró-Reitoria de Planejamento e Administração – PROPLAD¹⁴, os espaços da UFU dentro da área urbana de Uberlândia, em 2005, são os seguintes:

TABELA 7 – Inventário do espaço físico urbano utilizado pela UFU			
Espaço	Área (m²)	Utilização	Propriedade

¹³ Em entrevista concedida em 23 de julho de 2005.

¹⁴ In Inventário de Espaço Físico – UFU e FAEPU. Fonte: Divisão de Patrimônio da UFU.

Campus Santa Mônica	255.098,39	Universidade	UFU
Campus Santa Mônica	25.021,50	Universidade	FAEPU
Campus Umuarama	46.891,50	Universidade	UFU
Campus Umuarama	123.664,50	Universidade	FAEPU
Campus Educação Física	53.474,78	Universidade	UFU
Reitoria Engenheiro Diniz	1.572,42	Administração	UFU
Reitoria Duque de Caxias	3.469,50	Administração	UFU
Jaraguá	13.680,00	Saúde	UFU
Jaraguá	2.093,20	Saúde	FAEPU
Jardim Brasília	10.440,00	Herbário	FAEPU
Luizote de Freitas	2.779,62	Saúde	FAEPU
Roosevelt	1.600,00	Cultura Negra	FAEPU
Segismundo Pereira	2.070,00	Laboratório	FAEPU
Total	541.855,41	-	-

Após a consolidação dos *campi*, apenas reformas pontuais e construções foram feitas na universidade. A única grande alteração na morfologia do espaço da UFU foi o fechamento (cercamento total) do *campus* Santa Mônica, no início da década de 1990, com a incorporação pela universidade, da avenida Universitária, que liga as duas portarias (João Naves de Ávila e Segismundo Pereira).

O Plano Diretor Físico só foi elaborado¹⁵ e aprovado em 1991. Este documento apresenta um detalhado e completo diagnóstico dos *campi* Santa Mônica e Umuarama. O plano, mesmo descumprido, não sofreu nenhuma revisão formal, apenas alterações pontuais discutidas em conselhos superiores como a mudança do local de construção da reitoria no *campus* Santa Mônica.

Em 1995, foi elaborado o Boletim de Dados Físicos da UFU com a relação, os dados e as informações sobre todos os terrenos e edificações da universidade, servindo de importante ferramenta de planejamento.

Mais recentemente, em 2003, a universidade contratou o arquiteto Sebastião Lopes¹⁶, para implantação do Sistema de Planejamento e Administração de Tempo e Espaço – SPATE. O arquiteto já fez uma exposição no Conselho Diretor e, desde então, estão sendo elaborados diversos relatórios com diagnóstico e proposições acerca da ocupação de espaços pela UFU.

2.5.2. Campus Santa Mônica

¹⁵ O plano foi encomendado ao escritório Zimbres & Reis Arquitetos Associados que projetou, por exemplo, o prédio da Reitoria da UnB.

¹⁶ O arquiteto Sebastião Lopes tem, dentre outros trabalhos, projetos arquitetônicos de câmpus e edifícios na PUC-MG, UFRJ, UFJF, UCB e Universidade de Itaúna. É criador do SPATE – Sistema de Planejamento e Administração de Tempo e Espaço, que é um software de administração de tempo e espaço, utilizado inclusive pelo Ministério da Educação para dimensionar programas de necessidades evitando espaços ociosos e desperdícios.

O *Campus* Santa Mônica possui 280.119,89 metros quadrados ou pouco mais de 28 hectares de área total e está localizado no setor leste da cidade, entre duas das principais vias de trânsito da cidade, as avenidas Segismundo Pereira e João Naves de Ávila.

O *Campus* Santa Mônica, no processo de consolidação da área, continuou a receber doações de terrenos e a fazer aquisições e permutas. Entre 1973 e 1974, houve uma permuta com o 32º Batalhão de Polícia Militar. A universidade havia recebido em doação da Prefeitura o terreno do Jatay (onde hoje funciona o batalhão), que foi trocada pela área triangular em frente ao prédio do Mineirão (na avenida João Naves de Ávila, à direita da portaria principal) que pertencia à Polícia Militar.

Em 1980, a universidade, já federal, acertou com a Urbanizadora Segismundo Pereira, a compra de cerca 70 (setenta) lotes, cerca 25 mil metros quadrados, no bairro Santa Mônica para consolidar o câmpus e que foram pagos pela Fundação de Assistência, Estudo e Pesquisa de Uberlândia – FAEPU.



Vista aérea do Campus Santa Mônica - Acervo CDHIS, década de 1970.

Figura 39: Foto do campus Santa Mônica na década de 1970 (Acervo CDHIS)



Vista atual do Campus Santa Mônica - Acervo CDHIS, 2004.

Figura 40: Foto do campus Santa Mônica (Acervo CDHIS)



Figura 41: Foto aérea do campus Santa Mônica (2004) (Prefeitura de Municipal de Uberlândia)

O *campus* está totalmente inserido no bairro Santa Mônica que fica distante apenas dois quilômetros do centro da cidade, mas faz parte do chamado novo centro, junto com a Câmara Municipal, o Centro Administrativo da Prefeitura, o supermercado *Carrefour* e o *Center Shopping*.

No câmpus estão localizados 18 (dezoito) dos 27 (vinte e sete) institutos e faculdades da UFU, concentrando todas as unidades da área de Exatas (antigo CETEC) e todas, exceto uma, da área de Humanas (antigo CEHAR).

Falando do espaço vivido do Santa Mônica, costuma-se fazer uma divisão do câmpus em “Alto Santa Mônica”, onde se encontram as unidades e cursos da área de humanidades e o “Baixo Santa Mônica” onde ficam as exatas e cursos da área de ciências sociais aplicadas – Direito, Administração e Economia.

Isso ocorre, sobretudo, porque não há espaços de vivência que possibilitem a troca entre estudantes, professores e servidores. Além disso, não há interdisciplinariedade, de forma a integrar os currículos para uma formação universal do conhecimento – é fácil, por exemplo, encontrar estudantes que nunca saíram de seu bloco de salas de aula para participar de atividades com outros cursos.

Outra questão presente no *campus* é a perceptível disparidade entre as edificações, contrastando prédios modernos e acessíveis, de construção mais recente (de 1990 em diante) como os blocos 3D (Direito), 3M (Música e Artes Cênicas), 3N (Engenharia Elétrica) e 3Q (auditório e salas de aula), com blocos “galpões” antigos, de estrutura do tipo “pavilhão”.

Além disso, há também disparidade de edificações para unidades acadêmicas. Enquanto algumas faculdades e institutos têm prédios exclusivos de salas de professores e laboratórios – 3N da Engenharia Elétrica –, há blocos abrigando até diversas unidades distintas, como o 1H e 1I que juntos centralizam atividades das unidades de Geografia, História, Filosofia, Ciências Sociais, Artes e Arquitetura e Urbanismo.

O *campus* Santa Mônica tem uma utilização mais restrita ao público acadêmico. Embora seja utilizado como passagem por veículos e pedestres, diferentemente do *campus* da Educação Física que é utilizado por usuários externos (deficientes físicos e idosos) e do Umuarama por causa do Hospital das Clínicas, o Santa Mônica é praticamente freqüentado pela comunidade universitária apenas.

No Santa Mônica a topografia do terreno não apresenta declividades maiores do que 5%, a exceção de trechos próximos à avenida João Naves de Ávila, onde pode chegar a 10%, aproximadamente.

As vias principais de acesso ao bairro e ao *campus* são as avenidas João Naves de Ávila (sentidos centro-bairros e setores sul e leste-centro) e Segismundo Pereira (setor leste-centro). O *campus* tem dois acessos principais – portarias – uma pela João Naves de Ávila e outra pela Segismundo Pereira, além dela, há interseções na avenida Francisco Vicente Ferreira para entrada de pedestres e também uma entrada de pedestres na avenida Segismundo Pereira, junto à Biblioteca.

A avenida universitária é a principal via interna de tráfego de automóveis e de pedestres. Outra via de pedestres é o eixo da entrada de pedestres da avenida Francisco Vicente Ferreira até a avenida Universitária.

No *campus* Santa Mônica, os limites entre o câmpus e a cidade estão muito bem definidos (note-se na figura 40). Não há dentro do espaço, a subdivisão em lotes e quadras. A ocupação se faz como um todo e conforme as diretrizes de ocupação próprias da universidade.

O câmpus ainda possui pequeno potencial construtivo, isto é, área que pode ser utilizada para edificações e ocupação acadêmica e administrativa, seja horizontal ou vertical.

TABELA 8 – Relação de edificações do *campus* Santa Mônica

N.º	Atividades	Área (m²)	Ano	Propriedade
1A	Pró-Reitoria de Graduação; COPEV; Protocolo; Banco do Brasil; Correios; Atendimento à Saúde do Servidor; DIROB; Coord. de Cursos (Exatas e Tecnológicas)	2.895,23	1978	UFU
continua...				
1B	Faculdade de Ciência da Computação; Anfiteatro; Laboratórios de Informática; DCE; Salas de Aula; PROEX; Matemática	4.309,20	1970	UFU
1C	Salas de Aula	1.035,68	1972	UFU
1D	Instituto de Química; Laboratórios de Química	865,63	1972	UFU

1E	Anfiteatro; Laboratório de Manutenção Eletrônica; Laboratórios de Aula	1.363,50	1974	UFU
1F	Faculdade de Gestão e Negócios; Faculdade de Ciências Contábeis; Laboratórios de Contabilidade; Faculdade de Matemática; Laboratórios de Matemática; Salas de Aula; Salas de Professores	2.677,00 + 291,48	1978	UFU
1G	Faculdade de Educação; Laboratório de Línguas; Salas Aula	2.677,00	1982	UFU
1H	Instituto de Geografia; Instituto de História; Coord. do Curso de Ciências Sociais; Laboratórios; Salas de aula	2.682,15	1984	UFU
1I	Faculdade de Arquitetura e Urbanismo; Faculdade de Filosofia, Artes e Ciências Sociais; Oficinas; Laboratórios; Salas de Aula	2.390,67	1986	UFU
1J	Pró-Reitoria de Pesquisa e Pós Graduação; Instituto de Economia; Núcleo de Processamento de Dados - NUPRO; Prefeitura Universitária	2.867,89	1982	UFU
1K	Faculdade de Engenharia Química; Laboratórios; Mestrado em Engenharia Química; Oficina Mecânica	929,37	1982	UFU
1L	Cantina	478,79	1978	UFU
1M	Faculdade de Engenharia Mecânica; Laboratórios; Salas de Professores	1.349,28	1980	UFU
1N	Laboratórios de Engenharia Elétrica	213,73	1972	UFU
1O	Laboratórios do Curso de Engenharia Mecânica	773,48	1970	UFU
1P	Laboratório de Alta Tensão; Laboratórios de Pesquisas	485,77	1980	UFU
1Q	Centro de Documentação e Pesquisa em História; Núcleo de Estudo Gênero/Mulher; Museu de Minerais e Rochas; Anfiteatro; Laboratórios Química	1.438,56	1969	UFU
1R	Laboratório de Tribologia e Materiais	297,75	1978	UFU
1S	Centro de Comunicação (Rádio, TV e Gráfica)	2.064,74	1995	UFU
1T	Almoxarifado Engenharia Mecânica	119,58	1970	UFU
1U	Instituto de Letras e Linguística; Departamento de Filosofia; Curso de Filosofia; Departamento de Prática Pedagógica; Salas de Aula	1.531,66 + 291,48	1988	UFU
1V	Coord. do Curso de Música e Artes Cênicas, Laboratório de Informática do Curso de Música	256,76	1984	UFU
1W	Restaurante Universitário; Reprografia (Xerox)	1.300,26	1987	UFU
1X	Departamento de Ciências Físicas; Laboratório de Física; Anfiteatro; Salas de Aula; Salas de Professores	2.677,95	1988	UFU
1Y	Faculdade de Engenharia Civil; Laboratórios; Salas de Professores	3.008,64	1982	UFU
1Z	Laboratórios da Faculdade de Engenharia Química; Núcleo Processamento de Alimentos	440,16	1985	UFU
3A	Vestiário do Campo de Futebol	92,82	1987	UFU
3B	DCE	153,47	1975	F.A.U
3C	Biblioteca; Núcleo de Estudos Canadenses	5.749,19	1991	UFU
continua...				
3D	Faculdade de Direito; Coord. do Curso de Direito; Cursos de Especialização; Salas de Aulas	2.937,81	1992	UFU
3E	Salas de Aula	1.559,69	1994	UFU
3F	Guarita 1 – Av. João Naves de Ávila	6,00	1992	UFU
3G	Guarita 2 – Av. Segismundo Pereira	6,00	1992	UFU
3H	Guarita 3 – Rua Francisco Vicente Ferreira	6,00	1992	UFU

3I	Guarita 4 – Biblioteca	4,32	1992	UFU
3J	Almoxarifados 1, 2 e 3 da Química	56,17	1993	UFU
3K	Reservatórios Inferior e Superiores e Casa de Bombas Res. Inf. + casa de Bombas 116,40m² res. Sup. 18,49m²	134,89	1993	UFU
3L	Oficina da Faculdade de Engenharia Química	181,80	1994	UFU
3M	Curso de Música e Artes Cênicas; Almoxarifado; Anfiteatro; Salas de Aula	2.570,32	1995	UFU
3N	Faculdade de Engenharia Elétrica; Coord. do Curso de Engenharia Elétrica; Laboratórios; Salas de Professores	1.440,88	1996	UFU
3O	Laboratórios de Pesquisa do Curso de Química	710,80		UFU
3P	Centro Administrativo (Reitoria)			UFU
3Q	Bloco de Salas de Aula	4.935,78	2003	UFU
3R	Cabine de Força da Biblioteca	71,68	1991	UFU
3S	Cabine de Força da Mecânica	40,80	1970	UFU
3T	Cabine de Força Bloco 1F	59,07	1978	UFU
3U	Cabine de Força do Bloco 1H	54,82	1984	UFU
3V	Quadra Poliesportiva	(*3)613,11	1976	UFU
3W	Campo Futebol	(*3)9.600,00	1987	UFU
3X	Estação Meteorológica	(*3)546,49	1996	UFU
3Y	Casa Compressores	5,76	1982	UFU
3Z	Laboratório de Alto Risco/Química	21,00	1972	UFU
5As	Casa Compressor Junto Reservatório Superior Metálico	8,04	1984	UFU
5B	Campo Futebol Society ao lado bloco 1Y (Civil)			UFU
5C	Cabine de Medição junto à Biblioteca	40,74		UFU
5D	DIROB - Execução Física	524,90		UFU
5E	Laboratório de Materiais de Construção Civil - Anexo ao bloco 1Y	345,00		UFU
5F	Cantina entre os blocos 1H e 1I (projeto não executado)	353,95		UFU
5G	Galpão para Inspeção de Segurança Veicular do Credenciamento INMETRO (*1)	150,00		UFU
5H	Galpão mecânica - CEDIA/INMETRO			UFU
5I	Laboratório e anfiteatro da Química	294,32		UFU
5J	Centro de Reciclagem de Resíduos Tóxicos – laboratório – 100,00 m², depósito 31,56 m²	131,56		UFU
5K	Laboratórios de Pesquisa Integrada	1.209,00		UFU
5L	Incubadora de Empresas		2003	UFU/PMU
5M	Laboratórios de Ciências Humanas e Sociais, Letras e Artes (*2)	710,27	2005	UFU
5N	Centro de Convivência Santa Mônica		2005	UFU



instituição: UNIVERSIDADE FEDERAL DE UBERLÂNDIA
 localização: CAMPUS SANTA MÔNICA
 data: OUTUBRO 2004



IMPLANTAÇÃO

COORDENADORA : ARQUITETA MARIA
 ELIZA GUERRA

escala: 1:5000

DIAGNÓSTICO DE USO DO ESPAÇO FÍSICO DA UFU
PREFE - PREFEITURA UNIVERSITÁRIA
 UNIVERSIDADE FEDERAL DE UBERLÂNDIA

2.5.3. Campus Umuarama

O *Campus* Umuarama foi criado na área ocupada pela Escola de Medicina e Cirurgia de Uberlândia desde 1968. A área, que foi doada, em parte, por uma imobiliária (a mesma que loteou o bairro Jardim Umuarama), ocupa hoje 170.556 metros quadrados, cerca de 17 hectares, distribuídos em vinte quadras.

O bairro Umuarama está localizado a cerca de 4 (quatro) quilômetros do centro da cidade e é marcadamente residencial, situando-se entre uma via de grande e intenso tráfego, a BR-050 e a ferrovia que margeia a cidade.

O *campus* Umuarama caracteriza-se basicamente pela integração com a cidade, inclusive visual, pois até os edifícios do câmpus tem altura correspondente aos existentes na vizinhança.

Talvez uma diferença pouco perceptível é que no restante do bairro há uma variabilidade de usos (comerciais e residenciais) e de tipologia das construções, enquanto no câmpus, o adotou-se o mesmo modelo construtivo (estrutura, acabamento, esquadrias, elementos de fachada) para os prédios universitários.

A topografia do *campus* Umuarama apresenta declividades menores do que 5% em todos os terrenos.

O sistema viário é do tipo malha ortogonal, acompanhando o bairro. A circulação interna é feita pela avenida Amazonas, tendo como acesso principal a rua Ceará. Apesar de alguns trechos de vias terem sido absorvidos pela universidade, o campus não é fechado como o Santa Mônica, recebendo um tráfego considerável de pedestres e automóveis que utilizam a área como passagem.

O *campus* Umuarama é o que se encontra mais saturado e carente de espaços físicos para as necessárias ampliações e extensões das unidades acadêmicas lá sediadas. Não há potencial construtivo nem horizontal nem vertical, além de grande carência de estacionamento.

Pode-se dizer também que a saturação do campus Umuarama é decorrente de má utilização (há, por exemplo, uma quadra toda utilizada para experimentos agrícolas que poderiam estar nas fazendas) e por um estrangulamento propiciado pelo Hospital de Clínicas.



Figura 42: Foto do campus Umuarama na década de 1980 (Acervo CDHIS)



Figura 43: Foto aérea do campus Umuarama e adjacências (2004) (Prefeitura Municipal de Uberlândia)

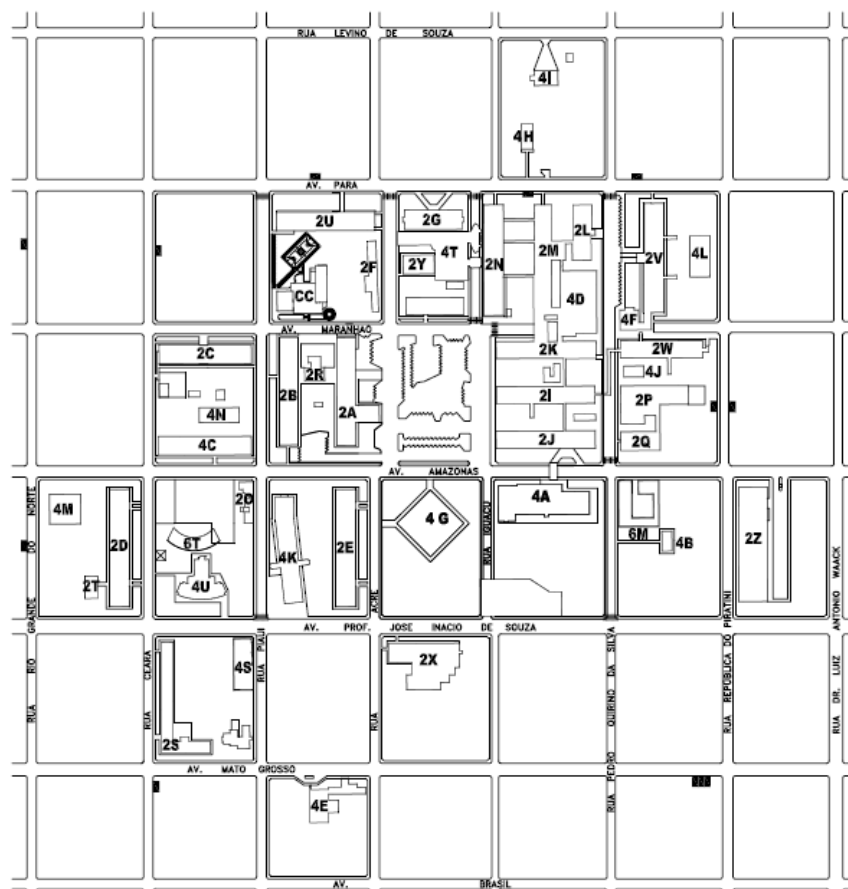
TABELA 9 – Relação das edificações do *campus* Umuarama

N.º	Setores	Área (m²)	Ano	Propriedade
2A	Depto. Ciências Fisiológicas; Lab. de Anatomia Humana; Laboratórios; Anfiteatro	2.843,16	1968	FAEPU
continua...				
2B	Faculdade de Odontologia; Cursos de Especialização; Laboratórios.	2.677,00	1976	FAEPU

2C	Faculdade de Psicologia; Clínica Psicológica; Laboratórios; Salas de Aula	2.327,00	1980	FAEPU
2D	Instituto de Biologia; Laboratórios; Estágio Supervisionado de Veterinária; Curso de Mestrado em Ecologia e Conservação de Recursos Naturais; FUNDAP; Salas de Aula	2.663,75	1982	UFU
2E	Instituto de Ciências Agrárias; Instituto de Genética e Bioquímica; Laboratórios; Audiovisual.	2.677,00	1983	UFU
2F	Divisão de Transportes (Garagem da UFU); Divisão de Vigilância	2.052,22	1970	FAEPU
2G	Faculdade de Odontologia; Laboratórios; Clínica Odontológica; Coordenação de Áreas.	795,95	1973	FAEPU
2H	Faculdade de Medicina; Residência Médica; Deptos.; Anfiteatro.	943,20	1974	FAEPU
2I	Maternidade; Pediatria; Berçário; Centro Obstétrico; UTI Pediátrica.	2.486,11	1970	FAEPU
2J	Clínicas Cirúrgicas; Hemocentro; Moléstias Infecciosas; Otorrino; Enfermagem; PABX.	2.486,11	1970	FAEPU
2K	Direção HC, Assessoria de Imprensa; Banco do Brasil; Farmácia; Sala de Aula; Suporte Informática; Serviço Social; Laboratórios; Capela; Clínica Cirúrgica.	2.486,11	1971	FAEPU
2L	Laboratório de Análises Clínicas; Alojamento Médico.	1.422,04	1974	FAEPU
2M	Pronto Socorro; Clínica Médica; Cirurgia; Programa de Internação Domiciliar – PID; Sala de Aula.	3.018,27	1972	FAEPU
2N	Pronto Socorro Odontológico; Ambulatórios de Ginecologia, de Pediatria; Setor de Fisioterapia.	2.677,00	1973	FAEPU
2O	Divisão de Manutenção Geral; Setor de Jardinagem	776,00	1976	FAEPU
2P	Gerência da Divisão de Zeladoria; Lavanderia; Corte e Costura; Clínica de Psiquiatria; Setor de Hemodiálise	2.489,90	1978	FAEPU
2Q	Lab. de Patologia; Salas de Aula de Patologia	958,99	1972	FAEPU
2R	Cantina Central	319,59	1977	FAEPU
2S	Hospital Veterinário; Setores de Clínica, Cirurgia e Diagnóstico e de Grandes Animais; Laboratório; Canil	1.151,00	1975	UFU
2T	Faculdade de Medicina Veterinária	265,38	1975	UFU
2U	Divisão de Serviços Gerais; Protocolo; Correios; Adm. Escolar; Setores de Reprografia e Telefonia; Banco do Brasil; Faculdade de Odontologia	1.349,46	1970	FAEPU
2V	Ambulatório Central; Consultórios; Supervisão/Controle SUS; Farmácia; Serviço Social; Programa Atendimento Domiciliar - PAD; Pronto Atendimento Médico e Pediátrico	2.830,00	1972	FAEPU
2X	Nutrição e Dietética; Cozinha; Vestiários; Restaurante Universitário	2.047,89	1978	FAEPU
2Y	Diretoria de Obras; Marcenaria; Almoxarifado de Obras; Setor de Limpeza; Refeitório	1.437,00	1984	FAEPU
2W	Núcleo de Processamento de Dados	867,00	1984	FAEPU
2Z	Almoxarifado Central; Divisão de Patrimônio	2.177,12	1982	FAEPU
continua...				
4A	Oncologia; Cobaltoterapia; Hospital do Câncer	267,39	1984	FAEPU
4B	Depósito de Inflamáveis; Lab. Farmácia	96,99	1982	UFU
4C	Instituto de Ciências Biomédicas; Laboratórios	2.272,50	1989	FAEPU

4D	Portaria do HC; Recepção Hospitalar; Arquivo Médico; Serviço Social; Internação; Estatística; UTIs; Centro Cirúrgico; Esterilização	9.494,79	1992	FAEPU
4E	Administração Geral da FAEPU	842,84	1990	FAEPU
4F	Cantina Hospital de Clínicas; Salas de Treinamento; Proreh HC	477,76	1989	FAEPU
4G	Biblioteca; Cantina	4.035,45	1991	UFU
4H	Ambulatório de Traumatologia	346,74	1976	FAEPU
4I	Setor de Transportes – Garagem FAEPU	230,00	1976	FAEPU
4J	Caldeiras	100,00	1991	-
4K	Escola Técnica de Saúde; Curso de Enfermagem; Salas de Aula	3.335,51	1996	UFU
4L	Hospital Odontológico; Clínicas da Faculdade de Odontologia	1.529,82	1992	UFU
4M	Setor de Manutenção de Répteis	120,24	1976	
4N	Casa de Vegetação	384,00	1992	UFU
4O	Atendimento Pediátrico	150	1976	-
4P	Reabilitação Física	200	1978	FAEPU
4Q	Salas de aula			
4S	Pronto Atendimento Pediátrico			UFU
4T	Reabilitação Física			UFU
4U	Bloco de Salas de Aula	(*2)		UFU
4V	Central de Gases	60	1992	UFU
4X	Cabine de Força 1	60	1970	UFU
4Y	Cabine de Força 2	167	1972	UFU
4W	Central de Gases	60	1992	UFU
4Z	Cabine de Força 3	100	1980	UFU
6A	Cabine de Força 4	20	1968	UFU
6B	Cabine de Força 5	33	1982	UFU
6C	Central de Gases	13	1986	UFU
6D	Casa de Máquinas	53	1986	UFU
6E	Casa de Máquinas	13	1986	UFU
6F	Garagem	94	1972	UFU
6G	Quadra poliesportiva	*613	1968	UFU
6H	Apiário (Setor de abelhas)	38	1989	UFU
6I		8	1992	UFU
6J		13	1992	UFU
6K	Galpão Psicologia	73	1992	UFU
6L		49	1992	UFU
6M	Manutenção Hospitalar II; Obras FAEPU	822,00		FAEPU
6O	Central de Gases	60,83		UFU
continua...				
6P	Xerox e Livraria			UFU
6Q	Cabine de Força	40,74		UFU
6R	Laboratório de triagem, depósito e sala do DA	(*2)72,90		UFU
6S	Casa do transmissor da TV Universitária	30,24		UFU

6T	Bloco de laboratórios	654,08		UFU
6U	Cabine de Medição HC			
6V	Centro de Convivência Umuarama			UFU



LEGENDA

2A - ANFITEATRO - ANATOMIA - SALAS DE AULA
 4A - HOSPITAL DO CÂNCER - COBALTERAPIA
 2B - ODONTOLOGIA - HISTOLOGIA - SALAS DE AULA
 4B - DEPOSITO INFLAMÁVEIS
 2C - PSICOLOGIA - CLÍNICA PSICOTERÁPIA
 4C - AGRONOMIA - BIODICIÊNCIAS
 2D - VETERINÁRIA - BIOLOGIA
 4D - HOSPITAL DO CORAÇÃO
 2E - AGRONOMIA E SALAS DE AULA
 4E - ADMINISTRAÇÃO FAZPU
 2F - TRANSPORTES (GARAGEM)
 4F - CANTINA DO HOSPITAL
 2G - ODONTOLOGIA
 4G - BIBLIOTECA
 2H - CURSO MEDICINA
 4H - TRAUMATOLOGIA
 2I - HOSPITAL MATERNIDADE - PEDIATRIA - BERÇÁRIO
 4I - GARAGEM
 2J - HOSPITAL RADIOLOGIA - C. CIRURGICA I
 4J - CALDEIRAS
 2K - HOSP. PATOLOGIA - ADM. C. CIRURGICO II
 4K - E. TÉCNICA DE SAÚDE - SALAS DE AULA

2L - LAB. ANAL. CLINICAS - ALOJAMENTO MÉDICO
 4L - PRONTO SOCORRO - TRAUMATOLOGIA - CLIN. MÉDICA
 2M - PRONTO ATENDIMENTO MÉDICO
 4M - MANUTENÇÃO GERAL HC
 2N - HOSP. ODONT. - GINEC. - AMBULATÓRIO PEDIATRIA
 4N - CASA DE VEGETAÇÃO
 2O - DIVISÃO MANUTENÇÃO GERAL
 4O - LAVANDERIA - PSQUIATRIA
 2P - PATOLOGIA NECROPSIA
 4P - CANTINA DADU
 2Q - HOSPITAL VETERINÁRIO
 4Q - CANTINA VETERINÁRIA
 2R - LABORATÓRIO BIOMÉDICAS
 4R - ADMINISTRAÇÃO - BANCO
 2S - INFECTÓRIO - BIOTÉRIO
 4S - AMBULATÓRIO DIRSA
 2T - COZINHA - VESTIÁRIOS - RU
 4T - DIRETORIA DE OBRAS - SETOR LIMPEZA
 2U - NÚCLEO DE PROCESSAMENTO DE DADOS
 4U - ALMOXARIFADO CENTRAL
 2V - HOSPITAL ODONTOLÓGICO 2
 4V - HOSPITAL ODONTOLÓGICO 1
 ■ PONTOS DE ÔNIBUS
 ■ RUA FECHADA

instituição: UNIVERSIDADE FEDERAL DE UBERLÂNDIA
 localização: CAMPUS UMUARAMA
 DATA: ABRIL 2004



IMPLANTAÇÃO

COORDENADORA : ARQUITETA MARIA
 ELIZA GUERRA

esc.: 1:5000

DIAGNÓSTICO DE USO DO ESPAÇO FÍSICO DA UFU
PREFE - PREFEITURA UNIVERSITÁRIA
 UNIVERSIDADE FEDERAL DE UBERLÂNDIA

2.5.4. Campus Educação Física

O *campus* Educação Física tem suas instalações atuais adaptadas a partir da estrutura de um antigo clube popular, o clube Napoleão, que foi adquirido pelo Estado de Minas Gerais para a Escola Superior de Educação Física.

É o *campus* que está mais próximo do centro da cidade, há cerca de 1,5 quilômetros, ocupando um terreno de 53.474,78 mil metros quadrados ou 53 hectares, ao lado das duas principais vias da cidade (avenidas Rondon Pacheco e João Naves de Ávila) e junto ao lado do novo centro comercial (*Center Shopping* e *Carrefour*).

O acesso se dá pela avenida Benjamin Constant (portaria principal) e por uma entrada lateral. O trânsito interno é restrito a pedestres e bicicletas. O estacionamento é externo e vertical no passeio da avenida, o que acarreta problemas de tráfego e de ocupação de ruas vizinhas.

Destaca-se no *campus* o grande parque esportivo formado pelo conjunto de quadras, campos e pistas, que atende às atividades acadêmicas da Faculdade de Educação Física e ao público externo e universitário, com projetos como o Centro Esportivo Universitário e as atividades de extensão, sobretudo com portadores deficiências físicas e idosos.

Aí está justamente uma das maiores contradições no espaço da Educação Física. O *campus*, apesar de bastante utilizado por portadores de necessidades especiais, muitos de cadeiras de rodas, não é adaptado às normas de acessibilidade. Os deficientes têm, por exemplo, que adentrar ao campus por uma porta lateral e não pela portaria principal. Não bastasse isso, são diversos os obstáculos para os deficientes, como rampas inclinadas e escadas para acesso a quase todas as instalações.

Uma das principais reivindicações da comunidade que utiliza o câmpus, é a melhoria das instalações esportivas, muitas das quais se encontram em situação precária e prejudicam tanto atividades de ensino e pesquisa, quanto de extensão.

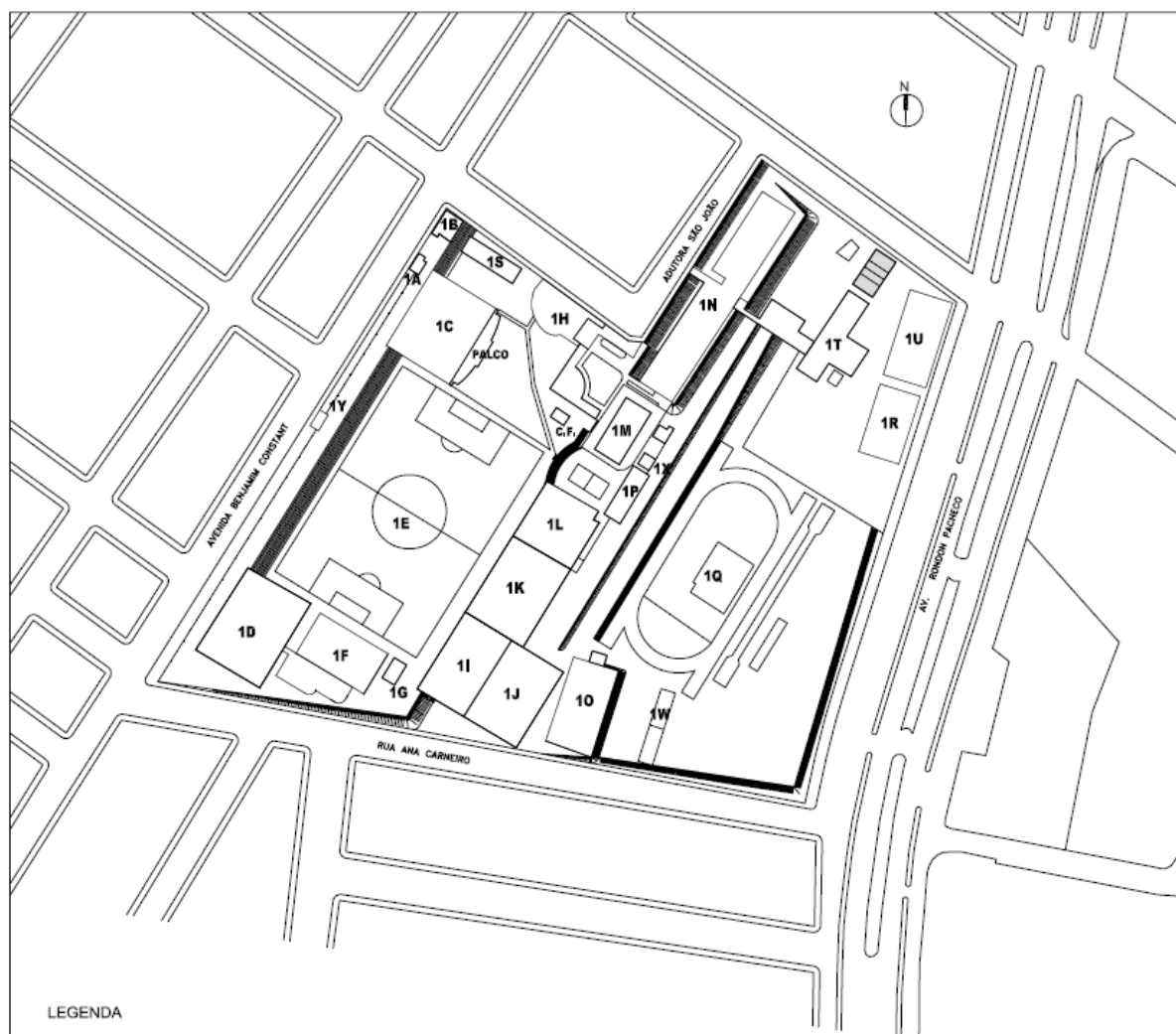
Contígua à área da faculdade está sediada a Escola de Educação Básica – ESEBA, uma unidade especial de ensino fundamental, que funciona como um anexo, em um prédio próprio, com áreas de recreio e quadras.



Figura 44: Foto aérea do campus Educação Física e adjacências (2004) (Prefeitura Municipal de Uberlândia)

TABELA 10 – Relação das edificações do <i>campus</i> Educação Física				
N.º	Setores	Área (m²)	Ano	Propriedade
1A	Portaria antiga – Sala de troféus	30,80	1970	UFU
1B	Sala de Aula	80,62	1983	UFU
1C	Quadra Coberta, Vestiários e palco	1.085,15 + 286,76	1976	UFU
1D	Quadra Poliesportiva Coberta	1.137,15	1981	UFU
1E	Campo de Futebol		1972	UFU
1F	Quadra Poliesportiva - Vestiários novos - Ginásio Nestor Barbosa	1.069,53		UFU
1G	Vestiário	55,40	1990	UFU
1H	Biblioteca/Cantina/Musculação	1.393,00	1964	UFU
1I	Quadra de Tênis Coberta(1) – tênis	954,88	1982	UFU
1J	Quadra de Tênis Coberta(2) – tênis	972,40	1982	UFU
1K	Quadra Poliesportiva Coberta –ginástica olímpica	1.022,26	1982	UFU
1L	Piscina Coberta aquecida	740,16	1982	UFU
1M	Piscina Coberta	Piscina 289,59 Cobertura 672,82	1986	UFU
1N	Escola de Educação Básica	4.434,20	1983	UFU
1O	Quadra Poliesportiva Coberta	704,98	1984	UFU
1P	Secretária/Vestiários	556,71	1964	UFU
1Q	Pista de Atletismo	*2912	1974	UFU
continua...				
1R	Quadra Poliesportiva	*659	1989	UFU

1S	Vestiário Central	175,55	1986	UFU
1T	Pátio da Escola Básica	502,02	1988	UFU
1U	Quadras de Futvôlei		1990	UFU
1V	Cabine de Força Biblioteca	52,69	1983	UFU
1W	Quadra de Squash	*169	1985	UFU
	Depósitos junto à piscina 1M	61,20		UFU
	Portaria Nova e Reservatório Superior	79,90		UFU
	Casa de Máquinas da Piscina 1M	28,09		UFU



LEGENDA

1A- SALA DE TROFÉUS
1B- S. PROTOCOLO - S. LIMPEZA - NADEP
1C- GINÁSIO POLIESPORTIVO - PALCO
1D- GINÁSIO DE VOLEIBOL
1E- CAMPO DE FUTEBOL

1F- GINÁSIO POLIESPORTIVO - VESTIÁRIOS - CENTRO DE EXCELÊNCIA
1G- VESTIÁRIOS - LABORATÓRIOS
1H- BIBLIOTECA - FISIOTERAPIA - MUSCULAÇÃO - CANTINA - ALMOX
1I- GINÁSIO POLIESPORTIVO
1J- GINÁSIO DE TÊNIS
1K- GINÁSIO GINÁSTICA OLÍMPICA
1L- PISCINA TÉRMICA
1M- PISCINA TÉRMICA

1N- ADMINISTRAÇÃO ESEBA - PÓS-GRADUAÇÃO - LAB. BIOMECÂNICA - LAB. PSICOMOTRICIDADE - AFRIS - NIAFS - NEPECC - AUDIO-VISUAL
1O- GINÁSIO DE RÍTMICA
1P- ADMINISTRAÇÃO FAEFI - NUTES - LAB. FIOLOGIA - VESTIÁRIOS
1Q- PISTA DE ATLETISMO
1R- GINÁSIO POLIESPORTIVO
1S- VESTIÁRIOS
1T- CANTINA - INSTALAÇÕES SANITÁRIAS
1U- GINÁSIO POLIESPORTIVO
1V- QUADRA DE SQUASH
1X- DEPÓSITO
1Y- PORTARIA PRINCIPAL
CF- CASA DE FORÇA

instituição: UNIVERSIDADE FEDERAL DE UBERLÂNDIA
localização: CAMPUS EDUCAÇÃO FÍSICA
data: ABRIL 2004



IMPLANTAÇÃO

COORDENADORA : ARQUITETA MARIA
ELIZA GUERRA

escala: 1: 5000

DIAGNÓSTICO DE USO DO ESPAÇO FÍSICO DA UFU
PREFE - PREFEITURA UNIVERSITÁRIA
UNIVERSIDADE FEDERAL DE UBERLÂNDIA

2.5.5. Reitoria

Quando foi criada a Universidade de Uberlândia em 1969, com a reunião das escolas faculdades isoladas, cada qual, manteve sua autonomia administrativa e financeira. Nessas circunstâncias, a Reitoria não possuía bens, nem orçamento, nem funcionários, dependendo do poder público municipal, da comunidade externa ou das próprias unidades acadêmicas.

O depoimento do ex-secretário-geral José Pires de Oliveira é bastante elucidativo:

(...) a Reitoria instalou-se em duas salas pequenas do Conjunto Uberlândia, de propriedade do Dr. Domingos (Pimentel Ulhôa). O então prefeito da época, Dr. Renato de Freitas, doou os móveis, pouca coisa, talvez uns seis móveis. (...) O espaço físico da Reitoria, no Conjunto Uberlândia, ficou muito pequeno. Então foi transferida, posteriormente, para a Av. João Pinheiro, 595, 1º andar, no dia 30/12/71. Espaço um pouco mais amplo, onde funcionou durante algum tempo, um ano, dois, não me lembro. Depois foi transferida pela terceira vez para uma casa residencial, no andar de cima, embaixo da qual morava o Dr. Fuad Miguel. Não sei bem se era Machado de Assis ou ... E a Reitoria funcionou lá até que foi transferida de modo definitivo para o Campus Umuarama já na gestão do professor Gladstone Rodrigues da Cunha e hoje se encontra dividida entre as instalações da Av. Engenheiro Diniz e da Rua Duque de Caxias, longe do campus (In CAETANO e DIB, 1988:338).

A administração superior da UFU ocupa atualmente diversos espaços na cidade. O prédio da Engenheiro Diniz abriga os gabinetes do Reitor e Vice, além da Secretaria-Geral e das Pró-Reitorias de Planejamento e Administração e de Extensão, Cultura e Assuntos Estudantis. Na Duque de Caxias, ficam diversos setores administrativos e a Pró-Reitoria de Recursos Humanos. O *campus* Santa Mônica sedia a Pró-Reitoria de Graduação e a de Pesquisa e Pós-Graduação e a Prefeitura Universitária. Há ainda outros setores no *campus* Umuarama.

As duas unidades administrativas (reitorias) são edificações muito antigas com sérios problemas de estrutura:

- O prédio da Engenheiro Diniz de 3.157 m² foi construído em 1961;
- O prédio da Duque de Caxias, com 2.203 m² é de 1956.

A reitoria da Engenheiro Diniz, apesar de possuir quatro pavimentos não tem rampas nem elevadores, estando totalmente fora dos padrões de acessibilidade. Pra se ter uma idéia, quando da inauguração da galeria de fotos dos ex-reitores no último piso, foi preciso construir um precário elevador de madeira para o Prof. Juarez Altafin participar da solenidade.

Segundo o Plano Diretor Físico de 1991, uma nova Reitoria deveria ser construída no *campus* Santa Mônica, ao lado da biblioteca. Em 1995, foi feito inclusive um concurso para escolha do projeto arquitetônico do centro administrativo da UFU, entretanto, não foram obtidos os recursos necessários para financiar a obra.

Em 2004, como numa atualização, foi proposta a construção do edifício da Reitoria no triângulo à frente do Mineirão, à direita da portaria central na João Naves. As construções começaram em 2005 e serão financiadas pelo governo federal (R\$ 1,6 milhões) e o restante com recursos da própria universidade (R\$ 2,4 milhões).

A construção da Reitoria no *campus* Santa Mônica, apesar de ter sido objeto de discussão e aprovação pelo Conselho Diretor, denota a ausência de planejamento da instituição, tendo em vista que, a médio e longo prazos, a UFU, inevitavelmente, estará ocupando, para atividades acadêmicas e administrativas, a área do Glória.

Nesse sentido, a UFU acabou perdendo a oportunidade de implantar seu novo câmpus com a reitoria, assim como fizeram a Universidade Federal de Minas Gerais (UFMG) e a Universidade Federal de Goiás (UFG) que, ao implantarem seus câmpus, transferiram primeiro o seu prédio administrativo para a nova área.

2.5.6. Terrenos na cidade

Some-se a todos esses espaços, vários terrenos e áreas que foram doadas ou adquiridas pela UnU e mais tarde, UFU e FAEPU, além daquelas pertencentes às escolas e faculdades já incorporadas ao patrimônio quando da criação da universidade.

Desse patrimônio, a destinação natural é a alienação com o objetivo de angariar recursos para o incremento da infra-estrutura física da universidade, quiçá para implantação do câmpus Glória.

Uma dessas áreas vazias – as duas quadras de lotes no Santa Mônica, de propriedade da FAEPU – já tem avaliação imobiliária¹, no valor de R\$ 1.567.120,00.

¹ Avaliação feita por Verona Imobiliária em julho de 2004. Fonte: Divisão de Patrimônio da UFU.

TABELA 11 – Relação de lotes vagos da universidade

Bairro	Área (m²)	Tipo	Propriedade
Bairro Maravilha	5.400,00	Lotes	UFU
Bairro Nossa Senhora	8.000,00	Lotes	UFU
Tibery	1.386,00	Lotes	UFU
Tibery	1.470,00	Lotes	FAEPU
Vila Maria	9.360,00	Lotes	UFU
Santa Mônica	21.600,00	2 quadras = 60 lotes	FAEPU

Fonte: Diretoria de Obras da UFU

2.5.7. Fazendas Experimentais

A primeira fazenda que passou a fazer parte do patrimônio da universidade, foi a do Glória, doada pela Prefeitura de Uberlândia em 1971 para sediar a futura “cidade universitária”.

Em razão da universidade não ter conseguido financiamento para a construção, a destinação principal da Fazenda do Glória, foi desde o início, os experimentos da Faculdade de Medicina Veterinária e, posteriormente, do curso de Agronomia. À exceção, é claro, da área cedida à Associação dos Servidores da Universidade Federal de Uberlândia – ASUFUB que se tornou um complexo esportivo e de lazer da comunidade universitária, ainda que pouco utilizado.

Em janeiro de 1979, a Fundação de Assistência, Estudo e Pesquisa de Uberlândia – FAEPU, comprou uma fazenda adjacente ao Glória, de 279 hectares, importantíssima para a consolidação espacial daquela área, transformando-a na maior área individual utilizada pela UFU.

Outros espaços em áreas rurais utilizados pela Universidade Federal de Uberlândia, são:

- Fazenda Capim Branco, com 373 hectares, de propriedade da UFU, FAEPU e Prefeitura (nesse caso, cedida em comodato);
- Fazenda Água Limpa com 300 hectares, cedida em comodato pela Prefeitura de Uberlândia;
- Reserva Ecológica do Panga, com 403 hectares, de propriedade da Fundação de Apoio Universitário – FAU, onde estão preservadas a fauna e flora do cerrado mineiro e recursos hídricos.

TABELA 12 – Relação de fazendas utilizadas pela universidade			
Espaço	Área (m²)	Utilização	Propriedade
Fazenda do Glória	406 ha	Fazenda	UFU
Fazenda do Glória	279 ha	Fazenda	FAEPU
Fazenda Capim Branco	124 ha	Fazenda	UFU
Fazenda Capim Branco	249 ha	Fazenda	FAEPU
Fazenda Água Limpa	300 ha	Fazenda	UFU
Reserva Ecológica do Panga	403 ha 08a 00ca	Reserva	FAU

Fonte: Diretoria de Obras da UFU

É justamente em uma das fazendas da universidade, a fazenda experimental do Glória, que se propõe implantar um câmpus universitário, de grandes proporções para condizer com as potencialidades de expansão e desenvolvimento da Universidade Federal de Uberlândia.



Figura 45: Foto da placa da Fazenda do Glória da Universidade Federal de Uberlândia (PRIETO, 2005)

CAPÍTULO III
O CÂMPUS GLÓRIA

3.1. O ESPAÇO DO GLÓRIA

3.1.1. Localização

A Fazenda Experimental do Glória está localizada na parte sudeste do município de Uberlândia às margens da BR-050, no Km 78, entre as coordenadas 18°57'30"S e 48°12'0"W.

De acordo com o zoneamento da cidade, a área do Glória fica entre os setores Sul e Leste de Uberlândia, como se depura do Mapa 5. Na verdade, uma pequena parte da área está dentro do perímetro urbano no Setor Sul e a maior parte em área rural, mas contígua ao entrocamento dos setores Leste e Sul.

A setorização do perímetro urbano é importante não só para localização de equipamentos e áreas, mas, sobretudo para estipulação legal ou costumeira, dos usos do solo naquela região da cidade.

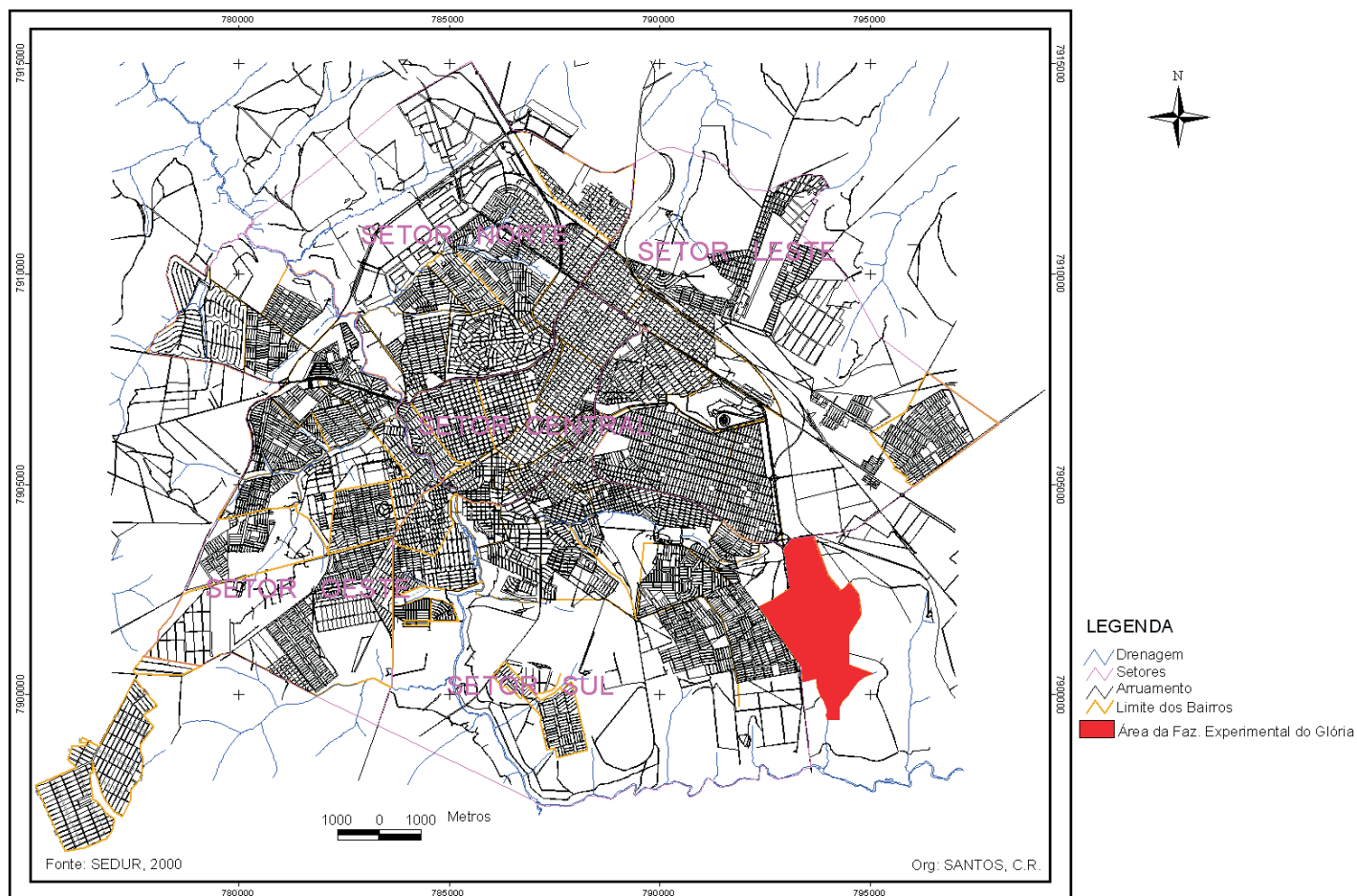
Conforme aponta William Rodrigues Ferreira (2002:76), a setorização da cidade da cidade de Uberlândia obedece a critérios segregacionistas e excludentes:

- Setor Central: serviços e comércio, contrastando novos e grandes edifícios de luxo com edificações históricas;
- Setor Sul: loteamentos fechados de luxo e clubes campestres destinados a atender os grupos de renda alta e centros universitários e faculdades;
- Setores Leste e Oeste: expansão dos loteamentos periféricos e conjuntos habitacionais destinados à população de baixa renda, com presença de favelas e loteamentos irregulares;
- Setor Norte: expansão do distrito industrial.

O Setor Sul de Uberlândia possui uma parte nobre, formadas por bairros de alto padrão e condomínios fechados, acentuando os contrastes principalmente com áreas vizinhas de habitações populares, como o Shopping Park, Santa Luzia, São Jorge.

A ascensão do Setor Sul para a moradia de alto padrão é obra de um fenômeno presente na maior parte das grandes e médias cidades. Até alguns anos, morar no centro da cidade significava luxo e status. Entretanto, por razões de segurança e conforto, a elite das cidades começou a migrar para bairros mais afastados, optando por condomínios fechados horizontais ou verticais.

Localização da Área do Glória em Relação ao Perímetro Urbano de Uberlândia/MG



Em Uberlândia, o fenômeno da migração dos residenciais de alto luxo para a periferia da cidade, é nítido, principalmente com a ocupação do setor Sul por condomínios horizontais como Morada da Colina, Jardim Karaíba, Residencial Jardins Barcelona e Gávea Hill.

Além disso, nessa região mais nobre do Setor Sul, já são quatro as instituições de ensino superior implantadas: UNITRI, UNIMINAS, FPU e UNIESSA, todas ao longo do eixo sul da cidade (avenida Nicomedes Alves dos Santos) dando também um contorno de modernização pela educação.

O Centro Universitário do Triângulo – UNITRI foi a primeira a instalar-se na região na estrutura do centro comercial *Ubershopping*. Em 1997, com a aquisição das faculdades integradas pelo grupo Salgado de Oliveira e sua transformação em centro universitário, a UNITRI (na época UNIT) construiu seu próprio câmpus, numa grande área ao sul do setor.

Em 2003, a Uniminas, que funcionava no centro da cidade, implantou o *campus* universitário da Colina em um terreno com aproximadamente 60 mil metros quadrados, no bairro Morada da Colina, também área nobre do Setor Sul.

Mais recentemente foi a vez da Faculdade Politécnica de Uberlândia – FPU instalar-se no *Ubershopping* e da UNIESSA sediar sua unidade também no bairro Morada da Colina, num espaço antes ocupado por um colégio particular.

A implantação dessas faculdades no eixo Sul da cidade impactou fortemente sobre a ordenação urbana, principalmente no que se refere ao trânsito. Apesar disso, são poucos os estudos sobre impacto e o processo de licenciamento desses empreendimentos.

Um exemplo dos impactos da implantação de uma instituição de ensino é o caso da instalação da Uniminas no bairro Morada da Colina, de alto poder aquisitivo. Pelo projeto inicial que foi aprovado, inclusive sem restrições efetivas da Prefeitura, o acesso à faculdade se daria pelas vias de circulação interna do bairro, alterando demasiadamente o tráfego e a caracterização daquelas ruas e do cotidiano da vizinhança. A reação de moradores conseguiu alterar o projeto de entrada e saída de veículos que passou para uma via a ser construída, não antes sem um demorado processo de negociação entre empreendedores, moradores e prefeitura.

Quando implantado o Câmpus Glória da Universidade Federal de Uberlândia, o Setor Sul ficará efetivamente consolidado como área universitária da cidade, apesar de utilizar, diferente das demais instituições, o eixo leste (avenida João Naves de Ávila) como acesso principal.

Os principais acessos à fazenda experimental do Glória são a avenida João Naves de Ávila para aqueles que vem dos setores Central, Oeste e Sul da cidade e a BR-050 para aqueles que vem dos Setores Norte e Oeste. Como são vias rápidas, o deslocamento é

facilitado, permitindo inclusive a utilização de transporte coletivo do tipo expresso (com poucas paradas).

A tabela abaixo demonstra que, mesmo em relação a pontos centrais da cidade, a distância e o tempo necessários ao percurso, não fazem da área do Glória, uma localidade distante e de difícil acesso.

TABELA 13 – Distâncias de pontos da cidade em relação à portaria da Fazenda do Glória

Ponto	Distância	Tempo*
Rodoviária	9 km	16 min
Praça Tubal Vilela (Centro)	8,7 km	15 min
Terminal Central	7,8 km	13 min
Campus Umuarama	10 km	13,5 min
Campus Educação Física	8 km	11 min
Campus Santa Mônica	6,3 km	8 min
Terminal Santa Luzia	1,9 km	2,5 min

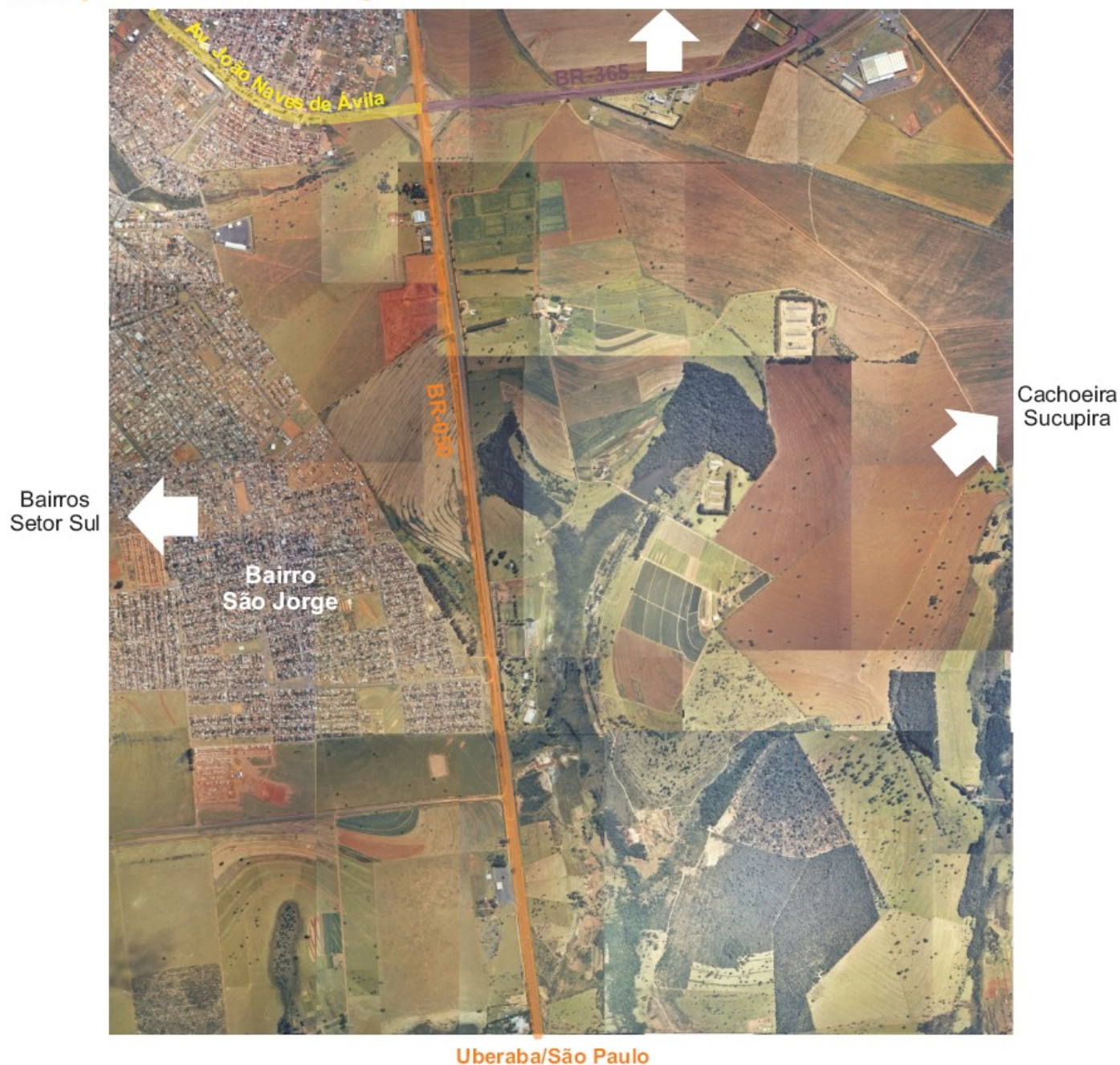
- tempo considerado a partir de trajetos percorridos de carro em horário comercial (PRIETO, 2005)

Campus Santa Mônica/
Educação Física/Centro

Araguari/Brasília

CEASA/Aeroporto/
Campus Umuarama

Araxá/Patrocínio



MAPA DE LOCALIZAÇÃO E ACESSOS À FAZENDA DO GLÓRIA

Autor: PRIETO, Elisson Cesar (2005)
Fonte: levantamento aerofotogramétrico-PMU 2004

3.1.2. Constituição histórica

A área que aqui temos nos referido como Glória é constituída por três glebas distintas e contíguas, sendo duas de propriedade da Universidade Federal de Uberlândia e outra de propriedade da Fundação de Assistência, Estudo e Pesquisa de Uberlândia – FAEPU, conforme o Mapa 7.

No total, o Glória ocupa uma área de 6.858.799 m² (seis milhões, oitocentos e cinquenta e oito mil, setecentos e noventa e nove metros quadrados), o que equivale a 685 hectares 87 acres e 99 centiares.

A área da fazenda é tão grande que a soma das áreas físicas dos três *campi* – Educação Física, Santa Mônica e Umuarama – e ainda das duas reitorias², representam apenas 7% (sete por cento) da extensão do Glória.

Apesar de unidas pela utilização da universidade, as glebas que formam o Glória foram registradas em separado, em decorrência do processo histórico de aquisição das áreas. A primeira gleba (Área 1) foi aquela doada pela Prefeitura de Uberlândia em 1973, somando uma área total de 319 hectares 67 ares 93 centiares. A área foi separada, de fato, mas não legalmente, anos depois com a construção da BR-050 – ficando de um lado (hoje urbano) a gleba chamada comumente de triângulo do Glória e do outro, a porção que sedia a fazenda e as nascentes e o córrego.

A segunda área (Área 2) incorporada ao patrimônio do Glória foi a porção ao alto da fazenda, próximo do cruzamento da BR-050 com a BR-365, com 87 hectares 12 ares 00 centiares. Aquela gleba foi trocada com Pedro Cherulli pelo terreno do Lagoinha, onde hoje está situado o Parque de Exposições do CAMARU, que também havia sido doado pela Prefeitura no mesmo ato de doação do Glória.

A terceira área (Área 3) adquirida, com 279 hectares 08 ares 06 centiares, é a pertencente à Fundação de Assistência, Estudo e Pesquisa de Uberlândia – FAEPU e foi adquirida em janeiro de 1979, comprada do Sr. Azenha Matias. Por conta de dívidas da fundação, essa parte da fazenda encontra-se com registro de penhora, portanto, dando direito a credores no caso de eventual alienação. Em julho de 2004, a universidade fez uma avaliação imobiliária³ dessa área, chegando o valor de mercado a R\$ 3.745.270,00 (três milhões, setecentos e quarenta e cinco mil e duzentos e setenta reais).

² A somatória, que se refere à área territorial e não construída, é de 509.192,59 m² ou 50,9 hectares.

³ Avaliação feita por Verona Imobiliária. **Fonte:** Divisão de Patrimônio da UFU.



MAPA DE DIVISÃO DAS GLEBAS DA FAZENDA DO GLÓRIA

Autor: PRIETO, Elisson Cesar (2005)

Fonte: levantamento aerofotogramétrico-PMU 2004

3.1.3. Aspectos físicos

A área do Glória tem na diversidade da natureza seu maior atrativo. É uma fazenda experimental e comercial, mas ao mesmo tempo, uma reserva de vegetação e animais silvestres, com córregos, represa e paisagens naturais.

Apesar dos aspectos físicos de exuberância predominarem, eles contrastam com a existência de espaços degradados e inutilizados. Contudo, o Glória não deixa de ser um espaço rico nessa diversidade.

Como comentou o Prof. José Olympio de Freitas Azevedo em 1988, *“Desativada a captação de água do Glória, ficou aquele espaço que era uma fazenda (...) Hoje, a fazenda experimental do Glória é uma beleza. Quem quer conhecer a Universidade não pode deixar de ir lá”* (In CAETANO e DIB, 1988:336).

Quanto à hidrografia, na área do Glória estão as nascentes do córrego do Glória – que dá nome a toda a fazenda e é um dos afluentes da margem direita do Rio Uberabinha.

De acordo com informações constantes do Plano Diretor, o Rio Uberabinha, com 118 km (cento e dezoito quilômetros) de extensão, integra a bacia do Rio Araguari, nascendo ao norte de Uberaba e atravessando todo o município de Uberlândia até desembocar no Rio Araguari, a noroeste do município (UBERLÂNDIA, 1994:15).

Atualmente, o rio Uberabinha é o único manancial utilizado no abastecimento de água para a população. Até a década de 1960, o córrego do Glória, junto com o córrego Jataí, eram os mananciais que abasteciam a cidade de Uberlândia.

Segundo o estudo *“Mapeamento Temático da Bacia do Córrego Glória em Uberlândia MG, utilizando o software Idrisi”*, a Bacia do Córrego Glória abrange uma área total de 12,5 km² (doze vírgula cinco quilômetros quadrados) (ROSA, DUARTE, MINEO, *et. al.*, 2004:s/p).

A área ainda possui uma represa sobre terra com capacidade para 31 mil metros cúbicos de água, o que equivale a 31 milhões de litros (Carta Cachoeira do Sucupira, 1970).



Figura 46: Foto do córrego do Glória, dentro da reserva (PRIETO, 2004)



Figura 47: Foto da represa do Glória (PRIETO, 2004)

Segundo o Mapa de Solo do Plano Diretor de Uberlândia (1994:13), o solo encontrado na maior parte da área do Glória é o Latossolo Vermelho-Escuro Distrófico (LED), que é um tipo de solo muito fértil e propício à agricultura.

A altitude na área varia entre 860 metros (na parte baixa, próxima ao parque esportivo da ASUFUB) a 936 metros (no plano próximo à BR-365), segundo a Carta Cachoeira do Sucupira de 1970.

Com relação à geomorfologia, a Bacia do Córrego Glória se enquadra na categoria de áreas de relevo medianamente dissecado que corresponde ao setor com topos aplainados entre 700 e 900 metros de vertentes suaves, interrompidas por locais mantidas pela laterita, onde ocorrem pequenos anfiteatros mais convexizados e elaborados, preferenciais para o afloramento do lençol subterrâneo (Baccaro, 1989 *apud* ROSA, DUARTE, MINEO, *et.al.*, 2004:s/p).

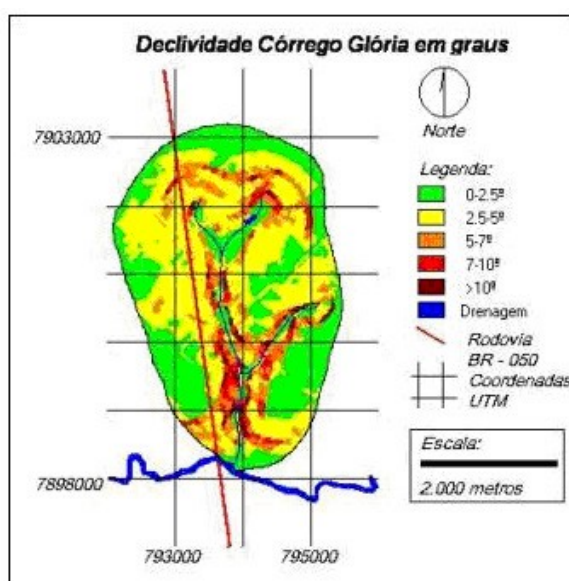


Figura 48: Declividade do Córrego Glória em graus (Ravazzi, 2003 *apud* ROSA, *et. al.*, 2004).

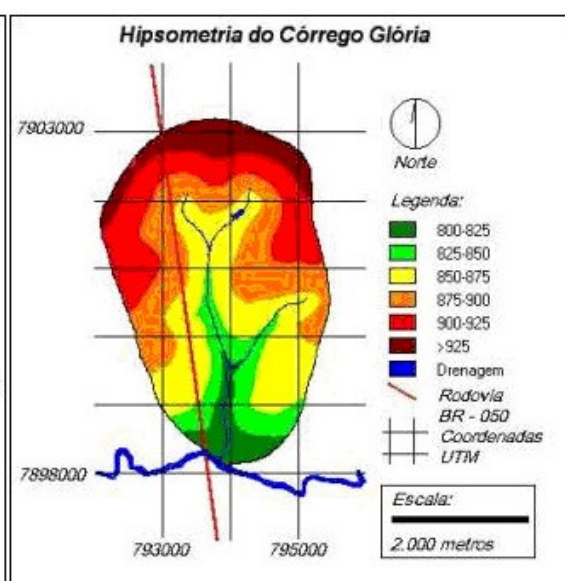


Figura 49: Hipsometria do Córrego Glória (Ravazzi, 2003 *apud* ROSA *et. al.*, 2004).

3.1.4. Usos, ocupações e predominâncias

O estudo dos atuais usos e da ocupação do solo de uma área é essencial para a definição posterior, levando em consideração, outras características como a geomorfologia e a vegetação, das unidades ambientais e do zoneamento da gleba.

Na década de 1960, a área do Glória, junto com o córrego Jataí, era utilizada como fonte de captação da água que abastecia toda a cidade de Uberlândia. Daí a existência da represa que temos hoje e da preservação das nascentes e do leito do córrego do Glória.

Após a desativação da captação de água no Glória, a área foi doada à universidade que tem utilizado-a principalmente como fazenda experimental, servindo às atividades acadêmicas de cursos de graduação e pós-graduação da UFU, principalmente Agronomia e Medicina Veterinária.

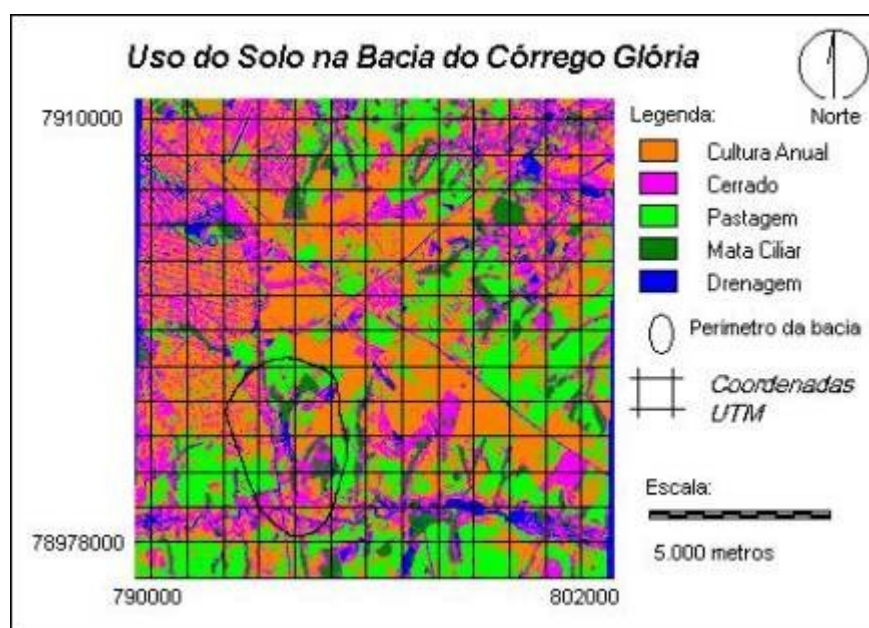


Figura 51: Uso e Ocupação do Solo da Bacia do Córrego do Glória (Ravazzi, 2003 apud ROSA, et al.)

Em relação às atividades existentes e à produtividade, a fazenda do Glória já foi melhor e mais intensamente utilizada do que hoje. Em entrevista datada de 1988, o então coordenador de pesquisa da Fazenda do Glória, Malaquias José de Souza, fez um relevante balanço da utilização da área:

O Glória é uma fazenda experimental. Nós temos muitas produções mas a finalidade é o experimento. Temos como principal atividade uma pecuária de leite. Tiramos uma faixa de mil litros por dia. O leite vai para a CALU, onde é pasteurizado e depois parte dele vai para o Hospital e outra é vendida à

Cooperativa. Temos avicultura matriz e comercial. Os ovos da matriz vendemos aos incubatórios e o ovo comercial abastece as cantinas da Universidade e o excedente colocamos à venda através de concorrência pública. Temos o setor de ranicultura cuja produção é destinada, na sua maioria, ao fornecimento de matrizes para diversas regiões do Brasil, Argentina, Uruguai e Bolívia. Apenas um pequeno número de rãs vai para abate e comercialização. A carne de rã é muito saborosa e possui qualidades terapêuticas. Temos também a piscicultura e uma horta que se destina a suprir as cantinas do Hospital e todo o campus. Temos também a área agrícola que se destina a alimentar as aves e bovinos. Eles são alimentados com rações fabricadas aqui mesmo no setor. Temos também um pomar com produção de frutas que são destinadas ao Hospital (In CAETANO e DIB, 1988:241-242).



Figuras 52 e 53: Fotos do acervo do CDHIS da Fazenda do Glória no início da década de 1980.

Hoje, a situação é bem diversa, destacando-se negativamente o sucateamento do maquinário, a falta de investimentos e a necessidade de arrendamento de áreas e equipamentos como principal fonte de recursos.

Em reportagem de fevereiro de 2005, o jornal *Correio*¹ denunciava, em alusão à insatisfação da própria comunidade universitária, a falta de estrutura para produção da fazenda e o sucateamento de seu maquinário atribuindo a situação à falta de recursos.

Nesse cenário, a fazenda do Glória acabou perdendo importância dentro da própria universidade. Na obra *“Fragmentos, Imagens, Memórias: 25 anos de federalização da Universidade Federal de Uberlândia”*, por exemplo, a Fazenda do Glória não é citada uma única vez.

Deve-se reconhecer, de outro modo que nos últimos dois anos, a Fazenda do Glória tem ganhado uma sobrevida com a manutenção de experimentos importantes, tanto da Agronomia, quanto da Medicina Veterinária e com o fortalecimento da produção de gêneros alimentícios destinados para o comércio ou para o abastecimento da própria universidade.

¹ Jornal *Correio* de 23.02.2005.

A partir de trabalhos de campo, visitas e conversas com o gerente da fazenda, Jairo Rosa, foi possível delimitar quatro tipos de usos e predominâncias na área do Glória:

- a) Agricultura e criação
- b) Reserva ambiental
- c) Parque esportivo
- d) Área sem utilização



MAPA DE USO E OCUPAÇÃO DO SOLO FAZENDA DO GLÓRIA

atividades jun/jul/ago 2005

Autor: PRIETO, Elisson Cesar (2005)

Fonte: levantamento aerofotogramétrico-PMU 2004

a) Agricultura e criação

As atividades de agricultura e criação desenvolvidas na Fazenda do Glória, podem ser divididas em dois tipos, experimental e comercial.

TABELA 14 – Utilização agrícola e de criação da Fazenda do Glória		
Tipo de Cultura	Espécie	Destino
Animal	Gado de leite	Comercial e prática
Animal	Gado de corte	Comercial* e prática
Animal	Rãs	Comercial
Animal	Minhoca	Comercial
Animal	Frango	Comercial** e experimental
Vegetal	Café	Experimental
Vegetal	Laranja e Milho	Experimental
Vegetal	Frutas e verduras (horta)	Experimental e Comercial*
Vegetal	Silagem	Alimentação do gado
Vegetal	Soja	Comercial**

* Abastece Restaurante Universitário do Santa Mônica e Hospital de Clínicas

** Arrendada a particulares

O setor de bovinocultura de corte e leite da Fazenda do Glória serve tanto ao ensino e à pesquisa para os alunos de graduação e pós-graduação, quanto para produção comercial. Em março de 2005, contavam-se cerca de 350 (trezentas e cinquenta) cabeças de gado, que produziam 1,2 mil litros de leite *in natura* por dia para a Italac, além da carne que abastece os restaurantes universitários e é também comercializada.



Figuras 54 e 55: Fotos das estruturas para gado de corte e de leite na Fazenda do Glória (PRIETO, 2005)

O aviário tem sido utilizado para pesquisas nas áreas de nutrição e manejo (desenvolvimento do sorgo grão na alimentação das aves), apenas na granja 2 que conta com 80 (oitenta) boxes e 30 (trinta) aves em cada. A granja 1, que é a maior da fazenda, está arrendada a particulares para produção e comercialização de carne de frango e ovos.



Figura 56: Foto de um dos aviários da fazenda do Glória (PRIETO, 2004)

O ranário da fazenda funciona há mais de vinte anos. Hoje, são produzidos anualmente cerca de 600 (seiscentos) quilos de carne de rã com destino comercial. O setor de ranicultura é também um pólo de visita técnica para professores e estudantes.

A minhocultura começou como fonte de alimentação das rãs, mas tornou-se um setor independente, cuja produção excedente é vendida para as casas de pesca da cidade. O projeto é desenvolvido com minhocas californianas, que são selecionadas para trabalhar o esterco e o lixo degradável.

Na mesma área, há dezenas de tanques onde, até poucos anos, funcionava o setor de piscicultura da fazenda, considerado um dos maiores do país no auge de suas atividades. Entretanto, por problemas decorrentes do furto de peixes e da ausência de estrutura para continuar os trabalhos, o setor foi desativado e os tanques permanecem inutilizados.



Figura 57: Foto dos tanques que eram utilizados para piscicultura (PRIETO, 2005)



Figura 58: Foto do ranário da fazenda (PRIETO, 2005)

Na área para cafeicultura (cerca de 15 hectares) são desenvolvidos trabalhos de pesquisa sobre adubação fosfatada, melhoramento de frutos, produção de mudas e manejo. A lavoura com aproximadamente 60 mil pés de café que produzem aproximadamente 400 sacas de café beneficiado por ano, que atendem à demanda interna da UFU e de suas fundações e ainda chega a ser vendida para terceiros.



Figura 59: Foto da lavoura experimental de café (PRIETO, 2005)



Figura 60: Foto do beneficiamento do café (PRIETO, 2005)

Na área ao lado da experimentação cafeeira, há o cultivo de milho e laranja para pesquisas sobre a irrigação dessas culturas.



Figura 61: Foto de experimentos na fazenda (PRIETO, 2005)



Figura 62: Foto da lavoura de experimentos de irrigação de milho e laranja (PRIETO, 2005)

A horta da fazenda do Glória é uma das áreas que mais tem se desenvolvido ultimamente, graças à implantação de um centro de manipulação de alimentos em 2004. A horta produz basicamente alface, couve, banana e laranja. As frutas e verduras abastecem hoje os restaurantes universitários e o Hospital de Clínicas.



Figura 63: Foto da horta de frutas e verduras (PRIETO, 2005)



Figura 64: Foto do centro de manipulação e centrifugação de alimentos (PRIETO, 2005)

Uma grande parte da área cultivável está arrendada a particulares. Conforme licitação realizada em outubro de 2004 com apenas três interessados, o arrendatário paga 13% (treze por cento) da produção à universidade, pela exploração da cultura na fazenda do Glória. Atualmente, essas áreas estão servindo ao plantio de soja.



Figura 65: Foto da plantação de soja em área arrendada (PRIETO, 2004)

Outra área cultivável da fazenda é utilizada para plantação e colheita de silagem que serve de alimento ao gado de leite e de corte.

Contudo, a maior parte do terreno do Glória tem sua utilização descrita como pastagem para o gado, sendo que algumas áreas estão bastante degradadas e inutilizadas.

Para a consecução de todas essas atividades agrícolas e de criação, além da administração, a Fazenda do Glória conta com uma boa infra-estrutura construída.

TABELA 15 – Edificações da fazenda do Glória	
Construção	Área (m²)
Silos para Grãos (1000 toneladas)	524,00
Residência do Zelador - Sede da Fazenda	77,00
Conjunto de Silos Trincheira	664,00
Fábrica de Rações	339,00
Ordenha (Curral e Cochos)	2.094,00*
Apoio Administrativo (Rádio e Oficina)	177,00
Granja 01 (4 galpões e portaria)	5.154,00

Residência do Zelador (Granja 01)	77,00
Depósito e Classificação de Ovos (Granja 01)	180,00
Granja 02 (4 galpões e portaria)	1.526,00
Residência do Zelador (Granja 02)	75,00
Conjunto de Tanques para Piscicultura	6.629,00*
Laboratório de Piscicultura	287,00
Estufa de Ranicultura	142,00
Conjunto de Viveiros para Ranicultura	6.414,00*
Residência do Zelador (Viveiro de Mudas)	41,00
Depósito Viveiro de Mudas	0,00
Guarita	10,14
Centro de Treinamento para produção leite	398,40

* área descoberta. **Fonte:** Diretoria de Obras da UFU – DIROB

b) Reserva ambiental

A área do Glória possui uma extensa e demarcada reserva de proteção permanente, com aproximadamente 30 (trinta) hectares, começando nas duas nascentes do córrego do Glória e ao longo de suas margens até o deságüe no rio Uberabinha.

O Instituto de Biologia, por meio de projetos de estudantes de graduação do curso de Ciências Biológicas, desenvolve alguns experimentos na reserva, desde a catalogação da fauna e da flora, até o cultivo de mudas de espécies nativas na reserva.

Em visita *in loco* pode-se aferir a diversidade biológica. Foram encontradas plantas de diversos tipos, samambaias, cogumelos, orquídeas. Dentre os animais foram vistos diversas espécies de pássaros, insetos e inclusive cobras.



Figura 66: Foto da reserva de mata nativa (PRIETO, 2004)



Figura 67: Foto de uma das nascentes do córrego do Glória, dentro da reserva (PRIETO, 2004)



Figura 68: Foto de um cogumelo na reserva (PRIETO, 2004)



Figura 69: Foto de uma cobra jararaca na reserva (PRIETO, 2004)

c) Parque Esportivo

O que classificamos como parque esportivo é na verdade o clube social e recreativo da Associação dos Servidores da Universidade Federal de Uberlândia – ASUFUB, com aproximadamente 46 (quarenta e seis) hectares.

A ASUFUB foi criada em 1979, como entidade representativa dos servidores da UFU, principalmente os técnico-administrativos. Além das atribuições de representar a categoria, a ASUFUB optou por constituir uma sede social para atividades esportivas, recreativas e de

lazer. Por tratar-se de um clube, a primeira providência foi definir a localização das suas instalações.

Segundo o primeiro presidente da ASUFUB, José Eustáquio Dourado:

A primeira idéia nossa foi alugar uma área, um prédio no centro da cidade para a Associação. Fui a Brasília e, na época, conversando com o Gérson F. Costa, que era o coordenador de orçamento do MEC, com a Dona Odete Carneiro Lapa, que hoje é secretária de orçamentos e finanças do Ministério da Cultura, contei-lhes que tínhamos criado – são meus amigos de muitos anos –, a Associação e que precisávamos de algum recurso para iniciá-la. Então, na época, lembro-me bem, que ela nos arrumou com o coronel Pamplona, que era Secretário Geral do MEC, um milhão e duzentos mil cruzeiros. Chegamos em Uberlândia e fomos conversar com o reitor, o Dr. Gladstone, para que nos ajudasse, nos orientasse na aplicação desses recursos e ele então sugeriu que ao invés de gastar esse dinheiro em aluguel, numa área que seria provisória, deveríamos tentar estabelecer uma coisa mais permanente. E a Universidade tinha essa área na Fazenda do Glória, que já havia sido uma doação da comunidade para a Universidade. Ele nos sugeriu, então, que ocupássemos um pequeno pedaço e com esse dinheiro fizessemos a terraplanagem para adiantar a efetivação física da ASUFUB. Ele deu um pedaço pequeno e nós avançamos num pedaço maior. Mas tudo bem, porque o patrimônio da ASUFUB – isto consta no estatuto – caso ela se extinga, e acredito que isso nunca vai acontecer, será revertido para a Universidade Federal de Uberlândia. (In CAETANO e DIB, 1988:270-271).

De acordo com Marco Antônio Guilherme, também ex-presidente da ASUFUB

(...) a doação do terreno fora feita pelo reitor, professor Ataulfo, em agosto de 1980. A partir dessa data, a Associação recebeu recursos financeiros da administração da UFU para seu desenvolvimento e, até o final de minha gestão, a UFU liberou aproximadamente Cr\$1.400.000,00 para a ASUFUB. Isto nos permitiu a melhoria de construções já existentes, bem como a construção do bar panorâmico e de quadras poliesportivas. Pudemos, ainda, adquirir um ônibus para melhorar o transporte dos associados e um caminhão para o transporte de cargas gerais (In CAETANO e DIB, 1988:272-273).

Em suma, além de ceder o terreno, que ainda permanece inscrito no patrimônio da UFU, a maior parte as instalações foram construídas com recursos públicos, oriundos do Ministério da Educação e da própria universidade.

Ademais, é, no mínimo, questionável, a cessão de parte do terreno do Glória para a ASUFUB, sem que se tenha conhecimento de um instrumento legal que autorizasse, primeiro

o desmembramento da área, depois sua cessão para a associação. Conforme determina a Lei Federal n.º 6.120/1974, que dispõe sobre os bens imóveis das instituições federais de ensino, os terrenos pertencentes à universidade só podem ser objeto de alienação, permuta, hipoteca (para garantia de empréstimos) ou locação.

Contudo, muito provavelmente, toda a área, bem como os equipamentos e as instalações sobre ela construídas, deverão retornar ao patrimônio da Universidade Federal de Uberlândia. Isso porque a ASUFUB enfrenta graves problemas financeiros, sobretudo de dívidas com pagamento de INSS e FGTS, e de administração, a tal ponto que sua extinção é um caminho inevitável.

O próprio Reitor Prof. Arquimedes Diógenes Ciloni informou em entrevista¹ que a reversão do patrimônio imóvel da ASUFUB, por decisão da justiça, é inevitável e deverá ocorrer em breve.

¹ Entrevista concedida em 21 de julho de 2005.



Figura 70: Foto da portaria da ASUFUB

Figura 71: Foto das quadras da ASUFUB, tendo ao fundo a lavoura de café da fazenda do Glória

Figura 72: Foto de instalações esportivas da ASUFUB (piscinas ao fundo)

(PRIETO, 2005)

d) Áreas sem utilização

Uma grande parte do território do Glória encontra-se hoje sem qualquer uso ou ocupação. Podemos agrupar nessa categoria as seguintes áreas:

- a gleba conhecida como triângulo do Glória que fica do outro lado da BR-050, ao lado no bairro São Jorge e dentro do perímetro urbano;
- o terreno próximo ao viaduto de confluência das BR-050 e BR-365;
- a parte ao sul da fazenda conhecida como cascalheira;
- as pastagem degradadas que se encontram em várias partes da gleba do Glória e não são utilizadas.

A gleba conhecida como triângulo do Glória tem aproximadamente 64 (sessenta e quatro) hectares e está situada dentro do perímetro urbano, vizinha ao bairro São Jorge, que resulta de loteamentos habitacionais destinados à população de baixa renda. Por ser uma área desocupada e ao lado de um bairro residencial, os maiores problemas enfrentados são a ameaça de invasões por famílias sem-teto e a degradação da área.



Figuras 73 e 74: Fotos da área do triângulo do Glória (PRIETO, 2005)

Outra área inutilizada é o terreno próximo ao cruzamento das rodovias BR-050 e BR-365, onde há baixa declividade e acentuada degradação do solo e da vegetação. O estudo formulado por Guerra e Damis Vital (2005), aponta inclusive essa área como ideal para a ocupação inicial do Câmpus Glória, propondo ainda a construção de um lago artificial como reservatório de contenção de águas pluviais.



Figuras 75 e 76: Fotos da área degradada da fazenda do Glória (PRIETO, 2005)

A cascalheira é a área onde se encontram as maiores declividades e diversos fragmentos erosivos, principalmente pelos movimentos de terra que foram feitos no passado.



Figuras 77 e 78: Fotos da cascalheira, onde se encontram focos erosivos (PRIETO, 2005)

As pastagens degradadas, apesar de contarem com vegetação que serve ao alimento bovino, não são utilizadas em decorrência da abundância de pastagens em relação ao diminuto rebanho criado, mas também porque porções demasiadamente degradadas necessitam de tratamento por máquinas para sua utilização.

Na verdade, a principal preocupação com relação a essas áreas subutilizadas ou não utilizadas na fazenda do Glória é o descumprimento, por um órgão público, da função social e ambiental da propriedade, seja daquela já situada no perímetro urbano de Uberlândia, seja daquelas áreas rurais. Justamente a universidade que ensina, discute e formula sobre a função social da propriedade, a descumprir, dando um mau exemplo à sociedade.

A função social da propriedade encontra-se amparada na Constituição Federal, que reza em seu artigo 5º, inciso XXIII, que toda “*propriedade atenderá a sua função social*”. A propriedade rural, nos termos do artigo 186, cumpre sua função social quando atende aos requisitos do aproveitamento racional e adequado, da utilização adequada dos recursos naturais e preservação do meio ambiente, da observância das normas trabalhistas e da exploração que favoreça o bem-estar dos proprietários e dos trabalhadores. Já a propriedade urbana cumpre sua função social adequando-se às diretrizes do Plano Diretor do município, conforme artigo 182 da Constituição de 1988.

Em ambos os casos, com mais intensidade na área urbana da fazenda (triângulo do Glória), podemos afirmar categoricamente, que a função social da propriedade não está sendo cumprida, devendo a universidade reavaliar essa ocupação rarefeita ou mesmo a total inutilização de áreas.



Figura 79: Foto da fazenda do Glória, destaque de uso do solo (pastagem e área degradada) (PRIETO, 2005)



Figura 80: Foto da fazenda do Glória, com destaque de uso do solo (reserva e experimentos), tendo ao fundo o bairro São Jorge (PRIETO, 2004)



Figura 81: Foto da fazenda do Glória, com destaque de uso do solo (pastagem, reserva e lavoura), tendo ao fundo a BR-050, o bairro São Jorge e o triângulo do Glória (PRIETO, 2004)



Figura 82: Foto da fazenda do Glória, com destaque de uso do solo (lavoura de silagem e reserva), tendo ao fundo a ASUFUB e o triângulo do Glória (PRIETO, 2004)



Figura 83: Foto da fazenda do Glória, com destaque de uso do solo (lavoura de silagem, reserva e granja) (PRIETO, 2004)



Figura 84: Foto da fazenda do Glória, com destaque de uso do solo (lavoura de silagem, reserva e lavouras exeperimentais de irrigação e café) (PRIETO, 2004)



Figura 85: Foto do triângulo do Glória, tendo ao fundo a BR-050 e a sede da fazenda (PRIETO, 2005)



Figura 86: Foto do triângulo do Glória, tendo ao fundo a reserva e a lavoura de café (PRIETO, 2005)



FOTO AÉREA DA FAZENDA EXPERIMENTAL DO GLÓRIA

Autor: PRIETO, Elisson Cesar (2005)

Fonte: levantamento aerofotogramétrico-PMU 2004

3.2. AS PROPOSTAS DE IMPLANTAÇÃO DO CÂMPUS GLÓRIA

3.2.1. A origem da proposta do Câmpus Glória

A proposta de implantação de um câmpus universitário de atividades acadêmicas e administrativas para a UFU não é recente, tampouco inovadora. Como historicizado, na década de 1970, a ocupação do Glória como câmpus foi discutida seriamente pela universidade.

Segundo o ex-reitor Prof. Nestor Barbosa de Andrade², a idéia do Câmpus Glória perpassou o imaginário da universidade em toda a sua história.

De acordo com ex-prefeito universitário Wilson Ribeiro da Silva:

Havia um objetivo de levar o campus para o Glória, como fez Belo Horizonte levando o campus para a Pampulha, como fez Goiânia criando o seu campus, como fez Santa Catarina. Então também criamos esse campus que era no Glória, propriedade já da Universidade, próximo da cidade, com todas as facilidades (In CAETANO e DIB, 1988:346-347).

No curto período de 1973 a 1976, foram pelo menos duas tentativas da então Universidade de Uberlândia em aprovar o projeto de construção de seu câmpus único no Glória e receber os recursos necessários para a implantação junto ao Ministério da Educação, o que não ocorreu.

Entretanto, na opinião do Prof. Juarez Altafin³, o câmpus do Glória foi inviabilizado não só pela falta de aporte financeiro, mas também por razões internas. Segundo ele, apesar de constituírem uma universidade, as faculdades tinham projetos diferentes – até a federalização, por exemplo, era a Reitoria que dependia das faculdades. A falta de uma administração central e de um projeto realmente universitário afastaram da UFU a possibilidade de constituir um câmpus único.

Após 1976, a UFU buscou consolidar seus *campi* Educação Física, Santa Mônica e Umuarama, promovendo aquisições de áreas e construções de blocos para atender à demanda acadêmica e administrativa.

Em 1991, a UFU aprovou seu Plano Diretor Físico, o único até hoje, com diretrizes para ocupação dos três câmpus. No plano, as propostas aprovadas propunham a organização e a ampliação das instalações, nada discorrendo sobre as fazendas, especialmente o Glória.

² Em entrevista concedida em 23 de julho de 2005.

³ Em entrevista concedida em 15 de outubro de 2004.

Também a discussão de espaço físico na UFU desde então limitou-se a responder às demandas em decorrência da expansão das atividades da universidade.

Em abril de 2000 foi criada, no âmbito do Conselho Diretor, uma comissão de planejamento e ocupação do espaço físico, com o intuito de analisar as demandas por espaço físico das unidades acadêmicas.

Em abril de 2001 essa comissão veio a ser institucionalizada pela Resolução n.º 02/2001 do Conselho Diretor, como Comissão Permanente de Planejamento e Ocupação de Espaço Físico da UFU – CPOEF, tendo como principais atribuições propor diretrizes para o planejamento e normas para ocupação de espaço físico pela UFU, em curto, médio e longo prazos e assessorar os conselhos quanto à utilização dos espaços universitários.

Com a institucionalização, o foco da comissão, que antes era tratar os particularismos, passou a ser a universidade como um todo e sua política de ocupação dos espaços físicos existentes e de expansão.

Assim, um tema que predominou inicialmente nas discussões da CPOEF foi o planejamento futuro de ocupação de espaços físicos da UFU. Em agosto de 2001, a CPOEF produziu e encaminhou ao Conselho Diretor e às Unidades Acadêmicas, um estudo denominado “*Subsídios para a discussão do tema ‘Estudo das opções viáveis para o futuro da UFU em relação ao espaço físico’*”.

O documento expunha uma avaliação da situação física da universidade, ressaltando a carência de espaços físicos na UFU hoje e reforçando a necessidade de planejar a ocupação dos novos espaços. Com relação ao futuro da universidade, foram apresentadas, pela comissão, três opções que deveriam ser debatidas pela comunidade universitária:

- 1ª Proposta: Transferência de toda a UFU para a Fazenda do Glória
- 2ª Proposta: Manter o Campus Santa Mônica e transferir a Educação Física e o Umuarama para a Fazenda do Glória
- 3ª Proposta: Modernização da infra-estrutura atual com transferências e ampliações específicas

3.2.2. As propostas para o futuro da UFU

Para cada uma das três propostas apresentadas pela Comissão Permanente de Planejamento e Ocupação de Espaço Físico da UFU – CPOEF foram expostos também os

encaminhamentos e prazos que a proposta implicaria, a destinação dos espaços remanescentes e também as vantagens e desvantagens da opção.

De acordo com o estudo, as fontes de recursos que permitiriam realizar as propostas apresentadas eram basicamente: empreendimentos em terrenos de propriedade da FAEPU ou UFU, em locais diversos da cidade, ou a venda destes; acrescentando-se aos recursos obtidos nas negociações citadas o possível financiamento de órgãos fomentadores. Os prazos para a plena consecução das propostas estavam estimados entre 20 (vinte) e 30 (trinta) anos.

a) Proposta 1: Transferência de toda a UFU para a fazenda do Glória

Se aprovada a transferência de toda a UFU para o câmpus no Glória, os procedimentos propostos pela comissão a serem adotados seriam os seguintes:

- Curto prazo: transferência da reitoria e órgãos afins para o Glória
- Médio prazo: transferência da Educação Física e de partes do Umuarama e do Santa Mônica
- Longo prazo: transferência gradual do restante do Umuarama e do Santa Mônica.

Quanto à destinação das áreas remanescente, operar-se-ia o seguinte:

- Duque de Caxias e Educação Física: negociar com particulares ou propor *joint ventures*⁴;
- Umuarama: negociar o Hospital com a PMU e o restante com instituições particulares, tanto educacionais como comerciais;
- Santa Mônica: negociar com instituições educacionais superiores particulares;
- Engenheiro Diniz: tornar um espaço cultural para abrigar, por exemplo, o Museu do Índio, Museu de Minerais e Rochas, Museu Universitário, etc.; ou utilizar como alojamento estudantil.

As vantagens da transferência de toda a UFU para o Glória seriam de acordo com a comissão, as seguintes:

- Concentração de toda a UFU num único câmpus;
- Possível redução dos custos de manutenção e segurança;
- Constituição de uma cidade universitária ampla;
- Construção de um parque esportivo adequado ao atendimento comunitário desenvolvido pela Educação Física;
- Ocupação de um espaço novo, livre, facilitaria implantação de infra-estrutura moderna e planejada;

⁴ As *joint ventures* são parcerias ou associações com terceiros para negócios comuns. No caso de parcerias das universidades com agentes privadas, o recomendável seria utilizar o termo PPP – Parcerias Público-Privadas que tem novo escopo legal em âmbito federal – Lei Federal n.º 11.079 de 30 de dezembro de 2004.

- Novo indutor do crescimento urbano.

Contudo, a transferência implicaria em desvantagens que foram apontadas:

- Distanciamento do contato comunitário;
- Distanciamento do espaço urbano constituído;
- Concentração de recursos a longo prazo em prol da construção de um novo Campus, em detrimento de outros investimentos possíveis;
- Investimento do Município em nova infra-estrutura urbana para atender ao novo Campus, sendo ainda que este se encontra fora do perímetro urbano;
- Demora de nova consolidação da instituição perante a cidade e região;
- O crescimento retilíneo verificado na UFU em seus primeiros 30 (trinta) anos dificilmente se repetiria no mesmo ritmo.

Na verdade, o grande mérito da proposta é pautar a necessidade de implantação de um novo câmpus no Glória, como principal alternativa para o futuro da UFU. De acordo com a proposta, alguns encaminhamentos já ficaram prejudicados como a transferência da reitoria, a curto prazo, devido à construção do novo prédio da Reitoria no *campus* Santa Mônica.

Já as transferências da Educação Física e de áreas ligadas às ciências da terra como Agronomia, Medicina Veterinária, Ciências Biológicas e Geografia, a médio prazo são justificáveis e viáveis pelas condições que a área do Glória já oferece, como a existência das grandes áreas para aulas práticas e experimentos que condizem mais com as características pedagógicas desses cursos do que as áreas atualmente ocupadas, inseridas no centro urbano. No caso da Educação Física, o parque esportivo da ASUFUB que, está retornando ao patrimônio da universidade, é fato incentivador da mudança.

Poder-se-ia argüir que, a curto prazo, a UFU estaria criando mais um câmpus universitário. Contudo, a universidade possui hoje cinco pontos de convergência (Educação Física, Santa Mônica, Umuarama, Engenheiro Diniz e Duque de Caxias). Caso, as reitorias e a Educação Física fossem totalmente transferidas para Santa Mônica e Glória, a universidade passaria a ter apenas três pontos de localização – Santa Mônica, Umuarama e Glória.

Contudo, nesse prazo de 20 (vinte) a 30 (trinta) anos, em que se operaria a transferência das outras unidades acadêmicas e administrativas para o câmpus único do Glória a universidade teria que desocupar todas os terrenos ocupados hoje, o que é muito difícil de ocorrer, mesmo a longo prazo porque algumas dessas áreas constituem um patrimônio histórico a ser preservado e também porque já estão demasiadamente identificadas com a universidade.

b) Proposta 2: Manter parte do Campus Umuarama e transferir os demais setores para a fazenda do Glória

As medidas de curto e médio prazo dessa opção são as mesmas da primeira proposta. A longo prazo, se manteria apenas o Hospital de Clínicas no Umuarama, transferindo todas as demais atividades para o Glória:

- Curto prazo: transferência da Reitoria e órgãos afins;
- Médio prazo: transferência da Educação Física e de partes do Umuarama e do Santa Mônica;
- Longo prazo: transferência gradual do restante do Umuarama, exceto o HC, e do Santa Mônica.

A destinação da infra-estrutura existente com eventual a escolha da segunda proposta é a mesma da primeira, a exceção do Hospital de Clínicas que não seria negociado com a Prefeitura Municipal.

Pela similaridade da proposta, as vantagens da segunda proposta são também as mesmas em relação à primeira proposição:

- Concentração de quase toda UFU num único câmpus;
- Possível redução dos custos de manutenção e segurança;
- Constituição de uma cidade universitária ampla;
- Construção de um parque esportivo adequado ao atendimento comunitário desenvolvido pela Educação Física;
- Ocupação de um espaço novo, livre, facilitaria implantação de infraestrutura moderna e planejada;
- Novo indutor do crescimento urbano

As desvantagens em relação à primeira proposta são a manutenção de dois câmpus – Glória e Umuarama – e a sobreposição do porte assistencialista do Hospital em detrimento do acadêmico:

- Distanciamento do contato comunitário;
- Distanciamento do espaço urbano constituído;
- Concentração de recursos a longo prazo em prol da construção de um novo câmpus, em detrimento de outros investimentos possíveis;
- Investimento do Município em nova infra-estrutura urbana para atender ao novo câmpus, sendo ainda que este se encontra fora do perímetro urbano;

- Demora de nova consolidação da instituição perante a cidade e região;
- O crescimento retilíneo verificado na UFU em seus primeiros 30 (trinta) anos dificilmente se repetiria no mesmo ritmo;
- Manutenção de dois câmpus – Glória e Umuarama;
- Manutenção do HC com porte assistencialista.

Na verdade, a proposta 2 tem uma diferença principal com relação à primeira, que é a manutenção do Hospital de Clínicas no Umuarama. Apesar de toda a importância regional do HC/UFU o foco de uma discussão sobre espaço físico não pode se resumir a definir a administração do hospital diretamente pela universidade ou pela prefeitura, discussão esta que se dá, com maior intensidade e mérito na política de saúde municipal e regional e não da política de ocupação de espaços da UFU.

c) Proposta 3: Manutenção dos Campi Umuarama e Santa Mônica com transferências e ampliações específicas

Essa, que é a proposta mais conservadora, propugna pela manutenção dos atuais *campi*, desde que acompanhada, de acordo com a comissão, das seguintes medidas:

- Curto prazo:
 - estudo de viabilidade de adensamento do Umuarama e do Santa Mônica;
 - transferência para a fazenda do Glória de cursos carentes de espaço (Educação Física, Agronomia, Veterinária, entre outros).
- Médio prazo:
 - adequação do Hospital das Clínicas às necessidades educacionais;
 - transferência para a fazenda do Glória de cursos ou partes dos mesmos que necessitem de espaços amplos específicos para pesquisa e desenvolvimento;
 - readequação do espaço físico remanescente da mudança de cursos do Santa Mônica para novos usos;
 - transferência da reitoria para o Santa Mônica;
 - modernização da infra-estrutura existente;
 - destinar parte do Santa Mônica para uso de extensão.
- Longo prazo: Densificação planejada do Umuarama e do Santa Mônica

O destino da infra-estrutura existente é similar às demais propostas, afetando especialmente o campus Educação Física e as reitorias:

- Educação Física: negociar com particulares ou propor *joint ventures*; mantendo a ESEBA no atual local ou transferindo-a para áreas remanescentes da mudança de cursos do Umuarama ou Santa Mônica;
- Engenheiro Diniz: continuação do atendimento odontológico, ou possível espaço cultural; ou possível alojamento estudantil; outros tipos de atendimentos comunitários;
- Duque de Caxias: negociar com particulares ou propor *joint ventures* – mesma alternativa em todas as propostas.

As vantagens da manutenção dos *campi* Santa Mônica e Umuarama:

- Proximidade do contato comunitário;
- Inserção na malha urbana constituída;
- Com o adensamento, proporcionar maior eficiência na manutenção e na segurança;
- A densificação intensifica intercâmbios entre a instituição e a comunidade, de convivência intra e extra-muros, e promove a consolidação da instituição;
- Distribuição de recursos tanto para construção como para outras necessidades a médio e longo prazos;
- Atende ao potencial de ampliação de determinados cursos seguindo lógica de adequação por área de atividade;
- Permite à instituição avançar na consolidação de suas vocações ao utilizar com maior eficiência sua infra-estrutura existente.

As desvantagens seriam:

- A médio prazo, permanência dos atuais problemas relacionados à manutenção e segurança;
- Continuação da administração dos três *campi* separados;
- Manutenção do HC com porte assistencialista;
- Alto custo de implantação do campus na fazenda do Glória para poucos usuários;
- Problemas de estacionamento cada vez maiores com o avanço do adensamento nos *campi*;
- Necessidade de aquisição de áreas contíguas aos *campi* urbanos (que pode ser operada a contento apenas no Santa Mônica, onde ainda há áreas relativamente extensas contíguas ao *campus*).

A nosso ver, caso não haja uma discussão séria e conseqüente sobre o projeto de universidade e sobre a ocupação de um espaço físico propulsor desse desenvolvimento, parece ser esse o caminho natural da universidade.

No Glória ficariam instalados apenas algumas unidades acadêmicas, laboratórios e espaços para projetos e pesquisas desenvolvidas pela universidade, que continuaria ocupando as áreas do Santa Mônica e Umuarama, na forma como ocorre hoje.

A transferência de unidades para o Glória ou a implantação de novas atividades se justificaria para liberação de espaços no Santa Mônica e Umuarama, mas poderia criar dificuldades às unidades acadêmicas que conviveriam com salas e professores em um câmpus e laboratórios e projetos em outro, por exemplo.

Nesse cenário, não se operaria a sonhada integração universitária, mantendo a universidade três grandes câmpus – Umuarama, Santa Mônica e Glória –, situação que pode ser agravada com a adoção da tendência atual de universidade *multicampi*, ou de câmpus avançados, como a própria UFU já trabalha ao caminhar em direção a Ituiutaba.

Pela proposta, a ocupação de novas ou atuais áreas deveria ser precedida de estudos de otimização dos espaços e das infra-estruturas existentes de forma a adequar a disponibilidade física com a necessidade (que inclusive já está sendo feito através do SPATE).

3.3. OS DESAFIOS PARA IMPLANTAÇÃO DO CÂMPUS GLÓRIA

3.3.1. A justificativa

A nosso ver, e este estudo caminha nesse sentido, a implantação, pela Universidade Federal de Uberlândia, do Câmpus Glória é uma alternativa necessária, vantajosa e viável.

Como vimos, todas as três propostas apresentadas pela Comissão Permanente de Planejamento e Ocupação de Espaço Físico da UFU – CPOEF, corretamente, partem da necessidade da implantação do Câmpus Glória, isto é, consideram que aquele espaço inevitavelmente será ocupado por outras atividades acadêmicas, somada às de fazenda experimental.

A discussão sobre o projeto de universidade e de câmpus e o planejamento acadêmico, administrativo e físico da UFU, portanto, tornam-se ferramentas imprescindíveis para a construção de um novo espaço. Nesse sentido, a CPOEF deu uma grande contribuição ao debate sobre o futuro da universidade apresentando essas três propostas como viáveis.

Segundo o ex-presidente da CPOEF, Prof. Turíbio José da Silva⁵, o planejamento inicial proposto pela comissão era, em uma primeira fase, até 2004, que a Reitoria e as faculdades de Agronomia e Educação Física pudessem ser implantadas no Glória. Numa segunda fase, até 2008, seriam transferidas a Veterinária e Biologia. Em 30 (trinta) anos o câmpus estaria pronto para uma população esperada de 30.000 (trinta mil) estudantes e servidores, servindo tanto aos cursos existentes que fossem transferidos para lá, quanto para os novos cursos e atividades.

Esse estudo a que fizemos referência foi apresentado ao Conselho Diretor e encaminhado a todas as unidades acadêmicas para discussão ainda em 2001. Entretanto, não houve qualquer encaminhamento concreto da administração superior ou dos conselhos no sentido de ampliar o debate sobre os rumos da ocupação física da UFU.

Apesar da discussão sobre a ocupação futura do espaço físico pela universidade não ter saído do papel, a administração superior, incluiu e aprovou em seu plano de gestão a meta de elaborar o plano de expansão física da UFU, incluindo a criação do Câmpus Glória.

Resolução 07/2005 – Plano de Gestão 2004-2008

Item 4.6 Programa de Expansão e Melhoria da Infra-Estrutura

elaborar e apresentar para discussão da Comunidade Universitária, o plano de expansão física da UFU, com a criação do Campus Glória e de campi avançados em cidades da região do Triângulo Mineiro.

⁵ Em entrevista concedida em 1º de março de 2005.

Da Resolução do Conselho Universitário que aprova do Plano de Gestão consta uma referência expressa a uma política de espaço físico para a Universidade Federal de Uberlândia nesse quadriênio (2005-2008):

A infra-estrutura de uma universidade é um setor vital para assegurar a existência de um ambiente saudável e seguro do trabalho, estudo e convívio acadêmico. Nossa política tem como objetivo básico cuidar da ampliação dos espaços físicos da UFU, tratando-os como ambientes públicos, universais e interdisciplinares e, assim, empreendendo esforços de manutenção e adequação destes espaços para atendimento das necessidades acadêmicas e administrativas.

Como estas atividades desenvolvidas no âmbito da administração superior estão diretamente relacionadas ao cotidiano vivenciado por docentes, discentes e técnicos-administrativos, nos variados espaços acadêmicos e administrativos da UFU, a democratização e a agilidade na resolução dos problemas são condições indispensáveis à satisfação dos agentes que compõem a comunidades universitária.

Mais recentemente, as professoras da Faculdade de Arquitetura e Urbanismo, Maria Eliza Guerra e Giovanna Damis Vital (2005) formularam um estudo de viabilidade urbanística da implantação do Câmpus Glória, que servirá, obrigatoriamente, como referência aos trabalhos posteriores.

Ademais, o atual Reitor, Prof. Arquimedes Diógenes Ciloni e o Prefeito de *Campus* Wilson Akira Shimizu confirmaram que a implantação do Glória, pela UFU, é um caminho inevitável⁶.

É uma alternativa justificável seja nos aspectos internos à UFU, seja externos, ligados à cidade. Daí porque falarmos em desafios institucionais e municipais para a implantação e não em discutir a conveniência de implantar ou não o câmpus. O Câmpus Glória já passou de hipótese a realidade, contudo, ainda carece de grandes e profícuos debates que ajudem a enfrentar as dificuldades que aparecerão.

Mesmo assim, cabe justificar porque argumentamos que o Câmpus Glória é um empreendimento necessário, vantajoso e viável para a universidade.

3.3.2. A Necessidade do câmpus

A necessidade de implantação do Câmpus Glória é patente, seja para propiciar uma resposta da universidade ao problema da saturação dos espaços físicos atualmente ocupados,

⁶ Em entrevistas concedidas em 21 de julho de 2005 e 20 de junho de 2005, respectivamente.

seja para assegurar infra-estrutura física para o desenvolvimento e a expansão da instituição, ou ainda para oportunizar à cidade um novo espaço universitário.

De acordo com a CPOEF, no estudo com as propostas para o futuro da UFU, a demanda por espaço físico na universidade é muito grande, merecendo de soluções de curto, médio e longo prazo:

Historicamente, em alguns momentos na vida da instituição, ela realizou um esforço concentrado para aliviar os segmentos do confinamento da área física. Acreditamos que atualmente a demanda novamente atingiu um ponto crítico para diversas áreas e portanto será necessário empreender esforços para solucionar o problema (UFU-CPOEF, 2001:1).

A necessidade da UFU crescer e se expandir com novos cursos e atividades, somado ao sucateamento das áreas hoje ocupadas, justifica a busca de um novo espaço universitário.

Com a implantação do Câmpus Glória, poderiam ser atendidas uma série de reivindicações da comunidade universitária, como a resolução das carências de espaço físico do *campus* Santa Mônica e, principalmente, dos *campi* Umuarama e Educação Física. Num primeiro momento, a transferência de unidades para o Glória liberaria espaços nos atuais *campi* para atender adequadamente a demanda e permitir a expansão sem novos acréscimos na estrutura existente.

Além disso, como aduz o Prof. Nestor Barbosa de Andrade⁷, o desenvolvimento da pós-graduação em qualquer instituição de ensino demanda reorganização do espaço. Essa opção que a UFU tem adotado – ampliar e incrementar seus cursos de mestrado e doutorado – fará a instituição caminhar necessariamente para a demanda de maiores e melhores espaços, que a nosso ver, os *campi* Santa Mônica e o Umuarama não podem comportar. Um novo câmpus também é a mais viável alternativa para uma grande expansão da graduação, em número de cursos e de vagas.

Ademais, há alguns anos, a UFU tem sofrido problemas físicos em decorrência de suas construções. Isso porque, a maioria dos blocos de salas de aula e administração tinha, ao ser construída, uma vida útil de 30 (trinta) anos⁸, prazo que já está bem próximo de seu limite, ora e vez que a maioria das edificações, conforme Tabelas 8, 9 e 10, datam principalmente do período de 1978 a 1982.

⁷ Em entrevista concedida em 23 de julho de 2005.

⁸ Segundo o Prof. Antonino Martins da Silva Júnior em entrevista concedida em 14 de outubro de 2004.

Com relação aos aspectos externos, atualmente, grande parte da área do Glória não cumpre sua função social, seja pelas propriedades urbana e rural desocupadas, seja pelo desperdício da estrutura instalada que poderia ser potencialmente explorada.

É necessário chamar a atenção para o que se pode definir como função social do câmpus, “*seja enquanto simples espaço físico destinado a atividades próprias do ensino de nível superior, seja enquanto capacidade instalada à conta de investimentos vultuosos feitos em nome da sociedade que o edifica e o mantém*” (NEIVA, 1984:69).

O câmpus, portanto, tem uma função social a cumprir que é permitir que os recursos ali investidos, retornem em serviços educacionais, diretos (como vagas em cursos) e indiretos (serviços, práticas extensionistas e de pesquisa) em benefício da comunidade.

O câmpus universitário é o espaço do ensino e da pesquisa, mas também da extensão à comunidade externa, do exercício de atividades culturais e desportivas, da integração com a comunidade, da contribuição ao desenvolvimento local e regional – câmpus não é exclusivo da comunidade universitária (aqueles que trabalham ou lá estudam), mas da própria cidade e região do entorno, na sua área de influência.

Isso reforça a vocação do Glória para câmpus universitário, não apenas pelo seu histórico, mas porque também hoje, a realidade da cidade e sobretudo daquela região contígua ao Glória, necessita de um grande empreendimento educacional para alavancar o desenvolvimento da região mais carente da cidade.

Os conjuntos e loteamentos dos bairros São Jorge e Laranjeiras, por exemplo, são os que abrigam o maior percentual de analfabetos na cidade – 10,89% dos moradores do São Jorge e 9,44% do Laranjeiras, segundo o Censo de 2000 do IBGE, não sabem ler nem escrever⁹.

Em síntese, a implantação do Câmpus Glória é necessária para responder as seguintes demandas:

- I. o estrangulamento físico vivido pela universidade hoje, especialmente nos *campi* Educação Física e Umuarama, acarretando carência de espaços para novos cursos de graduação e pós-graduação, bem como atividades de pesquisa e extensão, que seria suprida com transferências pontuais e instalação dos novos cursos e atividades no futuro câmpus;
- II. a proximidade do tempo final da vida útil da maioria das construções nos atuais *campi* que, inevitavelmente levará as edificações a serem substituídas em curto e médio prazos;

⁹ Fonte: Secretaria Municipal de Planejamento e Desenvolvimento Urbano de Uberlândia – Divisão de Planejamento Social – Dados Popacionais de Alfabetização/Percentual – IBGE/Censo 2000. In <http://www.uberlandia.mg.gov.br>

III. descumprimento da função social da propriedade, em decorrência das existências de grandes áreas, urbanas e rurais, pouco ou nada utilizadas, que fariam parte do projeto de implantação do câmpus;

V. carência de equipamentos e investimentos educacionais na região dos bairros São Jorge, Laranjeiras e Santa Luzia, onde se localizará o câmpus, propiciando uma perspectiva, a longo prazo, de mudança na qualificação dos moradores, graças a projetos a serem desenvolvidos pela universidade.

3.3.3. As vantagens da implantação

A maior vantagem da implantação de um grande câmpus universitário é a integração da universidade. A UFU sofre hoje com as implicações da fragmentação de seu espaço em três *campi* universitários, unidades administrativas e as fazendas, o que potencializa a dificuldade de contato em razão das distâncias, o aumento de custos e de dinamização dos serviços e prejudica a vivência interdisciplinar.

Outra grande vantagem da implantação do câmpus é dar as condições de infraestrutura física para o crescimento da universidade, representando a possibilidade de uma enorme expansão de vagas e serviços. O espaço físico que hoje é, para a UFU, um obstáculo ao seu desenvolvimento, tornaria-se um incentivo para a ampliação da instituição.

O novo câmpus pode permitir também a redefinição dos percentuais de ocupação da área e edificações para um uso mais racional e equânime, tendo em vista as disparidades encontradas nos *campi* (blocos novos e antigos, unidades com blocos exclusivos e outras sem salas, saturação no Umuarama e espaços no Santa Mônica, dentre outros).

Além disso, a expansão da infra-estrutura de energia e água, necessária para atender às necessidades do câmpus e que hoje pode ser empecilho ao crescimento, poderia ser toda feita de forma ecologicamente correta prevendo, por exemplo, captação de águas de chuva para reuso e energia solar e/ou eólica como fontes alternativas.

Outra grande vantagem é a substituição dos prédios antigos e inadequados das instalações atuais da UFU, por prédios novos, modernos e urbanística (quanto à acessibilidade e conforto) e ambientalmente corretos.

A instalação de serviços e equipamentos de uso comum, que são indutores de interação entre docentes e estudantes de especialidades distintas (espaços de convivência), como restaurantes, cantinas, cinemas, auditórios, sedes de entidades representativas, biblioteca comum (com todo acervo reunido), lojas de conveniência, etc., é outra potencialidade da instalação do novo câmpus.

Isso poderá gerar a sinergia acadêmica que é uma das finalidades da universidade e que falta à UFU, não só pela desintegração física, mas também pela ausência de espaços de troca. O novo câmpus (novo espaço, novo ambiente) opera numa dimensão mais sensível, estimulando a criação, a inovação, a pesquisa na educação, transformações essas que levem a teoria para a prática.

Com o câmpus único, por exemplo, fica facilitada a composição dos currículos com disciplinas externas a cada um dos cursos, concretizando a interdisciplinariedade. Hoje, a maioria absoluta dos discentes frequenta disciplinas exclusivas dos próprios cursos, com a exceção de algumas obrigatórias, ofertadas por outras unidades. Temos currículos “voltados para dentro”, enquanto a dimensão universitária prega justamente a efetivação de currículos variados com disciplinas de outros cursos e atividades complementares.

O Câmpus Glória da UFU propicia também à cidade de Uberlândia um novo indutor de crescimento urbano para as regiões sul e leste, que é uma zona de expansão urbana de acordo com o Plano Diretor de 1994, e representa ainda a consolidação da região sul como área de grandes equipamentos educacionais.

Mais uma vantagem é a possibilidade de já construir o câmpus preparado para utilizar uma rede VDI (voz-dados-imagem) como tecnologia de telecomunicação, através de um sistema de cabeamento estruturado subterrâneo. A rede VDI pode trazer inúmeras vantagens e possibilidades como infra-estrutura de telecomunicações (internet alta velocidade e telefonia, reduzindo os custos); e ainda transmissão de vídeo (aulas e palestras interativas) em salas e auditórios; controle de acesso de estudantes, professores, técnicos-administrativos e de pessoas para áreas, salas, laboratórios; operacionalização de sistemas de segurança e alarmes com circuito fechado de televisão com instalação de câmaras.

A implantação do Câmpus Glória ainda é vantajosa à economia local, pois gerará alguns milhares de empregos diretos e indiretos, a longo prazo, provocando também o aquecimento do mercado de construção civil de Uberlândia e região.

Em suma, as vantagens da implantação do Câmpus Glória são:

- I. integração universitária, tão sonhada desde a implantação dos primeiros cursos em Uberlândia, reunindo as principais atividades da UFU em um grande e extenso território;
- II. condições para expansão da UFU com a oferta abundante de espaço físico que, atualmente, representa um empecilho ao aumento de vagas e atividades;
- III. implantação de infra-estrutura moderna e construção de novos edifícios corretos do ponto de vista ambiental e urbanístico, em substituições aos prédios antigos, dispendiosos e irregulares, seja no aspecto paisagístico ou quanto às normas de acessibilidade;

- IV. construção de novos espaços universitários para ensino, pesquisa, extensão e convivência, propiciando uma sinergia acadêmica, talvez inédita na UFU, com reflexos positivos na criação acadêmica e na inovação;
- V. possibilidade de exercício da interdisciplinariedade entre os currículos de diversos cursos, facilitada pela proximidade espacial;
- VI. indução ao crescimento urbano ordenado em direção às regiões sul e leste da cidade;
- VII. implantação de rede VDI (voz-dados-imagem), que gera economia e abre infinitas possibilidades acadêmicas;
- VIII. geração de empregos diretos e indiretos e aquecimento do mercado local e regional da construção civil.

3.3.4. Os desafios institucionais da implantação

A nosso ver, não há que se falar em impedimentos para a implantação do Câmpus Glória, mas dificuldades e desafios a serem superados. Essa análise, tanto dos desafios que a instituição enfrentará, quanto daqueles sobre os quais a municipalidade se debruçará, conclui o trabalho de pesquisa proposto.

Foram, na verdade, levantados, com base nas pesquisas realizadas em processos de implantação de outros câmpus e também nas experiências de licenciamento de grandes empreendimentos, os principais desafios institucionais a serem enfrentadas pela universidade para consecução bem sucedida dessa proposta.

Os 6 (seis) obstáculos para a instituição com relação à implantação do Câmpus Glória, considerados os mais relevantes e que carecem de uma análise específica, apontando alternativas para sua superação, são:

- I. a perda centralidade do câmpus em relação à cidade;
- II. o destino das áreas remanescentes da transferência de unidades para o novo câmpus;
- III. a resistência de unidades acadêmicas em integrar-se à universidade;
- IV. a ausência de projeto consolidado de universidade;
- V. a descontinuidade administrativa;
- VI. a falta de recursos para financiamento de todo o empreendimento.

I. A perda da centralidade em relação à cidade

Alternativa: Aumentar a ocupação e utilização da área do Glória

Embora se deva considerar que o Glória não está tão distante da cidade, conforme Mapa de acessos à fazenda (Mapa 6) e Tabela 13, sem dúvida, a transferência de boa parte das atividades da UFU para aquela área provocará, num primeiro momento, certa resistência, inclusive da comunidade universitária.

Primeiro, porque os *campi* Educação Física, Santa Mônica e Umuarama, atualmente ocupados, estão em áreas centrais da cidade. Segundo, porque, mais do que a distância física, existe uma distância emocional da comunidade com o Glória em razão do seu desconhecimento.

A fazenda experimental é desconhecida pela maioria da comunidade universitária – professores, técnicos e estudantes. Se considerarmos então como universo, a cidade de Uberlândia, o desconhecimento dessa área é absurdo, tornando hoje muito difícil uma discussão extra-muros da universidade sobre a implantação do novo câmpus.

Por isso, a maior ocupação da fazenda é essencial como etapa preliminar à implantação do Câmpus Glória. Parte-se, portanto, do pressuposto de que para iniciar a transformação do Glória em um câmpus, é preciso utilizar mais a área, criando um sentimento de pertencimento da comunidade universitária e externa.

Além disso, outra razão para que a UFU encampe essa alternativa é fazer com que a universidade comprometa-se com o cumprimento da função social da propriedade urbana e rural. A existência de grandes áreas do Glória sem qualquer uso nem ocupação é um grave desrespeito aos objetivos defendidos por essa instituição de ensino.

Com relação às áreas rurais, a Constituição Federal, em seu artigo 186, determina que a função social é cumprida quando a propriedade rural tem aproveitamento adequado e racional, utiliza adequadamente os recursos naturais e preserva o meio ambiente, observa a legalidade nas relações do trabalho e favorece o bem-estar dos proprietários e trabalhadores.

Como se vê pelo Mapa 8, diversos espaços foram mapeados como pastagens ou áreas degradadas e se encontram nessa situação há vários anos, o que significa um desperdício para a universidade e para a sociedade que se vê privada de utilizar, para fins agrícolas, um grande patrimônio disponível.

No caso da propriedade urbana – e nesse caso, referindo-se ao “triângulo do Glória” –, sua função social deve ser determinada pelo Plano Diretor de Uberlândia, que ainda será revisado até 2006. Contudo, a não-utilização ou mesmo a sub-utilização da propriedade urbana, seja pública ou particular, são hipóteses que a Lei Federal n.º 10.257/2001 – Estatuto da Cidade, rechaça.

Nesse sentido, para desenvolver a alternativa de aumentar a ocupação e utilização do Glória, sugere-se três propostas a serem encaminhadas em um horizonte não superior a 5 (cinco) anos, portanto, de curtíssimo e curto prazo:

a) Fazenda experimental

Apesar da grande área disponível e da estrutura já instalada, a produção animal e vegetal vinda da fazenda do Glória está muito aquém de sua capacidade. Por isso, uma medida necessária é intensificar os trabalhos lá desenvolvidos, tornando a fazenda um grande laboratório da UFU para proporcionar mais atividades de ensino e pesquisa, bem como aumentar a produtividade, inclusive com fins comerciais.

Para isso, a universidade deve lançar mão de propostas como a priorização de recursos para financiamento de projetos no Glória, além de buscar parcerias com empresas, cooperativas e associações, ou mesmo com movimentos de trabalhadores sem-terra, ao invés do regime de arrendamento para cultivo e produção nas áreas da fazenda.

Nesse último caso, a parceria com cooperativas e organizações de trabalhadores rurais pode permitir inclusive o aumento das pesquisas acadêmicas sobre economia solidária, organização de trabalhadores, cooperativas, agricultura familiar e de subsistência, alternativas agroecológicas à exploração da terra, etc.

Isso é muito mais recomendável do que arrendar terrenos para particulares, até porque, não há apenas retorno financeiro à universidade, mas também retorno social que gera renda e emprega trabalhadores rurais.

b) Parque esportivo e de lazer e centro de convenções

Tendo em vista a grande possibilidade da UFU receber de volta a área e as instalações ocupadas pela ASUFUB, a universidade disporá, no curto prazo, de um outro parque esportivo, além do que já dispõe no *campus* Educação Física.

Contudo, a transferência da Faculdade de Educação Física não poderá ser feita em prazo exíguo, já que são necessários consideráveis investimentos em novos equipamentos esportivos. Durante esse lapso, a proposta é utilizar aquele patrimônio como uma área de esporte e lazer para a comunidade universitária e para a população em geral.

A carência de áreas de lazer, especialmente, naquela região pobre da cidade, dos bairros São Jorge, Laranjeiras, Santa Luzia, é patente. Alguns projetos de esportes e lazer, desenvolvidos hoje na Educação Física, poderiam ser mantidos no Glória e voltados para aquela população.

Assim, estaria sendo criada mais uma área esportiva na cidade. E com enormes potencialidades, porque o parque poderia receber grandes investimentos dos governos federal, estadual e municipal, para consolidar lá um centro de excelência esportiva ou centro olímpico, a exemplo do que já acontece com algumas universidades.

O parque poderia ser administrado diretamente pela universidade, por uma das fundações de apoio ou mesmo por entidades representativas da comunidade universitária ou desportivas da cidade.

A médio prazo, quando a infra-estrutura esportiva da área já estivesse consolidada, a UFU poderia transferir as atividades da Educação Física para o Glória, liberando o *campus* atual para negociação que reverterse em recursos a serem investidos no Glória.

Além do clube de esporte e lazer, em área contígua, pelo espaço disponível e pelas características favoráveis, poderia ser construído um complexo para grandes eventos e convenções, com auditórios, anfiteatros e salas, uma vez que a cidade possui apenas um espaço (que é privado) com essa finalidade e porque a própria universidade demanda essa utilização em solenidades, eventos científicos, reuniões públicas e formaturas, podendo, inclusive, utilizar-se de financiamentos e convênios governamentais.

c) Loteamento residencial no Triângulo do Glória

Outra proposta para inaugurar a ocupação da área do Glória é promover o aproveitamento da área conhecida como Triângulo do Glória, que possui cerca de 64 (sessenta e quatro) hectares, vizinha ao bairro São Jorge.

A Prefeitura de Uberlândia, por duas vezes, solicitou a reversão daquela área para poder implantar o assentamento de 1.300 a 1.500 famílias de baixa renda. Em fevereiro de 2002 a questão foi discutida no Conselho Universitário que deliberou por responder negativamente à solicitação da Prefeitura, tendo em vista a impossibilidade de reverter o imóvel à Prefeitura e ao fato de estar discutindo a utilização da área do Glória como fazenda experimental e/ou como câmpus universitário.

Entretanto, apesar da decisão acertada, já que a área é um grande patrimônio da universidade, o fato dela permanecer sem utilização fere o princípio da função social da propriedade urbana, o que coloca para a UFU a necessidade de planejar a ocupação daquele espaço o mais rapidamente possível.

A opção mais simples seria a universidade, solicitar a autorização por decreto presidencial para alienar o bem. Segundo o Prefeito de *Campus*, Wilson Akira Shimizu¹⁰, já

¹⁰ Em entrevista concedida em 20 de junho de 2005.

há uma estimativa de que a universidade poderia arrecadar R\$ 4 milhões de reais com a venda.

Entretanto, como é sabido e será detalhado à frente (item 3.3.5, *IV*), a implantação de um câmpus universitário valoriza as terras adjacentes. Tal mecanismo foi inclusive utilizado no passado para localização dos *campi* Santa Mônica e Umuarama, com visto anteriormente.

A proposta que nos parece ideal é a construção, na área do triângulo do Glória, de um residencial universitário, com edificações verticais de baixo gabarito. A CPOEF¹¹, quando discutiu a implantação do Câmpus Glória, pensou na hipótese de construir um bairro universitário no triângulo do Glória ou em frente à portaria da fazenda (do outro lado da BR-365).

É sabido, que a presença de moradias estudantis ou universitárias contribui para a mudança do entorno, conferindo-lhe uma identidade universitária e possibilitando a existência de trocas entre a população temporária que necessita de moradia e a população fixa que precisa aumentar sua renda e se beneficia de atividades comerciais (bens e serviços, sobretudo de alimentação ou alugueres) destinadas ao público universitário.

Como a área já está incluída no perímetro urbano, mas faz parte da gleba 1 (Mapa 7), cuja maior parte é rural, a primeira providência da universidade é requerer o desmembramento da gleba, isto é, a autorização para proceder a registros imobiliários diferentes, um para a área urbana e outro para porção rural.

O desmembramento, com base na Lei Complementar n.º 383/2004 do município de Uberlândia, pode ser solicitado pela Universidade junto à Prefeitura, com a apresentação do título de propriedade constante em certidão emitida pelo Cartório; da certidão negativa de tributos municipais; do projeto planialtimétrico da área a ser desmembrada com divisas, dimensões, arruamentos; e planta da situação da área.

Após o desmembramento, a universidade deve envidar os esforços para viabilizar o empreendimento. É claro que a UFU não dispõe de recursos para promover o loteamento da área nem essa é sua finalidade, tampouco a parceria com o setor privado seria facilitada, já que a área é pública.

Nesse sentido, sugere-se que, ao invés da alienação ou cessão onerosa pela universidade da área, a UFU realizasse uma permuta, que é autorizada pela Lei Federal n.º 6.120 de 15 de outubro de 1974, com a Fundação de Assistência, Estudos e Pesquisas de Uberlândia – FAEPU, pela gleba de 279 hectares do Glória (gleba 3 do Mapa 7) que é de propriedade daquela fundação.

¹¹ Segundo o Prof. Turíbio José da Silva, em entrevista concedida em 1º de março de 2005.

Isso resolveria dois problemas da instituição: *a)* facilitaria a negociação com a iniciativa privada, já que tanto a contratação do empreendimento, quanto o produto (isto é, os prédios, apartamentos e equipamentos construídos) dispensariam a autorização, por decreto ou lei, da União e exigência de licitação pública e; *b)* ainda liberaria a área ocupada pela fazenda (gleba 3) dos registros de penhora que podem até inviabilizar sua utilização ou pior, implicar em alienação de uma área imprescindível ao câmpus.

E não se poderia falar em prejuízo financeiro para a fundação, porque a área do “triângulo do Glória”, apesar de menor, têm o mesmo valor da gleba da FAEPU por localizar-se dentro do perímetro urbano.

Nesse caso, a FAEPU seria a empreendedora do loteamento, em parceria com o setor privado que teria direito de explorar comercialmente a obra por prazo determinado (ou ficar com parte dos prédios em troca do investimento).

Uma parte dos imóveis poderia ser doada à UFU para servir como moradia estudantil, ou para professores visitantes e hospedagens de eventos (como um hotel). Outra parte poderia ser vendida ou alugada a professores, servidores e estudantes. Os servidores da FAEPU, por exemplo, que são credores da fundação poderiam reaver seus valores em imóveis, para sua moradia ou para alienação.

Quanto ao licenciamento do empreendimento, além de formalizar uma consulta prévia à Prefeitura sobre a sua viabilidade, deverá ser promovido um Estado Prévio de Impacto de Vizinhaça – EIV específico sobre o loteamento, tendo como área de influência o bairro São Jorge.

Não se recomenda, de qualquer modo, a produção de um loteamento fechado, pois a alternativa tem também como objetivo para aumentar a interação da universidade com o bairro e valorizar a terra adjacente.

Para a construção do loteamento, será preciso observar os condicionantes e responsabilidades estabelecidos pela Lei Federal n.º 6.766/1979 e pela Lei Municipal de Uso e Ocupação do Solo – Lei Complementar n.º 245/2000.

Para registro e aprovação do loteamento, os proponentes devem apresentar projeto urbanístico; memorial descritivo das áreas; cronograma físico-financeiro e; projetos de estudo ambiental, meios-fios e sarjetas, drenagem das águas pluviais, abastecimento de água, esgotamento sanitário e destinação final, pavimentação e energia elétrica e iluminação pública.

A Lei Complementar n.º 245/2000 dispõe, em seu artigo 13, que todo projeto do loteamento deverá reservar, da área total, para o Município, 20% (vinte por cento) para o sistema viário; 10% (dez por cento) para implantação de equipamentos sociais e comunitários,

como creches, escolas e; 7% (sete por cento) para áreas de recreação pública, reservadas a atividades culturais, tais como praças, bosques e parques. Ainda sim restariam mais de 40 (quarenta) hectares para as construções.

Além disso, devem ser definidos no projeto, lotes maiores para abrigar edifícios de dois ou três pavimentos acima no nível do logradouro o que aumenta os percentuais de recuo e afastamento. É importante assegurar também o percentual mínimo de 20% (vinte por cento) do lote para manutenção de áreas livres de impermeabilização e construções.

Mesmo com essas limitações, que são importantes para o conforto ambiental, a área para construção ainda será muito extensa, possibilitando a produção unidades residenciais que atendam aos fins pretendidos com o loteamento, começando a caracterizar aquela região como espaço universitário.

II. O destino áreas remanescentes da transferência de unidade para o novo câmpus

Alternativa: Elaborar planos específicos de destinação da infra-estrutura

A UFU detém um grande patrimônio físico que não é imobilizado, ao contrário, movimenta um considerável comércio de bens e serviços nas áreas próximas aos câmpus, com destaque para o setor imobiliário.

Uma eventual transferência de unidades dos *campi* Santa Mônica, Umuarama e Educação Física para o Glória irá provocar mudanças de atividades e utilizações das áreas de influência da universidade nesses bairros.

É claro que isso dependerá do número de unidades transferidas e quando isso ocorrerá. Os impactos são muito diferentes num cenário de transferência total para o câmpus único, daquele em que as transferências serão pontuais, mantendo, ao menos o Santa Mônica ou Umuarama. Por isso, a primeira medida é, no planejamento de longo prazo, definir o cronogramas de unidades e atividades que serão transferidas.

Quanto à transferência das reitorias, o impacto sobre a vizinhança seria irrelevante, bastando apenas definir qual a destinação, analisando, previamente, a existência de cláusulas de inalienabilidade ou restrição de usos.

Sem dúvida, é necessário que a universidade, juntamente com o poder público municipal e, principalmente, com a vizinhança interessada dos atuais *campi*, elaborem planos específicos de destinação da infra-estrutura remanescente da transferência.

Nesse sentido, a UFU deve preocupar-se com tanto com o destino das edificações quanto com as conseqüências para o entorno. Algumas medidas podem ser adotadas para esse processo de planejamento dos destinos da infra-estrutura existente:

- realizar um inventário dos usos atuais (comerciais e residenciais) das áreas no entorno dos *campi* Santa Mônica, Umuarama e Educação Física, aferindo os níveis de relacionamento universidade-bairros;
- realizar diagnóstico das instalações atuais quanto ao custo de utilização (em termos de sobrevida da edificação) e demolição para alienação;
- analisar as vantagens e desvantagens da alienação ou permuta das instalações atualmente ocupadas, a partir de avaliações imobiliárias e propostas de utilização.

Com relação aos bens que podem ser alienados, permutados ou locados, é importante observar que a Lei Federal n.º 6.120/1974, determina em seu artigo 4º que o produto da alienação, permuta, hipoteca ou locação seja empregado, necessariamente, nos câmpus universitários ou nas sedes das instituições em despesas relativas a edificações, serviços de infra-estrutura, instalações, equipamentos e urbanização, ou seja, em investimento como é a construção de um novo câmpus. Apenas quando o câmpus ou sede for considerado completo o produto da locação poderá ser empregado em despesas de custeio.

O Prof. Juarez Altafin em entrevista¹², reforçando a necessidade de discutir a destinação das áreas do Santa Mônica e Umuarama e analisando os objetivos e finalidades da UFU, sugeriu que os *campi* remanescentes pudessem ser de extensão. Enquanto o Glória, abrigaria as atividades de ensino e pesquisa, o Santa Mônica e Umuarama ficariam com as práticas de extensão.

Aprofundando as sugestões dadas e lançando outras idéias:

- o *campus* Educação Física poderia ser negociado com a Prefeitura, criando um poliesportivo ou mesmo uma escola-modelo, agregando o espaço da ESEBA hoje, o que, além de manter o espaço público e aberto à comunidade, geraria divisas para a universidade construir o Glória;
- no Umuarama poderiam ficar concentrados os cursos e atividades da área de saúde humana, por causa do Hospital de Clínicas e Hospital Odontológico, e alguns blocos e biblioteca poderiam negociados com particulares, até mesmo com instituições de ensino;
- no Santa Mônica ficariam atividades de extensão da UFU, a ESEBA e ainda cursos a serem criados de tecnologia e educação profissional de nível médio, como outras universidades federais já possuem.

III. A resistência de unidades acadêmicas em integrar-se à universidade

Alternativa: Promover uma reestruturação acadêmica e administrativa da universidade

¹² Concedida em 15 de outubro de 2004.

A Universidade Federal de Uberlândia, como tantas outras, tem convivido com a busca de determinadas áreas acadêmicas a uma individualização ou isolamento, que é totalmente prejudicial à instituição. Na verdade, apesar de constituírem a mesma universidade, cada vez mais, institutos e faculdades, começam a buscar projetos e identidades próprias, às vezes, incongruentes com os objetivos da instituição maior.

Há uma tendência percebida de resistência dessas unidades isolacionistas em compor, verdadeiramente uma universidade, apesar de compreenderem a força institucional que juntas todas as áreas podem propiciar.

Para Almeida, Farret e Koosah (1989:375), a crise da universidade suscita questionamentos a sua estrutura funcional, repercutindo na base física. Um dos reflexos é a busca de individualização das unidades acadêmicas.

(...) não somente a dimensão territorial do campus tem atenuado o impacto dessas propostas, como também a estrutura administrativa, bastante desenvolvida nos anos pós-64, não tem sido suficientemente flexível para estimular a busca de alternativas morfológicas do campus. Desta forma, a universidade apresenta conflitos de ordem arquitetônica e urbanística de longa data; nela convive um projeto de campus inconcluso – requerendo uma alta soma de recursos financeiros para sua manutenção e conclusão –, com uma experiência acadêmico-administrativa questionada, necessitando, pois, de revisões estruturais.

A origem federativa das nossas universidades (faculdades e escolas isoladas que foram aglutinadas) é uma das implicações da estrutura acadêmica e administrativa mais negativas sob o território universitário, porque essa reunião de unidades, nem sempre ocorreu fisicamente.

De outro lado, importantes universidades como a USP, a UFMG e principalmente a UnB, tiveram em suas cidades universitárias a expressão da estrutura organizacional das instituições.

No caso da UFMG, por exemplo, os institutos das áreas básicas (Matemática, Física, Química, Biologia, Ciências Humanas e Sociais) foram os primeiros a se instalarem no novo *campus* da Pampulha, junto com a implantação de reitorias, bibliotecas, blocos de salas, auditórios, laboratórios. Com isso, aumentou-se o poder da administração central e se reduziu o poder das unidades tradicionais (Medicina, Direito e Engenharia).

Até a federalização, a estrutura da Universidade de Uberlândia era marcada pela autonomia acadêmica, administrativa e financeira das escolas e faculdades. Com a elaboração do novo estatuto da universidade, que entrou em vigor no final da década de 1970, adotou-se

a estrutura de centros (Centro de Ciências Biomédicas – CEBIM; Centro de Ciências Exatas e Tecnológicas – CETEC e Centro de Ciências Humanas, Letras e Artes – CEHAR), cada um subdividido em departamentos por área ou especialidade do conhecimento.

Essa organização apenas seguiu uma tendência imposta pelo Conselho Federal de Educação que praticamente obrigava as universidades recentemente criadas, a adotarem a o modelo cêntrico, em substituição às escolas e faculdades.

Como ensina Luiz Antônio Cunha (2001c:131) existem quatro modelos básicos de estruturação das universidades brasileiras:

- 1) agregação dos departamentos em alguns poucos centros;
- 2) reunião dos departamentos em número maior de institutos, faculdades ou escolas;
- 3) departamentos ligados diretamente à administração superior;
- 4) superposição de centros às faculdades, institutos e escolas.

Os casos mais comuns são os dois primeiros. A grande maioria das universidades tem a sua estrutura organizacional baseada nos centros ou nas unidades. Somente novas e pequenas universidades adotam estrutura de departamentos ligados à administração superior, enquanto são poucas as grandes universidades que têm unidades acadêmicas (escolas, faculdades, institutos) subordinadas a centros.

Em 1996, fruto de um processo democrático de discussão, conhecido como “Estatuinte”, a UFU reformou seu estatuto voltando a adotar o modelo de unidades acadêmicas e extinguindo os grandes centros. A fragmentação dos centros em unidades isoladas que se verificou na Universidade Federal de Uberlândia também seguiu uma tendência verificada em universidades de todo o país na década de 1990.

Exemplificando, Luiz Antônio Cunha (2001c:130) relata que a fragmentação das Faculdades de Filosofia, Ciências e Letras, por exemplo, deu-se à medida que as áreas do conhecimento reunidas buscaram ter uma representação específica nos conselhos universitários para expressarem o poder que alcançaram de fato no cenário científico e acadêmico, mas que era ignorado na estrutura da universidade.

Ainda de acordo com o autor:

O mecanismo departamental e centro-administrativo de nivelamento e mediorização consiste em transferir as disputas para fora do campo da competência acadêmica, que adquire valor em circuitos cada vez mais amplos do campo intelectual (...) para trazê-las para o campo da participação nas atividades rotineiras da universidade, justamente onde os micropoderes se constituem, por delegação da administração superior e/ou plenárias dos conselhos e das comissões, por níveis sucessivos, mediante o princípio da representação. Além disso, não se

pode desconsiderar o resultado do modelo dos centros que, na forma com que restaram nos anos 90, se tornaram tão somente instâncias burocráticas acima de departamentos isolados que, ao invés de facilitarem a coordenação das áreas complicavam e retardavam o funcionamento administrativo (CUNHA, 2001c:136).

Nesse período, a UFU, que contava com três centros e quarenta e quatro departamentos, passou a se organizar em vinte e sete unidades acadêmicas – faculdades e institutos.

TABELA 16 – Relação de departamentos e de unidades acadêmicas a que foram agregados			
Departamento	Área	Centro	Unidade Acadêmica
de Administração	Administração	CEHAR	Faculdade de Administração e Negócios
de Arquitetura e Urbanismo	Arquitetura	CEHAR	Faculdade de Arquitetura e Urbanismo
de Ciências Contábeis	Ciências Contábeis	CEHAR	Faculdade de Ciências Contábeis
de Direito Civil e Fundamentos do Direito	Direito	CEHAR	Faculdade de Direito
de Direito Social e do Estado	Direito	CEHAR	
de Direito Processual	Direito	CEHAR	
de Economia	Economia	CEHAR	
de Fundamentos da Educação	Pedagogia	CEHAR	Faculdade de Educação
de Princípios e Organização da Prática Pedagógica	Pedagogia	CEHAR	
de Geografia	Geografia	CEHAR	Instituto de Geografia
de História	História	CEHAR	Instituto de História
de Ciências da Linguagem	Letras	CEHAR	Instituto de Letras e Linguística
de Línguas Estrangeiras Modernas	Letras	CEHAR	
de Artes Plásticas	Artes Plásticas	CEHAR	Faculdade de Artes, Filosofia e Ciências Sociais
de Ciências Sociais	Ciências Sociais	CEHAR	
de Filosofia	Filosofia	CEHAR	
de Música e Artes Cênicas	Música e Artes Cênicas	CEHAR	
de Psicologia	Psicologia	CEHAR	Faculdade de Psicologia
de Psicologia Social e Educacional	Psicologia	CEHAR	
de Informática	Computação	CETEC	Faculdade de Computação
de Engenharia Civil	Engenharia Civil	CETEC	Faculdade de Engenharia Civil
de Engenharia Elétrica	Engenharia Elétrica	CETEC	Faculdade de Engenharia Elétrica
de Engenharia Mecânica	Engenharia Mecânica	CETEC	Faculdade de Engenharia Mecânica
de Engenharia Química	Engenharia Química	CETEC	Faculdade de Engenharia Química
de Ciências Físicas	Física	CETEC	Instituto de Física
de Matemática	Matemática	CETEC	Faculdade de Matemática
de Química	Química	CETEC	Instituto de Química
de Biociências	Biologia	CEBIM	Instituto de Biologia
de Ciências Fisiológicas		CEBIM	Instituto de Ciências Biomédicas
de Morfologia		CEBIM	
de Patologia		CEBIM	
de Genética e Bioquímica	Genética e Bioquímica	CEBIM	Instituto de Genética e Bioquímica
de Agronomia	Agronomia	CEBIM	Instituto de Ciências Agronômicas
de Educação Física	Educação Física	CEBIM	Faculdade de Educação Física

de Clínica Médica	Medicina	CEBIM	Faculdade de Medicina
de Cirurgia	Medicina	CEBIM	
de Ginecologia e Obstetrícia	Medicina	CEBIM	
de Pediatria	Medicina	CEBIM	
de Odontologia Social e Preventiva	Odontologia	CEBIM	Faculdade de Odontologia
de Odontologia Clínica e Restauradora	Odontologia	CEBIM	
de Reabilitação Oral	Odontologia	CEBIM	
de Diagnóstico e Cirurgia	Odontologia	CEBIM	
de Medicina Animal	Veterinária	CEBIM	Faculdade de Medicina Veterinária
de Produção Animal	Veterinária	CEBIM	

Elaboração: PRIETO, 2005. **Fonte:** <http://www.ufu.br>

A UFU como organizada hoje apresenta um irracional número de unidades acadêmicas, se comparada a universidades bem maiores e de organização mais complexa.

TABELA 17 – Comparativo de informações de universidade e número de unidades				
	UFU	UFMG	UnB	USP**
Estudantes	13.995	28.053	25.800	66.263
Professores	1.130	2.466	1.293	4.884
Técnicos	3.310	4.445	2.359	14.952
Área física total* (m ²)	21.910.000	8.794.767	47.465.579	74.500.000
Área construída	236.465	592.053	515.724	1.430.000
Unidades especiais	2	3	-	-
Unidades acadêmicas	27	19	22	36

* inclui fazendas

** Inclui os 3 câmpus de São Paulo e os de Bauru, Piracicaba, Pirassununga, Ribeirão Preto e São Carlos

Fontes: Dados de 2004 – <http://www.ufu.br>, <http://www.ufmg.br>, <http://www.unb.br>, <http://www.usp.br>

Do mesmo modo, universidades com porte similar têm número muito inferior de unidades acadêmicas ao da UFU. A Universidade Federal de Santa Maria, por exemplo, com 37 cursos de graduação e 48 de pós-graduação tem apenas 8 unidades (centros).

Segundo o Prof. Nestor Barbosa de Andrade¹³, no processo de elaboração do novo Estatuto, idéia era passar de três para dez ou onze unidades. Contudo, houve vontade dos departamentos, dos cursos, especialmente dos docentes, em ter seu próprio instituto ou faculdade.

Contudo, a organização atual da maior parte das universidades em unidades acadêmicas remete aos problemas de escolas isoladas e autônomas reunidas, o que justificou, na passado recente, a reforma dos estatutos para adoção do modelo cêntrico.

Ante a tudo isso, a reestruturação acadêmica e administrativa da UFU, que se opera através da revisão de seu Estatuto e Regimento Geral é condição *sine qua non* para a implantação do Câmpus Glória. Não há condição alguma de planejar um novo território para

¹³ Em entrevista concedida em 23 de julho de 2005.

aumentar a integração universitária com, por exemplo, um edifício para cada umas das vinte e sete unidades acadêmicas, com seu espaço próprio de ensino e pesquisa, etc.

A sinergia que se pretende com o novo câmpus deve começar dar seus primeiros passos a partir da reestruturação necessária da universidade, principalmente para reduzir a burocracia e dinamizar a gestão administrativa.

Como ressalta Luiz Antônio Cunha (2003:234), na maior parte das universidades brasileiras, a construção de câmpus tornou-se mecanismo de reestruturação institucional. É que se espera que ocorra com a UFU.

IV. A ausência de um projeto de universidade

Alternativa: Fomentar estudos acadêmicos sobre a universidade

Propor e executar uma reestruturação acadêmica e administrativa pode ser vantajoso para a gestão universitária, mas em que termos isso deve ocorrer, com base em quais experiências bem-sucedidas, contando com que formuladores? Na verdade, trabalhos acadêmicos, quando a universidade dispõe de uma cultura institucional de pesquisa, estudos e debate sobre a própria instituição, são os que melhor respondem a essas indagações.

Existem poucas, mas relevantes experiências de núcleos e grupos de pesquisa dentro das universidades que discutem a educação superior e o seu papel na sociedade:

Núcleo de Pesquisa sobre Ensino Superior – NUPES da USP;

Grupo de Estudos sobre Universidade – GEU da UFRGS;

Programa de Estudos e Documentação Educação e Sociedade – PROEDES da UFRJ;

Núcleo de Pesquisa sobre Ensino Superior da Universidade de Brasília – NESUB da UnB;

Grupo de Estudos sobre a Educação Superior – GEUSU da UFMG.

Além delas, deve-se mencionar o Centro Interdisciplinar para o Desenvolvimento do Ensino Superior – CIPEDS, com representações de diversas universidades latino-americanas, e o Instituto de Estudos Estratégicos do Ensino Superior ligado à ANDIFES que são também espaços importantes desse pensamento institucional universitário.

A existência desses órgãos e entidades é necessária principalmente para aprofundar os temas de interesse da instituição. Por exemplo, se a UFU deseja implantar um câmpus, seria valiosíssima a contribuição de professores, técnicos e estudantes pesquisadores, das áreas de geografia, engenharia, arquitetura, com estudos sobre experiências de câmpus universitários, novas concepções morfológicas e tecnologias, etc.

Como adverte Nogueira (2000:10), utilizando o exemplo do câmpus universitário, *“pode-se observar, não obstante ser a Universidade um pólo gerador e difusor de conhecimento, tecnologia e informação, um descompasso entre a produção científica e a conseqüente aplicação na construção do seu espaço físico: Campus”*.

Essa prática de pesquisar e estudar a universidade, principalmente, para aplicar buscar soluções é muito importante, mas tem sido relegada pela instituições. Como lembra Luiz Antônio Cunha (2001b:145), *“a universidade, que consegue ser crítica a respeito de outras instituições, evita ser crítica de si própria”*.

Em pesquisa *in loco* no setor de bibliotecas¹⁴, constata-se que há apenas 11 (onze) trabalhos cujo assunto é a nossa universidade, sendo oito teses e dissertações sobre temas educacionais (pesquisas feitas sobre currículos ou avaliações), duas publicações institucionais sobre a história da universidade – as quais já fizemos referências – e um caderno de normas (leis, estatuto e regimento geral).

Na verdade, cremos que há diversos outros trabalhos elaborados na universidade, especialmente nos programas de pós-graduação, mas que não estão organizados, nem catalogados com o objetivo de servir ao estudo e planejamento da própria universidade. A nosso ver, isso ocorre justamente pela falta de um órgão ou grupo responsável pelo estudo e pesquisa institucionais.

A UFU deve, portanto, criar ou estimular a criação de um núcleo interdisciplinar de estudos e pesquisas sobre a universidade, com o objetivo de discutir o ensino superior brasileiro, as experiências de organização e planejamento universitárias, a avaliação institucional e organizar um acervo de trabalhos sobre a UFU e a educação superior.

A existência de um núcleo ou grupo de trabalho como esse na discussão da reestruturação acadêmica e administrativa e depois na conformação do planejamento institucional prevendo o Câmpus Glória, será um grande diferencial qualitativo nos debates que se sucederão até a implantação final do projeto.

V. A descontinuidade administrativa

Alternativa: Construir um sistema de planejamento universitário multidisciplinar e participativo

Talvez, o principal empecilho para a implantação do Câmpus Glória seja a descontinuidade administrativa. A alternância de administradores da universidade, sobretudo de reitores, que é sadia para a “democracia universitária”, têm inviabilizado qualquer plano de

¹⁴ Pesquisa realizada em 24 e 25 de agosto de 2005 no Sistema de Bibliotecas da UFU.

longo prazo, isso porque, nada garante que um reitor comece o câmpus e o seu sucessor interrompa. Exemplo disso, é o Plano Diretor Físico de 1991.

Essa preocupação foi demonstrada nos depoimentos do Prof. Turíbio José da Silva e do ex-Reitor Prof. Gladstone Rodrigues da Cunha Filho¹⁵.

A descontinuidade administrativa é típica da grande maioria dos entes da administração pública. Sem dúvida, é um problema que a democracia brasileira ainda terá que aprender a conviver.

A proposta de um mandato dos reitores de cinco anos, como exposta no projeto de lei da Reforma Universitária que está sendo discutido no Congresso Nacional, é uma alternativa que amplia os horizontes da administração universitária, ao menos no aspecto temporal.

Contudo, o principal instrumento para minorar os efeitos negativos da descontinuidade administrativa é a incursão de uma cultura de planejamento institucional na universidade, fazendo os administradores compreenderem que planos, anteriormente aprovados por conselhos ou fóruns mais democráticos, devem ser executados, independente de sua vontade ou de seu grupo.

Entretanto, não se pode atribuir ao planejamento a solução de todos os problemas. O planejamento aplicado às universidades, que era mostrado como uma ferramenta mágica para a gestão administrativa, serviu de muito pouco para as instituições brasileiras, como ressalta Edson Machado de Souza (1980:142):

A crença no poder e suficiência das técnicas utilizadas, acabou por transferir aos detentores do conhecimento necessário à sua manipulação, grande parcela da capacidade decisória dos administradores públicos. A atuação da máquina governamental, em todos os níveis passou a ser guiada pelo PLANO, de elaboração mais ou menos sofisticada, mas quase sempre inacessível, quer pela linguagem quer pela escassez de exemplos, àqueles que deveriam executar as ações previstas. A desarticulação, ao longo do processo de elaboração dos planos, entre os vários níveis e órgãos do governo, acabava por gerar planos e programas incompatíveis entre si, ações paralelas ou superposições, enfim, um caos planejado.

No período do autoritarismo dos governos militares, a regra, inclusive para a organização das universidades era “planejar de fora para dentro”. Os técnicos estrangeiros ou do Ministério da Educação, sem vivência alguma naquela universidade, é que definiam o que era melhor para a instituição.

Além disso, como recorda Castro (1984:96), naquele momento, houve muita ênfase em produzir um plano, ao invés de construir um processo de planejamento. Os programas de

¹⁵ Em entrevistas datadas de 1º de março de 2005 e 21 de julho de 2005, respectivamente.

necessidades das universidades, por exemplo, eram excessivamente preocupados com as características quantitativas em termos de dimensionamento, nunca ou muito pouco se referindo ao ambiente de relacionamento pessoal, ao anseio dos que trabalhariam ou estudariam naquele espaço.

O planejamento é um instrumento vital e necessário para a administração, desde que se consolide como processo, isto é, seja contínuo objetivando o envolvimento dos agentes e não tenha como único fim a produção de um plano. O planejamento deve pressupor um diagnóstico em que se apresentam as potencialidades e os problemas para que, então, sejam propostas as alternativas e soluções.

O planejamento universitário deve ser, do ponto de vista acadêmico ou científico, multidisciplinar. Do ponto de vista político, deve ser participativo.

Deve ser multidisciplinar porque a organização universitária é complexa, envolvendo questões díspares afetas a diversos ramos do conhecimento e das profissões. Por exemplo, a construção de espaço físico que envolve arquitetos, geógrafos e engenheiros; a organização pedagógica que envolve licenciaturas, pedagogos; a administração financeira que demanda administradores, economistas e contabilistas; a normatização interna que demanda assessoria jurídica. Isto é, a universidade é um aparelho grande demais para eleger apenas seus administradores como encarregados de seu planejamento.

Além disso, o processo de planejamento deve ser participativo já que o plano não se institucionaliza apenas porque é aprovado pelo Conselho Universitário da instituição. A institucionalização de fato, só ocorre se os atores no processo de discussão são envolvidos desde o início, através de debates em unidades acadêmicas, audiências e consultas públicas, incluindo docentes, discentes, técnicos-administrativos e também comunidade externa, que é a verdadeira “proprietária” da universidade pública.

A aprovação e os encaminhamentos do Projeto do Câmpus Glória devem ser tomados por todas principais lideranças de grupos que se alternam no poder. Deve ser um compromisso de todos, para assegurar mesmo a novos reitores, que quando eleitos, continuem a executar as diretrizes definidas anteriormente.

VI. A falta de recursos para financiamento de todo o empreendimento

Alternativas: Buscar parcerias setoriais e gerais com os poderes públicos municipal, estadual e federal e com o setor privado para arrecadação de recursos extra-orçamentários.

Outro grande desafio institucional, que é também municipal, para implantação da cidade universitária da UFU e que condiciona quase todo o processo de planejamento, é o seu financiamento.

Isso porque o financiamento do câmpus concentra recursos vultuosos por um longo prazo, e que poderiam estar sendo empregados para atender demandas urgentes de equipamentos ou mesmo para custeio de atividades como eventos e projetos de pesquisa.

De acordo com o Prof. Turíbio José da Silva¹⁶, o financiamento de um grande empreendimento como o Câmpus Gloria, não pode se resumir a recursos orçamentários. Ao contrário, as principais fontes devem ser extra-orçamentárias como: a alienação de bens, os convênios setoriais com o governo federal (como os da Financiadora Nacional de Estudos e Pesquisas – FINEP para construção de laboratórios ou como o do Ministério da Educação para construção da nova reitoria), as parcerias com a iniciativa privada e com a Prefeitura, dentre outros.

O patrimônio imobilizado da UFU é muito grande, o que não mais se justifica. No passado, isso tudo foi adquirido para que no futuro pudesse ser utilizado em favor da universidade, mas o futuro já chegou e não há utilização de boa parte deles.

Ademais, não merece prosperar a alegação de que faltam recursos para investimento e obras na UFU. O que foi e está sendo investido em espaço físico nos últimos quatro anos já soma aproximadamente R\$13 milhões de reais. Somente no *campus* Santa Mônica, há atualmente quatro grandes obras em andamento.

TABELA 18 – Relação das obras de reforma e construção na UFU (2001-2005)				
Câmpus	Bloco	Utilização	Recursos	Valor
Santa Mônica	3Q	Salas de aula	Próprios e convênios	R\$ 3.350.000,00
Santa Mônica	1B (ref.)	Salas de aula	Convênio CT-Infra	R\$ 600.000,00
Santa Mônica	1Q (ref.)	Diversos	Próprios	R\$ 150.000,00
Santa Mônica	5L	CIAEM	Estado e Município	R\$ 150.000,00
Santa Mônica	5M	Laboratório Humanas	Convênio FINEP	R\$ 550.000,00
Santa Mônica	5K	Laboratório	Convênio FINEP	R\$ 1.050.000,00
Santa Mônica	5N	Centro de Convivência	Banco	600.000,00
Santa Mônica	3P	Reitoria	MEC, próprios e Banco	R\$ 4.000.000,00
Umuarama	6T	Laboratório	Convênio FINEP	R\$ 400.000,00
Umuarama	4K (ampl)	Salas de aula	Próprios	R\$ 1.050.000,00
Umuarama	6V	Centro de Convivência	Banco	600.000,00
Educação Física	1F	Ginásio	Próprios	R\$ 120.000,00
ESEBA		Quadras	Próprios	R\$ 240.000,00
TOTAL				R\$13.010.000,00

A Universidade do Estado de Minas Gerais – UEMG, que planeja a construção de um câmpus único para os cursos de Belo Horizonte, tem estimado o custo total das obras em cerca de R\$46,5 milhões para toda a infra-estrutura urbana e edificação de 42.061 m²

¹⁶ Em entrevista concedida em 1º de março de 2005.

(quarenta e dois mil e sessenta e um metros quadrados) em um terreno não ocupado, atestando a viabilidade financeira desse tipo de empreendimento.¹⁷

Outro exemplo que afasta o pessimismo quanto à busca de recursos financeiros para grandes investimentos em universidades é o projeto *Campus 2000*, no qual a Universidade Federal de Minas Gerais – UFMG está captando, em seis anos, cerca de R\$ 114 milhões necessários para construções de prédios e transferência de boa parte dos edifícios da universidade, hoje localizados na região central, para o *campus* da Pampulha.

Ao todo, as construções, ampliações e reformas incluem sete unidades, além de obras de infra-estrutura (sistema de esgoto, poços artesianos, malha viária, transmissão de informações) no *campus* da Pampulha:

- Faculdade de Educação – ampliação (4,2 mil m²) e reforma (3,2 mil m²): R\$ 5,3 milhões
- Faculdade de Farmácia – construção (14,6 mil m²): R\$ 14 milhões
- Departamento de Química (anexo) – construção (4,2 mil m²): R\$ 4,9 milhões
- Instituto de Geociências (anexo) – construção (3,4 mil m²): R\$ 2,8 milhões
- Fisioterapia e Terapia Ocupacional – construção (3,4 mil m²): R\$ 2,9 milhões
- Faculdade de Ciências Econômicas – construção (16,6 mil m²): R\$ 13,2 milhões
- Escola de Engenharia : construção (41,3 mil m²) e reforma (11,7 mil m²): R\$ 40 milhões
- Infra-estrutura coletiva (malha viária, sistemas de água e esgoto, cabeamento para transmissão de dados): R\$ 9 milhões.

Para captar parte desse montante, a estratégia traçada pela UFMG baseou-se na alienação de lotes urbanos e de prédios, localizados na região centro-sul de Belo Horizonte. No caso dos lotes vagos e prédios que não estavam sendo utilizados pela universidade foram realizadas licitações públicas, conforme determina a Lei Federal n.º 8.666 de 21 de junho de 1993, que concluíram pela venda desses imóveis a particulares.

Já no caso dos prédios ocupados por unidades que seriam transferidas para o *campus* da Pampulha, foi feita uma inédita operação envolvendo a União, o Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social – BNDES e a Prefeitura Municipal de Belo Horizonte.

Com o interesse manifestado pela Prefeitura de Belo Horizonte em adquirir os prédios e alguns terrenos da UFMG, ambas aprovaram um projeto de modernização junto ao BNDES, prevendo um empréstimo de R\$45 milhões para a municipalidade. O processo de comercialização foi simplificado: dispensa da licitação em decorrência do comprador ser um

¹⁷ Segundo informações do Plano Diretor de Implantação do Campus da UFMG (2004), os custos se referem à instalação da obra, infra-estrutura urbana e construção de teatro, reitoria, biblioteca e quatro prédios para as unidades, com quatro pavimentos cada, além de instalações complementares.

órgão público; facilidade no ajuste de cronogramas de desocupação; construção conforme as necessidades da Prefeitura; e o mais importante, a linha de crédito aberta pelo BNDES (na qual a Prefeitura terá dez anos para quitar o empréstimo).

Como forma de disponibilizar os recursos imediatamente para que a universidade pudesse iniciar as construções, os imóveis a serem alienados foram transferidos ao patrimônio da União através da Medida Provisória n.º 222/2004, convertida na Lei Federal n.º 11.098 de 13 de janeiro de 2005. Com isso, a UFMG pôde receber adiantado o valor de R\$48 milhões e, tão logo os prédios sejam desocupados pela universidade, a União os alienará à Prefeitura.

Do total de recursos para executar o projeto *Campus 2000*, a UFMG está arrecadando diretamente cerca de R\$92 milhões, dos R\$114 milhões necessários. Para captar os R\$ 22 milhões restantes, a Reitoria buscou outras fontes de financiamento público junto ao governo federal, sobretudo ao Ministério da Educação.

Além disso, foi preciso também cumprir algumas medidas dentro da própria universidade. O Conselho Universitário da UFMG aprovou uma resolução de n.º 13/2001 que, além de autorizar a alienação de bens imóveis da universidade, também vinculou os recursos captados ao projeto *Campus 2000*.

Nesse sentido, a UFU pode financiar a implantação de seu câmpus, mediante:

- Alienação dos lotes de propriedade da UFU (terrenos vagos) mediante licitação pública e dos terrenos de propriedade da FAEPU por concorrência entre interessados (carecendo antes, da definição do papel da fundação como parceira do projeto);
- Negociação dos espaços ocupados hoje, com particulares (através de permuta) ou com poder público (nesse último caso, podendo-se adotar a fórmula aplicada pela UFMG para o projeto *Campus 2000*, buscando parceria com a União e o BNDES);
- Convênios com a União (via Ministério da Educação), com o Estado e o Município para transferência de recursos destinados às obras do câmpus e construção de prédios;
- Convênios com a União para implantação de equipamentos específicos (instalações esportivas via Ministério do Esporte; laboratórios e equipamentos via FINEP e Ministério da Ciência e Tecnologia; hospital veterinário via Ministério da Agricultura, por exemplo);
- Parceria com o Município para utilização, nas obras iniciais de infra-estrutura, dos recursos arrecadados com a contribuição de melhoria a ser instituída pela Prefeitura e cobrada dos proprietários de imóveis na área do entorno que serão valorizados pela implantação do câmpus (detalhamento no item 3.3.5, *IV*).

3.3.5. Os desafios municipais para a implantação

Além dos desafios institucionais, a cargo da UFU, a implantação do Câmpus Glória importará também em desafios colocado para a municipalidade, não apenas em relação ao poder público, mas toda a cidade, ora e vez, que os impactos do câmpus têm escala, no mínimo, municipal.

Os 5 (cinco) principais desafios municipais a serem comentados nesse estudo são:

- I. a sobrecarga da infra-estrutura na região;
- II. os impactos sobre o meio ambiente natural;
- III. a geração de tráfego e aumento de demanda por transporte;
- IV. a valorização imobiliária e a possibilidade de repulsão pela vizinhança;
- V. o crescimento e expansão da cidade no sentido câmpus.

I. A sobrecarga da infra-estrutura da região

Alternativa: Planejar sistemas de infra-estrutura para o câmpus utilizando novas tecnologias e alternativas viáveis e econômicas

Quando nos referimos à infra-estrutura, estamos falando principalmente de abastecimento de água potável, drenagem pluvial, esgotamento sanitário, resíduos sólidos e líquidos, energia elétrica e telecomunicações.

Esses sistemas da cidade terão sua demanda aumentada com a implantação do novo câmpus, o que pode dificultar algumas propostas de serem implementadas. Contudo, o maior impacto sobre a infra-estrutura é o seu alto custo para a cidade e para a universidade. Daí a importância de planejar sua implementação, de modo a ressarcir o investimento inicial com uma melhor relação custo-benefício (menores custos de manutenção).

a) Sistema de abastecimento de água potável

O Glória possui uma barragem que já foi utilizada como fonte de captação de água para abastecimento humano nas décadas de 1950 e 1960. É possível, portanto, discutir alternativas com o Departamento Municipal de Água e Esgoto – DMAE e promover os estudos necessários, com vistas à utilização do córrego do Glória e da barragem para consumo e utilização pela universidade, seja para abastecimento humano ou para utilização na fazenda e demais usos.

Além disso, com relação ao sistema de abastecimento, é importante definir o tipo de reservatórios de água que se pretende construir, se subterrâneo (que demanda bombeamento

para as unidades consumidoras) ou do tipo castelo d'água (que funciona por gravidade e economiza energia).

b) Sistema de drenagem pluvial

Deve ser elaborado um sistema de drenagem de águas pluviais a partir de estudos hidrológicos e com duas diretrizes principais:

- assegurar a permeabilização do solo, sobretudo nas áreas próximas à reserva ambiental;
- permitir a captação da água pluvial nas vias e nos edifícios, para zerar a possibilidade de alagamento, mesmo nas áreas mais baixas e permitir reutilização.

Com relação ao tratamento das superfícies do chão, a impermeabilidade do solo nunca pode ser regra, pois não absorve águas das chuvas e gera calor. Uma boa alternativa é utilizar coberturas do solo permeáveis como gramados, jardins, bloquetes, saibro, areia, britas, etc., inclusive no tipo de pavimentação, sobretudo das áreas de estacionamento, permitindo a permeabilidade das águas das chuvas no solo.

Outra proposta viável é a implantação de sistemas de captação de águas de chuva para reuso, que consiste em uma alternativa ecologicamente correta e economicamente interessante, pois permite reter águas pluviais na cobertura das edificações para fins de uso na irrigação, descargas sanitárias, limpeza de pisos e reserva para extinção de incêndios. A água captada pelas lajes de cobertura dos prédios é dirigida a reservatórios onde ocorre a filtração e a decantação por camadas de areia e carvão, permitindo uma economia de consumo de água em larga escala, principalmente nos meses chuvosos.

É importante ressaltar que o “*Estudo de Viabilidade Urbanística para Implantação do Campus do Glória/UFU*” (GUERRA e DAMIS VITAL, 2005), sugere ainda a construção de um lago artificial como reservatório de contenção de águas pluviais na área de baixa declividade da fazenda, medida essa que deverá ser também analisada.

c) Sistema de esgotamento sanitário

O sistema de coleta de esgoto sanitário deve ser projetado para o lançamento na rede de esgoto da cidade, administrada pelo DMAE, e que deve ser expandida para atender o câmpus. Deve constar como diretriz dos projetos de implantação do câmpus, que nenhum esgoto será lançado nos cursos d'água existentes na fazenda, de forma a não gerar ameaças à saúde nem ao meio ambiente.

d) Resíduos sólidos e líquidos

A UFU é grande geradora de lixo. Considerando uma média de produção de 0,3 litros de lixo por metro quadrado edificado, a UFU produz cerca de 75 mil litros de lixo por dia.

Para o Câmpus Glória deverá ser definido um sistema de coleta individual por edifícios e pontos fixos nas vias de circulação e áreas livres. A coleta deve ser sempre seletiva, de forma que o mínimo possível seja encaminhado ao serviço de tratamento de resíduos sólidos da cidade. Assim, as alternativas que a universidade poderia lançar mão seriam:

- resíduos sólidos recicláveis, como vidro, papel, plástico e metal: disponibilizados a associações e cooperativas de catadores. A universidade poderia, inclusive, desenvolver projetos extensionistas de educação ambiental e geração de renda com essa alternativa;
- resíduos orgânicos: reutilizados como matéria orgânica nas hortas, plantações e experimentos da própria fazenda do Glória na área que continuar tendo utilização rural, o que não traria custos nem de transporte;
- materiais especiais (produtos químicos e remédios principalmente): objeto de projetos específicos de coleta e destinação, aprovados pelos órgãos de vigilância sanitária.

e) Infra-estrutura de energia elétrica

A demanda por energia de toda a UFU é muito grande e se estrutura a partir da rede da CEMIG, com subestações e casas de energia nos *campi*. Para o novo câmpus deve-se estruturar a rede da CEMIG como principal, mas a utilização de fontes alternativas deve ser pautada com prioridade, especialmente de Energia Solar, com a instalação de painéis fotovoltaicos na cobertura dos edifícios e até mesmo em postos de iluminação de vias e prédios; e de Energia Eólica nas áreas de atividades rurais.

A UFU deve planejar bem um sistema para cargas emergenciais em caso de queda no fornecimento pela concessionária, destinado, por exemplo, ao centro de processamento de dados, à iluminação pública e aos sistemas de telecomunicações e de detecção e alarmes de incêndio.

O sistema de distribuição de energia deveria ser subterrâneo, juntamente com a rede de cabeamento VDI, que é mais seguro e não interfere no conjunto arquitetônico, adotando uma tendência que é largamente utilizada no mundo todo.

A iluminação pública viária, tanto nas vias para veículos motorizados quanto para pedestres e ciclovias, deve agregar eficiência, design e economia, o que significa dizer que é necessário haver interação com os planos de paisagismo e de comunicação visual e também a adoção de lâmpadas mais econômicas ou mesmo postes com energia solar.

II. Os impactos sobre o meio ambiente natural

Alternativa: Elaborar um plano de controle e preservação das áreas de interesse ambiental

O impacto ambiental esperado com a implantação de um câmpus universitário na área do Glória afeta, principalmente, a flora, a fauna e os recursos hídricos, que estão na área de preservação da reserva já constituída e cercada.

A elaboração de um plano de controle e preservação das áreas de interesse ambiental, que é, geralmente, uma medida a ser sugerida pelo estudo de impacto ambiental no processo de licenciamento de empreendimentos, é uma alternativa a ser exigida nesse caso.

É claro que a elaboração desse plano deve ser precedida levantamentos da vegetação existente (flora), visando estabelecer mecanismos de proteção da vegetação natural existente junto ao reservatório, à nascente e ao curso d'água, e da fauna silvestre residente.

A partir desses estudos, a universidade e os demais órgãos públicos envolvidos (Prefeitura Municipal, IBAMA, IEF, FEAM), terão condições de elaborar um micro-zoneamento ambiental de toda a área do Glória (com a definição de unidades ambientais a partir da geomorfologia, vegetação e uso do solo), com planos de controle para a reserva, para as áreas livres e verdes (lazer, recarga), monitoramento e controle de processos erosivos na área ao sul da gleba do Glória, dentre outros.

A proposta completa é criar, através desse plano, alguns instrumentos de proteção e preservação ambiental como a criação de uma área de conservação ambiental na reserva; o estabelecimento de diretrizes e normas internas e externas para as atividades potencialmente poluidoras a serem implantadas; e a criação de sistema de combate e prevenção de incêndios.

a) Área de conservação ambiental

Conforme o Mapa de Usos e Predominâncias (Mapa 8), a fazenda do Glória possui uma reserva de vegetação nativa que protege as nascentes e o curso d'água do córrego do Glória.

A reserva constitui-se, portanto, de áreas de preservação permanente que não podem ser suprimidas pela ação humana. De acordo com o Código Florestal – Lei Federal n.º 4.771 de 15 de setembro de 1965 e com a Resolução n.º 303, de 20 de março de 2002 do CONAMA, constituem áreas de preservação permanente as faixas de terra cobertas por vegetação:

- de largura de 30 metros medida a partir de cada margem de córregos de até 10 metros de largura e;
- em um raio de 50 metros em torno das nascentes e olhos d'água.

Nessas faixas de terra não são permitidas quaisquer edificações, admitindo-se apenas acesso de pessoas e animais desde que não prejudiciais à vegetação e aos recursos hidrológicos.

Em razão da existência de áreas de preservação e de biota rica em espécies da região, compete à universidade, com vistas a assegurar a preservação desse patrimônio ambiental, propor a criação de uma unidade de conservação ambiental na área.

De acordo com a Lei 9.985 de 18 de julho de 2000 que dispõe sobre o Sistema Nacional de Unidades de Conservação – SNUC, as unidades de interesse ambiental podem ser de dois grupos: Unidades de Proteção Integral e Unidades de Uso Sustentável.

As unidades do primeiro grupo podem ser do tipo Estação Ecológica, Reserva Biológica, Parque Nacional, Monumento Natural ou Refúgio de Vida Silvestre. Em todos esses casos, além do domínio das terras ser público, há restrições ambientais que impedem sua utilização, em alguns casos, inclusive para visitação. Nesse sentido, a reserva encontrada no Glória não se inclui nesse grupo de unidades de proteção integral.

Dentre as unidades de uso sustentável a lei identifica sete tipos: Área de Proteção Ambiental, Área de Relevante Interesse Ecológico, Floresta Nacional, Reserva Extrativista, Reserva de Fauna, Reserva de Desenvolvimento Sustentável e Reserva Particular do Patrimônio Natural.

As unidades de conservação do tipo floresta nacional, reserva extrativista, reserva de fauna ou de desenvolvimento sustentável não se aplicam ao caso da área de interesse ambiental da fazenda do Glória, restando para análise mais detalhada as unidades do tipo Área de Proteção Ambiental ou de Relevante Interesse Ecológico ou ainda, Reserva Particular do Patrimônio Natural.

A área de proteção ambiental, também conhecida pela sigla APA, é uma área em geral extensa, com um certo grau de ocupação humana e dotada de atributos abióticos, bióticos, estéticos ou culturais especialmente importantes para a qualidade de vida e o bem-estar das populações humanas.

Já a área de relevante interesse ecológico é uma área em geral de pequena extensão, com pouca ou nenhuma ocupação humana, com características naturais extraordinárias ou que abriga exemplares raros da biota regional, com o objetivo de manter os ecossistemas naturais de importância regional ou local.

A reserva particular do patrimônio natural é um patrimônio particular gravado como reserva para conservação da diversidade biológica, destinada à pesquisa e à visitação turística, recreativa ou educacional. Esse é o caso da Reserva Ecológica do Panga.

A nosso ver, a unidade de conservação a ser implantada no Glória deve ser desse tipo, conhecida como RPPN. Contudo, a criação da reserva particular do patrimônio natural do Glória deve ser precedida de estudos técnicos mais específicos que subsidiem a edição de um decreto municipal criando a unidade.

A unidade de conservação poderá ter seu uso sustentável potencializado com a ampliação da faixa de proteção avançando em terras hoje agricultáveis e ainda a implantação de um parque linear, ligando a área hoje ocupada pela ASUFUB, até a sede atual da fazenda, passando pela represa. Esse parque poderia abrigar vias de pedestres e ciclovias e equipamentos coletivos para o lazer esportivo ou contemplativo, podendo ser fechado periodicamente por razões de segurança.

b) Potencial poluidor

A implantação do Câmpus Glória, por mais ambientalmente correta que possa ser, provocará, sem dúvida alterações no ambiente, especialmente poluição sonora e visual. A universidade deverá projetar alternativas para que as limitações legais impostas pela municipalidade não sejam extrapoladas.

Quanto à produção de ruído, de acordo com a Lei Complementar municipal n.º 17 de 4 de dezembro de 1991 (artigos 3º a 17), os níveis devem ficar: entre 07 e 19 horas, em 70 decibéis; entre 19 e 22 horas, 60 decibéis e entre 22 e 07 horas, 50 decibéis. Isso inclui o som produzido por maquinários e outros aparelhos.

A poluição visual caracteriza-se pela colocação indevida de faixas, cartazes, outdoors, placas e outros que alterem o visual de vias, logradouros, canteiros e praças, de acordo com a Lei Complementar n.º 17 (artigos 18 a 21).

c) Proteção e combate a incêndio

O sistema de proteção e combate a incêndios deve ser objeto de um projeto específico a ser aprovado pelo Corpo de Bombeiros Militar, entretanto, suas diretrizes devem constar no estudo de impacto ambiental, prevendo um sistema de hidrantes, chuveiros automáticos e extintores automáticos, além de um sistema especial para proteção da reserva contra incêndios.

III. A geração de tráfego e aumento de demanda por transporte

Alternativa: Organizar um plano de acessos e transporte coletivo ao câmpus

A geração de tráfego de veículos e o aumento da demanda por transporte público na região do entorno do Glória representa um dos mais significativos impactos que a implantação do câmpus provocará.

O câmpus universitário é um grande pólo gerador de tráfego e de demanda por transporte coletivo. O projeto de implantação do câmpus deve propor as melhores alternativas para acesso ao câmpus, seja por veículos automotores, particulares ou coletivos seja por veículos não-motorizados.

Sem dúvida, o transporte de estudantes, professores e funcionários dos diversos bairros até o câmpus é um problema a ser resolvido. Entretanto, a solução não é transporte próprio da universidade e exclusivo. Esse não é um problema apenas da comunidade universitária, mas de toda a cidade e o melhor caminho para a resolução é melhorar o transporte coletivo municipal, luta na qual a universidade deve ser protagonista.

Além de viabilizar linhas de transporte coletivo que passem pelos Terminais Umuarama e Santa Luzia até o câmpus, devem ser investidos recursos para construção de cicloviárias e passarelas nas rodovias, estimulando meios alternativos de locomoção, com segurança.

Destaca-se também que o terminal de ônibus do bairro Santa Luzia, que já recebe grande número de linhas de várias partes da cidade, fica a menos de dois quilômetros (cerca de três minutos de ônibus) da atual portaria da fazenda.

Todos esses desafios podem ser superados, nesse caso, porque os acessos ao Glória podem ser feitos por 2 vias rápidas – a avenida João Naves de Ávila e a BR-050, como se vê no Mapa de acessos (Mapa 6).

Além disso, foi construído um viaduto no entroncamento das BR's 050 e 365 e outro, na BR-050, próximo à entrada da ASUFUB, está em fase de conclusão, o que melhora os acessos.

A principal tarefa da municipalidade, em conjunto com a universidade, é definir o(s) acesso(s) ao câmpus e estabelecer as diretrizes para a sinalização viária no entorno do câmpus, principalmente de orientação aos acessos, com base no projeto geométrico das vias, obedecendo à legislação federal e municipal.

Outro item a ser observado é com relação à infra-estrutura viária dentro do câmpus. As vias, como se sabe, têm a função precípua de permitir a circulação, mas também de dar acesso aos prédios e servir de estacionamento. Podem ainda ser locais de encontro, celebrações, manifestações, utilizadas de forma contígua às praças e áreas abertas.

Nas cidades, se costuma distinguir o tráfego local (que tem por origem e destino os imóveis lindeiros a uma via), do tráfego de passagem (de origem e destino em outros bairros) (AZEVEDO NETTO, 1999:265).

No interior do câmpus, o sistema viário local deve articular transporte motorizado (motos, automóveis e transporte coletivo) e não-motorizado (pedestres e bicicletas). O modelo utilizado em grande parte das universidades é de anel viário para veículos motorizados com área interna do anel exclusivo dos pedestres.

Outro ponto a ser mediado é opção entre estacionamentos de pequeno porte ou grandes estacionamentos. Os mini-estacionamentos junto a locais de destino dos usuários, com a utilização de áreas arborizadas, vias para estacionamento perpendicular e ruas sem saída (com tratamento paisagístico) caem como uma luva em projetos de câmpus universitários. Por outro lado, requerem do sistema viário a maior presença de vias para veículos motorizados dentro câmpus, enquanto os grandes estacionamentos podem permitir a exclusão ou restrição dos automóveis, motos e ônibus nas áreas do câmpus.

Outra questão importante é atribuir ao sistema viário local a designação de caminhos como lugares de estar, evitando travessias extensas, áridas e monótonas que cruzem áreas sem atividades ou pontos de interesse. Além disso, essas passagens sobretudo de pedestres devem levar em conta a necessidade de sombreamento, arborização, ajardinamento e iluminação, bem como a definição de eixos de ligação de pólos (área esportiva – área acadêmica) e de espaços de convivência (cantinas, restaurantes, bancas de jornais, praças).

IV. A valorização imobiliária e a possibilidade de repulsão da vizinhança

Alternativas: Instituir contribuição de melhoria nas áreas adjacentes ao câmpus e definir medidas de inserção social da população dos bairros vizinhos

a) Valorização imobiliária

Em regra, a valorização imobiliária é a diferença financeira positiva de uma propriedade em decorrência de uma obra pública. Atualmente, a falta de planejamento das cidades e a urbanização deixada a cargo do mercado produzem, como consequência imediata das obras públicas, pagas por toda a coletividade, o “lucro imobiliário” de poucos, mas influentes proprietários das terras em volta do empreendimento.

Os investimentos públicos pagos por todos e o trabalho coletivo de produção da cidade, de maneira geral, valorizam a terra urbana gerando permanentemente áreas carentes desses investimentos. Nesse processo, os investimentos públicos jamais alcançam quem deveriam alcançar: a melhoria de um espaço eleva o preço

da terra e exclui quem não tem recursos para dela se apropriar (AZEVEDO NETTO, 1999:258).

A ausência de mecanismos de recapitulação dos custos pagos pelo poder público, junto aos beneficiários privados, principalmente para implantação de universidades, como é nosso objeto de estudo, é agravante desse quadro (FARRET, 1984:32).

Um dos efeitos mais relevantes que se observará da implantação do Glória é a valorização imobiliária da área adjacente, especialmente do bairro São Jorge e do outro lado da BR-365.

Para exemplificar, pesquisou-se o valor das terras nas áreas adjacentes do *campus* Santa Mônica e da fazenda do Glória, de modo a obter uma comparação que servisse de base para a análise da esperada valorização imobiliária.

Em julho de 2005¹⁸, encontravam-se à venda duas áreas nessas localidades, uma de 110.000 m² no bairro São Jorge, ao lado do triângulo do Glória por R\$550.000,00 (quinhentos e cinquenta mil reais), ou seja, preço de R\$5,00 (cinco reais) o metro quadrado. Na mesma data, uma área de 3.459 m², cuja chamada principal era “próximo à UFU”, tinha por preço R\$340.000,00, isto é, quase R\$100,00 (cem reais) o metro quadrado.

Os lotes com infra-estrutura nas duas áreas também guardam uma disparidade muito grande. Em média, terrenos com 360m² variavam entre R\$120,00 (cento e vinte reais) e R\$150,00 (cento e cinquenta reais) o metro quadrado nos bairros Santa Mônica, Progresso, Jardim Finotti e Santa Maria¹⁹.

Enquanto isso, nos bairros São Jorge e Laranjeiras o preço médio variava entre R\$30,00 (trinta reais) e R\$40,00 (quarenta reais) o metro quadrado²⁰.

Considerando os preços médios, nota-se uma diferença de 300% (trezentos por cento) entre o valor da terra já urbanizada, nos bairros adjacentes ao *campus* Santa Mônica, daqueles vizinhos à fazenda do Glória.

TABELA 19 – Variação de preços de terrenos e lotes nas áreas próximas ao Santa Mônica e Glória			
Tipo	Santa Mônica/Progresso/Finotti	São Jorge/Laranjeiras	Diferença
Área não urbanizada	R\$ 98,30/m ²	R\$ 5,00/m ²	1.866%
Área urbanizada (mínimo*)	R\$ 120,00/m ²	R\$ 30,00/m ²	300%
Área urbanizada (máximo*)	R\$ 150,00/m ²	R\$ 40,00/m ²	275%

Fonte: Informativo Comercial Diário, 27 de julho de 2005

* Os valores máximo e mínimo foram considerados a partir de avaliações de imobiliárias

¹⁸ Fonte: Informativo Comercial Diário, 27 de julho de 2005.

¹⁹ Os maiores preços encontrados foram de R\$ 233,00 o metro quadrado (terreno de 580 m² a R\$ 135.000,00 no conjunto Finotti) e R\$ 283,00 (terreno de 600 m² a R\$ 170.000,00 no bairro Santa Maria).

²⁰ O maior preço no São Jorge foi de R\$ 50,00 (cinquenta reais) o metros quadrado, em um lote de 300 m² a R\$15.000,00.

Caso se opere a implantação do Câmpus Glória com grande densidade de cursos e atividades, inevitavelmente, o valor da terra nos bairros São Jorge, Laranjeiras e Santa Luzia, e principalmente nos diversos vazios urbanos daquela região (incluindo as áreas do outro lado da BR-365) sofrerá grande valorização, da qual os proprietários se beneficiarão. E pior, às custas de recursos públicos investidos.

Nesse sentido, o poder público municipal tem o dever de recapturar parte dos recursos públicos empregados para promover essa valorização imobiliária em decorrência da obra, aplicando o instituto tributário da Contribuição de Melhoria.

Como sugerido no item 3.3.4, VI, sobre o financiamento do câmpus, uma das propostas a serem negociadas entre a universidade, a prefeitura municipal, a população do entorno e os proprietários de imóveis vizinhos, é a instituição da contribuição de melhoria nas áreas vizinhas ao câmpus para arrecadar recursos para as obras iniciais de infra-estrutura a serem realizadas pelo município.

A contribuição de melhoria é definida por grande parte dos doutrinadores como: poder impositivo de exigir o tributo dos proprietários de bens imóveis beneficiados com a realização da obra pública.

O Código Tributário Nacional – Lei Federal n.º 5.172 de 25 de outubro de 1966 –, assim prescreve tal tributo:

Art. 81. A contribuição de melhoria cobrada pela União, pelos Estados, pelo Distrito Federal ou pelos Municípios, no âmbito de suas respectivas atribuições, é instituída para fazer face ao custo de obras públicas de que decorra valorização imobiliária, tendo como limite total a despesa realizada e como limite individual o acréscimo de valor que da obra resultar para cada imóvel beneficiado.

Existem, portanto, três elementos legais que condicionam a cobrança da contribuição de melhoria: a realização de obra pública concretizada, a valorização e que esta recaia sobre bens imóveis.

No caso da implantação do Câmpus Glória, o que se sugere é que seja incluído já no Plano Diretor do Município e em legislação específica, dispositivos prevendo a cobrança da contribuição de melhoria na área de influência do empreendimento. Com isso, a Prefeitura poderia ter os recursos necessários à realização das obras de infra-estrutura.

Imaginando uma valorização, a curto prazo, de 100% dos imóveis – um terreno de 300m² (trezentos metros quadrados) que hoje valeria R\$12 mil passando para R\$24 mil reais – a contribuição de melhoria poderia captar 30% (trinta por cento) dessa valorização, o que resultaria em R\$4 mil reais a serem pagos pelo proprietário ao município, em parcelas,

durante, 2 ou 3 anos, para que a Prefeitura pudesse realizar as obras de infra-estrutura do câmpus. Os proprietários ganham com a valorização, a prefeitura com a arrecadação de recursos e a universidade com as obras de infra-estrutura.

b) Evitar a expulsão da população vizinha ao câmpus

A implantação de câmpus universitários em áreas periféricas da cidade, importou quase sempre, pela dinâmica das cidades, no afastamento e até na expulsão da população pobre dos bairros adjacentes, que negocia seus imóveis por preços maiores e desloca-se para outros assentamentos periféricos.

Considerando, por exemplo, a questão da valorização imobiliária, os terrenos que servem à população de baixa renda, serão valorizados, o que é positivo porque se traduz em um mecanismo de distribuição de renda (sobre a propriedade) a famílias de baixa renda. Entretanto, são necessárias medidas do poder público para estimular a permanência da população nos bairros vizinhos e para não expropriar seus recursos com o pagamento da contribuição de melhoria.

Recomenda-se, portanto, que os proprietários de imóvel único que sirva de moradia da família, fique isento do pagamento da contribuição, para não haja expropriação de recursos daqueles que cumprem a função social do imóvel, nem incentive à mudança desses moradores. A contribuição seria cobrada, portanto, apenas dos terrenos e glebas vazias, dos imóveis desocupados ou daqueles cujo proprietário tivesse outras posses na cidade ou alienasse seu imóvel a terceiros não enquadrados em critérios de isenção.

Além disso, a universidade e a municipalidade devem promover ações para a interação com a comunidade vizinha através de serviços para a comunidade do entorno, utilização do parque esportivo como área de lazer dessa população, elaboração de projetos de geração de emprego e renda com moradores que já vivem da reciclagem do lixo, priorização de contratação para as obras de moradores da região, dentre outras medidas.

V. O crescimento e a expansão da cidade no sentido câmpus

Alternativa: Aprovar uma lei criando área de urbanização específica para o Câmpus Glória

O câmpus universitário é sempre um indutor de crescimento urbano, que atrai outras atividades e usos para suas proximidades, mas também é atraído por áreas com características que potencializam a função educacional.

Em estudo da Universidade Técnica de Lisboa (ALVES, MADRUGA e MARTINS, 2001:38) sobre localização de atividades em espaços estruturados em rede, a atratividade de

vários pontos do espaço, designados como pontos de referência, quanto à localização, varia para o conjunto das atividades e para cada uma em particular. Um ponto diz-se de atração se a sua atividade tende a atrair outros estabelecimentos para suas proximidades (localização de uma universidade em relação à existência de jardins e espaços esportivos, por exemplo, ou atividades comerciais voltadas ao público universitário, próximo de uma instituição de ensino). Do contrário, ponto de repulsão se dá quando uma atividade tende a afastar outras, como ocorre com aeroporto e residências ou universidades.

A atratibilidade dos vários espaços é julgada em função das atividades a localizar: produtos, serviços públicos, residência. No caso do nosso estudo, pode-se dizer tanto que área da fazenda atrai o câmpus, quanto o câmpus atrai outros serviços para a região.

De acordo com o atual Plano Diretor de Uberlândia, Lei Complementar n.º 78 de 27 de abril de 1994, o crescimento de Uberlândia deveria orientar-se em duas direções principais, uma ao eixo oeste e outra ao eixo sudeste (UBERLÂNDIA, 1994:29). Nesse último caso, o crescimento da cidade, margearia o Câmpus Glória, realizando a ocupação dos vazios urbanos nos setores Sul e Leste da cidade – exatamente os espaços vizinhos ao novo câmpus.

Dessa forma, prevê-se o crescimento urbano daquela região com a implantação do câmpus, o que será positivo, caso a revisão do Plano Diretor mantenha os eixos de crescimento da cidade e contanto que essa densificação seja planejada, a qual demandará esforços muito maiores da municipalidade do que da universidade.

Além disso, a implantação de um câmpus universitário na área do Glória, implicará, no que tange ao zoneamento da cidade, na mudança de uso, de rural somente para urbana e rural.

Essa é, com certeza, uma primeira demanda da instituição à municipalidade, objetivando a alteração legal do uso da área rural da fazenda do Glória para permitir a urbanização necessária à implantação do câmpus.

Como se sabe, o município exerce suas competências tanto para o meio urbano quanto para o rural, podendo, por exemplo, proibir, restringir ou fixar condições para a instalação de usos urbanos na zona rural. De acordo com a Lei Federal n.º 6.766 de 19 de dezembro de 1979, o município não pode aprovar loteamento para fins urbanos na zona rural. Se essa aprovação lhe for conveniente, ele deve previamente ampliar o perímetro urbano ou criar ou ampliar a área de expansão urbana, conceito pouco preciso, mas flexível, que pode ser usado com essa finalidade (AZEVEDO NETTO, 1999:268)

Sobre a questão do espaço rural e urbano, Milton Santos (1997:124) afirma que “*O espaço rural e urbano são marcados, na sua transformação, pelo uso sistemático das*

contribuições da ciência e da técnica e por decisões de mudança que levam em conta, no campo e na cidade, os usos a que cada fração do território vai ser destinada”.

Nesse sentido, é plenamente possível que a área do Glória, hoje uma gleba na zona rural da cidade, possa ser dividida em frações, cada qual com sua destinação. Em verdade, além da área já inserida no perímetro urbano (triângulo do Glória), já há uma parte da gleba rural utilizada com fins urbanos, que é a porção ocupada pela ASUFUB – parque esportivo que serve (ou servia) aos moradores do urbano.

A Lei de Uso e Ocupação do Solo de Uberlândia – Lei Complementar n.º 245/2000, dispõe que o território do município de Uberlândia é composto de zona urbana (interior do perímetro urbano), zona de expansão urbana (externa e contíguas à urbana) e zona rural. A utilização de área rural para fins urbanos, depende da anuência do Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária – INCRA e da Prefeitura Municipal.

O que se poderia propor, *a priori*, na revisão do Plano Diretor é a mera inclusão da área do Glória no perímetro urbano de Uberlândia. Esse pleito já foi, inclusive, apresentado informalmente pela universidade à Prefeitura²¹.

Contudo, esse encaminhamento não é o mais acertado. Primeiro, porque a fazenda do Glória continuará a ter, por alguns anos, como utilização principal, as atividades agrícolas e de criação, típicas do meio rural. Segundo, porque a mera inclusão da área no perímetro urbano, importaria ao futuro câmpus os mesmos índices de aproveitamento e condicionantes do setor Sul, que seria apenas ampliado para englobar o novo câmpus.

A proposta ora apresentada é a criação na área hoje rural do Glória, mediante aprovação de uma lei complementar municipal, de Área de Urbanização Específica. De acordo com a Lei Complementar n.º 245/2000, alterada pela Lei Complementar 383/2004:

“Art. 3º.....

4. Considera-se Zona de Urbanização Específica as áreas externas à Zona Urbana e à Zona de Expansão Urbana, assim definidas em lei e que tenham perdido as características de exploração agrícola, pecuária, extrativa vegetal e agro-industrial”.

Com a edição de uma lei específica de ordenação urbana para o Câmpus Glória seria possível o estabelecimento de ações e responsabilidades tanto para o município e quanto para a universidade. Nessa lei pode estar definido o seguinte:

- a responsabilidade pela execução da infra-estrutura geral, que se sugere fique a cargo do Município, com contrapartida dos recursos arrecadados com a contribuição de melhoria;

²¹ Segundo o Prefeito de *Campus* em entrevista concedida em 20 de junho de 2005.

- a responsabilidade da universidade pelas demais obras e construções;
- as diretrizes dos planos, projetos, obras, edificações, que devem observar a legislação municipal, especificamente, de posturas, ambiental, de saúde, de obras e demais normas técnicas;
- quais os usos serão permitidos ou restringidos na área, como comércio (C), serviços (S), indústrias (I) e equipamentos sociais e comunitários (E) e o detalhamento de cada um;
- a taxa máxima de ocupação do terreno em percentual;
- o coeficiente máximo de aproveitamento do terreno;
- as taxas mínimas de arborização e de proteção vegetal e de permeabilidade;
- as áreas mínimos de afastamento frontal, lateral e fundos das construções para as vias e espaços abertos;
- a cláusula de proteção permanente da reserva, das nascentes e do curso d'água do Glória;
- a autorização ou vedação para a universidade utilizar a barragem como fonte de captação de água, seja para abastecimento humano ou outra utilização;
- a proibição de parcelamento do terreno em lotes;
- os projetos e as especificações necessárias a serem apresentados pela universidades para o processo de licenciamento;
- o detalhamento do sistema viário e a necessidade de sua aprovação pelo órgão de trânsito;
- o quantitativo mínimo de vagas de estacionamento por metro quadrado construído;
- a forma e o tipo de fechamento do terreno, os acessos e portarias;
- a avaliação do conjunto e das edificações em separado, em etapas.

A edição de uma lei nesse sentido tem até precedente em Uberlândia, que é a Lei Complementar n.º 294, de 16 de dezembro de 2002, que criou o pólo industrial moveleiro. Nessa lei, foi estabelecida a responsabilidade da Prefeitura em realizar as obras de infraestrutura e das empresas em utilizar os lotes para as atividades industriais.

3.4. SÍNTESE DOS INSTRUMENTOS PARA IMPLANTAÇÃO

3.4.1. A metodologia da proposta

A metodologia proposta para a implantação do Câmpus Glória está alicerçada, primeiramente, na construção de um grande pacto, interno (que envolve a comunidade universitária) e externo (a comunidade uberlandense) pelo desenvolvimento e expansão da Universidade Federal de Uberlândia.

Tendo como modelo conceitual, a proposta da Universidade Federal de Minas Gerais – UFMG¹, o que se sugere é a institucionalização do Projeto Câmpus Glória, que prepare a UFU para os desafios institucionais e municipais para implantação, nos próximos anos, de um amplo e novo câmpus universitário.

Em primeiro lugar, os prazos a serem utilizados no planejamento devem ser readequados, considerando que há medidas urgentes e que não demandam a aprovação do plano de implantação ou dos recursos para serem realizadas (curtíssimo prazo) e compreendendo que o horizonte dos planos não pode ser maior do que 20 (vinte) anos, sob pena de não se tratar mais de planejamento e sim de um exercício de futurologia:

- Curtíssimo prazo: até o segundo ano;
- Curto prazo: do terceiro ao quinto ano;
- Médio Prazo: do sexto ao décimo ano;
- Longo prazo: do décimo primeiro ao vigésimo ano.

As etapas que respondem a esse desafio institucional para implantação do Câmpus Glória devem ser:

- uma etapa preparatória em que a universidade aumenta o índice de ocupação e as atividades na área do Glória e, ao mesmo tempo, inaugura uma fase de estudo institucional para embasar seu projeto – ações de curtíssimo e curto prazos;
- outra etapa para o processo de planejamento, que discuta a incorporação do Projeto Câmpus Glória nos planos da universidade (PIDE, plano diretor físico e demais planos), bem como no planejamento municipal (plano diretor municipal e área de urbanização específica) – ações de curtíssimo e curto prazos;

¹ Projeto Campus 2000, conforme exposição no item 1.4.2.

- etapas que discutam e proponham os planos de implantação de câmpus, incluindo a captação de recursos para o financiamento e o licenciamento ambiental e urbanístico do empreendimento – ações de curto e médio prazos;
- Etapa de implantação, com as obras de infra-estrutura e as construções no câmpus – ações de médio e longo prazos.

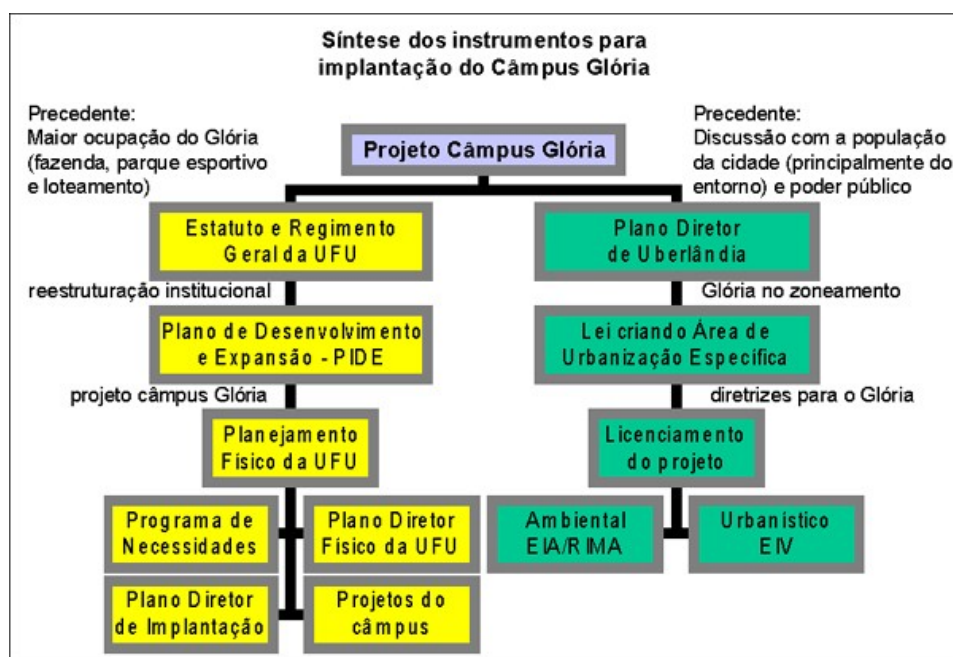


Figura 87: Diagrama sintético dos instrumentos para implantação do câmpus (PRIETO, 2005)

3.4.2. Reforma do Estatuto e do Regimento Geral da UFU

O Estatuto da Universidade Federal de Uberlândia, discutido em 1996 e aprovado pelo Conselho Universitário em 1998, democratizou os fóruns de decisão da universidade, ampliando a participação de docentes dirigentes e representantes discentes e técnicos-administrativos nos conselhos superiores.

O novo estatuto reorganizou a universidade, extinguindo os grandes centros e determinando a constituição de unidades acadêmicas, através da reunião de departamentos. O Regimento Geral, aprovado no final de 1999, operacionalizou todas essas mudanças.

Contudo, a organização mais democrática, compreendida superficialmente pela divisão de poderes, antes concentrados nos centros, para as unidades acadêmicas, tem trazido de volta o problema da individualização dos institutos e faculdades, com o risco da universidade regredir à situação de uma “federação de escolas”.

Além disso, a própria concepção de conselhos superiores mais amplos, com cinquenta, sessenta assentos, já começa a ser questionada pela falta de operacionalidade. Na verdade, a

instituição, como um todo, no aspecto administrativo, se envolve em um arcabouço burocrático desnecessário.

Pra se ter uma idéia, na universidade existem cinco conselhos superiores, vinte e sete conselhos de unidades acadêmicas, trinta e três colegiados de graduação e vinte e dois de pós e mais oito conselhos departamentais – um total de noventa e cinco órgãos colegiados, sem falar nas comissões temporárias e permanentes. É possível, por exemplo, encontrar um professor, coordenador de curso e membro cinco conselhos ao mesmo tempo.

Nesse sentido, uma reforma do Estatuto e do Regimento Geral da universidade é patente, sobretudo porque a estrutura administrativa e acadêmica condicionam o planejamento do espaço físico.

Como já reiterado, é impraticável que um novo câmpus seja planejado garantindo prédios exclusivos a vinte e sete unidades acadêmicas, o que só reforçará a já constatada tendência de individualização, isolamento e segregação dos institutos e faculdades.

Uma reforma interna precisa rediscutir, principalmente, a redução do número de unidades acadêmicas, a repactuação entorno da institucionalização do planejamento como forma de minorar os efeitos negativos da descontinuidade administrativa e ainda, repensar os canais de comunicação com a comunidade universitária e externa através dos seus fóruns deliberativos.

Ademais, segundo o artigo 346 do Regimento Geral, a UFU já deveria ter feito a revisão de suas normas, dois anos após sua entrada em vigor. Contudo, decorridos quase seis anos do regimento, não houve nenhuma alteração.

As reformas do Estatuto e do Regimento Geral também se farão necessárias, caso seja mesmo aprovada a nova lei do sistema de ensino superior – Reforma Universitária, em tramitação no Congresso Nacional.

Nesse sentido, tão logo a universidade inicie o processo de discussão sobre sua reestruturação acadêmica, administrativa e física, através do fomento aos estudos sobre a instituição, mais preparada estará, para os desafios que se colocarão para implantação do Câmpus Glória.

3.4.3. Plano Institucional de Desenvolvimento e Expansão – PIDE

O artigo 15 do Regimento Geral da UFU estabelece que o Conselho Universitário, ouvidos os demais conselhos superiores, aprovará o Plano Institucional de Desenvolvimento e Expansão – PIDE, onde constarão as diretrizes, metas, programas e planos de ação institucionais para todas as áreas de atuação da universidade. O plano deve ser elaborado para

um horizonte de seis anos, com previsão de revisão geral (noventa dias após a aprovação do relatório anual de atividades).

O PIDE é uma excelente oportunidade para exercitar o planejamento institucional. Entretanto, a UFU não elaborou nenhum até hoje, apesar dessa obrigatoriedade constar desde 2000. O projeto de Reforma Universitária também propugna pela obrigatoriedade das universidades elaborarem, democraticamente, um Plano de Desenvolvimento e Expansão.

É importante que, tão logo, seja feita a reforma do Estatuto e do Regimento Geral da UFU, possa ser, de fato, construído um processo democrático de elaboração e, posteriormente, de aprovação do PIDE.

É justamente no PIDE que se propõe a inclusão do Projeto Câmpus Glória como um conjunto de ações prioritárias, a serem planejadas e executadas pela universidade. Será, portanto, na discussão do PIDE, que um grande acordo entre lideranças da universidade, segmentos representativos, comunidade universitária, comunidade externa e poder público, deverá ser viabilizado para a aprovação da proposta.

3.4.4. Planejamento Físico da Universidade

Após a elaboração do PIDE, o passo seguinte da UFU, rumo à consolidação do Projeto Câmpus Glória é a elaboração de planejamento físico global. A nosso ver, o planejamento universitário pode ser simplificado e realizado sobre três bases principais: acadêmico, administrativo e físico, integrados. Uma mudança em um, provoca mudança nos outros dois.

Contreras (1984:115) lembra que:

O planejamento físico universitário, como todo o planejamento físico educacional, requer uma metodologia aplicada sobre princípios claramente definidos acerca do que a Universidade é, do que constituirá a expressão real de sua política de desenvolvimento no contexto nacional e regional, de quais são seus planos e programas acadêmicos vigentes e futuros nos aspectos de docência, pesquisa e extensão e de seus procedimentos administrativos

No mesmo sentido, Castro (1984:96-97) aduz que se as instalações físicas de um câmpus são um meio pelo qual a universidade busca atingir seus objetivos, não é lógico que esse planejamento se faça sem base em planos setoriais e prévios das atividades de ensino, pesquisa, extensão e administração, esses todos baseados numa clara definição dos objetivos da instituição de ensino superior.

Assim, no PIDE deverão constar as diretrizes e ações prioritárias da UFU quanto à utilização e ocupação de espaço físico. Esses dispositivos devem ser detalhados em planos complementares para fechar todo o processo.

Precede à elaboração desses planos complementares, a confecção do Programa de Necessidades da UFU, resultante do Diagnóstico sobre Espaço Físico da UFU (quantificando número de prédios, salas e área necessária), mas levando em consideração também as metas estipuladas pelo planejamento institucional, isto é, se o PIDE prever a criação, por exemplo, de mais dez novos cursos em cinco anos, o programa de necessidades de espaço físico deve contemplar a demanda futura que surgirá.

Após a aprovação do programa de necessidades, os planos complementares que deverão ser elaborados são:

- Plano Diretor Físico da UFU;
- Plano Diretor de Implantação do Câmpus Glória;
- Planos para destinação da infra-estrutura existente.

O Plano Diretor Físico da UFU é o documento que vai orientar todas as ações da universidade com relação à ocupação de espaços físicos, portanto, deve conter um detalhamento sobre as etapas que a universidade deverá perseguir da situação atual até a meta pretendida que, espera-se seja a implantação do Câmpus Glória.

O Plano Diretor de Implantação do Câmpus deve conter todas as diretrizes para construção do câmpus, compreendendo, por exemplo:

- concepção arquitetônica a ser utilizada e localização das edificações;
- definição do número de prédios, pavimentos e modulação, atendendo às demandas atuais e futuras;
- o sistema de infra-estrutura (abastecimento de água, drenagem pluvial, esgotamento sanitário, destinação de resíduos sólidos, distribuição de energia elétrica, tráfego de voz/dados/imagem, proteção e combate à incêndio e instalações mecânicas);
- o sistema viário interno, o tipo de pavimentação e as formas de acessibilidade a portadores de deficiência de locomoção; dentre outros.

Uma sugestão para as questões que este plano de implantação deve discutir, pode ser extraída, de alguns pontos expostos no Plano Diretor Físico da UFU (1991:50-56). Por exemplo:

- qual o tamanho população do câmpus (no nosso caso, futura)?
- quais dimensões e formas dos câmpus atendem às comunidades interessadas?

- a universidade deve ser aberta (quando localizada em área urbana e dissolve as barreiras entre câmpus e entorno) ou fechada (isolamento da comunidade universitária)?
- o crescimento físico da universidade deve se dar através de acréscimos de pequeno porte (incrementos graduais) ou construção de grandes estruturas de uma só vez (com maiores intervalos de tempo)?
- as construções devem ser verticais ou horizontais?
- quais devem ser os pólos de atração (central e secundários) para a comunidade, como as áreas de vivência, restaurantes, biblioteca, livraria, cantinas, praças, pontos nodais?
- como evitar a monotonia dos elementos construídos e dos percursos dentro do câmpus?
- quais as medidas de comunicação visual para minimizar a desorientação e falta acessos claros e orientações?
- o ideal é a concentração ou descentralização dos equipamentos esportivos do câmpus? (se concentrado, há criação espontânea de áreas de lazer junto a locais de convergência; se descentralizado, ocorre a duplicação de meios para fins idênticos)

Por fim, é importante que a universidade disponha de uma equipe para planejar e depois acompanhar a gestão do plano. Macedo (1984:66) chama a atenção para a necessidade de existir dentro da universidade um grupo de profissionais envolvido, não só com o projeto inicial do câmpus, mas que também acompanhem o dia-a-dia, vivam e convivam naquele espaço, com o intuito de propor soluções, adequações ou alterações que se façam necessárias.

Do mesmo modo, Graeff (1984:81) afirma que *“a construção do Campus deveria ser encarada como canteiro-laboratório, para reciclagem prática dos docentes, e estágios de treinamento em serviço dos alunos de Arquitetura e Engenharia e de outras áreas de conhecimento”*.

3.4.5. Plano Diretor de Uberlândia

As normas de ordenação da cidade fazem parte de um ramo do direito, conhecido como direito urbanístico e definido por José Afonso da Silva (1995:289), como o *“conjunto de normas que têm por objetivo organizar os espaços habitáveis, de modo a propiciar melhores condições de vida ao homem na comunidade”*.

Os artigos 182 e 183 da Constituição Federal de 1988 estabelecem as normas da política urbana com o objetivo de ordenar o desenvolvimento das cidades e garantir o bem-estar de seus habitantes.

A Constituição também definiu que as diretrizes da política urbana deveriam ser objeto de uma lei federal de desenvolvimento urbano, que foi aprovada uma década depois – a Lei n.º 10.257 de 10 de julho de 2001, conhecida como Estatuto da Cidade.

O Estatuto da Cidade traz as diretrizes e políticas de desenvolvimento urbano e ambiental e ainda determina que todas as cidades com mais de vinte mil habitantes deve elaborar ou revisar seus planos diretores.

O Plano Diretor pode ser definido como um conjunto de princípios e regras orientadoras das ações dos agentes que constroem e utilizam o espaço urbano. O Plano Diretor parte de uma leitura da cidade real, envolvendo temas e questões relativas aos aspectos urbanos, sociais, econômicos e sociais, que embasa a formulação de hipóteses realistas sobre as opções de desenvolvimento e modelos de territorialização (PÓLIS, 2002:40).

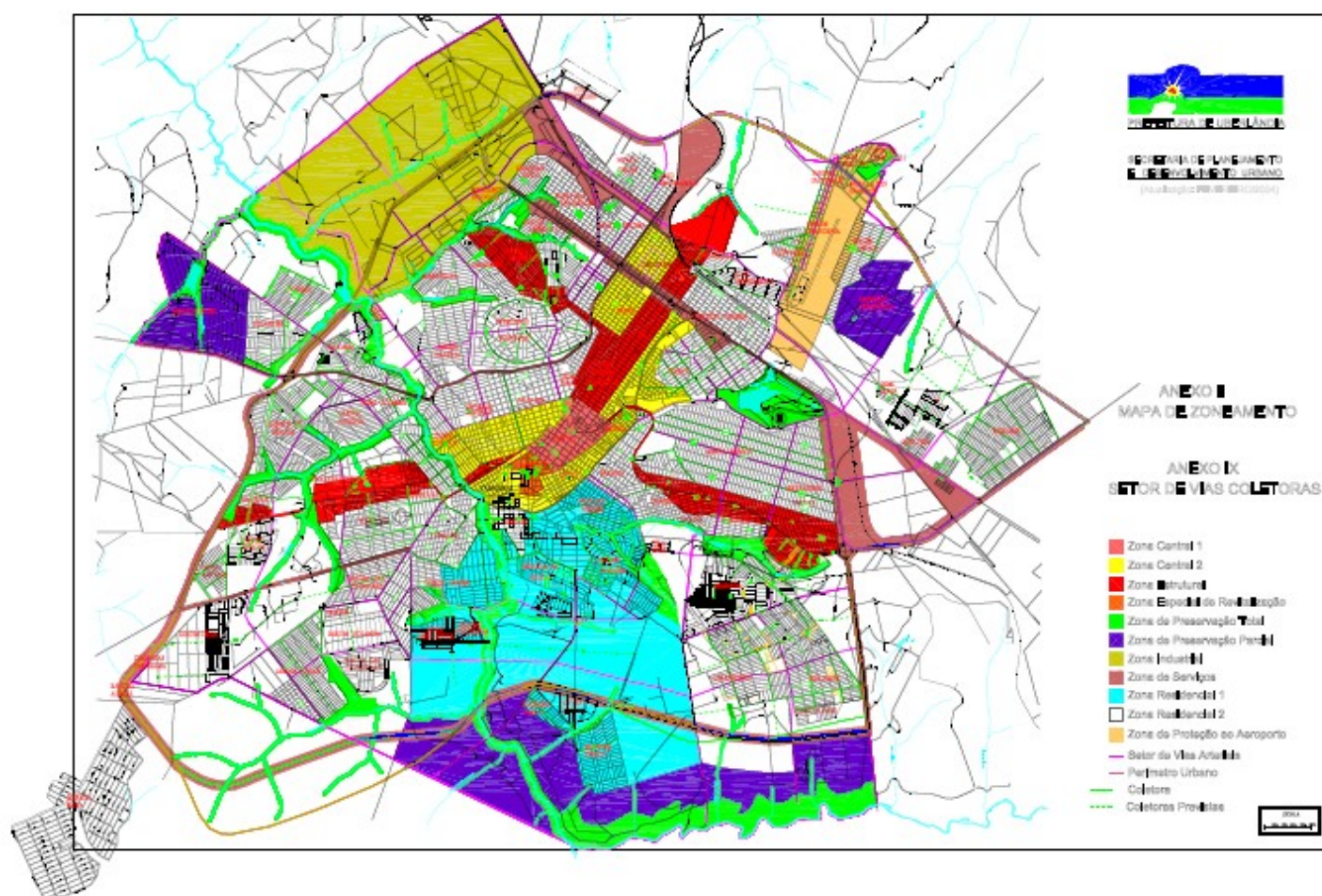
Para Flávio Villaça (1999:238), o Plano Diretor

Seria um plano que, a partir de um diagnóstico científico da realidade física, social e econômica, política e administrativa da cidade, do município e de sua região, apresentaria um conjunto de propostas para o futuro desenvolvimento socioeconômico e futura organização espacial do solo urbano, das redes de infraestrutura e de elementos fundamentais da estrutura urbana, para a cidade e para o município, propostas estas definidas para curto, médio e longo prazos, e aprovadas por lei municipal.

Uberlândia possui um plano diretor aprovado na Lei Complementar n.º 78 em 1994. O plano foi elaborado pelo escritório do arquiteto e urbanista Jaime Lerner de Curitiba e ficou um pouco distante da realidade municipal. O macrozoneamento do perímetro urbano da cidade, por exemplo, só foi efetivado com a Lei Complementar n.º 245/2000 – Lei de Uso e Ocupação do Solo.

MAPA 10

ZONEAMENTO DA CIDADE DE UBERLÂNDIA



Uberlândia terá que revisar seu plano diretor até outubro de 2006. Não se trata apenas de revisar algumas metas ou diretrizes. O fato de apenas uma pequena parte das proposições do plano ter sido concretizada (referente quase toda, ao sistema viário e de transporte coletivo, pela implantação do Sistema Integrado de Transporte – SIT) e de já ter se passado onze anos daquele plano, aponta para a necessidade de construir um novo instrumento legal de ordenação do espaço urbano e rural de Uberlândia.

Além disso, a elaboração do plano diretor deve ser feita em novas bases, principalmente aquelas trazidas pelo Estatuto da Cidade. Essas novas bases partem da visão constitucional de que o solo urbano possui uma função social que se sobrepõe aos interesses privados, garantida através de novos mecanismos para o controle do uso e da ocupação do solo (edificação e utilização compulsórios, imposto territorial progressivo, solo criado, direito de superfície) e do maior controle social na gestão urbana (participação da população em Conselhos, Audiências Públicas, etc.).

Além disso, o plano diretor também deve assegurar o cumprimento das funções sociais da cidade, imputando ao poder público, maior responsabilidade na solução dos problemas urbanos, sejam sociais ou ambientais e ainda estabelecendo diretrizes para a zona rural de seu município.

O macrozoneamento deve definir as áreas que a cidade deve estimular, coibir ou proibir a ocupação, ou ainda as áreas de interesse para habitação ou para comércio (PÓLIS, 2002:41).

Com relação ao Câmpus Glória compreendemos que o Plano Diretor de Uberlândia deve reservar, pelo menos três dispositivos para a área do Glória:

- estabelecer a implantação do câmpus como uma meta da cidade – para desenvolvimento e expansão da região Sul e como diretriz da política de educação (todo Plano Diretor deve ter um capítulo ou seção com as diretrizes para a educação no município, assim como cultura, saúde, meio ambiente, infra-estrutura, etc.);
- no Macrozoneamento, delimitar o espaço do câmpus como área de urbanização específica, com função educacional especial – universidade, que será objeto de lei complementar municipal;
- prever a cobrança da contribuição de melhoria nos terrenos vazios e imóveis subutilizados de toda a área do entorno do Glória, com vinculação dos recursos arrecadados às obras de infra-estrutura do câmpus.

3.4.6. Licenciamento Ambiental

Concluída a etapa de planejamento de câmpus, a universidade pode dar início ao licenciamento do empreendimento. Para o câmpus universitário, a UFU deve apresentar, à Prefeitura Municipal, o projeto inicial para motivar a abertura do processo de licenciamento.

O processo de licenciamento de empreendimentos faz parte do poder de política do Estado, que assegura, na melhor acepção de Hely Lopes Meirelles², *“a faculdade de que dispõe a Administração Pública para condicionar e restringir o uso e gozo de bens, atividades e direitos individuais, em benefício da coletividade e do próprio Estado”* (MUKAI, 1998:40).

No exercício desse poder, tanto a Universidade Federal de Uberlândia, quanto a Prefeitura Municipal de Uberlândia como entes públicos, têm papéis a cumprir no encaminhamento da discussão da proposta de implantação do campus Glória, até sua execução final.

Para os grandes empreendimentos, junto com o projeto arquitetônico, devem ser apresentados, se for o caso, o Estudo de Impacto Ambiental – EIA e também o Estudo de Impacto de Vizinhança – EIV. A avaliação de impactos precede o licenciamento (autorização), isto é, antes das licenças serem concedidas, é necessária a análise dos impactos que a proposição pode causar ao meio ambiente ou ao seu entorno.

Alguns exemplos de grandes empreendimentos impactantes são hipermercados, “shopping centers”, terminais de transportes (aeroportos, rodoviárias, metrô, terminais de ônibus), complexos universitários, condomínios residenciais fechados, complexos empresariais, espaços de lazer (parques temáticos e de diversão), além de cemitérios, aterros sanitários, penitenciárias, entre outros (NASCIMENTO, 2004:142-143).

Como observa Nogueira (2002), *“o Campus, como espaço físico e materialização do ambiente universitário, tem a possibilidade de ser o objeto de práticas permanentes que o aproximem de um modelo exemplar de sustentabilidade”*.

O Decreto Federal n.º 99.274 de 6 de junho de 1990, estabelece em seu artigo 17 que a construção, instalação, ampliação e funcionamento de estabelecimentos de atividades utilizadoras de recursos ambientais, consideradas efetiva ou potencialmente poluidoras, bem como os empreendimentos capazes, sob qualquer forma, de causar degradação ambiental, dependerão de prévio licenciamento.

Em Uberlândia, a Lei Complementar n.º 325 de 22 de agosto de 2003, que institui a licença ambiental municipal, dispõe que os empreendimentos públicos ou privados

² MEIRELLES, Hely Lopes. “O poder de polícia, o desenvolvimento e a segurança nacional”.

considerados efetiva ou potencialmente poluidores ou que causem degradação ambiental ou sobrecarreguem a infra-estrutura urbana são passíveis de licenciamento ambiental pelo município.

Para o licenciamento ambiental, a Prefeitura deverá requerer, no caso da construção do câmpus, o Estudo Prévio de Impacto Ambiental – EIA e, conforme prevê o artigo 13 da referida lei, poderá ser exigido também o Estudo Prévio de Impacto de Vizinhança – EIV (o que se recomenda), como parte do processo de licenciamento ambiental.

A avaliação de impactos ambientais é instrumento da política ambiental determinado pela lei que dispõe sobre a Política Nacional do Meio Ambiente – Lei Federal 6.938 de 31 de agosto de 1981 (artigo 9º, inciso III e artigo 10).

A Resolução n.º 001/1986 do Conselho Nacional do Meio Ambiente – CONAMA estabelece as atividades que, necessariamente, terão seu licenciamento condicionado à análise de estudo de impacto ambiental. Dentre essas atividades, incluem-se os projetos urbanísticos com mais de 100 (cem) hectares, como é o caso do Câmpus Glória.

Por isso, a universidade deverá, necessariamente, apresentar o estudo de impacto ambiental antes de solicitar a outorga das licenças para início das obras do Câmpus Glória. Sugere-se que esse estudo contenha, como introdução: a caracterização e objetivos do empreendimento; sua justificativa no contexto social da região e do município e a localização; a descrição do projeto e suas alternativas e das etapas a serem executadas; a interface com ações governamentais e seu enquadramento legal, nos diversos níveis (federal, estadual e municipal).

Como parte integrante, o EIA deverá versar, em conformidade com a Resolução n.º 001/1986 do CONAMA, sobre:

- o diagnóstico ambiental da área de influência e análise dos recursos ambientais, considerando os meios físico, biológico e sócio-econômico;
- a avaliação dos impactos (identificação, valoração e alternativas);
- as medidas mitigadoras dos impactos negativos, de forma a minimizá-los ou eliminá-los;
- o programa de acompanhamento e monitoramento dos impactos.

Fazem parte ainda do EIA, as referências bibliográficas utilizadas e o Relatório de Impacto Ambiental – RIMA. O RIMA deve ser apresentado de forma objetiva e adequada à sua compreensão, sendo público a fim de que os órgãos públicos e a população possam se manifestar. O Relatório de Impacto Ambiental – RIMA deve refletir as conclusões do Estudo de Impacto Ambiental – EIA.

No caso do Estudo de Impacto Ambiental/ Relatório de Impacto Ambiental – EIA/RIMA para implantação do Câmpus Glória, entendemos que ele deve atentar principalmente aos impactos quanto à:

- Geologia, hidrologia e cobertura vegetal;
- Infra-estrutura de abastecimento de água potável;
- Infra-estrutura de coleta de águas pluviais;
- Infra-estrutura de coleta de esgotos, inclusive de dejetos especiais;
- Infra-estrutura de coleta de lixo e resíduos sólidos, inclusive de tratamento especial;
- Infra-estrutura de energia elétrica;
- Infra-estrutura de telecomunicações;
- Preservação das áreas de interesse ambiental;
- Sistema de redução de potencial poluidor;
- Infra-estrutura de vias e trânsito interno;
- Sistema de combate e prevenção a incêndios

Assim que apresentado o Estudo de Impacto Ambiental, que pode ser elaborado por uma equipe técnica externa ou da própria universidade (desde que não vinculada diretamente ao projeto), a UFU poderá solicitar as licenças que autorizem o empreendimento.

O licenciamento ambiental municipal é constituído pela outorga das seguintes licenças, de acordo com Lei Complementar n.º 325/2003:

1. Licença Prévia – LP: concedida na fase preliminar do planejamento do empreendimento, aprovando sua localização e concepção proposta, atestando sua viabilidade ambiental e estabelecendo os requisitos básicos e condicionantes a serem atendidos pelo proponente nas fases seguintes da implantação (artigo 6º, inciso I);
2. Licença de Instalação – LI: autoriza a instalação do empreendimento de acordo com as especificações contidas nos planos, programas e projetos, incluindo as medidas de controle ambiental e demais condicionantes (artigo 6º, inciso II);
3. Licença de Operação – LO: autoriza o funcionamento do empreendimento após a verificação de que todas as medidas de controle ambiental e condicionantes necessários para a operação foram cumpridas (artigo 6º, inciso III).

As licenças ambientais, LP, LI e LO são concedidas cada uma a seu tempo, mediante aprovação do Conselho Municipal de Desenvolvimento Ambiental – CODEMA quando

atendidas todas as condicionantes estabelecidas. O prazo para a outorga ou não das licenças é de 90 (noventa) dias desde o protocolo dos projetos.

3.4.7. Licenciamento urbanístico

Como parte do processo de licenciamento ambiental, a UFU deverá apresentar, juntamente com o Estudo Prévio de Impacto Ambiental – EIA, o Estudo Prévio de Impacto de Vizinhança – EIV. Tratando-se de um grande empreendimento, há, por óbvio, grandes impactos sobre o trânsito e transporte, a vizinhança, a ordenação urbana, as economias locais, além daqueles sobre o meio ambiente analisados no EIA.

Por essa razão, qualquer proposta de implantação de câmpus universitário deve ser precedida também de um Estudo de Impacto de Vizinhança – EIV. No caso do Câmpus Glória, o que se propõe é que, enquanto EIA preocupar-se-ia com os aspectos ambientais e sócio-econômicos do novo câmpus, o EIV ocupar-se-ia de impactos urbanísticos, como:

- geração de trânsito e demanda de transporte público;
- destinação dos espaços remanescentes da transferência de unidades dos *campi* Educação Física, Santa Mônica e Umuarama;
- valorização imobiliária das propriedades e tendência de expulsão da população carente dos bairros adjacentes ao novo câmpus;
- expansão e crescimento urbano em direção à região.

A priori, os estudos de impacto de um *campus* universitário, assemelham-se ao de um grande empreendimento urbano de serviços como um *shopping*, isto é, proporcionam sobrecarga no sistema viário, saturam a infra-estrutura (drenagem, esgoto, energia elétrica), alteram a paisagem urbana e a dinâmica de crescimento da cidade, aumentam ou diminuem o valor da terra, entre outros (CYMBALISTA, 2000:s/p).

Porém, quando analisamos aspectos específicos da demanda de um câmpus universitário e de seu impacto sobre a vizinhança, sobretudo quando há transferência de espaços (isto é, deixa-se de ocupar um espaço na cidade dotado de uma rede estruturada, para um novo local construído), denota-se uma complexidade ainda maior, pelo fato de se tratar da instalação de uma “cidade” dentro da cidade.

O que se espera, na verdade, é que um empreendimento como esse sempre traga também impactos positivos na região, e é nesse sentido que opera o estudo de impacto de vizinhança, apontando medidas para potencializar as vantagens da obra e para reduzir os problemas a serem gerados.

O município de Uberlândia ainda não tem uma lei específica dispondo sobre os critérios mínimos para análise dos impactos dos grandes empreendimentos sobre seu entorno. As únicas referências legais ao Estudo de Impacto de Vizinhança são a Lei Complementar n.º 325/2003 que dispõe sobre o licenciamento ambiental municipal e a Lei Complementar n.º 359/2004 que apenas alterou o Plano Diretor da cidade para incluir a elaboração do EIV como instrumento para estruturação dos bairros e da área central.

O conteúdo mínimo do EIV está arrolado no artigo 37 do Estatuto da Cidade, devendo versar sobre adensamento populacional, equipamentos urbanos e comunitários, uso e ocupação do solo, valorização imobiliária, geração de tráfego e demanda por transporte público, ventilação e iluminação, paisagem urbana e patrimônio natural e cultural.

Osorio e Menegassi (2002), analisando o EIV e seu conteúdo mínimo, comentam as questões sobre as quais o estudo deve versar:

- o adensamento populacional: refere-se à densidade de população (número de pessoas por metro quadrado) que gera sobrecarga à infra-estrutura e aos fluxos da população provisória (comércio e serviço) e permanente (residencial) do local;
- os equipamentos urbanos e comunitários: responde sobre a necessidade de novos equipamentos, de forma a não sobrecarregar as áreas vizinhas; a comunidade poderá solicitá-los por meio de ações participativas, bem como sobre sua localização;
- o uso e a ocupação do solo: avalia se as atividades são compatíveis com o espaço a ser implantado, a partir do coeficiente de aproveitamento (quantos metros quadrados de construção pela área do terreno), dos recuos mínimos (de frente, fundo e laterais), da taxa de ocupação máxima (projeção da edificação sobre o solo), da altura máxima ou número máximo de pavimentos, da taxa de permeabilidade do solo e outros condicionantes e limitadores do exercício de propriedade;
- a valorização imobiliária: analisa se o investimento público no empreendimento e a valorização imobiliária a ser apropriada por particulares, estão em conformidade com os princípios da redistribuição da renda urbana e do uso social. É nesse aspecto também que se afere a permanência da população no local, com possibilidade de melhoria do imóvel ou a existência de degradação e expulsão das pessoas para outras localidades;
- a geração de tráfego e demanda de transporte coletivo: o estudo avalia a geração de tráfego de veículos particulares e coletivos e pedestres e a acessibilidade ao local, podendo propor medidas de complementação viária a serem negociadas;
- a ventilação e iluminação: os empreendimentos devem garantir a separação mínima entre as edificações, estabelecendo relações entre altura e afastamento capazes de propiciar insolação e ventilação para o espaço urbano;

- a paisagem urbana e patrimônio natural e cultural: avaliando se o projeto está em conformidade com o entorno, preservando-se os valores naturais e culturais do local, bem como a proteção do patrimônio histórico, artístico e estético porventura existente.

Além disso, é objetivo do EIV democratizar o sistema de tomada de decisões sobre grandes empreendimentos a serem realizados na cidade, oportunizando à comunidade do entorno, expor e discutir eventuais impactos daquela implantação. Consagra-se assim, o direito de vizinhança como integrante da política urbana, condicionando o direito de propriedade (PÓLIS, 2002:199).

O EIV tem aplicabilidade somente nas áreas urbanas, isto é, no perímetro urbano definido pelo município. Para empreendimentos situados na zona rural, o instrumento de avaliação de impactos é o EIA. No caso do Câmpus Glória, como já se prevê a mudança do uso por lei criando área de urbanização específica, não há óbice algum para a exigência do Estudo de Impacto de Vizinhança.

Uma das questões mais controversas que se colocam com relação ao EIV é a determinação da área de influência do empreendimento para o qual seus impactos serão avaliados.

Um critério geralmente utilizado define a área de influência num raio de 500 (quinhentos) metros, por ser a distância máxima idealizada para um percurso a pé ao local do empreendimento. Contudo, para uma delimitação mais precisa dessa área, deve-se considerar também outros aspectos, como a existência de eixos viários e a homogeneidade nos padrões tipológicos de uso, ocupação e parcelamento do solo e na legislação urbanística (FARRET, 1984:18).

No caso da implantação de um câmpus, em que se prevê também transferência de áreas, haverá impactos na vizinhança não só da área do Glória, mas também nas outras áreas hoje ocupadas e que devem ser consideradas pelo EIV.

Após a apresentação dos estudos ambientais e de vizinhança e da concessão das licenças, o que chamamos de licenciamento urbanístico, será concluído com o requerimento dos alvarás de construção e funcionamento para cada edificação, também junto à Prefeitura Municipal em conformidade com a legislação municipal em vigor.

De acordo com a Secretaria Municipal de Planejamento Urbano e Meio Ambiente³ de Uberlândia, quando um empreendedor intenta iniciar a construção de uma obra, o procedimento é o seguinte:

³ Visita e pesquisa na Secretaria com técnicos e consulta ao processo de licenciamento do *campus* da Colina da UNIMINAS.

- 1º) o proponente retira a Restrição Urbanística da área (traz a certidão de registro do imóvel e preenche requerimento);
- 2º) a Secretaria analisa o pedido conforme a Lei Complementar n.º 245/2000 – Lei de Uso e Ocupação do Solo, levando em consideração o macrozoneamento e o uso pretendido;
- 3º) quando necessário, são elaborados pareceres de técnicos das áreas de meio ambiente, saúde, educação, trânsito e transporte, acessibilidade;
- 4º) depois de entregue a Restrição Urbanística pela Secretaria, o proponente deve elaborar o projeto arquitetônico;
- 5º) se o projeto arquitetônico atende aos pareceres, é autorizado (licenciado), através do Alvará de Construção;
- 7º) depois de construído, o proponente solicita o habite-se (pronto a habitar, funcionar)
- 8º) depois de aprovado o habite-se, por trata-se de edificação com fins comerciais, deverá ser solicitado o alvará de funcionamento, encerrando o processo de licenciamento urbanístico.

Sempre que o projeto, por alguma razão, não estiver adequado à restrição urbanísticas, aos pareceres de secretarias ou à legislação aplicável, ele será devolvido ao proponente para que sejam feitas as alterações pertinentes. Se estiver em conformidade será aprovado.

3.4.8. Síntese das ações institucionais e municipais

Finalizando o estudo, nos pareceu importante, para melhor compreensão e implementação das discussões iniciais do Projeto Câmpus Glória, sintetizar as ações de responsabilidade da UFU e do Município de Uberlândia, quanto aos prazos esperados e a ordem cronológica prevista, considerando necessários ajustes e adaptações que ocorram durante todo o processo.

TABELA 20 – Prazos, Ações e Responsáveis no Projeto Câmpus Glória

Prazo	Ação	Responsável(is)
Curtíssimo 0 a 2 anos	1. Elaboração do Projeto Câmpus Glória	UFU
	2. Aumento da ocupação da área da fazenda	UFU
	3. Incorporação da ASUFUB ao patrimônio da UFU	UFU
	4. Abertura do parque esportivo e de lazer no Glória	UFU
	5. Elaboração do projeto de centro de convenções	UFU/Município
	6. Desmembramento da área do triângulo do Glória	UFU/Município
	7. Permuta entre UFU e FAEPU dos imóveis no Glória	UFU/FAEPU
	8. Projeto de loteamento residencial no triângulo do Glória	FAEPU
	9. Aprovação de Resolução da UFU institucionalizando Projeto Câmpus Glória	UFU
	10. Criação do núcleo de estudos sobre universidade	UFU
	11. Revisão do Estatuto e do Regimento Geral	UFU
	12. Elaboração do PIDE	UFU
	13. Revisão do Plano Diretor de Uberlândia, incluindo Projeto Câmpus Glória	Município
	14. Aprovação da Lei que cria Área de Urbanização Específica	Município
Curto 3 a 5 anos	15. Construção do centro olímpico na área do parque esportivo	UFU/Município
	16. Construção do centro de convenções	UFU/Município
	17. Construção do loteamento residencial	FAEPU
	18. Elaboração do Programa de Necessidades	UFU
	19. Elaboração do Plano Diretor Físico da UFU	UFU
	20. Elaboração do inventário dos usos atuais	UFU
	21. Elaboração dos planos de destinação da infra-estrutura existente	UFU/Município
	22. Execução de ações e projetos para população do entorno (<i>campi</i> atuais e Glória)	UFU/Município
	23. Elaboração do micro-zoneamento ambiental do Glória	UFU/Município
	24. Criação de unidade de conservação na reserva ambiental	UFU/Município
	25. Elaboração do Plano Diretor de Implantação do Câmpus Glória	UFU
Médio 6 a 10 anos	26. Elaboração do projeto arquitetônico do câmpus	UFU
	27. Elaboração dos projetos de infra-estrutura urbana	UFU
	28. Elaboração do plano de controle da área ambiental	UFU
	29. Elaboração do plano de acesso viário e transporte	UFU
	30. Elaboração do EIA do Câmpus Glória	UFU
	31. Elaboração do EIV do Câmpus Glória	UFU
	32. Aprovação do Licenciamento Ambiental	Município
	33. Aprovação do Licenciamento Urbanístico	Município
	34. Instituição da cobrança de melhoria dos proprietários do entorno	Município
	35. Alienação dos lotes, terrenos e edificações	UFU
	36. Negociação de espaços ocupados pela UFU com poder público e setor privado	UFU/Município
	37. Realização de convênios com União, Estado e/ou Município para construções	UFU
	38. Execução das obras de infra-estrutura urbana	Município
	39. Implementação das redes e sistemas de infra-estrutura	UFU/Município
	40. Construção das edificações da 1ª etapa	UFU
Longo 11 a 20 anos	41. Construção das edificações das demais etapas	UFU

CONSIDERAÇÕES FINAIS

A proposta de discutir a implantação de uma cidade universitária para a Universidade Federal de Uberlândia – UFU não foi, como já havíamos advertido, deveras fácil. Especialmente porque analisamos justamente quais são os possíveis desafios e os obstáculos a esse grande empreendimento, que não deve ser compreendido apenas como da universidade, mas de toda a cidade.

A convicção de que o Câmpus Glória da UFU é necessário, vantajoso e viável, advém das pesquisas realizadas por diversos meios, das entrevistas com dirigentes e ex-dirigentes da instituição, da análise das normas internas e das legislações municipal, estadual e federal, bem como de todo o exercício de argumentação que foi demonstrado nesta dissertação.

Contudo, o planejamento da universidade para concretizar o projeto de instalar um grande e moderno câmpus universitário na área do Glória, mesmo que a longo prazo, demandará um grande esforço da instituição, da comunidade e do poder público municipal de enfrentamento aos desafios colocados.

Dentre essas dificuldades a serem superadas, é importante destacar que a falta de um projeto de universidade ainda assombra a UFU. Desde que a então Universidade de Uberlândia – UnU foi criada em 1969 como uma federação de escolas e faculdades isoladas, a falta de integração universitária, afeta nossa instituição.

Nas décadas de 1940 e 1950, quando Uberlândia experimentava um crescimento econômico e demográfico vertiginoso, não houve uma intenção primeira de se criar uma universidade na cidade, mas tão somente inaugurar, a qualquer modo, o ensino superior na cidade.

Assim, resultaram as faculdades e escolas isoladas de ensino superior de Uberlândia, sem qualquer preocupação com a formação de uma universidade e, por conseguinte, sem qualquer vocação para construção de uma cidade universitária.

Mesmo assim, a integração universitária foi sonhada com a criação de uma cidade universitária em Uberlândia. Disso, resulta uma polêmica discutida neste trabalho, quanto à divisão do espaço universitário em três *campi* ser uma opção política para dificultar a unificação das lutas estudantis ou resultado da origem da instituição – unidades fragmentadas.

Na verdade, vários são os elementos caracterizadores da formação dos espaços universitários em Uberlândia e que justificam, mais do que uma decisão de governo militar ou local, a situação física atual da UFU.

Dentre esses elementos destacamos: o surgimento da universidade a partir de escolas e faculdades isoladas, sem integração acadêmica nem física, como determinante na constituição de espaços fragmentados pela cidade; o fator interesse imobiliário como determinante para a localização das principais áreas ocupadas pela universidade – os *campi* Santa Mônica e Umuarama; a ausência de planejamento institucional, principalmente físico; e a precariedade das instalações da universidade.

Além disso, a própria universidade buscou constituir um espaço próprio. Foram, ao menos, três tentativas de consolidar um câmpus universitário em Uberlândia: a aprovação de uma lei pela Câmara Municipal, em 1959 – quando nem cursos funcionavam – destinando área e recursos para construção de uma cidade universitária; a proposta de cidade universitária no Santa Mônica da Fundação Educacional de Uberlândia, mantenedora das faculdades de Direito e Ciências Econômicas; e já na década de 1970, a apresentação de planos para instalar um câmpus único na área do Glória.

Contudo, como nenhuma dessas tentativas foi bem sucedida, a Universidade Federal de Uberlândia, apresenta-se fragmentada em diversos espaços acadêmicos e administrativos, dificultando sua integração e, mais recentemente, sua expansão física.

Na verdade, o que se experimentou aqui em Uberlândia, em termos de organização espacial universitária, por mais que pareça *sui generis*, foi uma tendência observada em praticamente todas as universidades constituídas nas décadas de 1960 a 1970. Salvo exceções como a Universidade de Brasília, as universidades que resultaram da agregação de escolas isoladas, mantiveram-se fragmentadas e desintegradas do espírito universitário.

Segundo Castello Branco (1984:25), no Brasil, “*as chamadas Cidades Universitárias misturaram a organização e o funcionamento da Universidade napoleônica, mais próxima da nossa tradição de ensino superior, inclusive quanto à localização das escolas e faculdades na Cidade, com o modelo espacial da Universidade americana*”.

O modelo da universidade americana trazido por consultores da USAID ao Brasil, era o do campo universitário, isto é, instalações grandiosas e caras para construção e manutenção e localizadas em áreas afastadas dos centros urbanos (zona rural ou periferia das cidades).

A Universidade de Uberlândia, apesar de tentar por duas vezes, recursos para implantação de seu *campus* único, enfrentou os desafios de crescer e se expandir, como uma universidade de cidade do interior e fortemente influenciada pela elite local, tendo consolidado seus três *campi* – Educação Física, Santa Mônica e Umuarama –, duas unidades

administrativas, um grande hospital, fazendas e etc., num grande patrimônio à serviço da comunidade da região do Triângulo Mineiro.

Nascida sem espírito universitário e federalizada, mais como uma concessão do regime militar à elite local do que pela luta da comunidade, a Universidade Federal de Uberlândia, depara-se hoje com a urgente necessidade de uma profunda reforma acadêmica, administrativa e física.

E esse é um momento profícuo para que essa discussão – de qual universidade queremos – possa colher os melhores frutos. Isso porque, está em curso o debate sobre a Reforma Universitária em nível nacional, pautada por um projeto de lei que reorganiza o sistema universitário no país, mas que sugere a necessidade de cada instituição debater seus rumos.

A implantação de um novo câmpus, calcada em uma nova filosofia educacional e em novos padrões acadêmicos, administrativos e físicos, pode ser uma grande oportunidade para essa reestruturação. Entretanto, esse projeto deve ser um exemplo de planejamento institucional, urbanístico e ambiental para responder aos desafios que são colocados tanto internamente, como a falta de integração de unidades e a dificuldade de financiamento, quanto externamente, com relação aos impactos sobre a cidade e a região do entorno.

Como adverte Luiz Antônio Cunha (2003:239), *“o câmpus não é um destino da universidade, mas tão somente uma opção de sua base espacial. Bem localizado e bem estruturado, pode propiciar a intensificação da interação acadêmica. Caso contrário, será um empecilho de difícil e cara remoção”*.

Além disso, a discussão da proposta do câmpus nesse momento é importante porque a cidade de Uberlândia terá a oportunidade de também fazer uma reforma urbana e rural, com a elaboração de um novo Plano Diretor para o município. O plano diretor disporá sobre as diretrizes de crescimento da cidade com grandes implicações sobre a universidade, que é um agente produtor de conhecimento e também do espaço da cidade.

O papel da UFU na discussão do novo plano diretor da cidade, ainda mais quando a própria universidade demanda a criação de um grande câmpus universitário, deve ser o de ator pró-ativo no processo de construção do plano da cidade e de convencimento dos demais atores sobre a importância e conveniência dos pleitos da instituição.

Aliás, a interação da universidade com a cidade, que sempre foi caracterizadora das dinâmicas de crescimento e desenvolvimento, tanto da UFU quanto de Uberlândia, deve ser potencializada nesse momento, mas não da forma paternalista como ocorreu no passado, e sim de forma cooperativa.

Como Edson Machado de Souza (1980:148), personagem importante na federalização da UFU, ensina “*A Universidade não planeja a sociedade, mas deve planejar a si mesma para ser útil a essa sociedade*”.

A Universidade Federal de Uberlândia deve começar agora a planejar o seu futuro, começando por rever sua história e por ler o seu presente, não apenas com o discurso acadêmico ou meritocrático, mas fazendo uma auto-avaliação, a partir das impressões da sociedade, da população que não tem acesso à universidade.

Esse sem dúvida será o maior desafio. Por ora, nos contentará saber que este trabalho cumpriu seus objetivos, sensibilizando parte da comunidade universitária e externa para a necessidade de planejarmos a universidade que queremos e de começar a trilhar hoje, os caminhos que queremos seguir amanhã.

REFERÊNCIAS

Livros e Teses

ALTAFIN, Juarez. **A Constituição e a Autonomia da Universidade**. Uberlândia: UFU, 1988.

_____. **Primeiros Tempos: depoimentos sobre pessoas e fatos do início da Universidade Federal de Uberlândia**. Uberlândia: UFU, 1997.

ALVES, Márcio Moreira. **Beabá dos MEC-USAID**. São Paulo: Gernasa, 1988.

ATCON, Rudolph P. **Administração Integral Universitária**. Brasília: MEC-PREMESU, 1974.

_____. **Rumo à Reformulação Estrutural da Universidade Brasileira**. Rio de Janeiro: MEC, 1966.

BUARQUE, Cristóvam. **Admirável Mundo Atual – Dicionário pessoal dos horrores e esperanças do mundo globalizado**. São Paulo: Geração Editorial, 2001.

CAETANO, Coraly Gará e DIB, Miriam Michel Cury. **A UFU no Imaginário Social**. Uberlândia: UFU, 1988.

CAMPOS, Ernesto de Souza. **Educação Superior no Brasil**. São Paulo: MEC, 1940.

CAMPOS FILHO, Cândido Malta. **Cidades brasileiras: seu controle ou o caos: o que os cidadãos devem fazer para a humanização das cidades no Brasil**. São Paulo: Nobel, 2ª ed., 1992.

CARLOS, Ana Alessandri Fani. **Espaço tempo na Metrópole**. São Paulo: Contexto, 2001.

CARVALHO, José Murilo de. **A Escola de Minas de Ouro Preto – o peso da glória**. São Paulo: Ed. Nacional, Rio de Janeiro, FINEP, 1978.

CHAUÍ, Marilena de Souza. **Escritos sobre a universidade**. São Paulo: Ed. UNESP, 2001a.

CUNHA, Luiz Antônio. **A Universidade Temporã**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1980.

_____. **A Universidade Reformanda**. Rio de Janeiro: Francisco Campos, 1988.

_____. e GÓES, Moacyr de. **O Golpe na Educação**. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Editor, 4ª ed., 1987.

DI PIETRO, Maria Sylvia Zanella. **Direito Administrativo**. São Paulo: Atlas, 12ª ed., 2000.

DOXIADIS ASSOCIATES, Inc. **Campus Planning in Urban Area – A Master Plan of Rensselaer Polytechnic Institute – RPI**. New York: Praeger Publishers, 1971.

EBERT, Harry F. **As Instalações Físicas da Universidade**. Rio de Janeiro: MEC-PREMESU, 1974.

FÁVERO, Maria de Lourdes de Albuquerque. **Universidade e Poder**. Rio de Janeiro: Achiamé, 1980.

FERNANDES, Florestan. **Universidade brasileira: reforma ou revolução?** São Paulo: Alfa-Ômega, 1979.

FRANÇA, Lilian Cristina Monteiro. **Caos – Espaço – Educação**, Série Selo Universidade. São Paulo: AnnaBlume, 1994.

FRANCO, Maria Assunção Ribeiro. **Planejamento Ambiental para a Cidade Sustentável**. São Paulo: Edifub, 2ª edição, 2001.

FERREIRA, William Rodrigues. **O Espaço Público nas áreas centrais: a Rua como Referência – um estudo de caso em Uberlândia**. Tese de Doutorado – Departamento de Geografia – Universidade de São Paulo, 2002.

FREIRE, William. **Direito Ambiental Brasileiro**. Rio de Janeiro: Aide Editora, 1998.

FUNDAÇÃO UNIVERSIDADE DE BRASÍLIA. **Plano Orientador da Universidade de Brasília – UnB**. Brasília: Editora UnB, 1962.

GOMES, Aguinaldo Rodrigues, WARPECHOWSKI, Eduardo Moraes e SOUSA NETTO, Miguel Rodrigues (Org.). **Fragmentos imagens memórias: 25 anos de federalização da Universidade Federal de Uberlândia**. Uberlândia: Edufu, 2003.

LOPES, Rodrigo. **A Cidade Intencional: o planejamento estratégico das cidades**. Rio de Janeiro: Mauad, 1998.

LÉVY, Pierre. **Cibercultura** (Trad. Carlos Irineu da Costa). São Paulo: Ed. 34, 1999.

MACHADO, Lucília Regina de Souza. **O Ensino Superior em Minas Gerais – cadastros e estatísticas**. Belo Horizonte: Delegacia Regional de Minas Gerais MEC, 1980.

MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO E CULTURA – MEC. **Administração de tempos e espaços em universidades brasileiras**. Brasília: MEC-PREMESU, 1974.

_____. **Anais do Seminário Nacional sobre Planejamento de Campi Universitários**. Brasília: MEC-PREMESU, 1978.

_____. **Campus Universitário – Textos**. Brasília: CEDATE, 1984.

_____. **Reforma Universitária**. Brasília: MEC, 1972.

MOREIRA, Ruy. **O que é Geografia – Coleção Primeiros Passos: 48**. São Paulo: Brasiliense, 14ª ed., 1994.

MOREIRA NETO, Diogo de Figueiredo. **Introdução ao Direito Ecológico e ao Direito Urbanístico**. Rio de Janeiro: Ed. Forense, 2ª ed., 1977.

MUKAI, Toshio. **Direito Urbano-Ambiental Brasileiro**. São Paulo: Ed. Dialética, 2ª ed., 2002.

_____. **Direito Ambiental Sistematizado**. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 3ª ed., 1998.

NASCIMENTO, Isabella Soares. **Shopping Center e Paisagem Urbana em Uberlândia: uma metodologia de impacto de vizinhança**. Dissertação de Mestrado – Instituto de Geografia – Universidade Federal de Uberlândia, 2004.

RATTNER, Henrique. **Planejamento Urbano e Regional**. São Paulo: Ed. Nacional, 2ª ed., 1978.

RIBEIRO, Darcy. **A universidade necessária**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 3ª ed., 1978a.

_____. **UnB: invenção e descaminho**. Coleção Depoimentos vol. 3. Rio de Janeiro: Avenir, 1978b.

RIBEIRO, Nelson de Figueiredo. **Administração Acadêmica Universitária: a teoria, o método**. Rio de Janeiro: Livros Técnicos e Científicos, 1977.

ROLNIK, Raquel. **O que é cidade**. São Paulo: Brasiliense, 1995.

SANTOS, Milton. **Técnica, Espaço, Tempo – Globalização e Meio Técnico-Científico Informacional**. São Paulo: Hucitec, 3ª ed., 1997.

_____. e SILVEIRA, Maria Laura. **O Ensino Superior Público e Particular e o Território Brasileiro**. São Paulo: ABMES – Associação Brasileira de Mantenedoras de Ensino Superior, 2000. In: <<http://www.abmes.org.br/publicacoes/avulsos/avulsos.htm>>

SCHWARTZMAN, Simon. **O Ensino Superior no Brasil – 1998**. Brasília: MEC-INEP, 1999.

SGUISSARDI, Valdemar. **Universidade, fundação e autoritarismo: o caso da UFSCar**. São Paulo: Estação da Liberdade; São Carlos: UFSCcar, 1993.

SILVA, José Afonso da. **Direito urbanístico brasileiro**. São Paulo: RT, 2.ed., 1995.

SILVEIRA, José Augusto. **Uma Abordagem sobre a Estrutura Espacial no Processo de Expansão da Cidade**. Conceitos, 2001.

SIQUEIRA, Jack. **Planejamento e Desenvolvimento em Minas**. Belo Horizonte: Armazém de Idéias, 2001.

SOARES, Beatriz Ribeiro. **Uberlândia: da “Cidade Jardim” ao “Portal do Cerrado” – Imagens e Representações no Triângulo Mineiro**. Tese de Doutorado – Departamento de Geografia da Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas da Universidade de São Paulo (USP). Orientadora: Prof. Dra. Amália Inês Geraiges de Lemos. São Paulo, 1995.

SOUSA, Miratan Barbosa. **Planejamento Urbano e Escola Pública**. Dissertação de Mestrado – Instituto de Geografia – Universidade Federal de Uberlândia, 2002.

SOUZA, Marcelo Lopes de. **ABC do Desenvolvimento Urbano**. Rio de Janeiro: Ed. Bertrand Brasil, 2003.

SOUZA, Rosa Fátima de. **Templos de civilização: A Implantação da Escola Primária Graduada no Estado de São Paulo (1890-1910)**. São Paulo: Ed. UNESP, 1998.

TEIXEIRA, Anísio. **Ensino superior no Brasil: análise e interpretação de sua evolução até 1969**. Rio de Janeiro: Editora da Fundação Getúlio Vargas, 1989.

UBERLÂNDIA. **Dados Populacionais de Alfabetização/Percentual – IBGE/Censo 2000**. Secretaria Municipal de Planejamento e Desenvolvimento Urbano de Uberlândia – Divisão de Planejamento Social. In <<http://www.uberlandia.mg.gov.br>>.

_____. **Processo de Licenciamento do Campus da Colina da UNIMINAS**. Disponibilizado para consulta junto à Secretaria Municipal de Planejamento Urbano. 2001-2002.

UNESCO. **Conferência Mundial sobre o Ensino Superior (Paris/França, 1998). Tendências da Educação Superior para o Século XXI**. (Trad. Maria Beatriz Ribeiro de Oliveira Gonçalves). Brasília: UNESCO/CRUB, 1999.

UNIVERSIDADE DO ESTADO DE MINAS GERAIS. **Plano Diretor de Implantação do Campus da Universidade Estadual de Minas Gerais – UEMG**. Belo Horizonte, 2004.

UNIVERSIDADE FEDERAL DE UBERLÂNDIA. **Boletim de Dados 1995** - Pró-Reitoria de Planejamento e Administração. Uberlândia: UFU, 1996.

_____. **Catálogo de Cursos de Graduação 2004**. Pré-Reitoria de Graduação. Uberlândia: PROGRAD/UFU, 2004.

_____. **Estatuto e Regimento Geral da Universidade Federal de Uberlândia**. Uberlândia: UFU, 2000.

_____. **Livro de Atas do Conselho Universitário – 1970 a 1980**. Disponibilizado para consulta pela Secretaria-Geral da UFU.

_____. **Plano Diretor Físico da Universidade Federal de Uberlândia**. Estudos Elaborados por Zimbres e Reis Arquitetos Associados. Uberlândia: UFU, 1991.

_____. **Subsídios para a discussão do tema “Estudo das opções viáveis para o futuro da UFU em relação ao espaço físico”**. Comissão Permanente de Planejamento e Ocupação de Espaço Físico da UFU – CPOEF do Conselho Diretor. Uberlândia, agosto/2001.

WOLFF, Sílvia F. S. **Espaço e Educação: os primeiros passos da arquitetura das escolas públicas paulistas**. Dissertação de Mestrado – Faculdade de Arquitetura – Universidade de São Paulo, 1992.

Artigos e Textos

ALMEIDA, Jaime Gonçalves, FARRET, Ricardo Libanez, KOOSAH, Mudhi. **A morfologia do campus universitário: as questões fundamentais para a sua avaliação.** In: Revista Brasileira de Estudos Pedagógicos – n.º 166, vol. 70. Brasília: MEC-INEP: set/dez, 1989, p. 371-390.

ALVES, Manuel Brandão, MADRUGA, Paulo e MARTINS, António Natalino. **Modelos Explicativos da Localização das Actividades no Espaço.** Lisboa: Universidade Técnica de Lisboa – Instituto Superior de Economia e Gestão – Centro de Investigações Regionais e Urbanas, 2001. In: <<http://www.dge.ubi.pt/pguedes/ISEG4.pdf>>

ASSUNÇÃO, Sérgio. **O Meio Ambiente Edificado e o Uso dos Espaços do “Campus”.** In: MEC. Campus Universitário – Textos. Brasília: CEDATE, 1984.

AZEVEDO NETTO, Domingos Theodoro de. **Problemas e Desafios do Controle do Uso do Solo.** In: O Município no Século XXI – Cenários e Perspectivas. São Paulo: CEPAM, 1999.

BIRENBAUM, William. **Cities and Universities: Collision of Crises.** In THE ACADEMY FOR EDUCATIONAL DEVELOPMENT. Campus 1980. New York: Delacorte Press, 1968.

CAMPOS LEME, Heládio José e JULIANO, Adir Aparecida. **Transformações Econômicas e Dinâmica Migratória Recente na Área de Uberlândia: um perfil sócio-econômico da população migrante.** XIII Encontro da Associação Brasileira de Estudos Populacionais, Ouro Preto, novembro de 2002.

CASTELLO BRANCO, Alípio Pires. **O “Campus” e a Cidade e o Território Universitário.** In: MEC. Campus Universitário – Textos. Brasília: CEDATE, 1984.

CASTRO, Marcelo do Passo. **Institucionalização e Prática do Planejamento.** In: MEC. Campus Universitário – Textos. Brasília: CEDATE, 1984.

CHAUÍ, Marilena de Souza. **Universidade em Ruínas.** In: TRINDADE, Hégio (org.). Universidade em Ruínas na república dos professores. Petrópolis/RJ: Vozes, Porto Alegre/RS: CIPEDDES, 3ª ed., 2001b.

CONTRERAS, Eugênio Gabriel Cáceres. **Organização Espacial e Educação: O Caso Universitário.** In MEC. Campus Universitário – Textos. Brasília: CEDATE, 1984.

CORRÊA, Roberto Lobato. **Espaço, um conceito-chave da Geografia.** In Geografia: Conceitos e Temas. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 1995, p. 15-47.

CYMBALISTA, Renato. **Estudo de Impacto de Vizinhança.** Boletim Dicas n.º 182. São Paulo: Instituto Pólis. In <<http://www.polis.org.br/publicacoes/dicas/181349.html>>

CUNHA, Luiz Antônio. **Câmpus Universitário: Opção ou Destino?** In MORHY, Lauro (org.). Universidade em Questão. Brasília: UnB, 2003, p. 225-240.

_____. **O público e o privado na educação superior brasileira: fronteira em movimento?** In TRINDADE, Hégio (org.). Universidade em Ruínas na república dos professores. Petrópolis/RJ: Vozes, Porto Alegre/RS: CIPEDDES, 3ª ed., 2001a, p. 39-56.

_____. **A Reunião da Área de Humanas da UFRJ: Praia Vermelha ou Fundão?** Rio de Janeiro, 2001b. In <<http://www.sr3.ufrj.br/planodiretor/camp-hum.pdf>>

_____. **Reforma Universitária em crise: gestão, estrutura e território.** In TRINDADE, Hégio (org.). *Universidade em Ruínas na república dos professores.* Petrópolis/RJ: Vozes, Porto Alegre/RS: CIPEDDES, 3ª ed., 2001c.

DÓREA, Célia Rosângela Dantas. **Anísio Teixeira e a arquitetura escolar: planejando escolas, construindo sonhos.** Revista da FAEBA. Salvador, n.º 13, jan./jun. 2000, p. 151-160. In <<http://www.prossiga.br/anisioteixeira/artigos/dorea.html>>

FARIA FILHO, Luciano Mendes e VIDAL, Diana Gonçalves. **Os tempos e os espaços escolares no processo de institucionalização da escola primária no Brasil.** Revista Brasileira de Educação n.º 14 (maio/junho/julho/agosto 2000).

FARRET, Ricardo Libanez. **O “Campus” e a Cidade e o Território Universitário.** In MEC. *Campus Universitário – Textos.* Brasília: CEDATE, 1984.

GORES, Harold B. **The American Campus – 1980.** In THE ACADEMY FOR EDUCATIONAL DEVELOPMENT. *Campus 1980.* New York: Delacorte Press, 1968.

GRAEFF, Edgar Albuquerque. **Anotações sobre Espaço-Tempo na Universidade Brasileira.** In MEC. *Campus Universitário – Textos.* Brasília: CEDATE, 1984.

GUERRA, Maria Eliza Alves. **Universidade Brasileira: Cidade e Campi: algumas considerações.** Uberlândia: FAURB/UFU, 2004.

_____. e DAMIS VITAL, Giovanna T. **Estudo de Viabilidade Urbanística para Implantação do Campus Glória/UFU.** Uberlândia: FAURB/UFU, 2005.

GUSMÃO, Luciano Damazio de. **O “Campus” e a Cidade e o Território Universitário.** In MEC. *Campus Universitário – Textos.* Brasília: CEDATE, 1984.

MACEDO, Adilson Costa. **O Meio Ambiente Edificado e o Uso dos Espaços do “Campus”.** In MEC. *Campus Universitário – Textos.* Brasília: CEDATE, 1984.

MAGNOLI, Demétrio. **Os letrados contra a cidade.** In Folha de São Paulo de 30 de junho de 2005.

MARQUES, Enaldo Nunes. **O “Campus” e a Cidade e o Território Universitário.** In MEC. *Campus Universitário – Textos.* Brasília: CEDATE, 1984.

MATTA, Alfredo Eurico Rodríguez. **A Educação à Distância e as Trans-Urbanidades.** In <<http://www.abed.org.br/seminario/2003/texto02.html>>

NEIVA, Cláudio Cordeiro. **O Meio Ambiente Edificado e o Uso dos Espaços do “Campus”.** In MEC. *Campus Universitário – Textos.* Brasília: CEDATE, 1984.

NOGUEIRA, Denise Teixeira. **Os Campi da Universidade Federal Fluminense e os Bairros: interações e trocas no ambiente urbano.** V Congresso de Engenharia Civil – Juiz de Fora, 21 a 25 de setembro de 2002.

OLIVEIRA, Livia de. **O que é Geografia?** In Revista Sociedade & Natureza, 11 (21 e 22), jan/dez, 1999.

OLIVEN, Arabela Campos. **Histórico da educação superior no Brasil.** In SOARES, Maria Susana Arrosa. A Educação Superior no Brasil, CAPES, 2002.

PAIM, Antônio. **Por uma Universidade no Rio de Janeiro.** In SCHWARTZMAN, Simon (Org.). Universidades e Instituições Científicas no Rio de Janeiro. Brasília: Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico (CNPq), 1982, p. 17-96.

PIACENTINI, Maria Tereza de Queiroz. **De Acentos: quorum, fórum, câmpus, hábitat.** In <http://www.linguabrasil.com.br/exibe_coluna.php?x=6>, postada em 05/04/2000.

RODRÍGUEZ, Margarita Victoria. **A modernização das universidades na década de 60. O papel da transformação social das instituições universitárias.** In Anais do IV Encontro da ANPHLAC – Associação Nacional de Pesquisa de História Latino-Americana e Caribenha realizado em Vitória/BA de 09 a 11 de novembro de 2000.

ROSA, Roberto, DUARTE, Maria Selma, MINEO, Marcela Maria Patriarca, RAVANAZZI, Fredy e VILELA, Lillian de Oliveira. **Mapeamento Temático da Bacia do Córrego do Glória em Uberlândia-MG, utilizando o Software Idrisi, 2004.** In <http://www.igeo.uerj.br/VICBG-2004/Eixo2/E2_246.htm>

SANTORO, Paula (Org). **Gestão Social da Valorização da Terra.** São Paulo: Instituto Polis, maio de 2004. In: <http://www.polis.org.br/obras/arquivo_167>

SANTOS, Carlos Nelson F. dos. **O Campus Universitário no Brasil: Arquitetura – Aspectos Ideológicos.** In Encontros com a Civilização Brasileira. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, n.º 16, ou/1979, p. 97-102.

_____. **Autonomia Universitária e Mudanças no Ensino Superior – Da polissemia do conceito às controvérsias de sua aplicação.** Piracicaba, março/1997. In: <<http://www.ufms.br/inform/autuniv/auniv3.htm>>

SILVA, Flávio Borges da. **Expansão do Tecido Urbano no Eixo Estrutural Sul de Uberlândia: Contradições e (Des)Valorizações.** In <<http://www.igeo.uerj.br/VICBG-2004/Eixo5/e5%20148.htm>>

SOARES, Beatriz Ribeiro. **Urbanização no cerrado mineiro: o caso do Triângulo Mineiro.** In: J. B. Silva; M. C. Costa; E. Dantas. (Org.). A cidade e o Urbano – Temas para debates. Fortaleza: EUFC, 1997.

_____. e BESSA, Kelly Cristine. **As novas redes do cerrado e a realidade urbana brasileira.** Boletim Goiano de Geografia, Goiânia, v. Vol 19, n. 2, p. 11-34, 1999.

SOUZA, Edson Machado de. **O Planejamento na Universidade.** In SEMINÁRIO A UNIVERSIDADE E O DESENVOLVIMENTO REGIONAL. Fortaleza: UFC, 1980.

TEIXEIRA, Anísio. **Plano de Construções Escolares de Brasília.** Revista Brasileira de Estudos Pedagógicos. Rio de Janeiro v.35, n.º 81, jan/mar, 1961, p. 195-199. In <<http://www.prossiga.br/anisioteixeira/artigos/plano3.html>>

THOMAZ MACHADO, Maria Clara. **UFU: a dinâmica de uma história.** In GOMES, A. R., WARPECHOWSKI, E. M. e SOUSA NETTO, M. R. (Org.). *Fragmentos imagens memórias: 25 anos de federalização da Universidade Federal de Uberlândia.* Uberlândia: Edufu, 2003.

VILLAÇA, Flávio. **Dilemas do Plano Diretor.** In: O Município no Século XXI – Cenários e Perspectivas. São Paulo: CEPAM, 1999, p. 237-247.

_____. **Uma contribuição para a história do planejamento urbano no Brasil.** In SHIFFER, Sueli Ramos, DEÁK, Csaba e SCHIFFER, Sueli Ramos. **O processo de urbanização** no Brasil. São Paulo: Edusp, 1999, p. 196-243.

VIÑAO, Frago A. **História de la educación e historia cultural: posibilidades, problemas, cuestiones.** Revista Brasileira de Educação, n.º 0, 1995, p. 63-82.

Legislação Consultada

BRASIL. **Constituição da República Federativa do Brasil – Constituição Federal, 1988.** Disponível em: <www.planalto.gov.br/ccivil_03/Constituicao/Constituicao.htm>.

_____. **Lei n.º 4.024 de 20 de dezembro de 1961.** Fixa as Diretrizes e Bases da Educação Nacional. Disponível em: <<http://www.planalto.gov.br/ccivil/Leis/L4024.htm>>.

_____. **Lei n.º 4.771 de 15 de setembro de 1965.** Institui o novo Código Florestal. Disponível em: <<http://www.planalto.gov.br/CCIVIL/LEIS/L4771.htm>>.

_____. **Lei n.º 5.172 de 25 de outubro de 1966.** Dispõe sobre o Sistema Tributário Nacional e institui normas gerais de direito tributário aplicáveis à União, Estados e Municípios. Disponível em: <<http://www.planalto.gov.br/ccivil/Leis/L5172.htm>>.

_____. **Lei n.º 5.540 de 28 de novembro de 1968.** Fixa normas de organização e funcionamento do ensino superior e sua articulação com a escola média, e dá outras providências. Disponível em: <<http://www.planalto.gov.br/CCIVIL/Leis/L5540.htm>>.

_____. **Lei n.º 6.120 de 15 de outubro de 1974.** Dispõe sobre a alienação de bens imóveis de instituições federais de ensino e dá outras providências. Disponível em: <<http://www.planalto.gov.br/CCIVIL/Leis/L6120.htm>>.

_____. **Lei n.º 6.532 de 24 de maio de 1978.** Acrescenta e altera dispositivos no Decreto-lei n.º 762, de 14 de agosto de 1969, que “autoriza o funcionamento da Universidade de Uberlândia” e dá outras providências. Disponível em: <<http://www6.senado.gov.br/sicon/ListaReferencias.action?codigoBase=2&codigoDocumento=124689>>.

_____. **Lei n.º 6.766 de 19 de dezembro de 1979.** Dispõe sobre o Parcelamento do Solo Urbano e dá outras Providências. Disponível em: <<http://www.planalto.gov.br/CCIVIL/leis/L6766.htm>>.

_____. **Lei n.º 6.938 de 31 de agosto de 1981.** Dispõe sobre a Política Nacional do Meio Ambiente, seus fins e mecanismos de formulação e aplicação, e dá outras providências. Disponível em: <<http://www.planalto.gov.br/CCIVIL/LEIS/L6938.htm>>.

_____. **Lei n.º 9.985 de 18 de julho de 2000.** Regulamenta o art. 225, § 1o, incisos I, II, III e VII da Constituição Federal, institui o Sistema Nacional de Unidades de Conservação da Natureza e dá outras providências. Disponível em: <<http://www.planalto.gov.br/ccivil/leis/L9985.htm>>.

_____. **Lei n.º 11.098, de 13 de janeiro de 2005 – Artigo 13.** Atribui ao Ministério da Previdência Social competências relativas à arrecadação, fiscalização, lançamento e normatização de receitas previdenciárias, autoriza a criação da Secretaria da Receita Previdenciária no âmbito do referido Ministério; altera as Leis nos 8.212, de 24 de julho de 1991, 10.480, de 2 de julho de 2002, 10.683, de 28 de maio de 2003; e dá outras providências. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil/_Ato2004-2006/2005/Lei/L11098.htm>.

_____. **Lei n.º 10.257 de 10 de julho de 2001 – Estatuto da Cidade.** Regulamenta os arts. 182 e 183 da Constituição Federal, estabelece diretrizes gerais da política urbana e dá outras providências. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/CCIVIL/Leis/LEIS_2001/L10257.htm>.

_____. **Resolução n.º 001 de 23 de janeiro de 1986 do Conselho Nacional do Meio Ambiente – CONAMA.** Dispõe sobre as definições, as responsabilidades, os critérios básicos e as diretrizes gerais para uso e implementação da Avaliação de Impacto Ambiental. Disponível em: <<http://www.mma.gov.br/port/conama/res/res86/res0186.html>>.

_____. **Resolução n.º 303, de 20 de março de 2002 do Conselho Nacional do Meio Ambiente – CONAMA.** Dispõe sobre parâmetros, definições e limites de Áreas de Preservação Permanente. Disponível em: <<http://www.mma.gov.br/port/conama/res/res02/res30302.html>>.

_____. **Decreto n.º 99.274 de 6 de junho de 1990.** Regulamenta a Lei nº 6.902, de 27 de abril de 1981, e a Lei nº 6.938, de 31 de agosto de 1981, que dispõem, respectivamente sobre a criação de Estações Ecológicas e Áreas de Proteção Ambiental e sobre a Política Nacional do Meio Ambiente, e dá outras providências. Disponível em: <<http://www.planalto.gov.br/CCIVIL/decreto/Antigos/D99274.htm>>.

_____. **Decreto-lei n.º 53 de 18 de novembro de 1966.** Fixa princípios e normas de organização para as universidades federais e dá outras providências. Disponível em: <https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/decreto-lei/1965-1988/Del0053.htm>.

_____. **Decreto-lei n.º 252 de 28 de fevereiro de 1967.** Estabelece normas complementares ao Decreto-Lei nº 53, de 18 de novembro de 1966, e dá outras providências. Disponível em: <<http://www6.senado.gov.br/legislacao/ListaPublicacoes.action?id=117229>>.

_____. **Decreto-lei n.º 464 de 11 de fevereiro de 1969.** Estabelece normas complementares à Lei nº 5.540, de 28 de novembro de 1968, e dá outras providências. Disponível em: <https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/decreto-lei/1965-1988/Del0464.htm>.

_____. **Decreto-lei n.º 762 de 14 de agosto de 1969.** Autoriza o funcionamento da Universidade de Uberlândia e dá outras providências. Disponível em: <<http://www6.senado.gov.br/sicon/ListaReferencias.action?codigoBase=2&codigoDocumento=119155>>.

MINAS GERAIS. **Lei n.º 4.257 de 27 de setembro de 1966. Cria uma Autarquia Educacional na cidade de Uberlândia e contém outras providências.** Disponível para pesquisa em: <<http://www.almg.gov.br>>.

_____. **Lei n.º 6.053 de 11 de dezembro de 1972. Incorpora ao patrimônio da Universidade de Uberlândia os bens que menciona.** Em: <<http://www.almg.gov.br>>.

UBERLÂNDIA. **Plano Diretor de Uberlândia. Lei Complementar n.º 48 de 27 de abril de 1994.** Uberlândia: PMU, 1994.

_____. **Lei n.º 579 de 10 de março de 1956.** Autoriza obras de captação do Córrego do Glória e dá outras providências. Disponível em: <<http://www.camarauberlandia.mg.gov.br>>.

_____. **Lei n.º 783 de 23 de outubro de 1959. Cria a Cidade Universitária e dá outras providências.** Disponível em: <<http://www.camarauberlandia.mg.gov.br>>.

_____. **Lei n.º 1.966, de 4 de outubro de 1971.** Autoriza a doação de imóveis de propriedade do município à Fundação Universidade de Uberlândia e Desapropriação em benefício da mesma. Disponível em: <<http://www.camarauberlandia.mg.gov.br>>.

_____. **Lei n.º 2.137 de 24 de novembro de 1972.** Retifica e Ratifica a Lei n.º 1.966, de 4 de outubro de 1971, e autoriza a doação de propriedade do município à Fundação Universidade de Uberlândia. Disponível em: <<http://www.camarauberlandia.mg.gov.br>>.

_____. **Lei Complementar n.º 17 de 4 de dezembro de 1991.** Dispõe sobre a política de proteção, controle e conservação do meio ambiente e dá outras providências. Disponível em: <http://www3.uberlandia.mg.gov.br/home_legislacao.php?id=668>.

_____. **Lei Complementar n.º 245 de 30 de novembro de 2000.** Dispõe sobre o Parcelamento e o Zoneamento do Uso e Ocupação do Solo do Município de Uberlândia. <http://www3.uberlandia.mg.gov.br/midia/documentos/procuradoria/245_Consolidada.pdf>.

_____. **Lei Complementar n.º 294, de 16 de dezembro de 2002.** Cria a Área de Urbanização Específica, define as normas técnicas, os tipos de atividades do Pólo Industrial Moveleiro de Uberlândia e dá outras providências. Disponível em: <<http://www.camarauberlandia.mg.gov.br>>.

_____. **Lei Complementar n.º 325 de 22 de agosto de 2003.** Institui a Licença Ambiental Municipal e dá outras providências. Disponível em: <<http://www.camarauberlandia.mg.gov.br>>.

_____. **Lei Complementar n.º 374 de 27 de agosto de 2004.** Estabelece o Sistema Viário Básico da cidade de Uberlândia, revoga leis que menciona e dá outras providências. Disponível em: <<http://www.camarauberlandia.mg.gov.br>>.

_____. **Lei Complementar n.º 383 de 26 de outubro de 2004.** Institui os Loteamentos Morada Nova, Chácara Recreio Uirapuru e Parque Maravilha como Zonas de Urbanização Específica, altera a Lei Complementar n.º 245 de 30 de novembro de 2000. Em: <http://www3.uberlandia.mg.gov.br/midia/documentos/planejamento_urbano/lei383.pdf>.

Periódicos

- Informativo Comercial Diário. Edição de 27 de julho de 2005, Cardeno Classificados, p. 2-3; 13-15.
- Jornal Correio de Uberlândia. Edição de 23.02.2005. Caderno Cidades, p.2.

Entrevistas

Antonino Martins da Silva Júnior, engenheiro, Vice-Reitor da UFU (1976-1980) e Reitor da UFU (1988-1992). Concedida em 14 de outubro de 2004.

Arquimedes Diógenes Ciloni, engenheiro civil, e professor da Faculdade de Engenharia Civil da UFU. Reitor da UFU (desde 2001). Concedida em 21 de julho de 2005.

Gladstone Rodrigues da Cunha, médico e professor da Faculdade de Medicina da UFU, Reitor da UFU (1976-1980 e 1996-2000). Concedida em 21 de julho de 2005.

Juarez Altafin, juiz de direito aposentado e ex-Professor das Faculdades de Direito e Ciências Econômicas, Vice-Reitor da UFU (1969-1971) e Reitor da UFU (1971-1975). Concedida em 15 de outubro de 2004.

Nestor Barbosa de Andrade, médico e professor da Faculdade de Medicina da UFU. Reitor da UFU (1992-1996). Concedida em 23 de julho de 2005.

Turíbio José da Silva, engenheiro civil e professor da Faculdade de Engenharia Civil da UFU. Concedida em 1º de março de 2005.

Wilson Ribeiro da Silva. ex-Prefeito Universitário da UFU (1971-1976). Concedida em 27 de julho de 2005.

Wilson Akira Shimizu, engenheiro civil, Prefeito Universitário da UFU (desde 2001). Concedida em 20 de junho de 2005.

Sites

<http://educaterra.terra.com.br>
<http://earth.google.com>
<http://maps.google.com>
<http://pt.wikipedia.org>
<http://variasvariaveis.sites.uol.com.br>
<http://www.aduneb.com.br>
<http://www.almg.gov.br>
<http://www.andifes.org.br>
<http://www.aprenda450anos.com.br>
<http://www.camarauberlandia.mg.gov.br>
<http://www.ciup.fr>
<http://www.correiodeuberlandia.mg.gov.br>
<http://www.cnppl.embrapa.br>
<http://www.dnit.gov.br>
<http://www.educacaosuperior.inep.gov.br>

<http://www.educadatabrasil.inep.gov.br>
<http://www.google.com.br>
<http://www.guialog.com.br>
<http://www.ibge.gov.br>
<http://www.ilea.ufrgs.br/cipedes>
<http://www.inep.gov.br/basica/censo>
<http://www.inep.gov.br/pesquisa/thesaurus>
<http://www.machenzie.br>
<http://www.maisondubresil.org>
<http://www.planalto.gov.br>
<http://www.portrasdasletras.com.br>
<http://www.sebastiaoopes.com.br>
<http://www.uberlandia.mg.gov.br>
<http://www.ueg.br>
<http://www.uff.br>
<http://www.ufmg.br>
<http://www.ufpr.br>
<http://www.ufrgs.br>
<http://www.ufrj.br>
<http://www.ufu.br>
<http://www.unb.br>
<http://www.uniminas.br>
<http://www.unitri.br>
<http://www.uniube.br>
<http://www.usp.br>
<http://www.uspleste.usp.br>